

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
(Nível de doutorado)

Sanderléia Roberta Longhin

A GRAMATICALIZAÇÃO
DA PERÍFRASE CONJUNCIONAL
SÓ QUE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da
UNICAMP, como requisito parcial à obtenção do título
de Doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Semântica

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Campinas
Fevereiro/2003

UNIDADE	PC
Nº CHAMADA	UNICAMP
	L861g
V	EX
TOMBO BC	59311
PROC.	01-124103
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	14/06/03
Nº CPD	

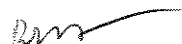
CM00185629-2

BIB ID 294470

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

L861g	Longhin, Sanderléia Roberta A gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'. / Sanderléia Roberta Longhin. - - Campinas, SP: [s.n.], 2002. Orientador: Rodolfo Ilari Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. 1. Mudança lingüística. 2. Funcionalismo (lingüística). 3. Teoria (lingüística). I. Ilari, Rodolfo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.
-------	---

Banca Examinadora



Prof. Dr. Rodolfo Ilari – Orientador
IEL/UNICAMP

Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho
USP

Profª. Dr.ª Evani de Carvalho Viotti
USP

Profª. Dr.ª Maria Luiza Braga
UFRJ

Prof. Dr. Roberto Gomes Camacho
UNESP/São José do Rio Preto

Profª. Dr.ª Ingedore G. Villaça Koch – Suplente
IEL/UNICAMP

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo – Suplente
IEL/UNICAMP

Este exemplar e a redação final da tese
defendida por _____

e aprovada pela Comissão Julgadora



01/10/2013

Agradecimentos

Agradeço

especialmente ao Ilari,
professor e amigo, pela orientação tranqüila e segura, pelo tempo dedicado às discussões,
pelos incentivos recebidos, pelas muitas lições, e pela disponibilidade em acompanhar
cada etapa do trabalho.

à minha mãe,
pelo apoio constante;

ao Ilson,
pela compreensão, pela paciência e pelos muitos favores;

aos professores Ataliba e Evani,
pelas valiosas sugestões feitas por ocasião do exame de qualificação;

ao professor Luis Augusto Schmidt Totti,
pela revisão da tradução dos exemplos do latim;

às amigas Graziela e Fabiana,
pela carinhosa hospedagem em Campinas; e,

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, CAPES,
pelo auxílio financeiro.

Resumo

O propósito deste trabalho é investigar, a partir de amostras do português falado e escrito, o processo de gramaticalização que originou a perífrase conjuncional “só que”, partícula que tem a propriedade de estabelecer, entre os segmentos que articula, o sentido pragmático de quebra de expectativa. Para tanto, contemplo alguns objetivos mais específicos. Primeiramente, busco uma fundamentação teórica mais sólida a respeito do conceito de gramaticalização, uma vez que nas discussões sobre o tema é possível reconhecer diferentes concepções para esse processo de criação linguística. Numa segunda etapa, ainda teórica, recupero um pouco da história das conjunções, com o intuito de mostrar que elas tendem a sofrer transformações contínuas e que a formação de perífrases conjuncionais é um fenômeno bastante antigo. Em outra etapa, descrevo o comportamento linguístico de “só que”, considerando aspectos relacionados à orientação argumentativa, à distribuição de informação e ao tipo de conexão estabelecido por “só que”. Saliento, entre outras coisas, que o sentido de quebra de expectativa, explicado essencialmente em termos de cancelamento de pressuposição pragmática, pode ser especificado conforme as condições contextuais, do que resulta os diferentes usos que identifiquei para “só que”, a saber, marcador de diferença, marcador de refutação, marcador de acontecimento inesperado, marcador da não-satisfação de condições e marcador de contra-argumentação. Por fim, as evidências da gramaticalização de “só que” são reunidas, sincronicamente, sobretudo a partir da análise dos vários usos do operador “só”, da consideração das polissemias de “só que”, e do confronto entre “só que” e a conjunção adversativa prototípica da língua portuguesa.

Abstract

This work aims at investigating the grammaticalization process originating the conjunctive periphrasis “só que” which plays a role in establishing the counterexpectation pragmatic meaning between the segments it connects. In order to do that, some more specific objectives are sought. Firstly, a more consistent theoretical support concerning the grammaticalization concept is pursued for it is possible to identify different conceptions addressed to this linguistic creation process. Secondly, a conjunctions history investigation is carried out in order to show they are bound to suffer continuous changes, and that the conjunctive periphrasis formation is a quite old phenomenon. In a third phase, the “só que” linguistic behavior is described considering the aspects related to argumentation, information distribution and to the kind of connection established by “só que”. Among other aspects, the counterexpectation meaning which is remarked and, particularly, explained in terms of pragmatic presupposition canceling, may be specified according to context conditions resulting in the different meanings of “só que” identified: difference marker, unexpected event marker, conditions non-satisfaction marker and counterargumentation marker. Finally, the “só que” grammaticalization evidence is, synchronically put together based, mainly, on the analysis of the several usages of the operator “só”, on the consideration of the “só que” polysemy, and on the confrontation between “só que” and the Portuguese prototypical adversative conjunction.

Sumário

Introdução.....	01
-----------------	----

Capítulo 01

Algumas maneiras de entender a gramaticalização	05
01. Três exemplos característicos.....	05
1.1 A gramaticalização da negativa, no Francês.....	05
1.2 A gramaticalização da conjunção integrante, no Ewe.....	06
1.3 A gramaticalização de 'estar' em auxiliar, no Português.....	06
02. A contribuição de Antoine Meillet: o léxico alimenta a gramática	09
03. A proposta de T. Givón: a pragmática alimenta a gramática.....	13
04. A concepção psicológica, de Hermann Paul.....	17
05. Halliday: da função para a estrutura.....	23
06. A proposta do grupo alemão: a gramaticalização como ferramenta empírica de descrição lingüística.....	27
6.1 Heine & Reh.....	27
6.2 Lehmann	31
07. Os princípios de Paul Hopper.....	33
08. Gramaticalização como convencionalização de implicaturas conversacionais, com E.C. Traugott.....	37
8.1 A convencionalização de implicaturas conversacionais	40
09. "A língua opera metaforicamente" (Sweetser): do mais concreto para o mais abstrato	42
9.1 O mecanismo metafórico de mudança semântica.....	43
10. Avaliação.....	47

Capítulo 02

O processo de gramaticalização: considerações teóricas.....	51
01. A questão da Motivação	51
1.1 O mecanismo lingüístico de expressividade, de C. Bally	54
02. Etapas/alterações da gramaticalização.....	57
2.1 Transformações semânticas: a metáfora e a metonímia.....	57
2.1.1 Transferência metafórica	58
2.1.1.1 Exemplificação através do Modelo de Heine <i>et al.</i> (1991)	58
2.1.1.2 Exemplificação através do modelo de Sweetser	61
2.1.2 Reinterpretação induzida pelo contexto	63
2.1.3 Modelos que tentaram explicar as alterações semânticas	65
2.2 Reanálise morfossintática	69

2.3 Redução fonológica	71
03. A direcionalidade da mudança	71
3.1 As cadeias de gramaticalização	71
3.2 Multidirecionalidade?	74
04. Avaliação	78

Capítulo 03

A História das conjunções.....	81
01. A conexão oracional no latim clássico.....	83
1.1 a coordenação.....	83
1.2 a subordinação.....	87
02. As conjunções do latim vulgar.....	95
2.1 o latim vulgar	96
2.2 o exame das conjunções	99
03. As conjunções nas línguas românicas: o português.....	104

Capítulo 04

As acepções de sentido da perífrase conjuncional SÓ QUE	109
01. O material de pesquisa	109
02. Análise de um correlato de SÓ QUE.....	110
2.1 Propostas para análise de MAS	110
2.1.1 Robin Lakoff	110
2.1.2 Oswald Ducrot	111
2.1.3 Dascal & Katriel	113
03. Análise de SÓ QUE.....	118
3.1 Tipo de material sintático articulado por SÓ QUE.....	118
3.2 O sentido básico de SÓ QUE: a quebra de expectativa.....	119
3.3 As acepções de sentido de SÓ QUE.....	122
3.3.1 SÓ QUE marcador de diferença	123
3.3.2 SÓ QUE marcador de acontecimento inesperado/indesejado	128
3.3.3 SÓ QUE marcador de refutação	130
3.3.4 SÓ QUE marcador da não satisfação de condições	133
3.3.5 SÓ QUE marcador de contra-argumentação	134
3.4 Sobre a conexão entre as acepções de SÓ QUE.....	137
04. Avaliação geral	138
05. As condições semântico-pragmáticas que regem SÓ QUE.....	141

Capítulo 05

A natureza coordenativa da perífrase conjuncional SÓ QUE	145
01. A proposta de Charles Bally: coordenação > segmentação > soldadura	146
1.1 Coordenação	149
1.2 Segmentação	152
1.3 Soldadura	154
02. Vantagens e implicações do modelo de Bally	157
03. Os critérios	162
04. Esboço da classificação de Bally	171
05. A natureza coordenativa de SÓ QUE	171

Capítulo 06

A gramaticalização da perífrase conjuncional SÓ QUE	175
01. Primeiras investigações	176
1.1 Os parâmetros de Lehmann	176
1.2 Os princípios de Hopper	177
1.3 Os princípios de Heine & Reh	178
02. Os elementos constitutivos de SÓ QUE	179
2.1 Notas sobre a partícula SÓ	179
2.1.1 Etimologia	180
2.1.2 Considerações gerais	181
2.1.3 Os usos de SÓ	183
2.2 Notas sobre a partícula QUE	188
2.3 A relação entre SÓ QUE e seus constitutivos SÓ e QUE	192
03. Sobre a multifuncionalidade de SÓ QUE	193
04. SÓ QUE é uma conjunção legítima?	197

Conclusões	205
------------------	-----

Bibliografia	207
--------------------	-----

Introdução

Este trabalho tem por objetivo investigar, em dados do português falado e escrito, o processo de criação lingüística pelo qual se combinaram o operador SÓ e a partícula QUE, para a formação de um item conjuncional novo - a perífrase SÓ QUE – que, como mostra o exemplo (01), tem a propriedade de estabelecer contraste entre os segmentos que articula.

- (01) *A número 1 !!! A música é a mesma, o mesmo o ritmo febril das imagens que se sucedem, o mesmo o gesto de fazer o número 1 erguendo o dedo indicador. Tudo como no anúncio da cerveja. SÓ QUE, em vez da cerveja, o que se tenta vender é a candidata. Sai a Brahma, entra Roseana Sarney. (Veja, ano 35, n.º 05, p.114)*

Este processo faz parte de um mecanismo de produção de conjunções muito mais amplo, que vem se definindo há séculos e que, a qualquer momento, pode produzir conjunções novas, a partir da reinterpretação de material lingüístico disponível no repertório da língua. Processos similares a este vêm sendo referidos, na literatura lingüística, como casos legítimos de gramaticalização, entendendo-se por “gramaticalização”, em termos muito simplificados, o processo de mudança que leva um item menos gramatical a assumir uma função mais gramatical.

Para alcançar esse objetivo maior, é necessário realizar outros objetivos mais específicos. O primeiro deles é fundamentar teoricamente uma opção a respeito do conceito de gramaticalização, uma vez que, nas discussões sobre o tema, é possível reconhecer diferentes concepções para o fenômeno. Esse é o assunto do capítulo inicial, no qual examino criticamente uma extensa bibliografia, que inclui não só trabalhos de autores como Heine, Hopper, Traugott e Sweetser, que estão diretamente envolvidos com o estudo da gramaticalização, mas também trabalhos de outros pesquisadores que, de uma forma ou de outra, elaboraram representações para esse processo de criação lingüística.

O segundo objetivo também é de natureza teórica: além do próprio conceito, aprofundo outras questões relacionadas aos processos de gramaticalização como, por exemplo, aspectos relativos à motivação, aos estágios morfossintático e semântico, e aos caminhos percorridos pelo item em mudança. Isso será feito no segundo capítulo, no qual questiono, entre outras coisas, a unidirecionalidade da mudança, que tem sido considerada o princípio mais fundamental da gramaticalização.

O terceiro objetivo específico consiste em explicitar quando e por quê a língua portuguesa começou a produzir perífrases conjuncionais, justapondo a partícula QUE a palavras de diferentes categorias, principalmente advérbios e preposições. Esta é a meta do terceiro capítulo, que recupera um pouco da história das conjunções, partindo das formas de conexão empregadas no latim clássico e no latim vulgar. Por meio desse levantamento histórico, pretendo esclarecer que as conjunções tendem a sofrer transformações contínuas e até mesmo a desaparecer; e que a formação das perífrases conjuncionais é um fenômeno bastante antigo, que teve início no latim antigo.

A investigação do comportamento lingüístico de SÓ QUE é o objetivo do quarto capítulo, no qual identifico os vários usos da perífrase e descrevo as condições gerais - semânticas e pragmáticas - que regem cada um desses usos. Como se verá, essa descrição depende, em grande parte, da consideração de aspectos relacionados à orientação argumentativa e à distribuição de informação. A exposição mostrará ainda que SÓ QUE apresenta cinco acepções de sentido que, embora tendo características lingüísticas distintas, preservam o sentido básico de quebra de expectativa.

Tendo em vista que as conjunções típicas são classificadas, conforme o tipo de conexão que estabelecem, em coordenativas ou subordinativas, meu quinto objetivo é verificar em qual dessas duas formas de conexão a perífrase SÓ QUE pode ser enquadrada. Esta é a tarefa do capítulo cinco, no qual busco parâmetros para sustentar a tese de que os segmentos unidos por SÓ QUE são externos, ou seja, que SÓ QUE é uma conjunção de natureza essencialmente coordenativa. Para tanto, recorro a uma proposta teórica que lança mão não só de critérios sintáticos, mas também semânticos.

Meu último objetivo é reunir evidências sincrônicas de que SÓ QUE é realmente produto de um processo de gramaticalização. Para isso, (i) considero alguns critérios levantados na bibliografia; (ii) analiso os vários empregos de SÓ; (iii) considero as cinco acepções de sentido SÓ QUE e sua multifuncionalidade em diferentes domínios de interpretação; (iv) analiso SÓ QUE à luz de parâmetros que ajudam a definir as conjunções típicas; e, (v) confronto as características da perífrase SÓ QUE com as de MAS, a conjunção adversativa prototípica do português.

Na conclusão, faço um breve apanhado dos resultados obtidos.

Capítulo 01

Algumas maneiras de entender a “Gramaticalização”

No presente capítulo, busco uma fundamentação teórica mais sólida a respeito do conceito de “gramaticalização”. Para tanto, faço uma análise crítica da bibliografia relevante, a fim de mostrar que é possível reconhecer, nas discussões sobre esse tema, diferentes concepções para o fenômeno lingüístico que vem sendo chamado “gramaticalização”.

01. Três exemplos característicos

Para começar, apresento três fenômenos, respectivamente, do Francês, da língua africana Ewe, e do Português, que são amplamente reconhecidos como exemplos característicos de Gramaticalização.

1.1 A gramaticalização da negativa, no Francês

- (01) Je *ne* vais un pas >
 Je *ne* vais *pas* >
 Je *ne* peux *pas* le faire.

Segundo Wartburg (1946), no francês antigo, a negação era feita por meio da partícula *ne*, colocada antes do verbo. Supõe-se que, com o tempo, os falantes passaram a empregar junto ao *ne* itens nominais, do tipo *mie*, *point*, *pas*, *gout(t)e*, com o intuito de enfatizar a negação. Entre esses nomes, o mais difundido foi *pas*. A princípio, o *pas* era empregado apenas com verbos de movimento, em que seu significado básico “passo” era particularmente apropriado (*Je ne vais pas*), mas depois ele foi estendido analogicamente para todos os verbos, tornando-se um componente fixo e necessário da construção negativa, que se cristalizou na perífrase

descontínua *ne...pas*. No francês de hoje, o *ne* vem sendo progressivamente abandonado e são cada vez mais freqüentes construções como *Il sait pas*, em que o *pas* é o único marcador. Há pleno consenso de que a história da negação do francês exemplifica um “processo de gramaticalização”, pelo qual o item nominal *pas*, em contextos específicos de negação, tem seu significado básico transformado, ao mesmo tempo em que migra da categoria nominal para a de partícula negativa.

1.2 A gramaticalização da conjunção integrante, no Ewe

- (02) (a) *me-bé me-wo-e*
 eu-dizer eu-fazer-isso
 “eu disse, eu fiz isso/ Eu disse que eu fiz isso”
- (b) *me-gblo bé me-wo-e*
 eu-dizer dizer eu-fazer-isso
 “eu disse que eu fiz isso”

O exemplo (02), do Ewe, foi extraído de Hopper & Traugott (1993:14). Trata-se de um caso em que um verbo de dizer é gramaticalizado em conectivo introdutor de oração encaixada. No Ewe, conforme (02a), quando o verbo da oração matriz é *bé* (“dizer”), não é necessária a presença de conectivo. No entanto, conforme (02b), se algum outro verbo de dizer, diferente de *bé*, aparece na matriz, então *bé* é empregado como conectivo. Esse emprego se expandiu a ponto de *bé* ser usado depois de qualquer tipo de verbo.

1.3 A gramaticalização de ‘estar’, no Português

Vários estudiosos, entre eles Silveira (1980), Mattos e Silva (1989, 1994), Mendes (1999) e Kewitz (2002a/b), se esforçaram para explicar o processo de gramaticalização do verbo *estar* no português do Brasil. Os exemplos em (03), retirados do trabalho de Mendes, mostram que de verbo pleno, com o sentido de “ficar de pé”, *estar* se gramaticaliza em construções locativas e atributivas, e, mais recentemente, passa a integrar perífrases de gerúndio, nas quais funciona como um verdadeiro auxiliar.

- (03) (a) *Maltreito de sas feridas, Galaaz non estede* (séc. XIII) → verbo pleno
 (b) *da capitania de Sto.Amaro, em cujo districto e jurisdição
 as ditas terras estavam* (séc. XVII) → construção locativa
 (c) *é uma cidade que tem 100 annos e está podre* (séc.XIX) → atributiva
 (d) *está havendo aí uma grande campanha* (séc. XX) → perífrase

Esses três exemplos compartilham a concepção de que um item, em condições muito particulares de emprego, pode assumir uma função nova, diferente daquela original. Fenômenos desse tipo, reunidos sob o rótulo de “gramaticalização”¹, foram objeto de várias tentativas de explicação. Contudo, em razão do número de idéias desencontradas, a questão requer, no mínimo, uma nova avaliação. Por isso, no presente capítulo, procuro equacionar as diferentes explicações para o que vem sendo denominado gramaticalização.

Uma definição padrão, adotada com frequência nos trabalhos atuais, é aquela dos alemães Heine e colaboradores (1991): quando uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical ou, quando uma unidade gramatical assume uma função ainda mais gramatical, temos casos de gramaticalização. Mais específica, porém, é a definição oferecida por Traugott & König (1991), para quem a gramaticalização se refere principalmente a um processo dinâmico, unidirecional e histórico, por meio do qual itens lexicais, no curso do tempo, adquirem um estatuto novo, como formas gramaticais. Nesse processo, salientam os autores, são codificadas relações que antes não eram codificadas ou que o eram de forma diferente.

Em contraste com a definição de Traugott & König, Lehmann (1982) afirma que a gramaticalização pode ser interpretada como um processo sincrônico, a propósito do qual ele procurou estabelecer uma série de princípios com vistas a “medir”, sincronicamente, o grau de gramaticalidade de um item. Givón, por sua vez, popularizou a idéia de que a gramaticalização (ou melhor, a “sintaticização”, para me

¹ Na literatura lingüística, são comuns os termos *gramaticalização* e *gramaticização*, sendo que o primeiro é bem mais difundido. A diferença entre eles, que por comodidade é ignorada por muitos estudiosos, é que a gramaticalização se refere a um processo de mudança que ocorre no plano diacrônico, ao passo que a gramaticização ocorre no plano sincrônico.

valer de sua terminologia) equivale à transição de estruturas pragmáticas para sintaxe. Em outra linha de investigação, referida como paradigma da “Gramática Emergente”, Hopper (1987, 1996) propõe, entre outras coisas, que o termo “gramaticalização” seja usado como sinônimo de “gramática”. Segundo ele, não há gramática sincrônica estável, mas sim uma estruturação contínua, de modo que só existe gramaticalização. Essas poucas referências, aliadas aos três exemplos acima, estão longe de dar conta da bibliografia sobre o assunto, mas são suficientes para mostrar que há consenso sobre o caráter processual da gramaticalização, mas não sobre a natureza de tal processo, o que justifica uma incursão pela história da noção de gramaticalização.

No que segue, procuro identificar as possíveis explicações para o fenômeno da gramaticalização, partindo da análise dos trabalhos de diversos autores, antigos e atuais, alguns deles bastante conhecidos pelos estudiosos do assunto (como Heine, Hopper, Traugott, Sweetser) enquanto outros (como Paul e Halliday) sequer são relacionados às teorias que tratam da gramaticalização. As discussões variam em extensão, o que não significa que dediquei maior importância a um ou outro trabalho. Sem me preocupar com a dimensão, meu único objetivo foi o de expor, em cada caso, as informações que julguei mais relevantes.

Antes de prosseguir, quero ressaltar que os estudos na perspectiva da gramaticalização tiveram ao longo do tempo diferentes graus de importância na teoria linguística. Se, por um lado, representaram preocupação central para os pesquisadores empenhados em desvendar a etimologia das línguas, por outro, foram deixados de lado por aqueles que, adeptos do modelo saussureano, defendiam uma descrição linguística estritamente sincrônica. Em virtude dessa variação de interesse, a história dos estudos sobre gramaticalização é caracterizada pela formação de “focos” de pesquisa, que privilegiavam diferentes dimensões do fenômeno. Um desses focos emerge no final do século XIX e início do século XX e tem em Meillet uma de suas maiores expressões².

² Um trabalho fundamental, anterior ao de Meillet (e que muito influenciou este autor) foi realizado pelo neogramático alemão Gabelentz (1891), que tinha um profundo conhecimento sobre as línguas indo-européias. Entre outras contribuições, Gabelentz propôs a noção de um espiral evolucionário para descrever o processo de recriação de categorias gramaticais. Graças a seu trabalho, tornou-se trivial em linguística a idéia de que ‘o que hoje são afixos eram, no passado, palavras independentes’.

02. A contribuição de Antoine Meillet: O léxico alimenta a gramática

Os trabalhos sobre gramaticalização realizados na última década citam frequentemente o clássico *L'évolution des formes grammaticales* (1965 [1912]), de A. Meillet, e reservam para o autor um papel pioneiro no processo de definir gramaticalização e de justificar a relevância de seu estudo como um tópico importante em lingüística. Na realidade, naquele trabalho, o que Meillet faz é distinguir dois aspectos da dinâmica das línguas, já conhecidos e investigados há bastante tempo. A saber, ele trata de separar dois procedimentos que, resultantes do uso que é feito da língua, seriam os grandes responsáveis pelo surgimento de formas gramaticais. Um deles é a inovação analógica que consiste, em termos muito gerais, na criação de uma forma nova a partir do modelo de outra já existente no sistema da língua. Esse tipo de criação é muito freqüente entre as crianças, na aquisição de primeira língua. Como exemplo, retomo de Meillet as considerações sobre o verbo *dire*, do francês, cuja segunda pessoa do plural é *vous dites*. O autor diz que as crianças francesas, quando aprendem a falar, são levadas a formar *vous disez*, em lugar de *vous dites*, mesmo sem nunca ter ouvido aquela forma antes. Isso se explica pelo fato de que todos os verbos regulares fazem o plural de segunda pessoa em *-ez*, como por exemplo *finissez*, *rendez*, *lisez*, e as crianças tendem a seguir essa regularidade.

O segundo procedimento, para o qual Meillet cunhou o termo gramaticalização, é definido como a atribuição progressiva de caráter gramatical a uma palavra previamente autônoma. Para Meillet, a gramaticalização, diferentemente da analogia, é de importância decisiva, pois enquanto a analogia apenas renova detalhes das formas, em nível superficial, a gramaticalização cria formas novas que substituem as antigas já desgastadas pelo uso e, além disso, introduz categorias para as quais não havia expressão lingüística antes, podendo, assim, transformar o sistema lingüístico como um todo.

De um ponto de vista mais estrito, a Gramaticalização, na concepção de Meillet, equivale a um processo de mudança lingüística, principalmente diacrônico e gradual, no qual palavras em algum sentido plenas são pressionadas, em determinadas circunstâncias, a funcionar como elementos em algum sentido gramaticais. Tal

processo tem, segundo ele, uma motivação característica e segue um curso previsível. A motivação se encontra na necessidade constante que os falantes têm de ser expressivos, de buscar na linguagem maneiras inovadoras de designar idéias já conhecidas. Meillet afirma que o uso freqüente das palavras leva ao desgaste e faz com que elas sejam reproduzidas de forma automática, desprovidas de qualquer expressividade. Mas, como adverte o autor, os falantes, inconsciente e naturalmente, tendem a reagir contra essa falta de expressividade, criando formas alternativas, a partir de palavras disponíveis no repertório da língua, as quais mais tarde se gramaticalizam.

O curso previsível, a que Meillet se refere, decorre da unidirecionalidade do processo: as palavras principais da língua servem de fonte para a criação das palavras acessórias e gramaticais, e não vice-versa. O autor entende por palavras principais aquelas que indicam as idéias essenciais e que são realizadas sobretudo por nomes, adjetivos, verbos e complementos circunstanciais; e por palavras acessórias e gramaticais aquelas que, além de especificar o valor das palavras principais, regulam a gramática da língua, sendo realizadas principalmente por preposições, conjunções e auxiliares. Esse enquadramento das classes de palavras em um ou outro conjunto é, de certa forma, relativo. Na verdade, uma palavra pode ser principal, em uma frase, e acessória ou gramatical, em outra. A título de exemplo, Meillet menciona as mudanças sofridas pelo verbo *être*, do francês, que ora é palavra principal ou verbo locativo (*Je suis chez moi*), ora assume o sentido de palavra acessória ou verbo de ligação (*Je suis malade*), ou ainda, funciona como palavra gramatical ou verbo auxiliar (*Je suis parti, je suis allé*)³.

O autor explica que a variação categorial de palavra principal a acessória/gramatical pode ser acompanhada por duas alterações fundamentais, a saber, redução na forma fonológica e enfraquecimento do significado básico. Sendo assim, é preciso entender que a gramaticalização, da perspectiva de Meillet, é um processo de mudança inter-componencial, global, no sentido de que pode afetar

³ Esse exemplo dá a entender que Meillet concebe a gramaticalização alternativamente como um processo diacrônico, em que palavras principais dão lugar a palavras acessórias e gramaticais, e também como um processo sincrônico, em que os diferentes usos de um mesmo item convivem num mesmo recorte no tempo.

simultaneamente vários componentes da língua, a sintaxe, a morfologia, a fonologia e a semântica.

Para Meillet, o desejo de obter palavras mais expressivas dispara processos de gramaticalização, à medida em que palavras independentes são recrutadas para a ênfase. Essas palavras, com o tempo, sofrem determinados tipos de mudança e, na etapa final desse processo, se transformam em simples instrumentos gramaticais. Alternativamente, para a ênfase, o falante pode lançar mão da combinação de palavras autônomas, fazendo surgir novas unidades lingüísticas, carregadas de expressividade. É isso o que provavelmente motivou a formação da perífrase *laissez venir*, em sentenças do tipo: *laissez venir à moi les petits enfants*. Meillet explica que as palavras *laisser* e *venir* constituíam, a princípio, duas palavras semanticamente distintas, mas que houve um momento, na história do francês, em que se tornou hábito agrupar o *laisser* com um infinitivo, o que resultou em um enfraquecimento dessa palavra, que perdeu seu significado próprio e começou a funcionar como um tipo de auxiliar.

Nessa acepção, a gramaticalização equivale então a um processo em cujo ponto de partida há um item de natureza lexical/expressiva e, em cujo final, há um item de natureza gramatical. Portanto, podemos dizer, seguindo Meillet, que o léxico continuamente alimenta a gramática. Relembremos o exemplo (01), no qual um elemento do domínio lexical, o nome *pas*, é selecionado para enfatizar a negação e termina por se gramaticalizar em marcador de negação, depois de perder sua semântica nominal.

Embora não faltem na literatura lingüística escritos sobre a separação entre o léxico e a gramática, trata-se de um tema que ainda requer reflexão. Segundo Melo (1967) a preocupação é bastante antiga. Há tempos, diz ele, são distinguidos dois grupos nos quais as palavras podem se enquadrar: o grupo das palavras categoremáticas, que designam seres ou ações do mundo real, e o grupo das palavras sincategoremáticas, que designam “acidentes” ou modificações que afetam os seres ou as ações. Mais tarde, a lingüística contemporânea apropriou-se dessa classificação, especificando que as categoremáticas, também denominadas lexicais ou de significação externa, são palavras que têm semântica por si mesmas, que existem em

número ilimitado na língua e que facilmente podem passar de uma língua para outra, ao passo que as sincategoremáticas, também denominadas gramaticais ou de significação interna, são palavras que, como o próprio nome sugere (o prefixo “sin-“ denota a idéia de junção), só têm sentido quando relacionadas com outras palavras.

Castilho (1997a:58) ressalta que por trás do entendimento da gramaticalização como a passagem de um item lexical para uma categoria gramatical está o pressuposto de que há uma separação clara entre “itens lexicais”, como integrantes do Léxico da língua, componente em que predominam as idiossincrasias, e “categorias gramaticais”, do tipo morfemas ou palavras funcionais (auxiliares, nexos), que integram a Gramática da língua, componente em que predominam as regularidades. Na verdade, adverte Castilho, a questão é muito mais complexa, pois *é preciso ter em conta que mesmo fora do enunciado (em “estado de dicionário”, no feliz achado de Carlos Drummond de Andrade), as palavras já dispõem de propriedades gramaticais (fonológicas, morfológicas e sintáticas), semânticas (referencialidade, predicatividade, dêixis, foricidade) e discursivas (topicalidade, coesividade).*

Mas voltando à exposição do trabalho de Meillet, deve estar claro a esta altura que, do ponto de vista desse autor, a gramaticalização é produto de um procedimento de renovação lingüística muito mais amplo, que não tem fim: a todo momento a necessidade de imprimir expressividade à linguagem cria palavras mais surpreendentes que, em decorrência do emprego freqüente, vão gradativamente perdendo seu valor expressivo e significação plena, passando a funcionar como simples formas gramaticais, destituídas de força. *Les langues*, diz Meillet, *suivent ainsi une sorte de développement en spirale: elles ajoutent des mots accessoires pour obtenir une expression intense; ces mots s'affaiblissent, se dégradent et tombent au niveau de simples outils grammaticaux; on ajoute de nouveaux mots ou des mots différents en vue de l'expression; l'affaiblissement recommence, et ainsi sans fin.* (p.140-141)

Antes de terminar seu artigo, Meillet abre a possibilidade de estender a noção de gramaticalização para o nível da sentença. Pensando mais especificamente na ordem das palavras, Meillet sustenta sua argumentação no percurso histórico que caracterizou a evolução do Latim ao Francês. Em tal percurso, o autor identifica o

que julga ser o caminho universal da gramaticalização: a passagem do lexical/expressivo para o gramatical. Por outros termos, o autor sugere que é da ordem da gramaticalização o fenômeno pelo qual o valor expressivo (semântico/pragmático) da ordem de palavras, típico do Latim (que dispunha de uma rica morfologia de casos para determinar as funções gramaticais), foi substituído, na língua filha, por um valor gramatical.

Pouco depois da publicação do trabalho de Meillet, a lingüística foi dominada pelo estruturalismo saussureano, e os estudos sobre gramaticalização sofreram um retrocesso. Dados os pressupostos teóricos (i) de que a descrição lingüística deveria ser sincrônica; e, (ii) de que a relação entre forma e significado é arbitrária – não havia espaço para o estudo da variação, mudança lingüística e gramaticalização. Como informam Hopper & Traugott (1993), durante esse período, os trabalhos mais significativos sobre o assunto foram aqueles de Kurylowicz (1965), de Watkins (1965) e de Benveniste (1968). Só mais tarde, por volta da década de setenta, é que se renovou o interesse pela gramaticalização. Entre os fatores que contribuíram para o renascimento da gramaticalização estão, de um lado, a crescente insatisfação com os modelos estáticos de descrição gramatical e, de outro, o interesse pela pragmática (que possibilitou a redescoberta da interface entre estrutura e uso) e também pelos universais da linguagem (Greenberg, 1966). Nesse segundo momento importante, os estudos sobre gramaticalização tiveram um fantástico avanço sobretudo com os trabalhos de Givón (1979), e, um pouco mais tarde, com os trabalhos dos alemães Heine & Reh (1984) e Lehmann (1982), que discuto nas próximas seções.

03. A proposta de T. Givón: A pragmática alimenta a gramática

Uma nova representação da gramaticalização que muito influenciou os trabalhos das gerações posteriores está em Givón (1979). Por meio da análise de exemplos de diversas línguas, o autor desenvolveu a tese de que as estruturas gramaticais de qualquer língua são produto de constantes mudanças, motivadas por necessidades do discurso. Nesse sentido, diz ele, as estruturas discursivo-pragmáticas, tipicamente mais “frouxas”, se desenvolvem, através do tempo, em estruturas sintáticas gramaticalizadas, tipicamente mais “ajustadas”. Esse processo

unidirecional, pelo qual a linguagem toma estruturas do discurso e as condensa – via sintaticização – em estruturas sintáticas, é bem representado pelo slogan “a sintaxe de hoje é a pragmática discursiva de ontem”, do qual se apropriou uma lingüística funcionalista emergente, que se opunha ao formalismo chomskiano que prevalecia.

À semelhança de Meillet, Givón sustenta que o processo de sintaticização é essencialmente diacrônico e cíclico. A diferença é que, para ele, o ponto de partida é sempre um elemento do discurso, que passa pelo estágio de sintaticização, depois pode sofrer desgaste fono-morfológico e, finalmente, chega ao “estágio zero”, a partir do qual o processo deve recomeçar: discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero. Subjacente a esse caminho unidirecional, Givón postulou a existência de dois pólos extremos no modo comunicativo - o modo pragmático e o modo sintático – e sugeriu que o segundo tem origem a partir do primeiro. Segundo ele, o modo pragmático caracteriza-se pelo predomínio da estrutura tópico-comentário, pela conjunção frouxa, pela ordem de palavras não estável e pelo uso reduzido de morfologia gramatical, enquanto o modo sintático, por seu lado, caracteriza-se pela estrutura sujeito-predicado, pela subordinação, pela ordem rígida de palavras e pelo uso elaborado da morfologia gramatical. Nesses termos, a passagem de um elemento do modo pragmático para o sintático é o que Givón entende por sintaticização ou gramaticalização.

Givón menciona, entre outros exemplos, a mudança de tópico em sujeito. Ele conseguiu mostrar que existe uma relação diacrônica entre a noção discursivo-funcional de tópico, e a noção sintático-gramatical de sujeito, a saber, os sujeitos são tópicos gramaticalizados. Givón argumenta que uma das principais propriedades dos sujeitos, a concordância com o verbo, é fundamentalmente uma propriedade do tópico, que é transferida diacronicamente a partir da reanálise do tópico em sujeito. Todo esse processo seria exemplificado de maneira intuitivamente óbvia pelos dois exemplos de (04):

(04) *My ol'man, he rides with the Angels* → *My ol'man he-rides with the Angels*

Tópico pro verbo

Sujeito ag-verbo

“Forma fonte”

“forma gramaticalizada”

A dicotomia pragmático vs sintático explica, segundo Givón, contrastes existentes na comunicação humana como, por exemplo, a diferença entre a fala pidgin e a crioula, entre a linguagem infantil e a linguagem adulta e também entre a linguagem informal e formal, que ele associa respectivamente à fala e à escrita.

Modo pragmático, “frouxo”	Modo sintático, “ajustado”
Pidgin	Crioulo
Linguagem infantil	Linguagem adulta
Linguagem informal, oral, não-planejada	Linguagem formal, escrita, planejada

Segundo Givón, as línguas pidgins exibem um caso extremo do modo de comunicação pragmático: não há uma ordem de palavras consistente; o uso de morfologia gramatical é reduzido; a estrutura sujeito-predicado dificilmente é identificada, e a bipartição do enunciado em tópico-comentário é bastante transparente. Praticamente não se encontra subordinação sintática e as orações são em geral separadas por uma pausa considerável. Por outro lado, a fala crioula se encaixa no modo sintático: apresenta ordem de palavras fixa, morfologia gramatical abundante, entoação, encaixamento e diversas restrições. Dadas as características acima, Givón afirma que a criação de uma língua crioula a partir do pidgin representa um exemplo de sintaticização.

A mesma relação de derivação se aplica à diferença entre a fala da criança e a do adulto e também à diferença entre os níveis de registro (formal e informal). Quanto à primeira, Givón dá indicações de que a linguagem infantil repousa basicamente no modo pragmático: predominam os tópicos às custas dos sujeitos, a ordem de palavras é pragmática (o “dado” seguido pelo “novo”), e os períodos são em geral curtos e construídos parataticamente. Em contraste, a linguagem do adulto é mais sintatizada. Também nesse caso, sugere Givón, o modo sintático evoluiu, com o tempo, a partir do modo pragmático. Por fim, quanto ao nível do registro, Givón levanta as seguintes oposições. No informal, por um lado, há (i) construções topicalizadas, ausentes no registro formal planejado; (ii) menos encaixamento e mais coordenação; (iii) redução da morfologia gramatical; e, (iv) estrutura tópico-

comentário mais proeminente. No formal, por outro lado, há (i) planejamento cuidadoso, com correções e reformulações; (ii) carência total de ênfase; (iii) ausência de monitoramento face a face; e, (iv) *background* pressuposicional gradual.

A propósito das considerações feitas nesta seção, é necessário ressaltar dois aspectos, um positivo e outro negativo. O primeiro diz respeito ao fato de que Givón inaugurou uma linha de pesquisa em que a gramaticalização passou a ser vista não só como a reanálise de material lexical em material gramatical, mas também como a reanálise de padrões discursivos em padrões gramaticais. Em outras palavras, a orientação funcionalista de Givón introduziu na discussão sobre gramaticalização - que até então considerava apenas o léxico e a gramática - um novo campo de interesse: a pragmática discursiva. O outro aspecto é que, apesar de trazer uma contribuição significativa, a proposta de Givón não está livre de questionamentos. Os pontos mais vulneráveis se referem, em primeiro lugar, ao mistério que cerca a referida passagem do modo pragmático para o sintático; e, em segundo, à própria noção de pragmática, que mais se assemelha a uma macrosintaxe, visto que é freqüentemente descrita por meio de categorias gramaticais. A esse respeito, Castilho (1997a:58) insiste em que *qualquer item lexical contextualizado nos usos da língua preserva, ao mesmo tempo, suas propriedades sintáticas, discursivas e semânticas, sem que precisemos estabelecer correlações de precedência genética entre eles*. Portanto, o autor não vê utilidade em sustentar uma relação de derivação entre categorias do discurso e categorias da sintaxe.

De todo modo, essa idéia de que estruturas típicas da comunicação se cristalizam em estruturas mais rígidas da sintaxe estava claramente presente, há muito tempo, nos escritos do neogramático Hermann Paul, que a expõe a propósito da transformação da estrutura tópico-comentário na estrutura sujeito-predicado. Embora o trabalho de Paul não seja mencionado na literatura sobre gramaticalização, creio que dele podemos extrair um conceito interessante para o fenômeno, além de um exemplo fortemente representativo.

04. A concepção psicológica, de Hermann Paul

A noção de Gramaticalização que se extrai da obra de Hermann Paul (1886), está em certo sentido entrelaçada à sua hipótese para a formação de conjunções. Segundo o autor, a criação de conjunções freqüentemente decorre da articulação entre dois domínios distintos, nos quais a linguagem opera em nível oracional, a saber: os domínios psicológico e gramatical. Por isso, antes de mais nada, convém analisar a concepção de Paul a respeito de orações.

Segundo sua definição de oração, que é totalmente desvinculada de critérios gramaticais, toda oração vale como o registro lingüístico de um fenômeno psicológico: *a oração é a expressão lingüística, o símbolo de se terem associado na alma do que fala várias idéias ou grupos de idéias e o meio para criar na alma do que ouve a referida associação das referidas idéias* (grifo meu). Com uma definição ampla como esta, ele pôde abarcar vários tipos oracionais, de complexidade variável, além de conseguir mostrar a inadequação de definições sintáticas estritas como, por exemplo, a de que “a oração tem de conter um verbo na forma finita”. A maior dificuldade colocada pela noção de oração, nos moldes de Paul, reside na indefinição dos termos “associação” e “idéias”, sobre os quais tentarei, a seguir, chegar a algum entendimento.

A referida associação de idéias, que é a base para a constituição de orações, é realizada, segundo Paul, por meio de artifícios como (i) a ordenação das palavras correspondentes às idéias; (ii) a entoação (Carlos não vem – Carlos não vem); a (iii) modulação do tom, que permite a classificação das orações em afirmativa, interrogativa, imperativa; (iv) a velocidade de emissão; e (v) o emprego de partículas de ligação, tais como preposições, conjunções e verbos auxiliares. A menor ou maior exatidão do modo como as idéias podem se associar umas às outras depende da quantidade e da certeza destes artifícios lingüísticos.

Paul reúne no grupo das orações expressões nominais de apenas um membro como “fogo!” e “pronto!”, outras mais complexas como “um copo de cerveja?” e “ninguém em casa?”; expressões verbais do tipo “chove!”, frases com verbos finitos, como “o homem vive” e, saindo dos limites da oração simples, as orações complexas feitas por parataxe e hipotaxe. Paul consegue assimilar essa variedade de estruturas,

em razão de todas se encaixarem num modelo de oração psicologicamente fundamentado, em que se distinguem dois elementos principais, que têm funções psicológicas profundamente diferentes: o sujeito e o predicado psicológicos. Como se verá, a explicitação desse modelo desvela, ao menos em parte, o contexto em que a expressão “associação de idéias” deve ser entendida.

O sujeito psicológico é definido por Paul como *a primeira quantidade de idéias existente no consciente do que fala, do que pensa, e a ela associa-se uma segunda, o predicado psicológico*. Por outros termos, o autor esclarece que o sujeito psicológico é algo sobre o qual o falante quer fazer o ouvinte pensar, para onde ele quer dirigir a atenção do ouvinte, enquanto o predicado psicológico, por sua vez, é o que se acrescenta de relevante sobre o primeiro. Há ainda uma terceira categoria – os membros de ligação – a que se chega por exclusão eliminando os dois segmentos mais essenciais da oração.

Para a distinção entre o sujeito e o predicado psicológicos, Paul lança mão de dois recursos, um prosódico e outro sintático, aos quais ele atribui diferentes graus de importância. O recurso prosódico, que ele chama de intensidade do acento, é o mais seguro e determina que entre os elementos constitutivos da oração, é o predicado psicológico que recebe o acento mais forte, o que o qualifica como mais significativo e relevante para a comunicação. Recurso menos preciso é a ordem das palavras que, em algumas circunstâncias, pode interagir com o acento. Mesmo que a ordem sujeito-predicado seja a preferencial, tal como defendido pela maioria dos pesquisadores, ela certamente tem exceções. Em uma delas, o sujeito pode ser omitido quando a noção designada por ele já apareceu antes, de modo que o ouvinte, ao tomar conhecimento do predicado, normalmente tem em mente o sujeito correspondente. Em outra situação particular, o sujeito pode ser acrescentado ulteriormente, como um *afterthought*. Neste caso, pelo grande interesse em emitir a idéia principal, o falante pode “esquecer” a orientação prévia ao seu interlocutor, cuja necessidade é percebida depois, levando o falante a expressar o sujeito mais tardiamente.

As já mencionadas orações de um só membro aparentemente criam problema para o princípio básico de Paul segundo o qual as orações, em sentido psicológico, são constituídas por dois elementos. Mas, conforme explica o autor, há casos, como o

de orações nominais como “fogo!”, em que dado o alto grau de evidência de um dos membros - em geral o sujeito psicológico - este não requer qualquer expressão lingüística. Para superar a aparente dificuldade de equiparar esses enunciados a legítimas orações, Paul estende à gramática a distinção, tradicionalmente reservada ao léxico, entre termos concretos e termos abstratos, e passa a distinguir dois grandes grupos de orações: as concretas e as abstratas. Ele entende por concreta a oração em que um dos membros principais, quer o sujeito ou o predicado psicológico, é concreto. Geralmente cabe ao sujeito atribuir à oração o caráter concreto. As designações concreto e abstrato não devem ser compreendidas nos termos da divisão tradicional dos substantivos, mas respectivamente como uma existência real ligada a limites de tempo e espaço, e uma noção geral, pura e ideológica. Desse modo, as orações concretas se referem sempre a uma situação presente, tomada como referência para uma operação de dêixis, ao passo que as abstratas expressam uma generalização⁴. Nesse contexto, as orações nominais de apenas um membro são tratadas como predicados de orações concretas, em que o sujeito, por ser óbvio demais, é suprimido e entendido apenas em vista dos elementos situacionais.

Pode-se inferir, então, a partir da explanação de Paul, que as misteriosas “idéias em associação” são, na realidade, idéias distintas que se situam em diferentes níveis ou planos da consciência. Se, como disse antes, o sujeito psicológico compreende a porção de idéias que vem primeiro à mente e que, por conseguinte, vai ancorar o aporte da segunda porção de idéias, é provável que ele se situe num plano mais imediato da consciência, disponível ou de fácil acesso. Já o predicado psicológico, que traz a porção principal de idéias, estaria num plano mais distante e seria evocado do subconsciente, a partir das idéias trazidas pelo sujeito. Nesse sentido, a consciência dos falantes é concebida como uma estrutura abstrata onde interage, de maneira diversa, uma quantidade de idéias diferentes. A combinação particular de determinadas idéias pode ser “ativada” por ser relevante para a

⁴ Segundo Paul, as orações concretas e abstratas não necessariamente têm formas de expressão diferentes. O contexto e a situação são suficientes para o reconhecimento da natureza das orações. Por exemplo, a sentença “O homem é mortal” é abstrata, pois expressa a generalização de que “todos os homens (= a natureza humana) são mortais”. Já a sentença “O homem é insuportável” é concreta, pois “o homem” provavelmente se refere a ‘um homem em uma situação presente’. Quando há ambigüidade na interpretação, a sentença é qualificada como abstrata-concreta.

comunicação, e é exatamente essa combinação que vai resultar nas orações. Ou seja, a partir de uma porção de idéias “fresca” na consciência dos interlocutores (sujeito psicológico) é ativada uma outra porção de idéias, não disponível à atenção num primeiro momento, mas informacionalmente mais rica (predicado psicológico).

Até o momento, ao falar em sujeito e predicado (psicológicos), Paul se refere a idéias e não a palavras. Fica evidente que a estrutura psicológica não coincide necessariamente com a estrutura gramatical de mesmo nome (sujeito e predicado gramaticais). Paul explica que *cada parte da oração, seja qual for a forma gramatical em que aparece, pode ser, considerada psicologicamente, sujeito, predicado ou membro de ligação.*

Retomemos de Paul, a título de exemplo, a oração “Carlos vai amanhã de comboio para Berlim” que, antes de qualquer coisa, pode ser dividida nas quatro partes: “Carlos” - “vai de comboio” - “amanhã” - “para Berlim”. Nos termos da estrutura psicológica, a parte da oração que se separa mais nitidamente das demais é, em razão do acento entoacional, o predicado. Conforme a disposição dos locutores, cada uma dessas quatro partes da sentença em questão pode funcionar como o predicado e, portanto, se apresentar como o real objetivo da comunicação:

- a) se Carlos fará uma viagem amanhã, mas não se conhece o destino da viagem, então “para Berlim” é o predicado;
- b) se a viagem de Carlos para Berlim é certa, mas não se sabe quando ele irá, então “amanhã” é o predicado;
- c) se a viagem de Carlos para Berlim está marcada para amanhã, mas não se sabe com que meio ele irá, então “vai de comboio”, mais especificamente “de comboio” é o predicado; e,
- d) se alguém vai de comboio, amanhã, para Berlim, mas não se sabe quem, então “Carlos” é o predicado.

Em cada variante da primeira sentença, o predicado psicológico se superpõe a diferentes constituintes sintáticos e, além do mais, cada uma delas responde a diferentes perguntas: “para onde Carlos viaja amanhã?”, “quando Carlos viaja para Berlim?”, “Como Carlos viaja amanhã para Berlim?”, e “quem viaja amanhã para

Berlim?”, do que decorre que o elemento interrogativo (“onde”, “quando”, “como” e “quem”), quando preenchido na resposta, é o predicado psicológico.

Mesmo sem dispor de formulações absolutamente claras, Paul se esforça para estabelecer uma certa compatibilidade entre as propriedades psicológicas, por um lado, e as semântico-sintáticas, por outro; esforço este que demonstra sua percepção acerca da existência de uma estrutura oracional que integra os componentes semântico, sintático e psicológico. A esse respeito, Paul observa que um demonstrativo referente ao que se disse antes, quando colocado no início da oração, é sempre o sujeito psicológico ou ao menos parte dele: “encontrei um livro, este parecia...”. Tal correlação se explica pelo fato de o demonstrativo se referir ao que veio antes e, portanto, representar a porção de idéias da qual se parte na mente do falante, e à qual irá se ligar idéias novas e essenciais. Ainda nesta mesma linha de raciocínio, podemos dizer que o pronome relativo é sempre o sujeito psicológico. Em contrapartida, o interrogativo, como sugere o autor, equivale ao predicado ou a uma parte do mesmo. Também equivale ao predicado psicológico toda a parte da oração cuja ligação com as restantes é rejeitada por uma partícula de negação como, por exemplo, “não (foi) a ele que eu chamei”. A negação, ressalta Paul, *nem sempre pertence ao predicado gramatical, mas pertence sempre ao psicológico, ou melhor, ela refere-se sempre à ligação do sujeito psicológico com o predicado*. Além disso, o predicado psicológico é compatível ainda com o contraste resultante de construções sintaticamente paralelas, como em “não é de manhã, mas à tarde que quero partir”, e à todas as partes de orações que são realçadas por partículas do tipo “só”, “apenas”, “precisamente”, “exclusivamente”, “sobretudo”, “ao máximo”.

Resta caracterizar ainda a terceira categoria psicológica constitutiva da oração, os chamados membros de ligação, elementos que podem estar correlacionados com as mais diferentes formas gramaticais. Os membros de ligação, na acepção de Paul, têm por funções básicas tornar possível a associação do sujeito com o predicado e determinar de maneira mais exata o “modo” dessa associação. É nesse contexto que Paul lança uma observação das mais surpreendentes de seus “Princípios Fundamentais” e especialmente significativa para o presente trabalho. Trata-se da idéia de que certas palavras, quando empregadas regularmente como membros de

ligação (categoria psicológica), se transformam em partículas de ligação (categoria gramatical), por meio de uma modificação de classificação. Ou seja, uma palavra antes autônoma passa a figurar como uma *palavra que têm como função indicar a relação entre dois conceitos, e que por isso só pode aparecer entre esses dois conceitos, de forma que não pode exprimir nada de autônomo, quer em si quer ligada a um conceito apenas*.

A passagem de membros de ligação para partículas de ligação traz esclarecimentos, ainda que implicitamente, a duas questões primordiais: (i) a origem das partículas conjuntivas; e (ii) o processo de mudança linguística que, num certo sentido a ser esclarecido, tem como exemplo fortíssimo essa passagem de um item do domínio psicológico para o domínio gramatical.

Por meio da relação genética que sustenta existir entre as categorias psicológicas e gramaticais, no sentido de que *toda a categoria gramatical se cria com base numa categoria psicológica*, Paul acredita poder captar o desenvolvimento histórico que fez nascer as primeiras formas conjuncionais.

As conjunções, segundo ele, emergiram a partir de um processo de mudança de classe sofrido por palavras previamente autônomas, características do domínio psicológico, que se “cristalizam” e passam a constituir elos oracionais, característicos do domínio da gramática. As palavras autônomas têm como correspondentes gramaticais diferentes classes de palavras, mas sobretudo advérbios e pronomes, que eventualmente podem aparecer ligados a outras palavras, para com elas constituir perífrases conjuncionais.

A modificação tem início quando uma partícula, normalmente pertencente à oração principal, se funde a uma outra partícula a ela relacionada e, mais tarde, a “sensibilidade linguística” considera esse todo uma autêntica partícula de ligação. Contudo, a mudança só é efetivada quando a palavra passa a ser usada regularmente na função de conjunção. É esse o processo que segundo Paul deu origem à mais importante partícula de ligação do alemão, o *dass* (port. *que*), que provém geneticamente do nominativo/acusativo do pronome demonstrativo.

A criação da categoria gramatical não anula a ação da categoria psicológica de origem, pois esta, como explica Paul, é independente da língua. Assim, completa ele,

a categoria gramatical é, de certo modo, uma congelação da categoria psicológica. Ao contrário, a categoria psicológica permanece sempre livre, vivamente ativa, podendo adquirir formas múltiplas e diversas conforme a concepção individual.

Se a formação de conjunções é resultado de um processo, em que por meio do congelamento de uma categoria psicológica cria-se um elemento gramatical, temos, então, um exemplo que traz em si uma concepção estrita de gramaticalização, ainda que esta terminologia seja completamente estranha ao texto de Paul. Trata-se de entender gramaticalização como o processo que leva ao descarte de uma categoria psicológica, no momento em que esta sofre um congelamento e passa a fazer parte da gramática.

05. M. A. K. Halliday: da função para a estrutura

Embora os trabalhos do britânico M. A. K. Halliday (1977) a respeito das bases funcionais da linguagem também não tenham tido eco nos estudos recentes sobre gramaticalização, retomo-os aqui para mostrar que eles encerram uma concepção estrita de gramaticalização, que merece ser comentada. A tese de Halliday é, essencialmente, que as estruturas gramaticais da língua são produto das várias funções para as quais ela é usada: *a língua é como é por causa daquilo que ela tem de fazer*. É na língua das crianças muito pequenas, diz ele, que podemos observar mais claramente as origens funcionais do sistema lingüístico. A este propósito, no melhor estilo do que já foi chamado “A Escola Lingüística de Londres”, Halliday encontra respaldo numa tese mais antiga, de Malinowski (1923), segundo a qual a língua em sua estrutura espelha as categorias reais derivadas da prática social da população que a fala.

Para explicitar a conexão entre as funções sociais (usos) da linguagem e a organização da linguagem como sistema, Halliday descreve o sistema lingüístico de Nigel, uma criança na idade de 19 meses. Segundo o autor, o sistema lingüístico de crianças pequenas como Nigel é funcionalmente simples: os enunciados são unidades constituídas por um conteúdo e uma expressão. O conteúdo equivale a uma série de alternativas funcionais que se especificam com relação às funções da linguagem e as

expressões são as realizações vocais, que incluem os componentes articulação e entoação.

Nesses termos, a linguagem infantil tem por características principais (i) a ausência do nível da forma: as enunciações não têm estrutura, nem palavras; e (ii) a funcionalidade: o conteúdo deve ser interpretado sempre com referência a um conjunto de funções pré-estabelecidas. Essas funções, nesse estágio da vida, têm uma representação imediata e biunívoca: dada a função, é previsível a expressão, dada a expressão, é possível identificar inequivocamente a função. Para ilustração, retomo as palavras de Halliday (1977, p.14): *Whenever, for example, Nigel says nananana it always means something like 'I want that thing now'; and when he expresses the meaning 'I want that thing now' by means of a vocal symbol, he always does so by saying nananana. This meaning-sound relation qualifies, so to speak, as part of a language. Let us refer to this requirement of a constant relation between content and expression as the requirement of systematicity.*

Halliday reconhece na fala de Nigel seis funções que a língua vem preencher. Cada uma delas apresenta uma quantidade de alternativas ou opções de significado, que mais tarde serão “atualizadas” por algum elemento formador da estrutura.

- (i) instrumental
- (ii) regulatória
- (iii) interacional
- (iv) pessoal
- (v) heurística
- (vi) imaginativa

A função instrumental se refere ao uso que a criança faz da língua para satisfazer suas necessidades materiais, habilitando-a a receber coisas e atendimento. É a função do “eu quero”, pela qual a criança pode solicitar alimentos, objetos, assistência física, etc. A função regulatória se refere ao uso da língua para controlar o comportamento de outras pessoas que convivem no mesmo ambiente. É a função do “faça como eu digo”. Por ela a criança pode pedir a companhia de outra pessoa, bem como uma ação específica, do tipo desenhar uma figura ou cantar uma música. A

diferença entre essas duas primeiras funções é que na instrumental o foco recai sobre os objetos e cuidados pedidos, não importando quem deve fornecê-los, ao passo que na regulatória o foco recai em um indivíduo particular, que se quer influenciar.

A função interacional se refere ao uso da língua pela criança como um meio de interagir tanto com as pessoas que a cercam, como também com aquelas ausentes (a criança pode chamar alguém). Por exemplo, os primeiros nomes de indivíduos particulares que a criança aprende são usados tipicamente com uma função interacional. A função peçoal, por outro lado, compreende o uso da língua para a expressão da própria consciência. Inclui expressões de sentimento peçoal, de participação e abstenção, de interesse, de prazer, de desgosto, e assim por diante. Trata-se, em certo sentido, do uso da linguagem para o desenvolvimento da personalidade.

A função heurística se refere ao uso da linguagem com o propósito de explorar o ambiente. É a função do “diga por que”, aquela que mais tarde evolui para a grande quantidade de formas de questionamento usadas pelas crianças. Por fim, a função imaginativa se refere ao uso que a criança faz da linguagem visando a criar um universo para si própria, um mundo a princípio de puro som, mas que gradualmente pode se transformar no domínio da escrita poética e imaginativa⁵.

Dessa forma, o desenvolvimento da linguagem é entendido por Halliday como o desenvolvimento de um potencial de significado, no qual uma quantidade de significados possíveis é combinada com os meios pelos quais esses significados podem ser realizados. Ou seja, aprender a língua é “aprender a como significar”.

Halliday sugere que, por volta dos dois anos de idade, a criança inicia a transição de sua proto-língua para o sistema lingüístico do adulto. Essa transição envolve dois passos fundamentais. No primeiro, a criança interpola um terceiro nível, entre o conteúdo e a expressão. O sistema lingüístico do adulto, explica o autor, não é constituído somente por significados e sons, mas há um outro nível de codificação, que é extremamente complexo, a saber, o nível da forma lingüística ou da léxico-gramática. No segundo passo, a criança aprende a se engajar no diálogo. O diálogo,

⁵ A função informativa, que possibilita veicular informações novas, também faz parte da vida da criança, mas sua importância é menor e seu aparecimento é mais tardio. Na maturação, essa função é crescentemente enfatizada, tanto que termina por dominar quase toda a língua adulta.

que para ela é um conceito novo, envolve a adoção, por parte do falante, de determinados papéis de comunicação, e a indicação, para o destinatário, de outro papel, que ele tem a opção de aceitar ou não.

Além disso, a realização das funções sociais é menos clara na linguagem do adulto, pois os enunciados são funcionalmente complexos, servindo simultaneamente a mais de uma função. Segundo Halliday, no decorrer da maturação, ocorre o processo que ele denomina “redução funcional”, que consiste na substituição das funções originais da língua infantil por um sistema funcional altamente codificado, que comporta um número muito grande de usos, organizados em apenas três funções ou “macro-funções”, a saber: ideacional, textual e interpessoal.

A macro-função ideacional, conforme Halliday explica, está presente em todos os usos que o adulto faz da língua. Ela diz respeito mais propriamente ao conteúdo do que é dito, ou seja, à interpretação e expressão de nossa experiência acerca dos processos do mundo exterior, incluindo também nossos processos mentais, materiais e abstratos de todos os tipos. Desse ponto de vista, a sentença é entendida como um processo. A macro-função textual é aquela que habilita o falante a criar um texto. Nesse caso, a sentença é entendida como uma mensagem. A macro-função interpessoal permite que o falante participe da situação de fala, usando a linguagem para aprovar, desaprovar, expressar crença, opinião, dúvida; para se incluir ou se excluir de um grupo social; para perguntar e responder; para expressar sentimentos pessoais; para ganhar intimidade; para cumprimentar, despedir-se, etc. Desse ponto de vista, a sentença é um ato de fala.

Recapitulando, a hipótese de Halliday é que aprender a língua mãe é aprender um sistema de significação. Inicialmente, na infância, essa aprendizagem consiste no domínio de certas funções básicas da linguagem (instrumental, regulatória, interacional, pessoal, heurística e imaginativa) e no uso de um potencial de significado a elas associado. Tais funções, como presume o autor, são universais na cultura humana e, portanto, devem ter implicações para o entendimento global da evolução da linguagem. As unidades desse primeiro sistema são biunívocas, dotadas apenas de um conteúdo e de uma expressão. Esse sistema funcional da criança evolui para o sistema funcional do adulto, em meio a duas transformações fundamentais: (i)

além de conteúdo e de expressão, as enunciações ganham uma gramática (sintaxe, morfologia, vocabulário); e (ii) a criança aprende a dialogar, adotando e indicando papéis. As funções da linguagem adulta, cujo número aumenta indefinidamente, são reorganizadas em três grandes macro-funções (ideacional, textual, interpessoal). Assim, as unidades lingüísticas passam a informar simultaneamente nesses três níveis, o que faz perder a transparência, que era própria da linguagem infantil.

Toda essa explanação foi feita com o intuito de mostrar que do trabalho de Halliday é possível extrair uma concepção de gramaticalização - diferente de tudo o que foi dito antes - que consiste em entender a emergência da gramática como a construção de um sistema que vai gerenciar as múltiplas funções da linguagem adulta. Mais especificamente, num dado momento, a linguagem passa a dispor de um conjunto complexo de funções significativas, que opera em diferentes níveis e que, em virtude de tal complexidade, necessita ser gerenciado. Os recursos para esse gerenciamento vêm da gramática, ou seja, é a introdução da estrutura gramatical que vai tornar possível a combinação das várias funções para a produção de enunciados.

É preciso atentar para o fato de que a concepção de Halliday está de certa forma presente em outros autores. Há muito em comum, por exemplo, entre as propostas de Halliday e Givón. Em ambos os casos é de algum modo admitido que na aquisição da linguagem ocorrem processos de fixação de uma gramática em que há deslocamentos de funções, e que esses processos têm conseqüências para a relação entre as formas e as funções. Também é compartilhada a hipótese de que, anteriormente ao desenvolvimento da linguagem adulta, a criança associa uma forma a uma determinada função, de maneira similar ao que ocorre nas linguagens “primitivas”.

06. A proposta do grupo alemão: A Gramaticalização como ferramenta empírica de descrição lingüística

6.1 Heine & Reh

O trabalho de Heine & Reh (1984) é considerado a primeira tentativa de estabelecer os princípios universais que regem a gramaticalização. Com esses princípios mais a combinação consciente das análises sincrônica e diacrônica

(alternativamente chamada “pancrônica”⁶), os autores pretendiam formular uma “teoria da gramaticalização” que pudesse dar conta da descrição gramatical de qualquer língua natural.

Inicialmente, Heine & Reh priorizaram o estudo de línguas africanas, a partir das quais catalogaram inúmeros aspectos característicos das mudanças e organizaram um índice exaustivo das possíveis trajetórias percorridas pelo item em processo de gramaticalização. Observaram que tal processo afeta todos os componentes da estrutura lingüística, o que lhes permitiu distinguir várias fases, sem contudo perder de vista que a *Grammaticalization is an evolutionary continuum. Any attempt at segmenting it into discrete units must remain arbitrary to some extent* (Heine & Reh 1984, *apud* Heine *et al.* 1991:16).

A seguir, apresento os sete princípios que, segundo os autores, são comuns a todos os processos de gramaticalização. Tais princípios, como se verá, tornam possível avaliar se um item está mais ou se está menos gramaticalizado. Como não tive acesso à obra original de Heine & Reh, para essa exposição, retomo os escritos de Heine *et al.* (1991) e Hopper (1996). Para exemplificação, recupero o exemplo (01), referente à negativa do francês.

- *Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde em complexidade semântica, significância funcional, e/ou valor expressivo.*

A trajetória do *pas*, do francês, exemplifica este primeiro princípio, já que, como vimos, esse elemento “perdeu” traços de seu significado básico nominal. Essa idéia de perda ou empobrecimento, como se verá no próximo capítulo, é bastante questionada nos trabalhos mais recentes.

⁶ Eugênio Coseriu (1979) foi provavelmente o primeiro a utilizar o termo “pancronia”, subtraindo-se à alternativa saussureana entre sincronia e diacronia. Ele afirma que a *sincronia saussureana é perfeitamente legítima e necessária, e constitui a verdadeira contribuição positiva de Saussure à lingüística; em troca, a sua diacronia é inteiramente ilegítima. Por isso, não é necessário sequer tentar “conciliar” a diacronia com a sincronia: é necessário negar a diacronia saussureana. A diacronia pura não tem sentido e deve tornar-se história da língua. De fato, a história da língua supera a antinomia entre sincronia e diacronia porque é a negação da diacronia atomista e, ao mesmo tempo, não está em contradição com a sincronia.*

- *Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde em pragmática e ganha em significância sintática.*

Como item gramaticalizado, o *pas* passou a constituir, juntamente com o *ne*, uma construção sintática cujo papel é sinalizar a negação. Aliás, foi às custas do *ne* que o *pas* ganhou seu valor negativo. Nesse sentido, fica claro que houve o ganho de uma função sintática. Além disso, se entendemos que a associação de *pas* ao *ne* representa uma forma de “reforço ou focalização da negação”, que posteriormente é perdida, e se entendemos essa focalização como uma função pragmática, então temos que admitir que houve perda em nível pragmático.

- *Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais reduzido é o número de membros que pertencem ao mesmo paradigma morfossintático.*

Havia, no francês antigo, um conjunto de elementos nominais reforçadores de negação (*pas*, *point*, *mie*, *gout(t)e*), que opcionalmente se associavam ao *ne*. Nos estágios mais avançados da gramaticalização, esse paradigma se estreitou e somente o *pas* passou a ser usado em todos os contextos.

- *Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais sua variabilidade decresce, isto é, sua posição se torna fixa na oração.*

O *pas*, uma vez gramaticalizado como parte da construção de negação *ne...pas*, ganhou uma posição fixa na sentença, a saber, sempre depois do verbo.

- *Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais seu uso se torna obrigatório em alguns contextos e agramatical em outros.*

Com o avanço da gramaticalização, o *pas* se tornou cada vez mais obrigatório nos contextos de negação. De início, como reforçador de negação, o *pas* era opcional, e havia uma série de concorrentes. Mais tarde, depois de triunfar sobre seus

concorrentes, o *pas* se tornou obrigatório. Hoje em dia, em que na fala o *pas* vem suplantando completamente o *ne* (por exemplo, *J'aime pas le riz*), sua obrigatoriedade é ainda mais saliente, pois é a única marca de negação. Por outro lado, o *pas* é agramatical quando há na sentença uma segunda “palavra negativa” além de *ne* como, por exemplo: * *je ne connais pas aucun pied noir*.

- *Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela se funde semântica, morfossintática e foneticamente com outras unidades.*

Este princípio parece não ser relevante para a gramaticalização do *pas*. Um exemplo ao qual ele se aplica é, a meu ver, aquele do provável processo de gramaticalização que levou a palavra *gente*, coletiva e indeterminadora, a funcionar como um pronome pessoal dêitico, *a gente*, que faz referência à primeira pessoa do discurso, no singular ou no plural, sendo mais freqüentemente no plural. A expressão gramaticalizada *a gente* é entendida como um todo (semântico, morfossintático e fonético) indivisível (Omena & Braga, 1996).

- *Quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde na substância fonética.*

Além do caso de *pas*, certamente podemos encontrar outros exemplos entre os muitos fatos da história do português. Considerando a hipótese de que o pronome pessoal de segunda pessoa *você* seja resultado de processos de gramaticalização, e tendo em vista sua evolução histórica, chegamos a um exemplo no qual a perda de substância fonética é bastante evidente. O *você*, como informa Said Ali (1964), resulta da evolução de *vossa mercê* do português antigo que, por sua vez, é herança da frase latina *vostra mercede*. A expressão *vossa mercê* inicialmente foi empregada como uma forma de tratamento extremamente respeitosa, dirigida a um indivíduo pertencente a uma classe social mais elevada que aquela do indivíduo que fala. Tendo seu uso difundido, o *vossa mercê* passou a ser aplicado a todos os indivíduos de condição social igual, ou inferior, à da pessoa que fala. Os historiadores da língua

portuguesa procuraram traçar a trajetória de mudança que levou o *vossa mercê* a tomar a forma atual *você*. Coutinho (1941), por exemplo, sugere que a evolução deve ter sido a seguinte: *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você*; em que os estágios evolucionários se caracterizam pela redução crescente de substância fonética. Acrescente-se a isso o fato de que o *você* hoje é freqüentemente substituído, na fala vernacular, pela forma ainda mais reduzida *cê*, de modo que poderíamos ampliar os estágios mencionados: *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você* > *cê*⁷.

6.2 Lehmann

O trabalho de Lehmann (1982) é notável sobretudo pela busca constante de parâmetros sincrônicos para descrever os processos de gramaticalização. A noção de gramaticalização que ele sustenta se refere essencialmente à perda de autonomia de um signo lingüístico: o signo autônomo é menos gramaticalizado e, inversamente, o signo menos autônomo é mais gramaticalizado.

Dado esse entendimento da gramaticalização como uma questão de autonomia, o objetivo de Lehmann é estabelecer parâmetros para determinar o grau de autonomia de um signo. Para tanto, Lehmann propõe seis parâmetros (cf. Qdr.01), elaborados com base no cruzamento de três aspectos relevantes para a determinação da autonomia de uma forma, peso, coesão e variabilidade, com dois aspectos lingüísticos fundamentais, a seleção e a combinação de signos lingüísticos, também denominados respectivamente aspecto paradigmático e aspecto sintagmático. Esses parâmetros ordenam as unidades lingüísticas ao longo de uma escala sincrônica de gramaticalização, que vai da menos para a mais gramaticalizada.

Segundo Lehmann, para ser autônomo, um signo deve ter um certo peso, propriedade que o distingue dos demais membros de sua classe, proporcionando-lhe proeminência no paradigma. Além disso, o fator coesão dita que quanto mais relações um signo contrair com outro signo, menos autônomo ele será; já a variabilidade, por outro lado, estabelece que quanto maior a mobilidade do signo, maior sua autonomia.

⁷ Como Viotti observa (com. pessoal), o estágio avançado de gramaticalização do *cê* faz com que sua colocação seja agramatical em certas posições, conforme previsto por um dos princípios propostos por Heine & Reh. Compare:

Cê viu o João
Cê e a Maria foram ao cinema

* *Eu vi cê*
* *A Maria e cê foram ao cinema*

Qdr.01: Os parâmetros da gramaticalização, segundo Lehmann (1982)

	Paradigmático	Sintagmático
Peso	1. <u>integridade</u>	4. <u>escopo</u>
Coesão	2. <u>paradigmaticidade</u>	5. <u>conexidade</u>
Variabilidade	3. <u>variabilidade paradigmática</u>	6. <u>variabilidade sintagmática</u>

Lehmann entende que o peso paradigmático de um signo é sua integridade, seu “tamanho” substancial, tanto em termos semânticos como fonológicos. A redução na forma fonológica e o enfraquecimento semântico, referidos antes por Meillet, constituem, nos termos de Lehmann, uma diminuição da integridade fonológica e semântica. Teoricamente, a perda de integridade é proporcional ao avanço na gramaticalização. Aplicado o parâmetro integridade ao exemplo (03), relativo à perífrase *estar + -ndo*, Mendes afirma que o *está* vem perdendo sua integridade fonológica, visto que, na linguagem falada, ele frequentemente é substituído pela forma fonologicamente reduzida *tá* como, por exemplo, *é justamente isso que ele tá fazendo, entendeu?*

O peso sintagmático é o escopo do signo, ou seja, o tamanho estrutural da construção que o item ajuda a formar. Como exemplo, o autor compara o escopo de um sufixo de caso, em uma língua turca e no latim. Na primeira, o escopo é todo um sintagma nominal, enquanto na última, o escopo é o próprio nome. De acordo com os preceitos de Lehmann, quanto mais condensado é o escopo, maior o grau de gramaticalização.

A coesão de um signo com outro signo, do ponto de vista paradigmático, chamada de paradigmaticidade, é entendida pelo autor como o grau de integração de um signo no paradigma. Enquanto elemento em processo de gramaticalização, o *está*, da mencionada perífrase *estar + -ndo*, integra – juntamente com os verbos *ir*, *andar*, *ficar*, *vir* - o paradigma dos verbos auxiliares que se combinam com formas de gerúndio. Já do ponto de vista sintagmático, a coesão recebe o nome de conexidade, e é entendida como o grau de “intimidade” com que um item se conecta a outros itens, numa relação sintagmática. Esse grau varia da simples justaposição até a fusão completa, que caracteriza um estágio avançado de gramaticalização. No caso da

perífrase em questão, poderíamos sugerir que, com o avanço da gramaticalização, o verbo auxiliar tende a se tornar cada vez mais ligado à forma de gerúndio. Percurso similar levou à formação dos futuros do presente e do pretérito nas línguas românicas.

Por fim, a variabilidade de um signo, no eixo paradigmático, se refere à possibilidade de usar outros signos em seu lugar, ou até mesmo a possibilidade de omiti-lo. Assim, a variabilidade paradigmática nada mais é que a liberdade que o falante tem para escolher um item dentro de um paradigma. Segundo Lehmann, itens que experimentam graus adiantados de gramaticalização tendem a se tornar obrigatórios, de modo que a liberdade de escolha dentro de seu paradigma diminui. No que toca à perífrase *estar* + *-ndo*, sabe-se que outros verbos podem ser usados em lugar de *estar*, para a marcação de aspecto imperfectivo. Por outro lado, com o tempo, é possível que tal perífrase se torne obrigatória como recurso para marcar aspecto.

A variabilidade sintagmática, por sua vez, se refere à facilidade com que um item pode se mover dentro de um contexto. Nos dizeres de Lehmann, a variabilidade diminui nos estágios mais avançados de gramaticalização. Ainda quanto ao exemplo de *estar* + *-ndo*, a tendência é que quanto mais gramaticalizada estiver a perífrase, menor se torne a possibilidade de se inserir elementos, como locativos ou adjuntos adverbiais entre o auxiliar e o gerúndio.

07. Os princípios de Paul Hopper

Hopper (1996) observa que no inglês, e em muitas outras línguas, é muito natural que uma palavra como *manage* apareça em contextos em que funciona como recurso gramatical, como em *Amy manages to get a salary increase every year* (onde reforça o papel agentivo de “Amy”), ao lado de seu uso com sentido pleno, como em *Amy manages the sales office of a large corporation*. Esse processo pelo qual formas lexicais tais como o verbo *to manage* são pressionadas a servir como formas gramaticais (neste caso, um verbo auxiliar) é típico da gramaticalização. Por outras palavras, Hopper define gramaticalização como a *transformação de itens lexicais em formas gramaticais*.

Semelhante a outros autores (Heine, Sweetser, etc.), Hopper ressalta que a gramaticalização é hoje o foco de muitas pesquisas que incluem não só estudos empíricos, mas também debates acerca dos conteúdos e dos limites do próprio termo. Segundo ele, esses estudos seguem uma das duas direções: a lexical/etimológica, que recorre a aspectos semânticos e cognitivos para explicar o que é gramaticalizado; e a discursivo/textual, que se preocupa em analisar os contextos discursivos em que a gramaticalização se dá. Além disso, o autor afirma que os estudos sobre gramaticalização representam uma explicação para as estruturas das línguas, que serve de alternativa em relação àquela oferecida pela gramática gerativa. Essa última afirmação me parece equivocada, pois vários estudiosos de orientação gerativista têm se dedicado ao estudo da gramaticalização como, por exemplo, Roberts (1993), Fintel (1995), Harris & Campbell (1995), entre outros.

Hopper é frequentemente citado na literatura principalmente por ter estabelecido uma série de “princípios” que, segundo ele, dão conta de explicar tendências fundamentais dos processos de gramaticalização. Exponho a seguir esses princípios, que são ao todo cinco: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização. Diferentemente das iniciativas de Heine & Reh e também de Lehmann, Hopper estava mais preocupado em detectar os estágios incipientes dos referidos processos.

- Estratificação: *dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas emergem continuamente. Quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar a coexistir e a interagir com as camadas mais novas.*

Esse primeiro princípio se refere à constatação, feita já há tempos, de que a gramaticalização não implica obrigatoriamente a substituição de um item por outro. Pelo contrário, a gramaticalização dá espaço à variação linguística, de modo que podem conviver, num mesmo recorte sincrônico, formas sutilmente diferenciadas. Por exemplo, coexistem em português e em inglês, várias maneiras de expressar o tempo futuro. Já no que toca à perífrase *estar + gerúndio*, exemplificada em (03),

Mendes lembra que, em português, ela não é a única alternativa para expressar os aspectos imperfeito e iterativo, pois também são freqüentes as perífrases *ficar + -ndo*, *andar + -ndo*, *vir + -ndo*, além das formas do imperfeito simples.

Em sua análise da expressão *a gente*, Omena & Braga (1996) observam que o comportamento da referida expressão manifesta-se como um caso legítimo de estratificação, visto que, no português falado, *a gente* compete com os pronomes *eu* e *nós*, que exercem a mesma função.

- Divergência: *quando ocorre gramaticalização, a forma lexical original pode permanecer como elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que um item lexical comum.*

Ou seja, a forma gramaticalizada e sua contraparte lexical podem coexistir. Como exemplo, basta recordar que, paralelamente ao seu uso como partícula negativa, o *pas* continua sendo empregado como nome “passo”. Idem para o verbo *estar*, usado como auxiliar, como cópula e como verbo intransitivo seguido de locativo. A mesma observação também vale para o *a gente*, em que a forma lexical fonte – *gente* – permanece como item autônomo.

- Especialização: *dentro de um domínio funcional, é possível haver em determinado estágio uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes; quando a gramaticalização ocorre, estreita-se essa variedade de escolhas formais, e um número menor de formas selecionadas assume significados semânticos mais gerais.*

É o que aconteceu, por exemplo, no processo de constituição da negação do francês, em que, num determinado estágio, concorriam entre si as formas *pas*, *point*, *mie*, *goutte*, e, com a gramaticalização, somente o *pas* se especializou para aquela função gramatical. Quanto à alternância entre *nós* e *a gente*, Omena & Braga constataram, por meio de um estudo quantitativo em dados do português falado, que as ocorrências da nova forma predominam sobre a antiga: o percentual geral do uso

de *a gente*, quando comparado ao de *nós*, é de 69%. As autoras constaram que há uma correlação entre o emprego dessas formas pronominais e a função sintática exercida por elas na sentença. Assim, *a gente* é empregado preferivelmente nas funções de adjunto adverbial, complemento e sujeito; enquanto *nós* é mais utilizado na função de adjunto adnominal.

- Persistência: *quando uma forma se gramaticaliza, passando de uma função lexical para uma função gramatical, alguns traços do significado lexical original tendem a aderir à nova forma gramatical, e detalhes de sua história lexical podem refletir-se na sua distribuição gramatical.*

Levando em conta que as construções *estar* + *locativo* são diacronicamente anteriores àquelas de *estar* + *gerúndio*, Mendes sugere que a ocorrência do português atual: “... nesse horário, *estou* na minha casa *estudando*” ilustra a questão da persistência. O *estar*, nesse exemplo, funciona como um auxiliar, mas seu sentido de locativo persiste, já que aceita a colocação do sintagma *na minha casa* entre os dois membros da perífrase. Omena & Braga também confirmaram a atuação do princípio da persistência. Segundo elas, a noção de coletividade, que é inerente ao substantivo *gente* e que contribui para uma referência indeterminadora, permanece na forma usada como pronome. Seus dados em análise indicam que há maior probabilidade de se usar a forma *a gente* na referência a um grupo grande e indeterminado de pessoas do que a um grupo pequeno e determinado.

- Descategorização: *a gramaticalização envolve uma perda de categorialidade que ocorre na seguinte direção: nome ou verbo > outra categoria, não o contrário.*

É o caso, por exemplo, de verbos plenos que ao se gramaticalizarem em afijos podem perder as marcas morfológicas de número e pessoa, que são características de verbos enquanto categorias plenas. No que diz respeito ao *a gente*, foi verificado que a forma não gramaticalizada *gente* conserva a mobilidade de colocação de substantivos, admite flexão de número, derivação de grau, e ainda pode ser

modificada por quantificadores, determinantes e possessivos. Em contraste, a forma gramaticalizada *a gente*, embora estabeleça com o verbo a mesma relação que o substantivo *gente*, a saber, leva o verbo para a terceira pessoa do singular, apresenta uma variação sintática – *a gente vamos* – que, por concordar com a primeira pessoa do plural, indica maior integração ao sistema pronominal.

08. Gramaticalização como convencionalização de implicaturas conversacionais, segundo E. C. Traugott

Nos trabalhos dos últimos vinte anos, as reflexões de E. Traugott estão, a meu ver, entre as mais significativas, pois a autora prioriza a análise dos aspectos semânticos e pragmáticos relacionados à gramaticalização. Em seu texto de 1982, ela se empenha em identificar os tipos de mudança de significado que ocorrem nos processos de gramaticalização. Segundo Traugott, essas mudanças semânticas fazem parte de um conjunto maior de mudanças linguísticas, que são motivadas pelos vários componentes semântico-funcionais da linguagem. Para explicá-las, Traugott adota uma versão um pouco modificada do modelo semântico-funcional de linguagem, proposto por Halliday & Hasan. Sua versão consiste em reconhecer os componentes proposicional, textual e expressivo e entendê-los da seguinte maneira:

- proposicional (ideacional, de Halliday): reúne todos os recursos da linguagem que tornam possível falar do mundo exterior à linguagem. É o local principal para a verificação das condições de verdade. Inclui elementos sujeitos à verificação referencial, como dêiticos de lugar, tempo e pessoa.
- textual: envolve os recursos disponíveis para a criação de um discurso coeso, tais como conectivos, anafóricos, catafóricos, topicalizadores, complementizadores e demais itens diretamente ligados ao desdobramento do ato de fala.
- expressivo (interpessoal, de Halliday): engloba os recursos que a língua tem para expressar atitudes/avaliações pessoais acerca do que está sendo dito. Entre eles estão os modalizadores, os conectores argumentativos, os marcadores de pressuposição e os índices de polifonia.

A hipótese central do trabalho de Traugott é que as mudanças que ocorrem no interior desses três componentes da linguagem têm um curso bastante provável: os itens partem de um significado mais referencial para um mais intencional. Ou seja, se as mudanças de significado, incluindo as que acompanham os processos de gramaticalização, ocorrem dentro dos componentes da linguagem, então elas tendem a seguir do proposicional (normalmente mais concreto), passar em seguida pelo textual, para então atingir o expressivo (normalmente mais abstrato): proposicional > (textual) > expressivo, e não vice-versa⁸. Por outras palavras, a autora explica que as mudanças partem de um componente “menos pessoal” em direção a um “mais pessoal”, entendendo-se por mais pessoal aquele ancorado no contexto do ato de fala, particularmente na orientação do falante com respeito à situação.

Traugott exemplifica a mudança entre componentes tomando por base o desenvolvimento dos artigos definidos e indefinidos do inglês (*the*, *an*). Ela lembra que o artigo definido *the* derivou historicamente do demonstrativo *that*, que tinha o papel textual de identificar coisas no mundo e relacioná-las ao ponto de vista do falante. O *the* manteve a função anafórica do *that*, mas além desta, desenvolveu, em nível interpessoal, a função de estabelecer que o que está sendo dito precisa ser tratado como conhecimento saliente na consciência do ouvinte, ou seja, como informação dada, partilhada. Já o artigo indefinido *an* derivou do numeral *an* (“one”). Neste caso, a mudança partiu de um item do domínio proposicional, cuja função era indicar um objeto como único, e teve por produto um item que, no componente textual, sinaliza ausência de anáfora e, no interpessoal, funciona, entre outras coisas, para introduzir informação nova no discurso.

Mais tarde, num trabalho feito em co-autoria com König (1991), Traugott revê essa proposta e oferece uma nova formulação, em que prefere falar nos seguintes

⁸ Não posso deixar de observar que quando comparados os trabalhos de Traugott e de Meillet surge uma aparente contradição que, tanto quanto pude avaliar, decorre da noção de expressividade. Para Meillet, o “expressivo” é por assim dizer o passo inicial do processo de gramaticalização. Segundo esse autor, um item se gramaticaliza quando perde, entre outras coisas, o caráter expressivo. Por outro lado, para Traugott, o expressivo é o ponto final, ou seja, o item gramaticalizado é mais expressivo. Penso que esses autores têm idéias diferentes do que seja a “expressividade na linguagem”. Enquanto, para Meillet, expressivo é aquilo que surpreende, para Traugott, expressivo é sinônimo de subjetivo. Uma discussão mais detalhada da noção de expressividade, sobretudo enquanto motivação para a gramaticalização, é encontrada no capítulo 02, em que procuro extrair das idéias de Charles Bally um possível modelo de expressividade linguística.

termos: a mudança de significado, que ocorre no processo de gramaticalização (em especial, na gramaticalização de conjunções), provavelmente segue a trajetória: significados identificáveis nas situações extralingüísticas > significados fundados na marcação textual > significados fundados na atitude ou crença do falante a respeito do que é dito. Isso equivale a dizer que a mudança tem uma unidirecionalidade característica que aponta para o crescente fortalecimento da expressão do falante. A motivação para tal unidirecionalidade encontra razão, segundo Traugott & König (1991), no princípio de informatividade ou relevância.

Os autores acreditam que a apreensão dos aspectos semântico-pragmáticos que acompanham a gramaticalização depende crucialmente do abandono da famosa tese do enfraquecimento semântico, bastante cultuada desde Meillet. Para eles, pode haver perda de significado, por um lado, mas há sempre algum ganho, por outro, e, é justamente este último que deve receber a atenção do investigador. A porção adicionada no processo de gramaticalização é, como sugerido pelos autores, o fortalecimento da subjetividade ou, em outras palavras, o fortalecimento das informações que são dadas a respeito do que sustenta o falante. Subjacente a esse fortalecimento, ressaltam ao autores, atua um princípio de informatividade ou relevância que, compreendido sob um ponto de vista contextualizado, é o fator capaz de (i) conduzir os falantes à maior clareza e especificidade, por meio de códigos gramaticais; e, (ii) levar os falantes à seleção da interpretação mais informativa ou relevante, dentro de um dado contexto. Como exemplo, Traugott & König citam a trajetória de desenvolvimento do *while*, do inglês, que originalmente equivale à expressão nominal/adverbial *pa hwile pe*. Essa expressão evolui para um uso como conectivo temporal, cuja função é claramente coesiva e, mais tardiamente, a combinação entre a coesão e a atitude do falante faz surgir um uso como conectivo concessivo:

<i>pa hwile pe</i>	>	<i>While</i>	>	<i>while</i>
“no tempo em que”		“durante”, “enquanto”		“embora”
situação temporal		relação coesiva de tempo:		expressão da atitude do falante
uso nominal/adverbial		“simultaneidade”		conectivo concessivo
		conectivo temporal		

Mais interessante ainda é a sugestão de que as polissemias de uma forma como o *while* são entendidas como novos significados convencionais, produto da convencionalização de implicaturas conversacionais anteriores. A origem dessa idéia está em Grice (1975:58), para quem, com certa frequência, *o que começa a vida como uma implicatura conversacional se torna convencional*.

8.1 A convencionalização de implicaturas conversacionais

O citado princípio de relevância ou informatividade, supostamente válido nas interações comunicativas, a todo tempo pressiona os falantes a selecionar a interpretação que julgam mais significativa, tendo em vista o que está sendo dito. Muitas vezes, essa interpretação não se apresenta codificada linguisticamente – ela é conversacional, ou seja, inferida a partir do contexto. Nos exemplos (05) e (06), extraídos de Traugott & König, temos inferências conversacionais de causa, cuja interpretação independe do significado de qualquer constituinte das sentenças:

- (05) After we heard the lecture we felt greatly inspired (> because of the lecture we felt greatly inspired).
- (06) The minute John joined our team, things started to go wrong (> because John joined our team, things started to go wrong).

Se, com o passar do tempo, a interpretação conversacional cair no uso freqüente, sendo propagada em mais e mais circunstâncias, ela tende a se convencionalizar, e a dar lugar a uma forma polissêmica. Essa passagem do conversacional para o convencional é uma acepção possível para o fenômeno da “gramaticalização”.

O exemplo (07) abaixo, extraído do mesmo texto, mostra que o *since*, do inglês, é polissêmico, prestando-se a uma interpretação temporal e outra causal. Essas polissemias, como se verá, surgiram por fortalecimento da informatividade, a partir da convencionalização de inferências contextuais relativas a tempo e causa⁹.

⁹ A tese de Traugott & König, de que “causa” freqüentemente deriva de “tempo”, é reforçada pela existência, em muitas línguas, de uma quantidade de conjunções temporais que se transformam em causais. Em italiano, por exemplo, existe a locução conjuntiva *dal momento che*, que embora comporte a palavra “momento”, de sentido temporal, tem valor causal. O francês tem entre outras a locução *du moment où*, e o português, por sua vez, tem *já que*, *desde que*, *uma vez que*, etc.

- (07) a. I have done quite a bit of writing since we last met (temporal)
 b. Since Susan left him, John has been very miserable (temporal/causal)
 c. Since you are not coming with me, I will have to go alone (causal)
 d. Since you are so angry, there is no point in talking with you (causal)

Pelos exemplos, fica claro que sempre há pistas contextuais que favorecem uma ou outra leitura. Nesse caso, é fundamental distinguir, antes de mais nada, os significados pragmáticos convencionalizados, aqueles codificados lexical, gramatical ou prosodicamente, dos significados inferidos do contexto, aqueles que emergem a partir dos processos conversacionais de especificação de significado. Em (07a), em que as orações se referem a eventos do passado, o *since* tem uma leitura tipicamente temporal. Já em (07c/d), em que as orações não se referem a eventos passados, mas sim a estados, o *since* apresenta aceção causal. (07b), por sua vez, se presta a mais de uma leitura. Nesse contexto, o *since* é polissêmico entre tempo e causa.

Num dado momento, os autores tentam recuperar a origem histórica de *since*, na tentativa de captar alguma informação sobre os contextos nos quais a mudança se efetivou. Eles informam que, nos textos do inglês antigo, o *since*, originalmente *sippan*, tinha um uso preposicional com sentido de “depois”. Como conectivo temporal, com o sentido de “a partir do momento em que”, o *sippan* marcava fronteira entre dois eventos. A implicatura causal começou a ser detectada em certos contextos onde a inferência de tempo também era válida. Mais especificamente, como sugerem aos autores, o significado temporal, que era claramente distinguido por tempos verbais e advérbios temporais, permitiu que implicaturas causais se tornassem convencionalizadas.

Outro exemplo significativo do que Traugott & König chamam de fortalecimento da informatividade ou convencionalização de implicaturas conversacionais diz respeito aos conectivos concessivos, cujas fontes são expressões que denotam concomitância, simultaneidade ou co-ocorrência. É o caso do já mencionado *while*. Os exemplos abaixo ilustram o modo como as expressões de simultaneidade ou concomitância permitem a inferência de uma interpretação concessiva.

- (08) (a) He can play the Beethoven sonatas and he is only seven years old.
 (b) It is midnight and Mary is still working

Esses exemplos acima mostram que a inferência de concessão não se deve apenas aos contextos onde há uma incompatibilidade geral entre duas situações, ou seja, onde normalmente uma situação X não ocorre com uma situação Y, mas se deve também à presença de determinadas partículas como, por exemplo, *only* em (a) e *still* em (b).

09. “A língua opera metaforicamente” (Eve Sweetser) Do mais concreto para o mais abstrato

Os trabalhos de Sweetser (1988, 1991), referência obrigatória nos estudos sobre gramaticalização, são fundamentados teoricamente numa semântica de orientação cognitivista, aliada às tradições gerais de análise pragmática e da teoria dos atos de fala. Uma das contribuições de Sweetser para o entendimento da gramaticalização vem de sua tentativa de dar um tratamento unificado às mudanças semânticas. Segundo ela, as mudanças semânticas que acompanham a gramaticalização, assim como as mudanças semânticas em geral, podem ser descritas pelo mesmo modelo teórico. Tal ponto de vista leva inevitavelmente à rejeição da idéia, amplamente aceita, de que a gramaticalização é um processo de mudança lingüística distinto.

É interessante observar que duas das questões levantadas por Meillet há quase um século, a propósito dos processos de gramaticalização, estão na base das discussões promovidas na obra de Sweetser:

- (a) o que acontece com os significados nas mudanças semânticas que acompanham os processos de gramaticalização? Há enfraquecimento? Perda?
 (b) até que ponto as direções destas mudanças semânticas são regulares e previsíveis?

Vimos que Meillet explica a mudança de significado pelo modelo (que, mais tarde, se consagrou sob o nome de) *semantic bleaching*, segundo o qual, metaforicamente falando, os significados são descorados ou desbotados. Por este

modelo, admite-se que a mudança envolve a perda de traços do significado fonte e que, portanto, a forma resultante é empobrecida ou esvaziada de suas especificidades semânticas. Em Sweetser, esta questão é abordada de forma diferente. A autora argumenta que a idéia de *bleaching* está fora das tendências atuais de explanação, uma vez que não consegue captar todos os aspectos envolvidos na mudança. Ela propõe, então, um mecanismo geral de mudança semântica, que opera por meio de projeções metafóricas entre diferentes domínios conceituais. Nesse mecanismo, os significados não são necessariamente perdidos, mas têm sua aplicação estendida pelo desenvolvimento de várias polissemias¹⁰.

Quanto às direções da mudança, Meillet destaca que a gramaticalização resulta em uma mudança de categoria que ocorre sempre na mesma direção: uma categoria primária (nome, verbo) dá origem a uma categoria secundária (auxiliares, preposições e conectivos), por força do desgaste ocasionado pelo uso corrente, que leva à perda de expressividade e do significado concreto. De forma similar, Sweetser defende que as mudanças semânticas são regulares - têm uma direção bem definida - e que esta regularidade tem motivação no interior de uma teoria que toma por base a percepção humana e o entendimento do mundo. A metáfora, diz Sweetser, é a principal força de estruturação semântica. Os desenvolvimentos semânticos seguem uma trajetória unidirecional de crescente abstratização (concreto > abstrato), que pode ser justificada pela unidirecionalidade inerente às conexões metafóricas.

9.1 O mecanismo metafórico de mudança semântica

Segundo Sweetser (1988), a mudança de significado se dá pela transferência metafórica de significados, de um domínio mais concreto, lexical, para um domínio abstrato, gramatical. Nessa transferência, reconhece a autora, alguns traços de significado do domínio fonte podem ser perdidos, enquanto outros são sempre preservados, e a eles são somados traços de significado do domínio alvo. Para entender o que é transferido (preservado) nos processos de mudança, é preciso atentar para uma distinção que Sweetser estabelece entre os significados lexical e gramatical:

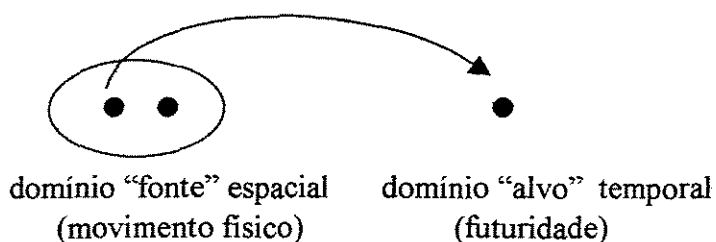
¹⁰ Quando Sweetser fala em desenvolvimento de polissemias, ela parece estar formulando, em termos semânticos, o princípio (já discutido antes) de que a gramaticalização envolve momentos de variação. Ou seja, Sweetser nos leva a entender a variação como ambigüidade.

o significado gramatical é inerentemente uma estrutura topológica e esquemática, enquanto o lexical não o é, embora contenha alguns aspectos topológicos. A autora entende as citadas estruturas topológicas como unidades inferenciais altamente abstratas. À luz dessa distinção, Sweetser argumenta que a projeção metafórica nada mais é que a projeção da estrutura topológica do domínio fonte para o domínio alvo. Trata-se, portanto, de projeções parciais em que só a estrutura topológica é preservada.

Se Sweetser sugere que há necessariamente uma porção que é sempre mantida, ela provavelmente admite uma possível relação de sentido entre os itens gramaticais e suas fontes lexicais. Seja como for, essa hipótese contrasta com o ponto de vista de Meillet, que supõe a existência de pouca relação entre os significados fonte e alvo. Na realidade, há casos em que os usos lexical e gramatical de uma mesma palavra estão totalmente dissociados. Mas, como Sweetser explica, estes são resultado da ação redutora da mudança fonológica, que freqüentemente acompanha a mudança semântica.

Dentre os vários exemplos analisados pela autora, opto por comentar o processo de gramaticalização sofrido pelo *go*, do inglês, que de verbo de movimento passou a ser empregado como marcador de tempo futuro. O diagrama abaixo, emprestado de Sweetser, ilustra a mudança de *go*. Ele não deve ser interpretado como uma simples imagem visual, mas como uma representação esquemática, na qual a seta indica que somente parte do significado do domínio fonte é transferida para o domínio alvo:

Diagrama do *go*:



Sweetser explica que na projeção de movimento físico para futuramente uma estrutura topológica é abstraída a partir de *go*, pertencente a um domínio concreto e espacial, e é transferida para um domínio mais abstrato, aquele de tempo. Nessa projeção, permanece o sentido de movimento físico e a ele é adicionado um sentido de futuro. Mas qual será, nesse caso, a estrutura topológica? Segundo a autora, as inferências topológicas preservadas são: (i) linearidade da relação entre localizações (ir de um ponto a outro no espaço ou no tempo); (ii) localização do “eu” na fonte da trajetória linear; e, (iii) movimento em direção a um alvo distante. Faço minhas as palavras de Sweetser para dizer que *The verb ‘go’, which is used precisely to indicate motion from proximal to distal in space, is thus a perfect choice for movement away from the present in time; and since (as mentioned above) we can’t return to the past, any distal temporal goal must be in the future.* (1988, p. 4)

A autora acrescenta que as mudanças semânticas possivelmente tomam lugar através de estágios intervenientes de polissemia, que resultam dos usos metafóricos de uma mesma palavra em diferentes domínios conceituais: se uma palavra uma vez significou A e hoje significa B, podemos estar certos de que houve um estágio em que a palavra significou A e B, e o significado primeiro de A acabou sendo perdido. Segundo ela, existe uma correlação entre polissemia sincrônica e mudança semântica diacrônica, no sentido de entender as polissemias como pistas capazes de recapitular e de explicar a trajetória histórica de desenvolvimento de uma palavra ou morfema.

Em seu estudo dos verbos modais e das conjunções do inglês, Sweetser (1991) identificou pelo menos três domínios dentro dos quais uma palavra se desdobra em várias formas polissêmicas: o sócio-físico ou domínio do mundo real, o epistêmico ou domínio do raciocínio lógico, e o conversacional ou domínio dos atos de fala¹¹. Nos dois primeiros exemplos abaixo, um mesmo vocábulo, o modal *may* do inglês, expressa relações em diferentes domínios. Em (09), o *may* é empregado em seu sentido sócio-físico (deontico) de permissão no mundo real, enquanto em (10) ele é empregado em seu sentido epistêmico de possibilidade ou probabilidade, no mundo do raciocínio. Os demais exemplos ilustram como uma mesma conjunção, nesse caso

¹¹ Os desenvolvimentos semânticos resultantes do uso do vocabulário em domínios multifuncionais (físico > mental > conversacional) são verificados em várias línguas e explicam fenômenos relacionados à modalidade, à condicionalidade, à causalidade, aos verbos de percepção, entre outros.

o *because*, pode receber diferentes interpretações, conforme seus diferentes usos. Em (11), a conjunção assinala a causalidade de um evento no mundo real; em (12), a causa de uma crença ou conclusão e, em (13), a causa do ato de fala realizado:

(09) John *may* go.

(10) John *may* be there.

(11) John came back *because* he loved her

(12) John loved her, *because* he came back

(13) What are you doing tonight, *because* there's a good movie on

As polissemias surgem a partir do entendimento ou projeção de um domínio conceitual em termos de outro. Essas projeções não são correspondências ocasionais, mas aproximações altamente metafóricas entre noções análogas. A metáfora direciona o curso de tais projeções, de modo que o vocabulário dos domínios mais abstratos (*output*), normalmente próximos às experiências mental e conversacional, tende a derivar do vocabulário dos domínios mais concretos (*input*), normalmente próximos à experiência física, e não vice-versa¹². Trata-se, portanto, de uma noção estrita de metáfora, denominada metáfora conceitual, que consiste em entender ou experienciar uma coisa em termos de outra, como, por exemplo, o mundo interno em termos do externo.

Em suma, Sweetser argumenta a favor de um sistema metafórico de tipo específico que direciona o curso das projeções entre domínios conceituais, os quais determinam diferentes formas polissêmicas que, por sua vez, são interpretadas como pontos em uma trajetória de desenvolvimento. Com isto, ela capta o tipo de mudança semântica que ocorre nos processos de gramaticalização e dá a entender que, para ela, a gramaticalização consiste em um tipo particular de mudança linguística unidirecional, em que um elemento menos gramatical serve de 'molde' para um mais gramatical, em uma relação de transferência de significados, cuja essência é metafórica.

¹² Por exemplo, há evidências de que o significado lógico abstrato (epistêmico) dos modais do inglês é historicamente mais tardio que seu uso sócio-físico mais concreto (deontico).

A metáfora enquanto estratégia cognitiva é, então, para Sweetser, o principal mecanismo que impulsiona a gramaticalização. Essa explicação, na realidade, não é nova. Segundo Ullmann (1964), a metáfora há tempos é reconhecida como uma das principais forças criadoras na língua. Para não correr o risco de entender toda a mudança de significado como gramaticalização, é preciso ter claro o tipo de metáfora que se relaciona à gramaticalização. O refinamento da noção de metáfora é assunto para o próximo capítulo.

10. Avaliação

O presente capítulo retomou as idéias lingüísticas de vários teóricos que tratam, de forma mais ou de forma menos explícita, do fenômeno que recebeu de Meillet o rótulo de “Gramaticalização”. Examinei os trabalhos de lingüistas como A. Meillet, T. Givón, H. Paul, M. Halliday, B. Heine, C. Lehmann, P. Hopper, E. Traugott, e E. Sweetser. Minha exposição tornou evidente que alguns desses teóricos estão mais preocupados em formular concepções para o fenômeno, enquanto outros se empenham mais em descrever suas regularidades, para então estabelecer princípios universais. Além disso, esse estudo mostrou que a noção de gramaticalização é bastante antiga, anterior até mesmo ao artigo de Meillet, que muitos julgam ser o início dos estudos sobre gramaticalização.

Em linhas gerais, para Meillet, a gramaticalização equivale a um processo unidirecional e histórico, por meio do qual recursos gramaticais novos provêm do léxico. Já a proposta teórica de Givón redireciona os estudos sobre gramaticalização ao defender que padrões discursivo-pragmáticos é que dão lugar a padrões gramaticais, noção que, de certa forma, já havia sido considerada por Hermann Paul. Numa linha de pesquisa similar à de Givón, na qual se admite que a pragmática discursiva é fonte permanente para a formação de recursos gramaticais, Heine & Reh postulam que, no decorrer do processo de gramaticalização, o item tende a perder em significado semântico-pragmático e a ganhar em significado sintático. Lehmann, por sua vez, entende a gramaticalização como sinônimo de perda de autonomia sintática, semântica e fonológica.

Em contrapartida, a concepção de gramaticalização lançada por Traugott se opõe radicalmente a essas últimas. Para ela, trata-se de um processo gradual de pragmatização do significado, que envolve, por um lado, estratégias de caráter inferencial que levam ao aumento de informação pragmática e, por outro, estratégias metafóricas de aumento de abstração. Ela afirma que a mudança por gramaticalização atinge itens referenciais, cujos significados são identificáveis nas situações extralingüísticas, e os pressiona a codificar significados cada vez mais fundados no contexto pragmático, ou seja, significados crescentemente baseados na orientação, crença ou atitude do falante a respeito da situação. Em outras palavras, segundo Traugott, a gramaticalização inclui uma mudança de significado que tipicamente parte “do que é dito para o que é significado, e não vice-versa”. Esta formulação coincide parcialmente com o ponto de vista de Sweetser, para quem a gramaticalização é um tipo de mudança lingüística, caracteristicamente unidirecional, em que um elemento do domínio do léxico passa a funcionar no domínio da gramática, por meio da transferência de significados, que é essencialmente metafórica.

As várias teorias discutidas aqui são distintas e não podem, a meu ver, ser comparadas. Ou seja, é impossível avaliar, pela comparação, a eficiência de cada uma na explicação de fenômenos que venham a ser considerados casos legítimos de gramaticalização. Essa situação se deve àquilo que chamo, em conformidade com Kuhn (1962), de incomensurabilidade entre as teorias. Entenda-se por incomensurabilidade, nos termos desse autor, o conjunto de razões que justificam o fracasso das tentativas de estabelecer um contato completo entre pontos de vista divergentes.

Nesse sentido, acredito que dificilmente poderá ser demonstrada, através de uma discussão, a superioridade de uma ou de outra das teorias que tratam da gramaticalização. Antes de mais nada, devemos atentar para o fato de que essas teorias não partem dos mesmos pressupostos, nem se ocupam dos mesmos exemplos. Cada teoria precisa ser entendida em seu ambiente de formulação e com respeito à lista de problemas que se propõe resolver. Devemos levar em conta também que seus autores têm diferentes formações e se filiam a correntes teóricas que freqüentemente

se desentendem, mesmo que em pequena escala. Assim, é provável que esses autores possam não estar tratando do mesmo problema.

Além disso, parece que há entre as várias teorias da gramaticalização uma grande confusão terminológica. Embora os vocabulários dos lingüistas compartilhem uma quantidade de termos, na maioria das vezes as mesmas palavras são empregadas de modo diferente, por autores diferentes, como é o caso, por exemplo, da palavra “expressividade”, que é usada em sentidos diversos por Meillet e por Traugott. Além da expressividade, podemos pôr em pauta o entendimento que os referidos autores têm a respeito de ‘léxico’, ‘gramática’, ‘texto’, ‘pragmática’, ‘metáfora’ e ‘metonímia’.

Quero dizer com tudo isso que, na análise de um suposto fenômeno de gramaticalização, é justo optar por “uma” noção da gramaticalização, mas não cabe justificar a opção como mais “correta” em relação a outra. A escolha, nesse caso, é um tanto pessoal. Neste trabalho, opto por uma definição operacional de gramaticalização, que só será devidamente esclarecida no final do próximo capítulo, depois da consideração de outras questões teóricas. Tal definição conjuga aspectos presentes em mais de uma das teorias expostas, aos quais acrescento ainda algumas modificações.

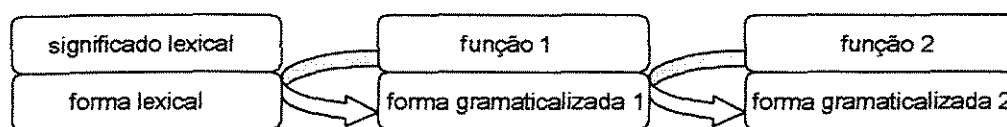
Capítulo 02

O processo de gramaticalização: considerações teóricas

O objetivo deste capítulo é focalizar um número de questões teóricas importantes que circundam as discussões sobre gramaticalização e que têm relevância direta para este trabalho como um todo. Começo pelo questionamento das motivações e, a seguir, examino os fenômenos que comumente são apontados como estágios da mudança por gramaticalização, a saber, a reanálise morfosintática, a mudança semântica e a redução fonológica. Na sequência, discuto a unidirecionalidade da mudança, considerada por muitos autores o princípio mais fundamental da gramaticalização. Na avaliação final, esclareço a noção de gramaticalização adotada neste trabalho.

01. A questão da motivação

Na bibliografia sobre gramaticalização, são freqüentes as sugestões de que a motivação para a gramaticalização estaria nas “necessidades comunicativas” dos falantes, traduzidas nas necessidades de encontrar formas lingüísticas adequadas para a expressão de idéias novas e possivelmente mais abstratas. Esse modo particular de entender a gramaticalização foi bem representado em Heine *et al.* (1991) por meio do seguinte esquema,



no qual entende-se que a necessidade de apresentar uma certa função gramatical (função 1) no discurso leva ao recrutamento de uma forma lexical para a expressão dessa função. Como resultado, a forma lexical adquire um estatuto gramatical (forma

gramaticalizada 1). A continuidade desse processo, garantem Heine *et al.*, depende apenas da necessidade de apresentar funções ainda mais abstratas.

Concordo com Bybee *et al* (1994), para quem as necessidades comunicativas não parecem ser uma motivação plausível. Eles argumentam que é improvável que haja um conjunto inter-cultural de necessidades que as línguas têm que cumprir. Além do mais, acrescentam os autores, a gramaticalização pode fazer surgir formas gramaticais em paradigmas em que existem outras formas para o mesmo papel.

A questão da motivação da mudança lingüística foi objeto de reflexão de Meillet (1965[1912]), num o trabalho intitulado *Comment les mots changent de sens*, que também faz parte do *Linguistique historique et linguistique générale*. Nesse texto, Meillet afirma que, de todos os componentes lingüísticos, o semântico é provavelmente o que menos resiste às mudanças. Segundo esse autor, as “causas” que atuam de forma mais eficiente no desencadeamento das mudanças de significado podem ser colocadas em três circunstâncias: a lingüística, a histórica e a social.

Quando a estrutura lingüística condiciona a mudança semântica, a causa é interna à língua, diz Meillet. O exemplo oferecido é o percurso de gramaticalização da negativa do francês, em que uma palavra originalmente positiva adquire um valor negativo, por ser empregada freqüentemente em conjunção com a partícula negativa *ne*. Nesse caso, um procedimento puramente lingüístico transformou uma palavra de sentido pleno, mais especificamente um nome, em simples ferramenta gramatical, marcadora de negação.

Já no que diz respeito às circunstâncias históricas, Meillet afirma que um referente pode sofrer mudança em virtude de inovações tecnológicas e/ou culturais, sem que sua terminologia seja alterada. É o caso, por exemplo, das palavras francesas *père* e *mère* que, no passado, representavam relações sociais bem definidas e tinham um valor profundamente religioso, ao passo que hoje representam, respectivamente, a paternidade e a maternidade físicas, sendo até mesmo atribuídas a animais, para a indicação do “macho” e da “fêmea”. Também é o caso da palavra “carro”, que foneticamente permaneceu quase inalterada desde os tempos romanos e, no entanto, dado o contínuo desenvolvimento tecnológico, nossos carros modernos diferem bastante dos veículos da Roma antiga.

Por fim, a última circunstância a que Meillet se refere como possível motivadora da mudança de significado é a social. Para ele, uma palavra pode ter sua significação alargada quando seu uso passa de um círculo estreito a um grupo bem maior de pessoas (generalização). Ou, na direção inversa, uma palavra de uso popular pode adquirir um sentido mais restrito se empregada de maneira particular, por um determinado grupo social (especialização).

Nessa mesma obra, quando se refere aos processos de gramaticalização, Meillet argumenta que é a busca constante de expressividade que dispara os processos de gramaticalização. Hopper & Traugott (1993) também apelam para a noção de expressividade. Segundo eles, as motivações para a mudança devem ser buscadas nas estratégias cognitivo-pragmáticas utilizadas pelos falantes e ouvintes, na produção e entendimento do fluxo de fala. Tais estratégias se apresentam como motivações em competição: de um lado está a rotinização, que se caracteriza pela repetição das mesmas expressões e resulta na simplificação da fala e economia de esforços mentais; e, de outro lado, para balancear, está a expressividade, que se caracteriza pela introdução de maneiras inovadoras de dizer coisas já conhecidas e resulta no fortalecimento da informatividade¹³. Desse modo, Hopper & Traugott (1993) se valem da pragmática para explicar o que julgam ser a motivação da gramaticalização: (...) *meaning changes and the cognitive strategies that motivate them are central in the early stages of grammaticalization and are crucially linked to expressivity. Furthermore, the meaning changes are initially pragmatic and associative, arising in the context of the flow of speech. At later stages, as grammaticalization continues and forms become routinized, meaning loss or “bleaching” typically occurs, but even so, older meanings may still continue to constrain newer, “emptier” ones.*

Atribuir à expressividade o papel de motivadora da mudança lingüística, e em particular da gramaticalização, parece uma postura imprecisa. Mas não basta dizer que é a expressividade que está por trás da tendência pela qual os falantes buscam incessantemente expressões novas, mais surpreendentes que aquelas “desbotadas” pelo uso. É preciso, antes de mais nada, tentar refinar a noção de expressividade,

¹³ A competição entre motivações também é discutida por Du Bois (1985).

tarrafa que reservei para a próxima seção, onde discuto um trabalho de Charles Bally. A retomada, neste momento, das reflexões de Bally se deve ao fato de que o contexto assume grande importância na obra desse autor e, além disso, entendo que Bally propõe em muitas passagens um objetivo análogo ao meu.

1.1 O Mecanismo lingüístico de expressividade, de C. Bally

Bally (1952) expõe uma série de princípios sobre o conjunto de pesquisas que reúne sob o rótulo de estilística. Nessas pesquisas, ele ressalta a importância que tem para a lingüística o estudo integrado da linguagem como forma de expressão de sentimentos e também como instrumento de ação. Esta obra, intitulada *Le langage et la vie*, desperta interesse, entre outras razões, porque nela Bally traz uma extensa discussão a respeito da expressividade na linguagem, fator que, segundo ele, motiva inúmeras criações lingüísticas.

A evolução da linguagem, diz Bally, se dá inconsciente e coletivamente sob a ação de duas tendências opostas: a tendência expressiva ou sintética, que enriquece a linguagem com a criação de elementos novos, provenientes da afetividade e da subjetividade do pensamento humano; e a tendência intelectual ou analítica, que elimina da linguagem os aspectos do pensamento que são estranhos à idéia pura. Estas duas tendências determinam duas modalidades distintas de linguagem: a primeira leva à linguagem corrente ou linguagem da vida, aquela que constantemente busca representar as idéias por meio de palavras mais enfáticas: *C'est que le langage de la vie (...) est toujours à l'affût d'expressions nouvelles, plus frappantes, plus affectives que les tours décolorés par l'usage, il saisit au passage les mots issus des divers milieux qui, par leur spécialité même, ont plus de relief* (p.49); enquanto a segunda tendência leva à linguagem científica, objetiva, aquela que busca nomear as coisas de maneira exata, sem misturar julgamentos subjetivos e sentimentos. A linguagem científica, em contraste com a linguagem da vida, se sustenta no princípio da univocidade, pelo qual um signo deveria ter só um valor e cada valor deveria ser representado por apenas um signo. A história das línguas, afirma Bally, revela que as necessidades da vida são mais determinantes e, conseqüentemente, é a tendência expressiva que atua de maneira mais decisiva nas inovações lingüísticas.

Segundo Bally, a linguagem corrente é a expressão da vida social e individual e desta recebe os estímulos essenciais para seu funcionamento e evolução. Nessa perspectiva, ela é produto da vida e, ao mesmo tempo, está a serviço da vida. Ou seja, os elementos subjetivos e afetivos da vida estão de alguma maneira refletidos na linguagem, e isso a torna fortemente expressiva e a impede de constituir uma atividade puramente intelectual. Como nossas sensações, emoções e desejos estão sempre envolvidos naquilo que dizemos, todos os nossos julgamentos de valor são afetivos em alguma medida: repousam em nossos sentimentos de prazer ou desagrado. Por exemplo, se declaramos que faz calor ou que faz frio, não estamos simplesmente constatando, há sempre uma impressão afetiva embutida em nossa fala, e a linguagem corrente se encarrega de reproduzir esta afetividade: “Ah! Que calor sufocante!”, “Que calorzinho delicioso!” e “Maldito calor” seriam algumas alternativas para referir à sensação de calor. Nas circunstâncias em que a linguagem não oferece meios adequados para o falante expor a subjetividade de seu pensamento, ele pode recorrer à entoação, ao gesto, à mímica, às expressões fisionômicas, à lentidão ou rapidez da pronúncia, às repetições, etc.

Bally argumenta que os falantes tendem a usar aquilo que é mais expressivo. A expressividade a todo momento estimula novas criações, por meio de processos contínuos de mudança, que consistem em tomar palavras da linguagem usual e associá-las a novos valores subjetivos e afetivos. Esta operação faz com que as palavras passem a servir adequadamente à expressão afetiva das idéias. Contudo, sob ação do tempo e do uso freqüente, estas palavras expressivas se tornam “intelectualizadas” (como prefere Bally, que não usa o termo “gramaticalização”) e passam a integrar a gramática da língua. Neste estágio, elas não mais dão conta de sua função real (aquela da expressão afetiva das idéias) e são substituídas por outras palavras, desencadeando um novo processo em busca de expressividade.

Mas como a expressividade da vida é exteriorizada na linguagem? Para explicar o processo de exteriorização, Bally propõe o que ele chama de mecanismo lingüístico de expressividade, segundo o qual a linguagem só pode traduzir a emoção através de um jogo de associações implícitas e motivadas, que se ligam ora ao significante, fazendo surgir uma impressão sensorial, ora ao significado,

transformando um conceito em uma representação imaginativa. Estas associações se encarregam da expressividade na medida em que a impressão sensorial e a representação imaginativa concordam com o conteúdo emotivo do pensamento.

Para elucidar estes tipos de associações, retomo do autor um exemplo bastante simples, em que se pede a uma criança que fale sobre a idéia que ela tem de sofrimento. A criança relaciona sofrimento a um episódio vivido por ela num consultório dentário, e se expressa da seguinte maneira: *...foi tudo muito rápido, eu senti a ferramenta no meu dente e então... Aiaiai! e depois Crac!*. Segundo Bally, as duas interjeições articuladas pela criança se encontram muito próximas das impressões sensoriais que elas querem reproduzir. “Aiaiai!” e “Crac!” se referem, respectivamente, a um grito de dor e ao barulho de alguma coisa que se quebra. Estas impressões não se dirigem só ao ouvido, mas também à percepção visual, pois é provável que as interjeições tenham sido acompanhadas por uma mímica facial característica. Este é um exemplo de associação implícita pelo significante.

Agora imagine que a criança, ao invés de revelar sensações, trabalha sua imaginação e se refere ao aparelho usado pelo dentista, por meio das expressões: *...parece que ele me perseguia com uma agulha, era como um prego que entrava no meu dente*. Neste caso, a criança se serve das palavras arbitrárias “prego” e “agulha”, que não evocam a coisa significada nem pelos sons, nem pelos sentidos. Há, no entanto, uma aproximação de idéias: a dolorosa penetração do aparelho no dente e a entrada de um prego na madeira. É esta aproximação que transforma um conceito em uma representação imaginativa que, por estar em conformidade com a emoção, gera expressividade. Dessa forma, a expressividade lingüística, obedecendo à tendência sintética da afetividade, aplica uma percepção/representação sobre um conceito, sempre procurando o inédito, o imprevisto, a diversidade. A condição necessária é que haja cumplicidade entre a percepção/representação e o pensamento emotivo.

Para Bally, a expressividade da vida, quando trazida para a linguagem, tem poder de “deformar” as idéias, ampliando, reduzindo ou renovando. O elemento expressivo, quando levado de boca em boca, termina por “descorar” e por perder aos poucos sua energia. Se isso acontece, há duas possibilidades, ou o elemento sai de uso, ou, como é mais freqüente, ele é “comprado” pela linguagem intelectual.

Após essa breve tentativa de lançar alguma luz sobre a noção de expressividade, encerro aqui minhas discussões sobre motivação, consciente da complexidade dessa questão, que requer novos debates. Na próxima seção, abordo mais um aspecto relevante dos processos de gramaticalização, a saber, as etapas da mudança. Segundo Heine *et al.* (1991) e Hopper & Traugott (1993), em tais processos podem ser identificadas as seguintes etapas, não necessariamente nesta ordem¹⁴: (i) reanálise morfossintática, (ii) certos tipos de mudança semântica, e (iii) redução fonológica. Em lugar de falar em etapas da mudança, talvez fosse mais adequado falar da gramaticalização como envolvendo um conjunto de alterações que afetam em certa medida a semântica, a morfossintaxe e a fonologia.

02. Etapas/alterações da gramaticalização

2.1 Transformações semânticas: a metáfora e a metonímia

Heine *et al.* (1991) defendem que há um princípio responsável pela criação de formas gramaticais e que este se traduz na exploração de meios antigos para novas funções. *By means of this principle*, dizem os autores, *concrete concepts are employed in order to understand, explain, or describe less concrete phenomena. In this way, clearly delineated and/or clearly structured entities are recruited to conceptualize less clearly delineated or structured entities, and nonphysical experience is understood in terms of physical experience, time in terms of space, cause in terms of time, or abstract relations in terms of physical processes or spatial relations* (p.28). Os autores acrescentam que há duas forças de natureza cognitivo-pragmática que conduzem a mudança de significado: a transferência metafórica e a reinterpretação induzida pelo contexto (explicada como um tipo de metonímia).

A metáfora e a metonímia sempre foram consideradas fenômenos mutuamente exclusivos. Mas para os teóricos da gramaticalização, que têm noções muito particulares de metáfora e de metonímia, elas são fenômenos que se complementam: *the claim made here is that grammaticalization is the result of an interaction of both metaphor and metonymy* (Heine *et al.*, p.62).

¹⁴ É discutível a ordem das mudanças: a mudança sintática dispara a semântica ou, ao contrário, a mudança semântica acarreta alterações sintáticas? Sapir (1921), Givón (1975) e Heine *et al.* (1991) dão evidências de que a mudança semântica é que precede a mudança morfossintática e fonológica.

2.1.1 Transferência metafórica

A metáfora é tradicionalmente reconhecida como um dos fatores centrais da mudança semântica em geral. Contudo, é preciso muita cautela quando se trabalha com metáfora, uma vez que, na literatura linguística, o termo é empregado em uma variedade de sentidos. Apesar da diversidade, a maioria das definições compartilha a crença de que todo processo metafórico (i) equivale ao entendimento de um tipo de coisa em termos de outro; e, (ii) tem uma direcionalidade bem estabelecida: vai de um significado básico, normalmente mais concreto, para um mais abstrato.

Ainda que a metáfora tenha sido referida basicamente à mudança lexical, recentemente estudiosos da gramaticalização, tais como Sweetser (1988, 1991), Bybee *et al* (1994) e Heine *et al.* (1991), sustentam que a gramaticalização é conduzida por processos metafóricos. Eles entendem a metáfora como uma “estratégia cognitiva” que possibilita a emergência de itens gramaticais, à medida em que atua como veículo na transferência de significados, de um domínio mais concreto, para um domínio mais abstrato. Por exemplo, vimos no capítulo anterior que a mudança do *be going to* de verbo de movimento para tempo futuro é explicada em termos de transferência metafórica, ou seja, uma imagem que pertence ao domínio do movimento espacial, conforme (01), é usada como veículo metafórico para referir a algo que acontece no domínio do tempo dêitico, conforme (02)¹⁵.

- | | | |
|------|----------------------------------|------------------------------|
| (01) | <i>Henry is going to town</i> | (movimento espacial, físico) |
| (02) | <i>The rain is going to come</i> | (tempo futuro) |

2.1.1.1 Exemplificação através do modelo de Heine *et al.* (1991)

Para descrever a transferência de estruturas fonte para categorias gramaticais, Heine e colaboradores lançam mão de algumas categorias cognitivas, que eles organizam conforme (03). Segundo eles, quanto mais um elemento estiver à direita, mais avançado será o seu estágio de gramaticalização.

- (03) PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE

¹⁵ O neogramático Hermann Paul (1886, p. 103) já afirmava que *a analogia entre extensão espacial e temporal torna possível que as expressões criadas para a percepção espacial, tratando-se só de uma dimensão, se transfram para condições temporais. Do mesmo modo, podem transferir-se para o tempo expressões de movimento.*

Cada categoria, que inclui uma variedade de conceitos, representa um domínio de conceituação relevante para a estruturação da experiência humana. Os autores estabelecem uma correlação entre tais categorias, as classes de palavras e os tipos de constituintes, a saber:

Categoria	Tipo de palavra	Tipo de constituinte
PESSOA	nome humano	sintagma nominal
OBJETO	nome concreto	sintagma nominal
ATIVIDADE	verbo dinâmico	sintagma verbal
ESPAÇO	advérbio	sintagma adverbial
TEMPO	advérbio	sintagma adverbial
QUALIDADE	adjetivo, advérbio, verbo de estado	modificador

A relação entre as categorias ou domínios de conceituação de (03) é, segundo Heine *et al.*, de natureza metafórica, no sentido de que qualquer categoria pode ser usada para conceituar outra categoria, contanto que esta esteja à sua direita. Desse modo, OBJETO pode ser usado para conceituar ESPAÇO, ESPAÇO pode ser usado para conceituar TEMPO, e assim por diante. A essa relação os autores dão o nome de metáfora categorial. O exemplo anterior, do *be going to*, constitui um caso de transferência ESPAÇO > TEMPO. Entre outros tantos exemplos, os autores citam o processo de gramaticalização do lexema *megbé*, da língua africana Ewe. Eles explicam que o *megbé*, originalmente significando “costas” (OBJETO, parte do corpo), passa a ser empregado para os significados “atrás” (ESPAÇO), “depois” (TEMPO) e “atrasado” (QUALIDADE), como mostram, respectivamente, as sentenças abaixo:

(04) *épé megbé fá*
 3sg.poss. back be cold “costas”

(05) *é-le xo á megbé*
 3sg-be house def behind “atrás”

(06) *é-kú* *le* *é-megbé*
 3sg.die be 3sg.poss.behind “depois”

(07) *é-tsí* *megbé*
 3sg.remain behind “atrasado”

É fundamental perceber que Heine *et al.* trabalham com um tipo específico de processo metafórico, que envolve uma transferência, em passos discretos, de um domínio cognitivo para outro. A organização desses domínios é unidirecional: parte da esquerda para a direita e pode ser definida em termos de “abstração metafórica”, em que uma categoria é “mais abstrata” do que outra categoria que está à sua esquerda, e “menos abstrata” do que qualquer categoria à sua direita.

Heine *et al.* observam que se, por um lado, a interpretação em termos de transferência metafórica explica muito da polissemia do *megbé* (inclusive os significados mais e menos gramaticalizados), por outro, ela deixa sem solução exemplos em que há sobreposição de significados, como em (08), em que o *megbé* denota simultaneamente parte do corpo (“costas”) e espaço posterior de um item inanimado (“trás”). Essa sobreposição, que é bastante freqüente também para outros lexemas, sugere que a transferência de uma categoria para outra não necessariamente implica a substituição da primeira pela segunda, mas há um estágio em que ambas as categorias coexistem lado a lado.

(08) *megbé* *keke-ádé* *le* *é-si*
 back broad-indef. be 3sg.poss.hand

Assim, o arranjo linear esboçado em (03) não constitui propriamente um conjunto de categorias discretas, mas é melhor entendido como uma “cadeia”, em que não há limites claros entre as categorias, sendo possível isolar entidades conceituais intermediárias existentes entre essas categorias. A conclusão de Heine *et al.* é que *an analysis in terms of discrete metaphorical jumps captures only one aspect of the process. Both discontinuity and continuity, or metaphorical transfer and gradual*

extension, are involved in grammaticalization. The presence of such divergent cognitive activities appears to be the result of an interplay between conceptual-taxonomic behavior on the one hand and pragmatic-textual strategies on the other (p.68-9). A noção de cadeia será trabalhada mais adiante, na seção 3.1.

2.1.1.2 Exemplificação através do modelo de Sweetser (1988, 1991)

Sweetser propõe uma teoria semântica de base cognitiva, que toma a percepção humana e o entendimento de mundo como os alicerces da estrutura das línguas. A linguagem, diz a autora, é formada pela cognição, que possibilita estabelecer conexões entre diferentes áreas da experiência humana como, por exemplo:

(09) “*branco*” → “*honestidade*”

(10) “*visão*” → “*conhecimento*”

(11) “*ouvir*” → “*obedecer*”

(12) João deve estar em casa às 10 hs, caso contrário ficará de castigo

(13) João deve estar em casa, seu carro está na garagem

Para Sweetser, é nossa estruturação cognitiva que permite criar uma identificação entre a cor “branca” e a qualidade “honestidade”. De maneira similar, “visão” e “conhecimento” e “ouvir” e “obedecer” são conexões de base cognitiva, criadas a partir da correlação entre nossa experiência física e nossos estados mentais. Em (12) e (13), o modal *dever* é polissêmico em razão de seu uso nos domínios sócio-físico e epistêmico. No primeiro caso, o modal denota uma obrigação ou uma necessidade imposta, no mundo real. Já em (13), o modal denota uma avaliação epistêmica, um julgamento do falante: o carro na garagem é um indício de que João está em casa. Segundo a autora, há evidências históricas de que o significado epistêmico dos modais é uma extensão do significado sócio-físico.

Sweetser consegue mostrar que subjacente a essa tendência geral de usar a linguagem do mundo externo, sócio-físico, para falar do mundo mental interno (psicológico, emocional), há um sistema metafórico bem estruturado, que permite a ligação entre domínios conceituais aparentemente discrepantes. Isso equivale a dizer, em outras palavras, que a linguagem e a cognição operam metaforicamente. Mais relevante, porém, é o poder de explicação que ela atribui a esse sistema:

- (i) do ponto de vista diacrônico, o sistema metafórico direciona o curso de numerosas mudanças semânticas, e
- (ii) do ponto de vista sincrônico, o sistema é representado por várias formas polissêmicas e usos abstratos que derivam do vocabulário do mundo físico.

Assim, o sistema metafórico proposto por Sweetser é da mais alta importância para a análise semântica sincrônica e diacrônica, uma vez que por meio de uma análise histórica dos “caminhos” da mudança semântica, o investigador pode elucidar as conexões semânticas sincrônicas entre domínios conceituais. Do mesmo modo, a identificação das conexões sincrônicas pode tornar claras as razões para a mudança de significado, na história lingüística passada. Se, como propõe Sweetser, a polissemia sincrônica e a mudança histórica fornecem os mesmos dados, não é possível então uma separação rígida entre as análises sincrônica e diacrônica.

Para Sweetser, vale insistir, a metáfora não se reduz a uma simples relação entre palavra e mundo. Ao invés disso, ela sustenta que a metáfora consiste em uma força de estruturação semântica que opera por meio de projeções ou “saltos” entre diferentes domínios conceituais. As projeções são unidirecionais, no sentido de que nossa experiência física é sempre fonte de vocabulário para nossos estados psicológicos.

As propostas de Heine *et al.* (1991) e de Sweetser (1988, 1991) são similares em vários pontos. Ambas concebem a mudança de significado como envolvendo a transferência metafórica de significados entre domínios de conceituação. Essa transferência faz surgir formas polissêmicas representativas de diferentes estágios de

gramaticalização¹⁶. Além disso, esses autores concordam que se trata de um fenômeno unidirecional, em que os significados dos domínios mais concretos são usados para explicar os significados dos domínios mais abstratos, e não vice-versa. Por fim, as duas propostas admitem que esse fenômeno tem as dimensões sincrônica e diacrônica. Do ponto de vista sincrônico, um determinado estágio é mais gramaticalizado do que qualquer outro estágio à sua esquerda, entendendo-se por “mais gramaticalizado” aquele item que é mais abstrato em conteúdo semântico. Do ponto de vista diacrônico, um dado estágio é considerado historicamente anterior a qualquer outro estágio à sua direita. Ou seja, a ordenação linear e unidirecional reflete também um processo diacrônico.

2.1.2 Reinterpretação induzida pelo contexto

Em seção anterior, argumentei que os exemplos (01) e (02), do *going to*, podem ser explicados em termos de metáfora: no primeiro, a forma *going to* tem seu significado literal, que expressa movimento espacial e, no segundo, ela tem um significado transferido, que denota dêixis temporal (futuro). Agora quero acrescentar que não há descontinuidade entre esses significados. Ao invés disso, há entre as acepções de movimento físico e de marcador de tempo um número de acepções intermediárias que sugerem uma cadeia de matizes conceituais minimamente diferentes.

Observe os exemplos extraídos de Heine *et al.* (1991, p.70):

- (13) *Henry is going to town*
- (14) *Are you going to the library?*
- (15) *No, I am going to eat*
- (16) *I am going to do my very best to make you happy*
- (17) *The rain is going to come*

¹⁶ Uma diferença entre as duas propostas fica por conta do número de domínios postulados. Enquanto Sweetser trabalha com os domínios sócio-físico, lógico ou epistêmico e conversacional, Heine e colaboradores lançam mão de um número maior de domínios que, segundo eles, representam entidades prototípicas que, definidas perceptual e/ou linguisticamente, são de importância fundamental para a estruturação da experiência humana.

As sentenças de (15) a (16) são exemplos de tais matizes intermediários. Em (15), que é uma resposta para (14), o *going to* tem um sentido principal de “intenção” e um sentido secundário de “predição”. Além disso, ele parece preservar algum resquício do sentido de verbo espacial, característico de (13) e (14). A sentença (16) é similar a (15), a diferença é que não há qualquer acepção espacial. Já na sentença (17) não há intenção, o único sentido é aquele de predição.

Dada a continuidade e o gradualismo, esses significados intermediários podem ser explicados melhor em termos de metonímia do que de metáfora. Segundo Traugott & König (1991) e Heine *et al.* (1991), as polissemias da forma *going to* devem ser entendidas como novos significados convencionais, produto da convencionalização de inferências conversacionais. Como já explicado na seção 08 do primeiro capítulo, essas polissemias surgem pela ação de um princípio de informatividade ou relevância, que pressiona os falantes a escolher a interpretação mais significativa. Nesse sentido, o surgimento de metonímias é atribuído à manipulação discursivo-pragmática, pela qual os conceitos estão sujeitos a fatores contextuais. A convencionalização de inferências conversacionais é entendida aqui como uma reinterpretação induzida pelo contexto, processo que, segundo Heine *et al.*, envolve os seguintes estágios:

- ESTÁGIO I: em acréscimo a seu sentido central A, uma forma linguística F adquire um sentido adicional B, quando empregada em um contexto específico C. Isso pode resultar em ambigüidade semântica, já que ambos os sentidos A e B podem estar implicados em C (este é o momento propício para a mudança). Se esse é o caso, a situação comunicativa certamente pode ajudar a decidir por um ou outro sentido. Mais interessante, porém, é a possibilidade de o falante pretender comunicar A e o ouvinte interpretar como B.
- ESTÁGIO II: a existência do sentido B torna possível que a forma relevante seja usada em novos contextos que são compatíveis com B, mas que ainda permanecem regidos pelo sentido A.
- ESTÁGIO III: B é convencionalizado, podendo formar um foco secundário caracterizado por propriedades que contêm elementos não compartilhados por A.

Em síntese, a gramaticalização parece ser regida por duas forças diferentes, mas complementares: a metafórica e a metonímica. A primeira, que é de fundo psicológico, opera entre domínios conceituais, levando um significado mais concreto a ser entendido como mais abstrato. A segunda, que é de fundo pragmático, reflete um processo pelo qual um dado contexto leva a uma interpretação conceitual específica. Mediante uma terminologia distinta, Heine *et al.* (1991) explicam que o processo de gramaticalização inclui uma “macroestrutura” e uma “microestrutura”. A primeira se relaciona aos domínios cognitivos e às relações estabelecidas entre eles. Nesta, a metáfora é a principal estratégia para transferências entre esses domínios. A microestrutura, por outro lado, se relaciona à manipulação do contexto, que dispara a reinterpretação induzida pelo contexto, por meio da qual implicaturas conversacionais são convencionalizadas como sentidos focais novos, um processo que, segundo eles, é metonímico por natureza.

2.1.3 Modelos que tentaram explicar as alterações semânticas da gramaticalização

O que acontece com o significado da palavra que sofre gramaticalização? Nos primeiros trabalhos sobre gramaticalização, e também em alguns mais recentes, os estudiosos sustentaram a hipótese da perda de traços semânticos que, como mencionei antes, ficou conhecida como modelo do *semantic bleaching* (descoramento ou desbotamento do significado). Meillet (1912 [1948:136]) já dizia que *mais on a pris l'habitude de grouper "laisser" avec un infinitif, et il en est résulté un affaiblissement rapide de ce mot qui a perdu son sens propre, pour devenir une sorte d'auxiliaire d'un mot principal* (grifo meu). De modo similar, Heine & Reh (1984:15) também cultivaram a idéia de “perda”: *with the term 'grammaticalization' we refer essentially to an evolution whereby linguistic units lose in semantic complexity, pragmatic significance, syntactic freedom, and phonetic substance, respectively.* (grifo meu)

O modelo *bleaching* pode ser analisado, em termos bastante simplificados, como um mecanismo que “filtra” tudo, exceto a essência semântica da palavra. O ponto de partida ou *input* é sempre um item de significado pleno, provavelmente

lexical, e o *output* é um elemento empobrecido de suas especificidades semânticas. A representação abaixo é ilustrativa:

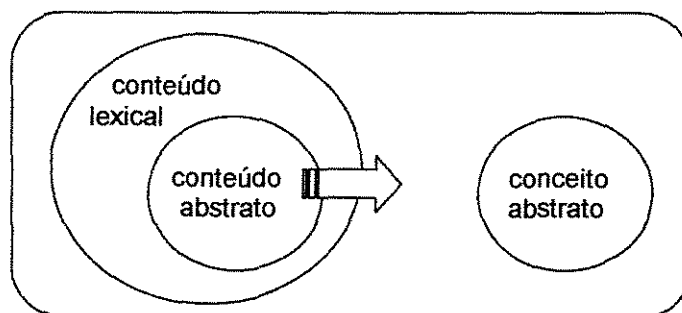


Fig. 02: Modelo *Bleaching*

A maioria dos autores, no entanto, vêm abandonando a noção de perda em favor da descrição de aspectos que consideram mais positivos na mudança. Sweetser (1988, 1991), por exemplo, afirma que a gramaticalização envolve não só a perda de material semântico, mas também o ganho. Como visto no capítulo anterior, a autora sustenta que na transição do domínio fonte para o alvo, há uma estrutura topológica e esquemática que é sempre preservada. Além disso, ela destaca que: (...) *there is a sense in which grammaticalization involves loss of meaning, and another sense in which it does not. Whenever abstraction occurs – for example, when an image-schematic structure is abstracted from a lexical meaning – there is potential loss of meaning. (...) But if the abstracted schema is transferred from the source domain to some particular target domain, then the meaning of the target domain is added to the meaning of the word* (Sweetser, 1988).

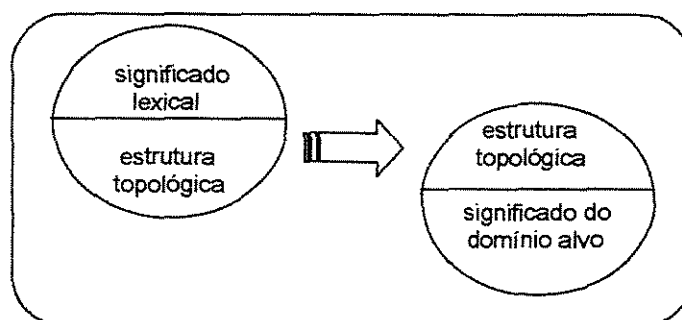


Fig.03: O modelo da perda e do ganho (Sweetser)

Da perspectiva de Traugott & König (1991), a perda de sentido não tem qualquer justificativa. Lembre-se que, para esses autores, a emergência de formas gramaticais envolve o fortalecimento da informatividade, que toma lugar por meio da convencionalização de implicaturas conversacionais, que eles entendem como um tipo de metonímia. A formação de conjunções causais, como o *since* do inglês, ou o *puisque*, do francês, exemplifica o tipo de mudança semântica descrito por Traugott & König. Segundo eles, essas conjunções derivam de expressões temporais, empregadas em contextos em que o sentido causal é implicado conversacionalmente. Assim, como a “causalidade” não pode ser vista como uma noção de “temporalidade enfraquecida”, não há por que admitir que houve *bleaching*, argumentam eles.

Outro modelo que procura explicar as mudanças semânticas envolvidas na gramaticalização é aquele referido como modelo da coexistência que, segundo seu defensor (Coates 1983, *apud* Heine *et al.* 1991), consiste em admitir que na transição do conceito fonte para o conceito alvo há um estágio intermediário, em que ambos os conceitos coexistem lado a lado.

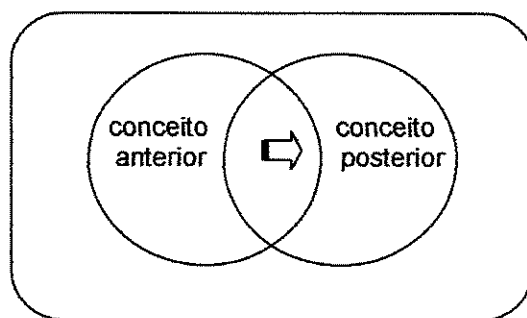


Fig. 04: modelo da coexistência

De outro ponto de vista, há quem defenda que no processo de mudança semântica não ocorre propriamente uma transição entre categorias, mas, ao invés disso, uma extensão de sentidos, a partir de categorias prototípicas.

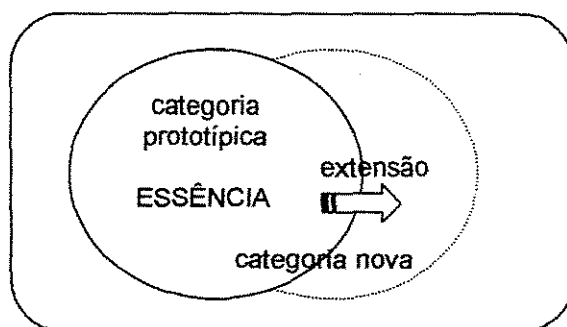
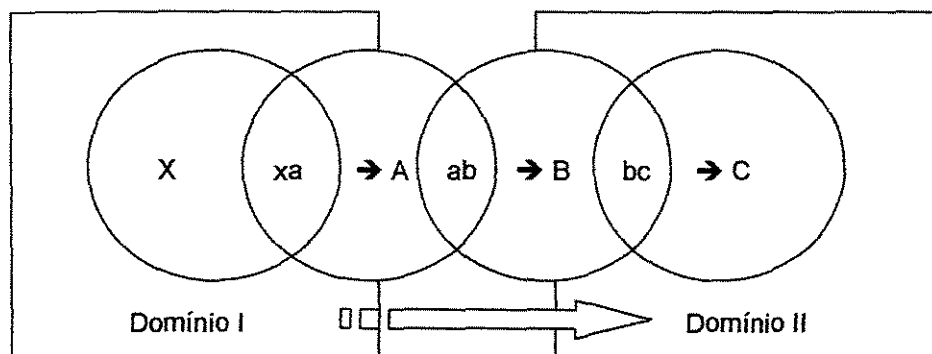


Fig. 05: modelo da extensão prototípica

A abordagem de Heine *et al.* (1991) compartilha características de todos esses modelos. Os autores acreditam que há basicamente duas forças envolvidas no processo de gramaticalização. Uma delas, metafórica por natureza, é a transferência conceitual, pela qual entende-se que a transição de um sentido A para um sentido B se dá por meio de “projeções” ou “saltos associativos” de um domínio de significação para outro, em que o primeiro domínio é menos abstrato do que o último. Nessas projeções, pode haver perda, como o modelo *bleaching* sugere, mas também há ganhos. A outra força, metonímica por natureza, é a reinterpretação induzida pelo contexto, pela qual entende-se que a transição entre os sentidos se dá por meio de um processo gradual e contínuo, onde cada sentido reflete uma inferência contextual que é convencionalizada. Na transição entre os sentidos, possivelmente há estágios intermediários de sobreposição.



→ reinterpretação induzida pelo contexto

→ transferência metafórica

Fig.06: O modelo metafórico-metonímico

2.2 Reanálise morfossintática

As mudanças que afetam a morfologia e a sintaxe constituem o sintoma mais saliente de que a gramaticalização ocorreu. Do ponto de vista da morfologia, segundo Hopper & Traugott (1993), a gramaticalização pode resultar na criação de formas presas, sejam elas afixos flexionais ou derivacionais. Exemplo da formação de afixo flexional, particularmente no âmbito verbal, é a formação do futuro românico, em que *habeo* ficou reduzido ao morfema [re], ou simplesmente [e], se levarmos em conta que o [r] é morfema de infinitivo. De outra parte, como exemplo da criação de afixo derivacional cito o famoso caso do nome latino *mente* que, a princípio denotava “modo”, e, com as mudanças sofridas, passa a se comportar como um clítico que se combina com adjetivos para a formação de advérbios.

Já do ponto de vista da sintaxe, a gramaticalização pode implicar a mudança de categoria: uma palavra da classe X passa a funcionar como uma palavra da classe Y. Essa recategorização, como observam Hopper & Traugott (1993:104), segue uma tendência particular: categorias menores (preposições, conjunções, pronomes e verbos auxiliares) derivam historicamente de categorias maiores (nomes e verbos), ou ainda de categorias intermediárias (adjetivos e advérbios). Para esses autores, as categorias maiores são elementos lexicais, ao passo que as categorias menores são elementos gramaticais, que constituem uma classe “fechada” e que, em algumas línguas, só se manifestam por meio de afixos.

Categoria maior	Categoria intermediária	Categoria menor
(nomes e verbos)	(adjetivos e advérbios)	(preposições, conjunções, auxiliares e pronomes)

Em outras palavras, Hopper & Traugott afirmam que itens menos gramaticais se tornam mais gramaticais. Nesse contexto, surge uma complicação, já referida antes, que diz respeito à dificuldade de distinguir com clareza os conceitos gramaticais dos conceitos lexicais. Heine *et al.* (1991) se empenham bastante para resolver essa questão. Fazem uso de um conjunto de critérios, mas reconhecem que nenhum deles é completamente satisfatório. O quadro abaixo, que resume uma longa exposição de Heine, traz alguns fatores distintivos:

Conceitos lexicais	Conceitos gramaticais
▪ se referem a objetos concretos, processos, localizações; ▪ têm semântica por si mesmos; ▪ são de uso geral e freqüente; ▪ são codificados por lexemas.	▪ são mais abstratos; ▪ só adquirem semântica quando combinados com outros elementos; ▪ podem ser descritos em termos de estruturas topológicas (cf. Sweetser); ▪ são codificados por auxiliares, partículas, clíticos, afixos e unidades suprasegmentais.

No que segue, apresento exemplos de reanálise sintática (entendida em seu sentido mais amplo), pressupondo que os casos mencionados são ocorrências legítimas de gramaticalização.

(a) reanálise sintática de verbo pleno para verbo auxiliar

O verbo *ir*, que denota movimento de afastamento com relação ao ponto de referência do falante, se gramaticaliza na perífrase verbal *ir* + *infinitivo*, em que o *ir* perde seu significado básico de movimento e começa a funcionar como um auxiliar, marcador de tempo futuro: *João vai* > *João vai sair*.

(b) reanálise sintática de nome para pronome

No português, o item lexical *gente* vem se gramaticalizando na expressão *a gente*, que alterna com os pronomes de primeira pessoa, *eu* e *nós*, sendo mais freqüentemente com *nós*. Do ponto de vista gramatical, a forma deixa de ser substantivo e passa a integrar a classe dos pronomes pessoais: *a gente gosta de estudar*.

(c) reanálise sintática de advérbio para conjunção

A conjunção *pois* deriva do advérbio latino *post*, que possuía um sentido espacial (“atrás”) e um sentido temporal (“depois”, “em seguida”). Com o tempo, explicam os estudiosos, o *post* assimilou também um sentido explicativo. Passou para o português sob a forma *pois*, que variavelmente era empregada como advérbio e como conjunção. Além das acepções temporal e explicativa, o *pois* passou a ser interpretado também como conjunção conclusiva.

2.3 Redução fonológica

Também é um indício concreto de que a gramaticalização se efetivou. Como exemplo, recorro novamente ao *vossa mercê*, do português, cuja evolução foi marcada por uma crescente redução de material fônico: *vossa mercê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você* > *cê*.

Toda essa discussão acerca do conjunto de alterações que caracteriza a mudança por gramaticalização leva a crer que os teóricos atribuem à mudança uma direcionalidade típica, que pode ser verificada em diferentes níveis lingüísticos. Assim, do ponto de vista semântico, significados menos abstratos devem dar lugar a significados mais abstratos, mas não vice-versa (Heine *et al.*, Sweetser, Traugott & König, Hopper & Traugott), enquanto do ponto de vista fonético, a mudança deve proceder sempre em direção à redução da substância fonética. Já da perspectiva morfosintática, ocorre uma recategorização que deve partir de uma categoria principal ou intermediária, em direção a uma categoria secundária (Hopper & Traugott) ou, em outras palavras, nomes podem se transformar em advérbios e estes em preposição ou conjunção, mas a derivação inversa não é prevista.

Frente a esse posicionamento, a questão que se coloca, e que examino na próxima seção, é a de saber se a unidirecionalidade pode se firmar como um universal para a gramaticalização.

03. A direcionalidade da mudança

3.1 As cadeias de gramaticalização

Em Heine *et al.* (1991) e Heine (1992) é amplamente reafirmado que o desenvolvimento de categorias gramaticais é resultado da interação entre operações cognitivas e pragmáticas (transferência metafórica e reinterpretação induzida pelo contexto) e que esse desenvolvimento pode levar ao surgimento de estruturas lingüísticas contínuas. A essas estruturas contínuas Heine dá o nome de cadeias de gramaticalização (“continuum”, conforme Heine & Reh (1984); e “escala de gramaticalização”, conforme Lehmann (1982)).

Um dos exemplos citados por Heine (1992) se refere ao lexema polissêmico – *yyéú*, do dialeto Chamus, uma língua falada no Quênia. O autor mostra que o –*yyéú*

tem uma quantidade de usos caracterizados por condutas lingüísticas distintas, e sugere que esses usos equivalem a estágios particulares de gramaticalização. Os usos (ou estágios) mais salientes são quatro: (i) verbo pleno; (ii) verbo auxiliar; (iii) categoria aspectual; e (iv) marcador de negação.

O *-yyéú* é verbo pleno em orações nas quais funciona como um verbo de volição que pede necessariamente um sujeito animado e um objeto que pode ser tanto animado, conforme (18), como inanimado, conforme (19).

- (18) *k-á-yyéú m-partút*
 K-1sg esposa
 “eu quero esposa”

- (19) *k-á-yyéú n-daâ*
 K-1sg. alimento
 “eu quero alimento”

Em outra acepção, que Heine já descreve como um efeito de gramaticalização, o *-yyéú* forma uma perífrase verbal, em que funciona como um auxiliar. Nesse caso, o complemento verbal não é mais um sintagma nominal, mas uma oração:

- (20) *k-á-yyéú nánU n-a-ló n-kan*
 K-1sg. eu ir-1sg. casa
 “eu quero ir para casa”

O próximo estágio na gramaticalização do *-yyéú* é aquele em que o lexema começa a ser empregado em contextos em que o sentido de volição não parece adequado, como em (21):

- (21) *k-é-yyéú I-cáni n-é-uróri*
 K-3sg. árvore cair-3sg.
 “a árvore quase caiu” (* a árvore quis cair)

Em (21), o sentido “a árvore quis cair” não pode ser admitido por dois motivos. Em primeiro lugar, ninguém “quer” cair voluntariamente, exceto em alguma

situação muito peculiar. Em segundo, um participante inanimado, do tipo “árvore”, é incapaz de uma conduta intencional. Aqui, como Heine explica, houve uma reinterpretação induzida pelo contexto, em que a proposição “a árvore quis cair” é interpretada como “a árvore quase caiu”. Com essa reinterpretação um novo sentido foi convencionalizado em uma categoria aspectual, que não ficou confinada apenas a sujeitos inanimados, veja:

- (22) *k-éyyéú I-páyyan n-é-rria*
 K-3sg. velho cair-3sg.
 “o velho quase caiu”

Nesse contexto em que *-yyéú* é indicador de aspecto, a interpretação mais apropriada é “o velho quase caiu (mas não caiu)” ou “eu quase bebi o vinho (mas não bebi)”, em que prevalece o sentido focal “ter quase alcançado a situação descrita pelo verbo principal”. Contudo, ao lado desse sentido focal há uma inferência, que traz o sentido não-focal de que “a situação descrita pelo verbo principal não é alcançada”. Em certos contextos, esse sentido não-focal pode tornar-se focal, como é o caso das respostas a perguntas polares, como no exemplo (23). Nessa circunstância, o lexema *-yyéú* passa a desempenhar o papel de marcador de negação.

- (23) *i-túm-o m-partút? (k)éyyéú a-túm*
 conseguir-2sg. esposa conseguir-1sg.
 “você conseguiu uma esposa? Não (mas eu quase consegui)”

Os quatro estágios de gramaticalização do lexema *-yyéú* são representados por Heine através do seguinte esquema, que capta, entre outras coisas, que a transição da categoria lexical para a gramatical se faz por meio de uma espécie de sobreposição das estruturas envolvidas:

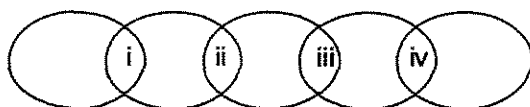


Fig. 07: A cadeia de gramaticalização do *-yyéú*

As cadeias de gramaticalização, segundo Heine:

- (a) têm uma dimensão diacrônica, em que o membro mais à esquerda tipicamente representa o mais antigo, e o membro mais à direita, o estágio posterior de evolução;
- (b) têm uma dimensão cognitivo-semântica, em que o membro mais à esquerda representa o conteúdo conceitual mais concreto, e o membro mais à direita, o conteúdo mais abstrato;
- (c) têm uma clara estrutura morfossintática, em que os membros mais à esquerda e mais à direita têm, respectivamente, o grau mais alto e mais baixo de variabilidade paradigmática e sintagmática.

Em suma, conforme o modelo de Heine, as cadeias de gramaticalização correspondem a estruturas lineares não discretas que podem ser definidas por referência a seus pontos extremos (inicial e final). Os pontos diferem um do outro em seu grau relativo de gramaticalização: o membro final da cadeia é uma forma gramaticalizada do membro inicial. Acrescente-se a isso o fato de que qualquer membro ao longo desta cadeia também pode ser definido por referência a um outro: um membro à esquerda é menos gramaticalizado que qualquer um à sua direita.

3.2 Multidirecionalidade?

A hipótese subjacente à unidirecionalidade é a de que se existem dois estágios relacionados A e B, A deve ocorrer necessariamente antes de B. A unidirecionalidade resultante da mudança categorial pode trazer alguma complicação quando se pressupõe que as classes de palavras podem ser claramente distinguidas umas das outras, o que não é real. Embora seja bastante antiga a idéia de agrupar por classes palavras que em algum respeito são semelhantes, ainda hoje não se chegou a uma classificação de palavras realmente satisfatória. A tradição gramatical, influenciada pelo antigo modelo grego-latino de “partes do discurso”, dividiu as palavras por dez classes - artigo, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Mais recentemente, esse quadro foi reduzido para sete classes, com a eliminação da interjeição e a inclusão do numeral e do adjetivo na

classe dos nomes. Essa classificação não dá conta de agrupar coerentemente os vários tipos de palavras, pois combina critérios de ordem diversa – formal, semântico e funcional – a partir dos quais se chega a resultados conflitantes. Acrescente-se a isso que as palavras podem ter múltiplas funções na sentença, fato que, em certas circunstâncias, obrigou a gramática a admitir que determinadas palavras pertenciam a mais de uma classe.

Como bem observa Castilho (2002), sustentar que a gramaticalização é um fenômeno caracteristicamente unidirecional equivale a admitir que a linguagem tem um caráter linear e estático: *directionality is made of stages in such way that stage B follows stage A, stage C follows stage B, and so on. Each stage corresponds to a point in a line, therefore a relation of sequenciality is established between them*. Segundo o autor, os processos de gramaticalização são apreendidos de modo mais preciso se adotamos uma teoria dinâmica da linguagem.

Por isso, como alternativa à linearidade, Castilho propõe, à semelhança de Franchi (1976) e Nascimento (1993), uma concepção de linguagem multisistêmica, constituída por quatro grandes domínios, a saber, o Léxico, o Discurso, a Semântica e a Gramática, que são articulados simultaneamente pela mente humana. O Léxico, que constitui o centro do sistema lingüístico, acumula um conjunto de traços abstratos e potencialmente cognitivos que, combinados de diversas maneiras, vão resultar nos itens lexicais, que podem ser realizados no vocabulário por nomes, advérbios ou conjunções. O Discurso compreende todas as atividades que envolvem falantes e ouvintes, desde a instanciação das pessoas do discurso, até as estratégias de tomada de turno e a seleção de tópicos conversacionais. A Semântica é o domínio responsável pela produção dos significados, que é feita com base em estratégias cognitivas do tipo constituição do cenário, hierarquização e movimento dos participantes. A Gramática, por sua vez, compreende um conjunto de estruturas, organizadas em três subconjuntos – a fonologia, a morfologia e a sintaxe – regidos por suas respectivas regras.

O funcionamento da linguagem se daria da seguinte maneira: o componente central, o léxico, é regido por um dispositivo sociocognitivo pelo qual os falantes ativam, reativam e desativam traços lexicais. Tal dispositivo é dito social, porque é

baseado nas atitudes dos participantes do ato de fala, e cognitivo, porque negocia com categorias cognitivas estabelecidas pela comunidade de fala como, por exemplo, “visão”, “espaço”, “tempo”, “movimento”, etc. A ativação de traços equivale à escolha dos traços lexicais que serão realizados na palavra. Conforme a escolha, o falante obtém palavras com características semânticas, discursivas e gramaticais próprias, capazes de satisfazer suas necessidades comunicativas. A reativação diz respeito a uma nova ativação de traços lexicais e a desativação, ao abandono de traços previamente selecionados, o que gera resultados diferentes para a semântica, para o discurso e para a gramática. Se o dispositivo sociocognitivo opera em todo o sistema lingüístico, explica Castilho, a gramaticalização não é o único processo de criatividade na linguagem, mas a discursivização e a semantização também devem ser assumidas como processos criativos.

Para mostrar a validade de sua proposta, Castilho analisa o processo de gramaticalização da forma *ante(s)*, do português. Etimologicamente *antes(s)* veio do *ante* latino, que significava “em frente de”, “previamente”, em português, *ante(s)* se presta a diferentes usos:

Advérbio espaço-temporal	“A sala de jantar é <u>antes</u> da cozinha”	
	“Quem dias <u>antes</u> escreveo de seu próprio punho..”	
Preposição espaço-temporal	“Não posso ficar mudo <u>ante</u> esse espetáculo”	
	“ <u>Diante</u> ¹⁷ de vantagens tão reaes e incontestáveis, excusado é encarecer os méritos desta machina”	
Conjunção	Comparativa	“antes...que”
	Temporal	“Não pude tomar fôlego <u>antes que</u> tivesse lançado de um jato o que tinha na ponta da língua”
	Discursiva	“Estes papeluchos, ou <u>antes</u> , pasquins, devem ser desprezados”
Prefixo	<u>Antepor</u> , <u>antego</u> zar, <u>antecamara</u> , <u>antemuralha</u>	

A classificação e os exemplos de Castilho se prestam a uma organização unidirecional, segundo a qual seria possível afirmar que a recategorização da palavra

antes(s) segue o seguinte percurso: advérbio > preposição > conjunção > prefixo. Além disso, o significado sofre mudança de Espaço para Tempo e de Tempo para Relação. Mas Castilho não se satisfaz com essa explicação e institui para *ante(s)* os seguintes traços:

(1) Traços semânticos

- Posição no espaço:
 - Eixo horizontal: /PONTO INICIAL/, /PONTO MEDIAL/, /PONTO FINAL/
 - Eixo vertical: /ABAIXO/, /ACIMA/
 - Eixo transversal: /ANTERIOR/, /POSTERIOR/
 - Eixo *container*: /INTERIOR/, /EXTERIOR/
- Direção no espaço: /± MOVIMENTO/
- Distância no espaço: /PRÓXIMO/, /DISTANTE/
- Tempo: /PASSADO/

(2) Traços Discursivos

- Correção epilingüística
- Conexão textual
- Topicalidade

(3) Traços gramaticais

- ± Transitividade
- complementação
- adjunção
- conexão sentencial
- derivação: prefixo

Castilho demonstra que o referido dispositivo sociocognitivo opera sobre esses traços, combinando-os de diversas maneiras para a produção de palavras

¹⁷ O advérbio *antes* foi provavelmente regramaticalizado como *dantes* (de + antes) ou como *diantes* (de + ante). Em “Dantes quatro vinténs de feijão era quase um balaio”, *dantes* comporta-se como tópico da sentença.

funcionalmente diferentes. Por exemplo, a ativação de “espaço anterior” e “tempo passado” mais a desativação de “movimento” dá lugar ao advérbio *antes*. Por outro lado, a reativação dos mesmos traços aliada à ativação da “topicalidade” resulta no *dantes*, que sofreu regramaticalização. De outro modo, ativando “espaço anterior”, “tempo passado”, “transitividade” e “conexão sentencial” e desativando “movimento” e os demais traços discursivos, obtemos a preposição *antes*. Em mais uma possibilidade, ativando “tempo”, “conexão textual e sentencial” e “correção epilingüística” obtemos a conjunção *antes*.

Sob essa perspectiva teórica, a linearidade representada nas cadeias de gramaticalização não se sustenta, uma vez que os itens gramaticalizados podem aparecer simultaneamente. Trata-se, em outras palavras, de questionar a hipótese da unidirecionalidade, pela qual um estágio dá lugar a outro estágio ainda mais gramaticalizado. Sendo assim, ao invés de cadeia, uma representação gráfica em termos radiais seria mais apropriada.

04. Avaliação

Depois de tudo o que foi dito, minhas conclusões são as seguintes. Em primeiro lugar, entendo que a gramaticalização consiste num tipo de mudança lingüística que acarreta alteração na categoria gramatical do item. Porém, é questionável sustentar, como fazem alguns teóricos, que a mudança parte do Léxico para a Gramática, dada a dificuldade de definir esses componentes e, além do mais, cabe perguntar, como ressalta Castilho (1997a): como separar o léxico da gramática se as palavras por si só apresentam aspectos gramaticais? Pelos mesmos motivos também é questionável sustentar a classificação oferecida por Hopper & Traugott (1993), em termos de categoria maior (nomes, verbos) > categoria intermediária (adjetivos, advérbios) > categoria menor (preposição, conjunção, auxiliar).

Em segundo lugar, a gramaticalização faz surgir um sentido novo, que pode ou não manter relações com o sentido original. A palavra gramaticalizada perde sua autonomia e por isso, para veicular sentido, ela precisa estar relacionada a outras palavras, como acontece, por exemplo, com conjunções, auxiliares, operadores de

negação e marcadores de aspecto. Acrescente-se a isso que a forma original, na maioria dos casos, persiste como elemento autônomo.

Como a palavra gramaticalizada só exprime relações de sentido quando em combinações particulares, espera-se que ela ocupe um número menor de posições na sentença. Isto está em conformidade com dois dos princípios estabelecidos por Heine & Reh (1984), a saber, (i) que a unidade que sofre gramaticalização tem sua posição mais fixa na sentença; e, (ii) que seu uso se torna obrigatório em alguns contextos.

Ainda sobre a mudança de sentido, vimos que na literatura sobre o assunto é freqüentemente defendido que a mudança tem uma unidirecionalidade característica: os sentidos mudariam de concreto para abstrato. Os modelos propostos por Traugott e por Sweetser, que para mim estão entre as melhores explicações para gramaticalização, sustentam a unidirecionalidade nas projeções inter-domínios. À semelhança dessas autoras, acho plausível que em cada domínio se tenha a gramaticalização de um sentido. Reconheço que os vários domínios podem representar estágios sucessivos e que entre eles pode existir uma relação genética, hipótese que explica satisfatoriamente um número de fenômenos. Mas não podemos ignorar que, para outros fenômenos, talvez esses estágios, ao invés de sucessivos, sejam simultâneos e, como sugere Castilho (2002), o aparecimento de diferentes polissemias de um item sejam resultado de formas alternativas de agrupar traços semânticos, discursivos e gramaticais, como foi mostrado para o *ante(s)*.

Capítulo 03

A História das Conjunções

Em *Le renouvellement des conjonctions*, Meillet (1965[1912]) discute a origem e o desenvolvimento histórico das conjunções e mostra que embora todas as condições pareçam favorecer a estabilidade das conjunções no curso evolutivo das línguas¹⁸, elas são palavras sujeitas à constante renovação e até ao desaparecimento. Ele parte da observação de que as línguas de uma mesma família deveriam apresentar praticamente as mesmas conjunções, apenas com variações na pronúncia. Mas a realidade é outra. As línguas indo-europeias, por exemplo, têm conjunções muito diferentes, sendo algumas delas de origem completamente obscura. As línguas românicas, por seu lado, possuem conjunções que se originaram de palavras ou de construções que não tinham sequer a função de conjunção em latim.

Meillet defende que a renovação de palavras é uma tendência universal, despertada pela necessidade que os falantes têm de imprimir expressividade à linguagem. Ele argumenta que o valor expressivo das palavras é sempre transitório, pois é atenuado pela ação, não necessariamente conjunta, de dois fatores: a redução do volume fonético (abreviação das palavras), que acarreta perda de intensidade; e a frequência de emprego, que leva ao desgaste e que faz com que a significação básica da palavra seja gradativamente esquecida. Assim, quer pela via fonética, quer pela semântica, ou pela combinação das duas, todas as palavras tendem tornar-se menos expressivas. Como a língua falada não existe sem um apelo constante à atenção e à sensibilidade do interlocutor, diz Meillet, os falantes são naturalmente estimulados a reagir contra qualquer falta de expressividade, buscando novas alternativas nos processos de renovação.

¹⁸ Meillet refere-se a três fatores de estabilidade: (i) frequência de emprego: quanto mais usada é a palavra, maior sua fixidez; (ii) fixidez de sentido: as conjunções exprimem noções permanentes; e, (iii) empréstimo de outra língua: com raras exceções, as conjunções são pouco sujeitas ao empréstimo.

A renovação afeta preferencialmente algumas palavras e essa preferência se deve em grande parte ao próprio estatuto categorial das mesmas. Para entender o que isso significa é necessário relembrar a classificação de Meillet que, com base no uso, distribui as palavras por três categorias: principais, acessórias e gramaticais. O caráter acessório ou gramatical, inerentemente menos expressivo, explica por que as conjunções apresentam maior predisposição aos processos de renovação.

O procedimento mais simples de renovação de conjunções é, segundo Meillet, a tomada de palavras de diferentes classes - (pro)nomes, verbos, advérbios ou preposições – e o posterior emprego em contextos em que elas passam a funcionar na ligação de orações, mesmo quando há na língua outras conjunções de valor semelhante. Entre os vários exemplos, Meillet cita a conjunção adversativa *mais*, do francês, proveniente do advérbio comparativo latino *magis*. Assim, no processo de renovação de que fala Meillet não é necessário lançar mão de formas especialmente criadas para substituir aquelas já desgastadas pelo uso, basta aproveitar formas já disponíveis na língua e atribuir a elas uma nova função.

Quando a renovação ocorre, a forma inexpressiva é substituída por uma relativamente nova e intensa que, com o tempo, também poderá se enfraquecer e provavelmente disparar um novo processo de renovação. Desta forma, a busca e a perda de expressão marcam, respectivamente, o início e o completamento de um ciclo de renovação lingüística que a língua realiza sem fim. Nesse sentido, Meillet conclui que a história das conjunções se desenvolve quase inteiramente como um esforço repetido e, por natureza, perpetuamente inútil, para se obter formas mais expressivas para a junção de sentenças¹⁹.

O texto de Meillet aponta para dois aspectos fundamentais do desenvolvimento das conjunções nas línguas, a saber,

- a) que as conjunções constituem uma classe de palavras dominada por uma necessidade contínua de transformação; e

¹⁹ À semelhança de Meillet, Ernout & Thomas (1972) defendem que inúmeras conjunções latinas não podem ter sua etimologia desvendada porque são criações da própria língua, que advêm da necessidade de reforçar e renovar palavras usuais, sempre com vistas à expressividade. Outro autor que compartilha essa idéia de renovação em busca de expressividade é Wartburg (1946).

- b) que palavras de classes diferentes podem ser recrutadas para assumir o papel de conjunção, por meio de mudanças semânticas pressionadas pelo contexto de uso.

Esses dois aspectos estarão evidentes por todo este capítulo, que trata especificamente do percurso histórico-evolutivo das conjunções do português. Divido minha apresentação em três partes: na primeira, examino a conexão oracional no Latim Clássico; na segunda, focalizo as conjunções no Latim Vulgar e, por fim, discuto a passagem das conjunções do latim ao português. Minha exposição é baseada principalmente na *Syntaxe Latine* (1972 [1951]), de Ernout & Thomas; em uma tradução portuguesa da *Gramática Latina* (1986) de Cart *et al*; na *Gramática do Latim Vulgar* (1959), de Maurer, na *História e Estrutura da Língua Portuguesa* (1976), de Mattoso Câmara, e na quarta edição do dicionário etimológico de Ernout & Meillet (1967).

01. A conexão oracional no Latim Clássico

O estudo da conexão oracional no Latim Clássico compreende o exame da coordenação, na qual orações independentes são combinadas na formação de uma estrutura mais complexa; e da subordinação, na qual uma oração é apresentada como dependente da outra.

1.1 A Coordenação

No latim, a coordenação se refere tanto à combinação de orações como à combinação de palavras no interior das orações. Entre orações, são cinco as relações semânticas que podem resultar da coordenação: cópula, disjunção, adversidade, explicação e consequência. Há várias conjunções coordenativas, sendo que a maior parte delas pode assumir, conforme o contexto, mais de uma acepção de sentido. Algumas dessas conjunções foram emprestadas do grego como, por exemplo, *et* (gr. *ετι*), enquanto outras são criações secundárias, que se devem à necessidade de renovar formas já desgastadas pelo uso, como é o caso de *atque*, *tamen* e *igitur*.

Apesar de comum, a coordenação não era uma construção constante na língua clássica. A ausência de coordenação ou “asyndeton” também era praticada, especialmente por razões de concisão e estilo: *iudicium hoc omnium mortalium est: fortunam a deo petendam, a se ipso sumendam esse sapientiam* (port. “esta é a opinião de todos os mortais: a fortuna deve ser pedida à divindade, (mas) a sabedoria deve se tirada de si mesmo”) é um exemplo de “asyndeton” adversativo.

Copulativas. Para a cópula, o latim conservou a antiga partícula enclítica –*que*, que servia para unir palavras ou orações que apresentavam estreitas relações de sentido, como *domi bellicue* (port. “em casa e na guerra”); *senatus populusque* (port. “o senado e o povo”); *uis amicitiae concordiaeque* (port. “a força da amizade e da concórdia”); ou ainda para estender a um membro da oração a idéia expressa em outro membro como, por exemplo: (Cic. *Diu.*2, 61) *ille numquam illa dicet facta fortuito naturalemque rationem omnium reddet* (port. “ele nunca dirá aquelas coisas feitas por acaso e chegará à razão natural de tudo”). Além de –*que*, outras quatro partículas indicavam cópula:

- *et*, cujo valor etimológico reaparece no sentido de “também” e “ainda”: *sed et alii* (port. “mas também outros”); *et ipse fecisti* (port. “também você o fez”).

- *atque* (ou *ac* dobrado): equivalente a “e de outra parte”, o *atque* (*at* + *que*) substituiu o –*que*. A forma *atque* era empregada em geral antes de vogal e h, e a forma *ac*, antes de consoante. Um exemplo é: (Cic., *Ver.*3,52) *sine tuo quaestu ac maximo quaestu* (port. “sem teu proveito e de outra parte teu grande proveito”).

- *quoque*: “também” (adição simples): (Cés. *B.G.*, I, 4) *qua de causa Helvetii quoque...* (port. “por essa razão os Helvécios também...”).

- *etiam* (*et* + *iam*): “ainda”, “também”, “e mesmo” (adição com gradação): (Cic., *Fi.*2,18) *etiam pecudes* (port. “e mesmo os bichos”).

Disjuntivas. A antiga partícula disjuntiva enclítica –*eu*, emprestada do grego, não passa de um arcaísmo. Em seu lugar, o latim formou conjunções disjuntivas de origem e valores diversos: *aut*, *uel*, *siue*.

▪ **aut**: é a partícula latina prototípica para a separação de termos que se excluem mutuamente: (Cic., *Fi.3,53*) *aut secundum naturam... aut contra* (port. “ou segundo a natureza, ou contra (ela)”).

▪ **uel**: possibilita a escolha entre os termos: (Cic., *Rep. I, 41*) *eius modi coniunctiones tectorum oppidum uel urbem appellauerunt* (port. “a um agrupamento de coberturas chamaram de *oppidum* ou *urbem*”). Conforme o contexto, **uel** podia assumir outros sentidos.

▪ **siue** (si + -eu): (Cic., *Sul. 17*) *iecto siue emisso... Catilina* (port. “desterrado ou expulso... Catilina”).

Adversativas. O latim dispunha de uma respeitável série de conjunções adversativas (todas criações secundárias) que podiam ser arranjadas em três grupos, conforme pequenas diferenças de sentido:

Grupo A. Caracteriza oposição forte: **sed, uerum, at, immo, quin**

▪ **sed** “mas”: empregado normalmente depois de uma negativa, **sed** traz uma contrapartida positiva: *non... sed; non modo... sed; non solum... sed*. Contudo, há circunstâncias em que **sed** aparece no início da oração ou depois de um parêntese, para interromper o desenvolvimento de uma idéia, como em (Cic., *Ph.2, 47*) *sed reliquum uitae cursum uidete* (port. “mas vede o curso restante da vida”), o que pode ser um resquício de seu valor primeiro, como partícula marcadora de separação.

▪ **uerum**: muito similar a **sed**, **uerum** era empregado no sentido de “mas”: *non modo... uerum etiam; non solum... uerum etiam*. Por exemplo, (Cic. *Br.147*) *uerum ad Crassum reuertamur* (port. “mas voltemos a Crasso”).

▪ **at** “mas”, “por seu lado”: marca uma oposição viva na conversação: (Ter., *An. 563*) *tibi ita hoc uidetur, at ego...* (port. “é tua opinião, mas a minha...”). Frequentemente era reforçado, passando a constituir locuções do tipo **at contra, at enim, at saltem, at tamen**. Além disso, **at** era comum diante de exclamações, com o simples valor de insistência: (Cat. 3,13) *at uobis male sit!* (port. “mas malditos sede vós!”).

▪ **atqui** “e portanto”: compreende a partícula **at** + o ablativo do indefinido **qui** (“mas de qualquer maneira”). A forma **atquin** se explica pela contaminação com **quin**.

▪ **immo** (algo equivalente a) “mas não”, “mas sim”: em geral reforçado por **etiam** ou **uero**, de que resultaram as locuções **immo etiam** e **immo uero**, essa conjunção marca sempre uma contrariedade: (Pl., *Mi.* 442-3) *mala es. - immo ecaster stulta* (port. “você é maligna – mas não uma tola”) ou (Tér., *He.* 876-8) *nescis, immo uero scio* (port. “você não sabe..., mas eu sei”).

Grupo B. Caracteriza oposição fraca: **autem, uero**

▪ **autem** (*aut* reforçado pela partícula *em*): operava mais no sentido de distinguir do que de opor, daí a possível paráfrase com “por seu lado”, “de outra parte”. Em geral, **autem** é colocado depois da primeira palavra, a qual ele se refere: (Cic., *Of.* 3, 38) *Gyges a nullo uidebatur, ipse autem omnia uidebat* (port. “Gyges não era visto por ninguém, mas (por outro lado) via tudo”).

▪ **uero** “em particular”: é o ablativo neutro de **uerus**. Semelhante a **autem**, também era colocado depois do primeiro termo: (Cic., *Lae.* 78) *primum danda opera est ne..., cauendum uero ne etiam in graues inimicitias conuertant se amicitiae* (port. “é preciso que a gente se esforce, em particular para que as amizades não se transformem em ódios violentos”).

Grupo C. Caracteriza oposição concessiva: **tamen, nihilominus, quidem**

▪ **tamen** “contudo”: descendente de **tam** “tanto” + partícula **en**, o **tamen** apresentava grande mobilidade, podendo aparecer no início, depois do primeiro termo ou mesmo em outro lugar no interior da sentença.

▪ **nihilominus**: era geralmente empregado no sentido de “nem por isso”.

▪ **quidem**: tinha valor restritivo de “de menos”, “na verdade”. Aparecia em correlações do tipo *quidem... sed* (port. “sem dúvida ... mas”).

Explicativas. As duas principais conjunções de coordenação com valor causal/ explicativo são **enim** e **nam** (port. “pois”, “porque”), que diferem, entre outras coisas, pela posição que ocupam na oração: **enim** normalmente é colocado na

segunda posição, enquanto *nam* é colocado em posição inicial. Por outro lado, as formas reforçadas *namque* e *etenim* ocupam sempre a primeira posição.

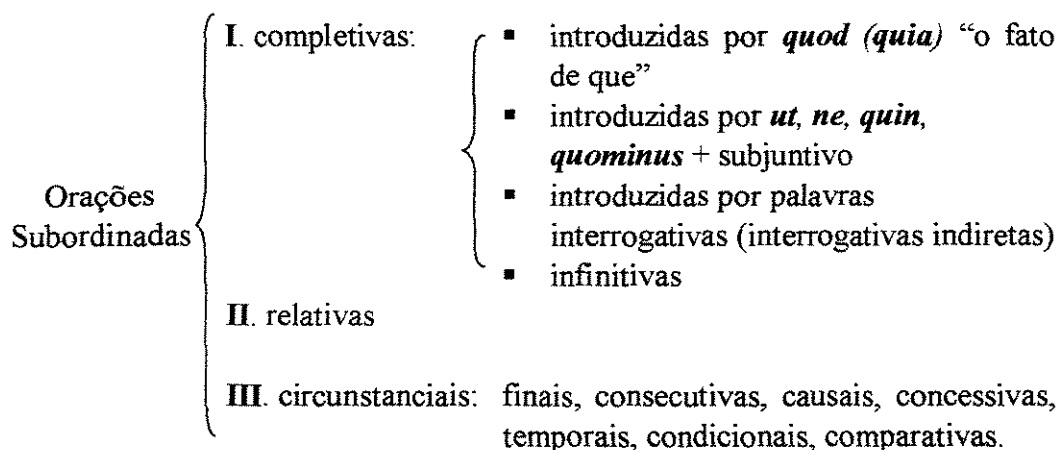
Conclusivas. Para sinalizar conclusão, a língua clássica se valia de uma variedade de partículas que, assim como as adversativas, podiam ser distribuídas em três grupos, conforme seus efeitos de sentido. Um dos grupos reunia *ergo* e *igitur* (“portanto”), partículas que se especializaram na marcação de consequência lógica. Num outro grupo estavam *itaque*, *quamobrem*, *quapropter* e *quocirca* (“porque”, “por isso”, “então”) que, colocados geralmente em posição inicial, assinalavam o resultado de um fato ocorrido. Por fim, num terceiro grupo, estava *proinde* (“portanto”, “em consequência”), que funcionava principalmente para introduzir uma ordem, com o verbo no subjuntivo ou imperativo. Além dessas conjunções, as correlações do tipo *qua... qua*, *cum... tum*, *modo... modo*, eram muito produtivas.

1.2 A subordinação

O latim desenvolveu um complexo sistema de subordinação de orações por meio de conjunções provenientes de várias fontes: muitas delas são formas cristalizadas do relativo *quod*, *quo* (*minus*) ou do interrogativo/indefinido *quia*²⁰, outras vêm de advérbios e de partículas que, ao longo da história, se tornaram conjunções, como é o caso de *ne*, que era partícula de negação e passou a se comportar como conjunção subordinante, como em *faciam ne ueniat* (port. “farei (com) que ele não venha”), e também de *ut*, que começa como partícula indefinida e, mais tarde, se torna conjunção, como em *faciam ut ueniat* (port. “farei (com) que ele venha”). Há ainda formas de origem verbal como *licet* e (*quam*) *uis*.

Tradicionalmente, as orações subordinadas do latim se dividem em três tipos:

²⁰ Etimologicamente, como está evidente no dicionário da língua latina, de Ernout & Meillet (1967), grande parte das conjunções latinas reconhecíveis pela presença da raiz *qu-*, são antigas “palavras relativas/ palavras interrogativas”, aparentadas aos pronomes relativos e interrogativos. Isto significa que muitas expressões que viraram conjunções em Latim provieram de palavras que originalmente compartilharam uma característica: a capacidade de estabelecer referência com um elemento de outra sentença.



I. Completivas

a. Introduzidas por **quod (quia)**²¹

A forma **quod**, nominativo acusativo neutro do relativo, se fixou como conjunção (“o fato de que”), introduzindo orações completivas que indicavam uma coisa ou circunstância efetivamente realizada. Tinha uma certa liberdade de emprego: a princípio, podia ser encontrada como sujeito de um verbo qualquer: (Nep,18,I,2) *multum ei detraxit... quod alienae erat ciuitatis* (port. “o fato de que ele era de uma cidadania estrangeira o prejudicou muito”), e freqüentemente permanecia ainda muito próxima do relativo, como em: (Cic. Of.3,III) *unum illud est admiratione dignum quod captiuos retinendos censuit* (port. “algo é digno de admiração: o fato de que ele julgou que os cativos devessem ser retidos”). **Quod** completivo aparecia ainda nas seguintes situações:

- Com verbos do tipo “acrescentar”, “omitir”, “deixar de lado”: **adde quod** e **accedit quod** (“acrescente-se o fato de que”), **omitto quod** (“omito o fato de que”);
- Com verbos impessoais acompanhados de advérbios (**bene, male, incommode accidit, euenit, fit quod**);
- Com **facio** acompanhado por advérbio (**bene, male, amice facis quod**);
- Nas locuções **nisi quod** (“se não é (o fato de) que”), **praeterquam quod** (“exceto o fato de que”) e **tantum quod**, com sentido ora restritivo, ora temporal.

²¹ O **quia** alternava com **quod** como conjunção completiva. Alguns prosadores clássicos tendiam a limitar **quia** ao sentido causal de **porque** (Ernout & Thomas, p. 297).

b. Introduzidas por *ut*, *ne*, *quin*, *quominus* + Subjuntivo

Quanto às completivas introduzidas por *ut*, era possível identificar duas situações. Na primeira, *ut* estava relacionado com verbos de vontade, pedido ou esforço, do tipo *imperare* (ordenar); *edicere* (determinar); *optare* (desejar); *orare* (suplicar); *petere* (pedir); *rogare* (rogar); *monere* (recomendar); *suadere* (aconselhar); *curare* (cuidar); *efficere* (fazer com que); *impetrare* (obter). A negativa era feita por meio de *ne* (às vezes, *ut ne*). Exemplos: *Opto ut venias*; *opto ne abeas* (port. “desejo que venhas; que não te vás”); *Suadeo tibi ut legas* (port. “aconselho-te a ler”). Na outra situação, *ut* aparece acompanhado por locuções ou verbos impessoais que exprimem uma eventualidade ou um resultado, como *evenit* (acontece); *accidit* (acontece); *fit* (acontece); *sequitur* (segue-se); *efficitur* (resulta que). Exemplo: *Saepe fit ut erremus* (port. “Acontece muitas vezes que erramos”).

As completivas introduzidas por *ne* se relacionam sobretudo com verbos de temor, do tipo: *timeo*, *vereor* e *metuo*. Exemplo: *timeo ne veniat* (port. “receio que ele venha”). A negativa se faz por meio de *ne non*: *Timeo ne non veniat* (port. “receio que ele não venha”). Além disso, *ne* completivo pode estar relacionado também com verbos de impedimento: *impedio*, *obsto*, *recuso*, *prohibeo*. Isto acontece somente se a sentença for afirmativa, como em *Impedio ne proficiscatur* (port. “impeço-o de partir”), caso contrário, as formas conjuncionais preferíveis são *quominus* ou *quin*: *non impedio quominus* (ou *quin*) *proficiscatur* (port. “não o impeço de partir”).

c. Interrogativas Indiretas

Para a interrogação, o latim mantinha duas construções, que compartilhavam os mesmos pronomes e advérbios interrogativos:

Direta: *Quaero: Cur venis?*

Pergunto: Por que vens?

Indireta: *Quaero cur venias*

Pergunto por que vens.

A diferença entre elas é que na forma indireta, a interrogativa é subordinada e seu verbo passa para o subjuntivo. Além disso, essa oração caracteriza-se por funcionar como objeto de verbos como: *quaerere*, *rogare*, *interrogare* (“perguntar”), *dicere* (“dizer”), *docere* (“ensinar”), *scire* (“saber”), *intelligere* (“compreender”), *dubitare* (“duvidar”), *temptare* (“procurar saber”).

d. Infinitivas

Ainda que a oração infinitiva não tenha relevância direta para esta pesquisa, na medida em que não apresenta conjunção, opto por comentá-la com o único objetivo de completar a descrição dos quatro tipos de completivas do latim.

A infinitiva latina tem por características principais a presença de um verbo não flexionado, a inexistência de conjunção (ou de qualquer outra partícula) subordinante e o sujeito declinado no acusativo (não no nominativo, como é típico das orações independentes): *scio vitam esse brevem* (port. “sei que a vida é breve”) ²². Pode funcionar como objeto ou como sujeito da oração principal. No primeiro caso, ela vem depois de verbos (i) que indicam afirmação ou conhecimento (*uerba dicendi*): *dico*, *nego*, *affirmo*, *fateor*, *narro*, *scribo*, *credo*, *existimo*, *opino*, *puto*, *iudico*, *scio*, *nescio*, *ignoro*, *iuro*, *spero*, etc., ou de verbos (ii) que exprimem uma opinião ou um sentimento (*uerba sentiendi*): *sentio*, *uideo*, *audio*, *doleo*, *gaudeo*, *miror*, *angor*, *indignor*, *queror*, etc. Como sujeito, a infinitiva aparece relacionada com verbos impessoais e locuções: *constat* (“é certo que”), *licet* (“é permitido que”), *oportet* (“é preciso”), *dictur* (“diz-se”), *utile est* (“é útil”), *turpe est* (“é vergonhoso”), etc.

Embora o verbo não fosse flexionado, a oração infinitiva apresentava três tempos – presente, pretérito e futuro – para indicar, respectivamente, contemporaneidade, anterioridade e posterioridade com relação à oração principal.

²² O sujeito acusativo tende a ser exposto, mesmo se for idêntico ao da oração principal (o português não o exprime sempre). O latim faz *scio eum dixisse* (port. “eu sei que ele disse”) e também *scio me dixisse* (port. “eu sei que eu disse”).

II. Relativas

As relativas latinas eram orações subordinadas a um nome pertencente à oração matriz, denominado antecedente. Podiam ser introduzidas por diferentes conectivos, entre os quais o mais importante é o pronome relativo *qui, quae, quod*, que concordava em gênero e em número com o antecedente. A partir do pronome relativo, o latim clássico havia formado outros conectivos capazes de introduzir subordinadas relativas: são os advérbios relativos de lugar, *ubi, quo, que, unde*; e os relativos indefinidos, *quicumque, quisquis, ubicumque*. O quadro dos relativos que introduzem orações relativas completa-se com os chamados relativos de qualidade, de quantidade e de comparação, tais como *qualis, quantus, quantum, quam, quot*.

Por motivos de clareza, o nome antecedente da matriz podia aparecer recopiado dentro da relativa, como mostra o exemplo: (Tér. *Heau.* 20-1) *habet bonorum exemplum, quo exemplo sibi // licere... putat* (port. “(ele) considera o exemplo dos bons, a partir do qual julga que lhe é permitido...”), em que o antecedente *exemplum* é retomado duas vezes: uma através do relativo *quo* e outra, redundantemente, pela cópia *exemplo*. Neste caso, alguns gramáticos falam em adjetivo relativo.

O verbo da relativa normalmente aparecia no indicativo: *Timeo virum qui uenit* (port. “temo o homem que vem”). O emprego do subjuntivo, que era menos freqüente, conferia à relativa as funções de finalidade, consequência, causa, concessão, restrição e condição.

III. Circunstanciais

Finalidade. A subordinada final latina era introduzida pela conjunção *ut* (ou *utī*), equivalente a “a fim de que”, “para que”, seguida de subjuntivo: (*Rhet. Her.* 4, 39) *esse oportet ut uiuas, non uiuere ut edas* (port. “é preciso comer para viver, e não viver para comer”). Quando negativas, ao invés de *ut*, as orações de finalidade são preferencialmente introduzidas por *ne* (às vezes, por *ut ne*), com valor de “para que não”, “para evitar que”, como em: (Pl., *Ci.* 41) *ut ne esurirem* (port. “para eu não ter fome”).

Consecutivas. Assim como as de finalidade, as orações consecutivas latinas também se apresentam no modo subjuntivo e são introduzidas pela conjunção *ut* (*utī*), com os sentidos de “que”, “de sorte que”, “de modo que”, “de forma que”, como em: *est disertus ut ceteros superet* (port. “é eloquente de tal forma que supera os outros”). A diferença entre as duas construções – finais e consecutivas – é principalmente de sentido: enquanto as finais indicam um resultado procurado ou desejado, as consecutivas se referem a um fato realizado, o que, de resto, é confirmado pelo uso do subjuntivo e indicativo, respectivamente.

Ut pode formar correlativos com as palavras *adeo* (port. “a tal ponto”), *tam/tantum* (port. “tão, tanto”), *talis* (port. “tal”), *tantus* (port. “tão grande”), como, por exemplo, *est tam disertus ut ceteros superet* (port. “é tão eloquente que supera os outros”).

Concessivas. As orações concessivas formam na língua clássica um conjunto bastante heterogêneo, em razão da natureza diversa das conjunções. Podem ser divididas em três grupos:

- Introduzidas por conjunções compostas por *si* – *etsi*, *etiamsi*, *tametsi*, *tamenetsi* – cujos valores são “embora”, “ainda que”, “posto que”, como por exemplo: (Pl. *Cap.* 543) *tam sum servus quam tu, etsi ego domi liber fui* (port. “eu sou tão escravo quanto você, ainda que eu tenha sido livre em meu país”);

- Introduzidas pelas conjunções *quamquam*, *quamvis* e *licet*, com os valores de “posto que”, “ainda que” e “embora”. *Quamquam* é resultado da duplicação da partícula *quam*. *Quamvis* inicialmente era uma locução adverbial (port. “quanto queiras”) passível de ser usada em orações independentes, sentido que ainda é conservado em certas construções. Como conjunção concessiva, *quamvis* está ligado ao subjuntivo e se encontra preferencialmente seguido por adjetivos ou advérbios que indicam uma qualidade suscetível à gradação: *quamvis callidus sis, tamen deceptus es* (port. “ainda que/por mais que sejas hábil, foste contudo enganado”). *Licet*, “ainda que”, apresenta-se inicialmente como uma construção impessoal (“é possível”) e depois, acompanhado pelo subjuntivo, tornou-se conjunção concessiva: *licet omnes fremant, dicam...* (port. “ainda que todos murmurem, direi...”);

▪ Introduzidas por **cum**: mais uma partícula que se juntou ao subjuntivo e assumiu o sentido de conjunção subordinativa “ainda que”, “posto que”, “embora”: *Cum absit a culpa, accusatur* (port. “ainda que esteja isento de culpa, é acusado”).

Temporais. Havia no latim várias conjunções para expressão de tempo. Dadas as semelhanças existentes entre elas, podemos reuni-las em quatro grupos:

▪ **ubi, uti** (“quando”), **ut** (“quando”, “desde que”), **simul atque** ou **simul ac** (“desde que”, “logo que”), **postquam** (“depois que”), **si, quoties, quotiescumque** (“todas as vezes que”) são normalmente seguidas pelo modo indicativo, apresentando um fato que realmente acontece: *Haec postquam dixit, abiit* (port. “depois que disse isto, partiu”).

▪ **antequam** e **priusquam** (“antes que”, “antes do momento em que”) assinalam anterioridade temporal: *Antequam agatis, cogitate* (port. “antes de agir, refleti”).

▪ **dum, quoad** e **donec** exprimem uma previsão ou uma intenção: *maneo dum veniat* (port. “fico até que ele venha”).

▪ **cum** (“na ocasião em que”, “quando”): *cum Caesar Galliam venit, factiones erant* (port. “quando César chegou à Gália, havia partidos”).

Causais. As orações causais denotam a razão ou o motivo da ação enunciada na oração principal. Elas se distribuem por dois grupos, conforme o modo verbal:

▪ subjuntivo: causais introduzidas pela conjunção **cum** (“como”): (Cic., *Fi.I,66*) *cum solitudo et uita sine amicis... metus plena sit, ratio ipsa monet amicitias comparare* (port. “como a solidão e a vida sem amigos são cheias de medo, a própria razão recomenda procurar amizades”).

▪ indicativo (preferencial): causais introduzidas por **quod, quia** (“porque”), **quando** (arc. **quandoque**), **quandoquidem** e **quoniam** (“porque”): *gaudeo quod vales* (port. “alegro-me porque estás passando bem”). **Quando** e **quoniam** são, na verdade, conjunções temporais que, em alguns contextos, tomam o sentido causal. As conjunções desse grupo freqüentemente pedem indicativo, já que exprimem um fato ou uma razão efetiva. Contudo, o subjuntivo não é totalmente excluído, sendo

possível depois de *quod* e *quia*. Nesses casos, o subjuntivo sugere mais uma idéia de razão alegada (que representa o pensamento de uma terceira pessoa), do que de causa.

Comparativas. As orações comparativas do latim clássico se enquadram em um tipo mais frágil de subordinação. Em geral, se fazem com o verbo no modo indicativo, enquanto o subjuntivo só é empregado por razões particulares de sentido ou da própria construção. As orações introduzidas pelas conjunções *antequam*, *priusquam*, *postquam* e por *quasi*, *ut si*, *uelut si* são comparativas em razão da estrutura, mas não podem ser separadas das temporais e condicionais de que elas fazem parte pelo sentido. O latim distinguia:

- comparação de igualdade: nesse caso, a comparação pode repousar na qualidade ou no modo e ser introduzida pelas conjunções *ut*, *sicut*, *uelut*, *quemadmodum*, *tamquam*, como por exemplo: (Pl., *Am.* 277) *perge...ut coepisti* (port. “continua assim como começaste”), e também pelos correlativos *ut...ita*, *sicut...ita*, *item...ut*, *quemadmodum...eodem modo* (“assim como”, “da mesma maneira que”). A comparação de igualdade pode repousar ainda na quantidade ou na intensidade e ser introduzida pelas conjunções *tam (bonus)...quam*, *tantus...quantus*, *tantum...quantum*, *tot...quot*. A comparação quanto à proporção se faz por *quo magis....*, *eo (hoc) magis...* e *quanto magis..., tanto magis*: (Sén., *Nat.* 7,22) *eo crassior est aer quo terris propior* (port. “o ar é mais denso quanto mais próximo está a Terra”).

- comparação de superioridade ou de inferioridade: as comparativas desse grupo dependem de um comparativo e normalmente são introduzidas por *quam*: (Q. fr. I, I, 36) *longior fui quam aut uellem aut quam me putavi fore* (port. “eu fui mais longe do que queria ou do que pensei que iria...”). Também podem ser introduzidas por expressões particulares do tipo *non minus...quam* (port. “não menos...que”), *non magis...quam* (port. “não mais... que”).

- comparação de identidade ou diferença: a construção principal é com a conjunção *ac (atque)*, mas além desta há outras construções: (i) com *nisi*, depois de *alius*, em orações negativas ou interrogativas: *non alius nisi*, *nihil aliud nisi*, *quid aliud nisi?*; (ii) com *quam*, em *aeque quam*, *contra quam*, *secus quam*, *non secus*

quam, *perinde quam*; (iii) com *ut*, em *perinde ut*, *proinde ut*; (iv) com *quasi* e *tamquam*, em *perinde quasi*, *perinde tamquam*, *proinde quasi*.

Condicionais. As orações condicionais, introduzidas pelas conjunções *si*, *nisi* e *siue*, estão estreitamente unidas à oração que parece lhes servir de principal, mas que na realidade indica a consequência da condição em questão: *si Deus est, mundum providentia regit* (port. “se Deus existe, ele rege o mundo por sua providência”). Segundo Ernout & Thomas, não há oração principal, nem oração subordinada. O que existe é uma “interdependência” entre duas orações solidárias, que só têm sentido quando tomadas em conjunto.

Na sentença condicional latina se reconhecem três diferentes empregos, distinguidos pela natureza da condição:

- real, expressa com o verbo no indicativo: *Si hunc librum leges laetus ero* (port. “se leres este livro ficarei contente”).
- potencial, com o verbo no presente ou no perfeito do subjuntivo: *si venias laetus sim* (port. “se viesses (um dia) eu ficaria contente”).
- irreal, com o verbo no imperfeito ou no mais que imperfeito do subjuntivo: *si venisses laetus fuisses* (port. “se tivesses vindo eu teria ficado contente”).

02. As conjunções no latim vulgar

Vimos que no latim clássico a subordinação de orações era um mecanismo bastante desenvolvido que contava com a presença de um elenco considerável de conjunções. A preferência pela subordinação e a riqueza de conjunções se devem, em grande parte, à tradição literária da época, que buscava a expressão artística e, para tanto, lançava mão de períodos complexos e elegantes. Como mostrarei nesta seção, o latim vulgar apresentava um quadro bem diferente: em lugar da subordinação, privilegiava a coordenação de orações. Além do mais, muitas das conjunções empregadas no latim clássico não aparecem no vulgar. Este último criou umas poucas conjunções e passou a usar por toda parte um *quod* (que posteriormente sofreu concorrência de *quia* e de *quid*) para assinalar as diversas formas de subordinação.

2.1 O latim vulgar

A cidade de Roma, em sua época mais antiga, era constituída basicamente por duas classes sociais de cultura e hábitos distintos: os patrícios, nobres que ocupavam os mais altos cargos públicos e, os plebeus, a grande massa popular, que incluía trabalhadores manuais, pequenos comerciantes e camponeses oriundos de vários lugares. A existência dessas duas classes habituadas a atividades sociais diferentes permitiu que coexistissem duas formas da mesma língua, uma dita aristocrática e outra plebéia:

- (a) o latim clássico ou latim literário, conservado nas obras de literatura latina, é o dialeto da aristocracia, bem representado nas obras de Cícero e Virgílio.
- (b) o latim vulgar, variante popular, é a língua usada pelas camadas sociais que não tiveram acesso à cultura formal e escrita.

No tratamento das divergências entre as línguas clássica e vulgar, às vezes encontramos afirmações que dão margem a interpretações enganosas. Uma delas é a sugestão de que haveria uma relação de derivação entre o latim clássico e o vulgar, no sentido de que o vulgar seria uma forma decadente e empobrecida do latim clássico. Na realidade, tanto o latim clássico como o vulgar emergiram quase simultaneamente e conviveram no mesmo espaço lingüístico. Em sentido algum um é superior ao outro.

Uma segunda interpretação equivocada é a de que o latim clássico e o vulgar correspondem respectivamente às modalidades escrita e falada de uma mesma língua. De fato, o latim vulgar praticamente não era escrito, mas o clássico era falado e escrito, daí terem existido, respectivamente, uma variedade viva que, ao longo de muitas gerações, se confundiu com a variedade vulgar das populações mistas; e uma variedade estática, rígida, que era técnica e estilisticamente mais elaborada e tinha uma função social e artística.

É a partir da evolução do latim vulgar – uma língua essencialmente dinâmica, espontânea e posteriormente diversificada em dialetos sociais e geográficos – que surgem as línguas românicas. Ou seja, é na língua da plebe inculta, e não na língua

elegante e conservadora das classes sociais de maior prestígio, que se encontra a gênese das línguas românicas.

Não existem fontes documentais capazes de exemplificar de maneira ampla o latim vulgar. Segundo Maurer Jr. (1962), a fonte mais segura é o próprio conjunto das línguas românicas. Nessa perspectiva, é essencial a contribuição do método histórico-comparativo, pelo qual se reconstrói por indução uma língua que desapareceu praticamente sem deixar vestígios escritos. Um segundo recurso, menos confiável do ponto de vista de Maurer, são as poucas fontes escritas antigas que restaram. O latim vulgar não era uma língua de prática escrita, mas muitas das suas características podem ser apreendidas pela observação de textos literários, glossários e gramáticas antigas, nos quais aparecem expressões de uso popular, que interferiam na variedade clássica da língua e eram comentadas pelos gramáticos como “erros”. Entre esses trabalhos, o mais importante é o *Appendix Probi*, que compreende uma lista com mais de 200 “erros” e respectivas “correções”²³. Infelizmente, o *Appendix Probi* reúne sobretudo palavras e sintagmas isolados, que têm pouca utilidade no estudo da sintaxe.

Outras obras em que o latim vulgar deixou marcas documentadas, conforme Maurer informa, são documentos escritos de autores de cultura literária limitada e também obras de autores que tinham por intuito descrever os ambientes e as atividades populares de Roma. Esses escritores cometiam “desvios” do bom uso da língua ou empregavam intencionalmente uma série de vocábulos e estruturas lingüísticas características da fala plebéia, a fim de construírem mais fielmente seus personagens. É o caso, por exemplo, de Petrônio, um dos autores mais cultos e refinados de seu tempo. Em sua obra *Satyricon*, Petrônio tem entre suas personagens um novo-rico, chamado Trimalquião. O principal recurso de que o autor lançou mão

²³ No *Appendix Probi*, os itens foram organizados de modo que a primeira expressão pertencia ao latim literário, e a segunda expressão, o “erro” que deveria ser evitado, pertencia à variedade lingüística discriminada, ou seja, o latim vulgar. Veja, por exemplo, o seguinte trecho, extraído das primeiras glosas do *Appendix*:

vetulus non veclus
vitulus non viclus
vernaculus non vernaculus
articulus non articulus

para construir essa personagem foi o modo de falar. Trimalquião usa uma quantidade de expressões da variedade vulgar.

Desta forma, o que temos hoje sobre o latim vulgar não são descrições completas, mas reconstituições esquemáticas que nos oferecem apenas um esboço do que foi a língua vulgar. E é com base nesse esboço que, a seguir, discuto algumas características lingüísticas fundamentais e, mais adiante, examino o repertório de conjunções do latim vulgar.

O latim vulgar constitui uma variedade estilisticamente menos elaborada quando comparada ao latim clássico ou literário. Isso se deve provavelmente a características de sua morfologia e sintaxe. Os estudos que comparam essas duas variedades do latim mostram que o latim vulgar apresenta um número reduzido de declinações (não existem a quarta e a quinta declinações do clássico) e de formas para o gênero (não possui o neutro). Além disso, o vulgar, mas não o clássico, ignora distinções sutis entre numerais. Acrescentem-se ainda diferenças no sistema pronominal, particularmente no campo dos demonstrativos e indefinidos, e também na ordem de palavras, em especial, na formação dos períodos.

O gosto pelo emprego de formas expressivas ou afetivas é mais uma característica notável do latim vulgar. Diferentemente da língua aristocrática, que evitava tudo aquilo que traduzisse intimidade e sentimentalismo como, por exemplo, as formas de diminutivo e as partículas intensivas, a língua popular abusava dos recursos de expressão afetiva, “criando” ou “renovando”, em larga escala, suas formas lexicais e construções gramaticais. A esse respeito, Maurer (1962) fala que *o abandono de formas antigas, desgastadas pelo tempo, e a criação de outras são constantes (...), como resultado da atividade incessante do espírito humano à procura de novas idéias, de novos meios de expressão, mais vigorosos.*

Juntamente com a busca por formas expressivas, a língua vulgar dava preferência às formas lexicais concretas, tal como Maurer revela em seu estudo da sintaxe vulgar. Termos muito genéricos ou de significação abstrata eram pouco praticados e muitas vezes desconhecidos. Além do mais, a língua vulgar não oferecia resistência à adoção de palavras e construções sintáticas estrangeiras. Ela incorporou termos provenientes de dialetos itálicos vizinhos, do grego e das línguas dos

diferentes povos subjugados, assimilando esses elementos, que muitas vezes eram desconhecidos pelo latim literário escrito.

Uma outra tendência do latim vulgar, de extrema importância para o presente trabalho, uma vez que se torna acentuadíssima nas línguas românicas, é o analitismo ou, em outras palavras, o uso de formas analíticas ou perifrásticas onde o latim clássico usaria formas sintéticas. A língua clássica, dada sua origem indo-européia, era essencialmente sintética, basta lembrarmos da riqueza de recursos flexionais para a expressão das funções e relações sintáticas. Contudo, esse sistema flexional não dava conta de codificar todas as relações possíveis. Então, para suprir suas “lacunas”, a língua clássica recorria a verbos auxiliares, preposições e advérbios. Para o comparativo e superlativo, por exemplo, fazia uso de uma forma sintética (*altior, altissimus*), em paralelo com uma forma analítica (*magis idoneus, maxime idoneus*). Essa tendência, ainda incipiente na variedade clássica, generalizou-se na língua vulgar, representando uma verdadeira revolução. Além da expressão de grau, as construções analíticas tornaram-se presentes na voz passiva e em formações adverbiais, verbais e conjuncionais.

Todas essas características – as particularidades sintático-morfológicas, o gosto por formas concretas e expressivas, a não resistência à entrada de termos estrangeiros e a preferência por construções analíticas ou perifrásticas – são motivadas, segundo Maurer, pelo esforço de simplicidade e clareza de expressão, típico da língua vulgar. De origem humilde, pouco a pouco o latim vulgar conquistou espaço nas classes mais altas até tornar-se a única língua falada ou corrente, que evoluiu a ponto de originar uma série de línguas: *como tantas outras criações soberbas e grandiosas do espírito humano, as ricas e elegantes línguas românicas de hoje, tiveram, certamente, berço obscuro e plebeu* (Maurer, 1962:139).

2.2 O exame das conjunções

O quadro que segue contrasta os itens conjuncionais do latim clássico e do vulgar, permitindo visualizar a ausência de algumas conjunções e a criação de outras (marcadas por ▶):

- Coordenação -

Língua Conjunção	Latim clássico	Latim Vulgar
Cópula/ Adição	<i>-que (afixo), et, atque, ac, quoque, etiam</i>	<i>et</i>
Disjunção/ alternação	<i>aut, uel, siue nec (negação)</i>	<i>aut > nec > ne</i>
Adversativa	<i>sed, uerum, at, atqui, immo, autem, uero, tamen, quidem, nihilominus</i>	‡ (adv) <i>magis</i>
Explicativa	<i>enim, nam, nanque, etenim</i>	‡ (adv) <i>quare > car > ca</i> (arc.)
Conclusiva	<i>ergo, igitur, itaque, quamobrem, quapropter, quocirca, proinde</i>	‡ (adv) <i>post</i>
	Correlações: <i>qua...qua, cum... tum</i>	

As conjunções copulativas *ac*, *atque*, *quoque* e *etiam* e as alternativas *uel* e *siue* ficaram restritas à variedade clássica. A língua vulgar empregava para a cópula somente *et* (port. “e”) e para a alternância, *aut* (port. “ou”) e a forma negativa *nec* (*ne* > *nem*). No caso das adversativas, a situação é mais surpreendente. O latim clássico possuía uma grande quantidade de conjunções adversativas, que servia para exprimir graus diversos e nuances variadas de oposição. Dessa multiplicidade de adversativas, o latim vulgar não fez uso de nenhuma. Para esta função, desenvolveu um novo uso adversativo a partir do advérbio *magis* (port. “mais”), que implicitamente conduzia a idéia de “preferência”, presente já na própria língua literária, como mostra a célebre passagem de Virgílio: *Non equidem invideo, miror magis* (port. “eu não tenho inveja, antes/mas espanto”).

Quanto às explicativas, a língua popular tendia a substituir *enim* e *nam* por *quare*, do qual derivou *car*, das línguas românicas. As conjunções conclusivas da língua clássica também estão ausentes na língua vulgar. A conclusão ficou sendo expressa, já no período românico, pelo uso conjuncional de outras palavras, por exemplo, o advérbio *post* (“depois”), que deu origem à forma “pois”, do português.

Assim, no que se refere à coordenação, o latim vulgar emprega poucas das conjunções que eram freqüentes na língua literária e deu início ao processo de criação de novas conjunções, sobretudo a partir de advérbios e preposições. Ao tratar da sintaxe do período da língua vulgar, Maurer (1959:215) comenta que *A língua vulgar, como em geral os dialetos de caráter popular, usava antes a parataxe do que a*

hipotaxe, isto é, justapunha as orações umas às outras, exigindo por parte do ouvinte uma interpretação das relações existentes entre elas.

Da oração infinitiva clássica, construída principalmente com verbos declarativos e verbos de sentimento, o latim vulgar só apresentou fragmentos, associados a um pequeno número de verbos regentes (*video, audio, facio, iubeo e sino*). Diferenças consideráveis também se verificam na interrogativa indireta. Vimos que na língua clássica, quando uma interrogativa era subordinada, a relação de dependência era caracterizada pelo verbo no subjuntivo. Na vulgar, pelo contrário, empregava-se amplamente o verbo no indicativo, exceto nos casos em que a dúvida ou a incerteza pediam o subjuntivo.

Predomina, na língua vulgar, a oração completiva conjuncional, substituta constante da oração infinitiva clássica. As completivas subdividiam-se em dois tipos:

- a) declarativas (port. “eu disse que ele vinha”); e
- b) volitivas (port. “eu disse que ele viesse”)

As declarativas ou completivas propriamente ditas são constituídas pelas conjunções integrantes *quod* ou *quia* mais o verbo no indicativo (às vezes, no subjuntivo, para indicar dúvida/incerteza). Com o tempo, a conjunção *quod* se confundiu, em determinadas circunstâncias, com o pronome interrogativo indefinido *quid*, que acabou por suplantá-lo. A oração conjuncional volitiva, empregada com verbos que exprimem ordem, decisão, desejo, permissão e receio, tem por conectivo *quod*, depois *quia* e *quid*.

- Subordinação -

Lingua Conjunção		Latim clássico	Latim Vulgar
Completivas	Conjuncionais	<i>quod, ut, ne, quin, quominus</i>	Declarativas: <i>quod</i>
			Volitivas: <i>quod</i>
Relativas		<i>qui, quae, quod, ubi, quo, unde, quicumque, quisquis, ubicumque, quot.</i>	Redução da declinação
Circunstanciais	Finais	<i>ut</i> <i>ne</i> ou <i>ut ne</i> (negação)	<i>quod, quia</i>
	Consecutivas	<i>ut</i>	<i>quod</i>
	Concessivas	<i>etsi, etiamsi, tametsi, tamenetsi, quamquam, quamvis, licet, cum</i>	construções assindéticas, mais tarde, locuções conjuncionais
	Temporais	<i>ubi, ut, quando, simul atque (ac), quoties, postquam, antequam, quotiescumque, cum, priusquam, dum, donec, quoad</i>	(adv. inter.) <i>quando</i>
	Causais	<i>cum, quod, quia</i>	<i>quod, quia</i> - locuções: <i>per quod, pro quod, per quid</i>
	Comparativas	<i>ut, sicut, uelut, quemadmodum, tamquam, quam, nisi, alius, ut...ita, tam...quam, tantus...quantus</i>	* <i>quomo(do), quam, quod, quia</i>
	Condicionais	<i>si, nisi</i>	<i>si, si non</i>

Quanto às orações relativas, a diferença mais notável é que na língua vulgar houve uma grande redução flexional do pronome relativo. Maurer (1959: 220) diz que com a perda da declinação, o pronome foi reduzido a uma simples partícula introdutora de oração relativa e por isso se viu estimulado a retomar seu antecedente também por meio de um pronome pessoal pleonástico, dando origem a uma nova construção, que persistiu em toda a România e que é muito comum no português falado no Brasil. Trata-se de sentenças do tipo: “a mulher que casei com ela”²⁴. Um último aspecto que merece destaque é que o emprego do subjuntivo na relativa de valor circunstancial não tem lugar no latim vulgar. Enquanto no latim clássico o

²⁴ Essa construção foi estudada por Fernando Tarallo (1983), em sua tese de doutorado intitulada *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*.

subjuntivo garantia à relativa as funções de final, consecutiva, concessiva, causal, restritiva e condicional, o uso popular parece ter usado apenas a final e a consecutiva.

As orações circunstanciais deviam ter emprego reduzido na língua popular. Segundo Maurer (p.221), a forte incidência da parataxe em detrimento à hipotaxe, tão característica do latim vulgar, teria acontecido às custas dessa construção, ao passo que as orações completivas e relativas eram bastante usuais. Em linhas gerais, o latim vulgar fez uso de *si*, para condição; de *quando*, para tempo e de *quomodo* (port. “como”), para modo-comparação. As demais relações eram sinalizadas por *quod*, depois *quid* (às vezes, *quia* e *quam*) e por locuções conjuncionais formadas a partir destas conjunções. Examinemos separadamente cada oração circunstancial.

As orações de finalidade e de conseqüência, que na língua clássica eram introduzidas por *ut*, na língua vulgar são introduzidas por *quod*. É possível que, mais tarde, as finais tenham sido introduzidas por locuções, uma vez que nas línguas românicas temos port. “tanto que”, fr. “pour que”, it. “perchè”, etc. Já as consecutivas desde o início aparecem correlacionadas a um termo de valor intensivo, o que em português produziu expressões do tipo “de tal modo...que”, “tanto...que”, “tão...que”, e, em francês e italiano, respectivamente, “à ce point” e “così che”.

No que diz respeito às concessivas, as diversas conjunções da língua clássica não tiveram lugar na vulgar. Segundo Maurer, é provável que predominassem as construções assindéticas. Nas línguas românicas foram criadas várias locuções conjuncionais para esta função (port. *ainda que*, *mesmo que*, *apesar de que*; fr. *bien que*, *quoique*, *encore que*, *malgré que*; esp. *si bien que*, *por más que*). Também não tiveram lugar as conjunções temporais antigas da língua clássica. Na vulgar, o advérbio interrogativo *quando* é empregado universalmente como conjunção temporal. Além desta conjunção, a língua vulgar deve ter criado locuções, seguindo o modelo latino, ao qual pertenciam as clássicas *antequam* e *postquam*. *Quomodo*, em acepção temporal, possivelmente surge no latim vulgar.

Para a sinalização de causa predominam as conjunções *quod* e *quia*. Talvez fossem usadas locuções do tipo *per quod*, *pro quod*, *per quid* e semelhantes. Já no caso da comparação, *quomodo* era a conjunção amplamente usada. *Quam* era

utilizado na comparação por desigualdade e, com o tempo, provavelmente foi confundido com *quod* e *quia*.

Na oração condicional, a conjunção provável do latim vulgar é *si*, como atestam as línguas românicas. Dos três tipos de oração condicional da língua clássica, a vulgar só conhece dois: (i) o real, com o verbo em qualquer tempo do indicativo; e (ii) o potencial-irreal, com o verbo no imperfeito do subjuntivo. Desse modo, o latim vulgar ignora a distinção sutil que havia, no latim clássico, entre o potencial e o irreal, que exprimiam respectivamente uma hipótese pura e uma hipótese não verificada.

Em resumo, para a subordinação, a língua vulgar dispõe de uma pequena quantidade de conjunções, sendo que uma delas é principal – *quod* (depois *quid*) – tem valores múltiplos e ocupa o lugar que, na língua clássica, é preenchido por uma quantidade de conjunções. Parafraseando Maurer, *quod/ quid* é a conjunção subordinante por excelência do latim vulgar. Além desta, quando necessitava de uma nova conjunção, a língua tendia a formar perífrases ou locuções conjuncionais a partir da combinação de uma base preposicional/ adverbial com *quod*. No entanto, a maior produtividade dessas perífrases é certamente um fenômeno românico.

03. As conjunções nas línguas românicas: o Português

A princípio as línguas românicas se caracterizavam por apresentar períodos curtos e paratáticos, o que evidentemente representou uma herança do latim vulgar. O francês antigo, como explica Wartburg, conhecia pouco dos longos períodos com suas orações principais e subordinadas, próprias do latim literário; preferia a coordenação, ou mesmo a simples justaposição de orações. De maneira similar, diz Said Ali (1964), o português antigo também preferia colocar as orações uma após a outra, todas na forma de orações principais.

Os historiadores consultados são unânimes em informar que, na passagem do latim ao português, ocorreu uma mudança significativa no quadro das conjunções. O português herdou apenas algumas conjunções latinas, as quais relaciono no quadro abaixo:

- Coordenativas -	- Subordinativas -
et > e	quando > quando
aut > ou	si > se
nec > nem	quod/quid > que
magis > mas	quam > ca (arc.)
post > pois	quomodo > quomo > como
per + inde > porém	
per + hoc > pero	

Nota-se que as subordinativas foram as que menos sobreviveram. Excetuando-se *si* condicional, *quando* temporal e *como* comparativo, *que* é a única conjunção que restou para as demais formas de subordinação. Funcionando em diferentes contextos (como integrante, causal, consecutiva, comparativa, relativa), *que* tornou-se o índice básico de subordinação da língua portuguesa. Essa multifuncionalidade da partícula *que* se explica principalmente pela mistura que determinou sua origem. Câmara Jr justifica a soberania de *que* como partícula de subordinação por excelência, dizendo que *o advento da conjunção subordinativa que resultou primordialmente de um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra quid do pronome indefinido-interrogativo e sua coalescência com a outra forma neutra quod, reservada ao pronome relativo. Secundariamente, houve a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa quam e da conjunção causal quod. De tudo isso, resultou uma partícula multifuncional que para os mais variados padrões frasais.*

Embora Said Ali (1964:221) levante uma objeção fonética a essa mudança, ele admite uma possível contaminação de várias formas, da qual resultou o aparecimento de *que* como partícula multifuncional. Segundo ele, *se não filiamos a integrante que diretamente à conjunção latina quod, por se oporem a isso as leis fonéticas, somos todavia forçados a admitir que o étimo verdadeiro, qualquer que fosse (quia, quid), teria, a partir de certa época, adquirido valor semântico igual ao daquela partícula, cursando então simultaneamente com ela na linguagem vulgar e acabando por suplantá-la.*

Para compensar a grande perda de conjunções latinas, o português não inventou vocábulos exclusivos para compor essa categoria “desfalcada”, mas recorreu às seguintes estratégias:

(a) habilitou palavras de natureza diversa – adverbial, preposicional, pronominal e nominal – ao papel de conjunção. Os percursos evolutivos de *porém* e de *mas* são suficientes para exemplificar essa estratégia. Em ambos os casos, temos a habilitação de advérbios à função de conjunção.

Said Ali (1964) informa que o português antigo conheceu *porende* e *porém*, formas filiadas ao advérbio latino *per inde* (ou *pro inde*), que eram empregadas em sentido explicativo/causal (“por isso”), em que retomavam anaforicamente a oração anterior, tal como sugere o exemplo: *E vay-se tam toste que o nom poderedes já oje acalçar. E porende vos louvaria de ficardes* (ou seja, “e vai tão cedo que já não podes alcançar. Por isso acho bom que fiques”). A língua usual, diz o autor, privilegiou o uso do termo mais curto, condenando *porende* ao desaparecimento. Com o tempo, o emprego de *porém* em contextos específicos de contrajunção (assinalados principalmente pela presença da negativa) levou-o a uma transformação semântica: em lugar de significar “por isso”, “por essa razão”, passa a significar “apesar disso”, “mas”, “contudo”. O exemplo que segue mostra *não...porém* (“não por isso” ou “nem por isso”) em transição: *E ainda que quando o levaram diante del-rei desmaiou, não desfalleceu porem em sua firmeza, mas foi hum natural pejo*. Assim, enquanto anafórico, *porém* era advérbio (“por isso”), mas a partir do momento em que ocorre com a negação, esse primitivo advérbio começa a funcionar como conjunção adversativa. De seu elemento fonte (o advérbio *per inde*), a conjunção *porém* só conservou a mobilidade característica dos advérbios, que lhe garante emprego no início, intercalada ou no final de sentenças.

Mas, como já mencionado aqui, também é originalmente um advérbio. Deriva não do adversativo latino *sed*, mas do advérbio *magis*, que era utilizado para formar comparativo de superioridade como, por exemplo: (Sên.) *Magis Deum miseri quam beati colunt* (port. “Deus é mais venerado pelas pessoas infelizes do que pelas

peessoas felizes”). Segundo Vogt & Ducrot (1980), existiram no próprio latim empregos em que *magis* poderia ser interpretado, ambigualmente, como advérbio de comparação ou como conectivo sentencial, indicando contrajunção. Esta última significação teria prevalecido, e é a única que sobrevive em línguas como o francês e o italiano.

(b) generalizou o processo – iniciado no latim vulgar – que consiste em combinar a partícula subordinativa *que* com palavras de diferentes categorias, para a formação de perífrases conjuncionais²⁵:

- Advérbio + que ainda que, logo que, sempre que, depois que, antes que, já que, assim que, mesmo que
- Preposição + que até que, desde que, sem que, para que
- Prep + nome + que de sorte que, de modo que, ao passo que, de forma que, à medida que, ao tempo que
- Particípio + que dado que, posto que, suposto que, visto que.

Said Ali tem uma hipótese para explicar o surgimento das perífrases conjuncionais de base adverbial. Segundo ele, *o processo criador de novas conjunções ou locuções conjuncionais revela-se fecundo nas combinações de advérbios e dizeres de carácter adverbial com a partícula que: a fim de que, contanto que, antes que, depois que, etc. Nestas, como em outras locuções conjuncionais, o elemento advérbio nada mais é que um vocábulo deslocado de uma oração para outra. Devia modificar a um verbo, mas desvia-se dele, imigra da respectiva oração, atraído por uma partícula, à qual se une, resultando desta liga uma conjunção de nova espécie* (p.222).

²⁵ Said Ali observa que as perífrases conjuncionais podem adquirir um valor completamente diferente daquele da palavra que lhe deu origem. É o caso, por exemplo, da perífrase *tanto que*, que por longo tempo foi empregada como conjunção temporal e, mais modernamente, passou a codificar o sentido de quantidade ou intensidade. Também é o caso da perífrase *assim que*, que em sua origem (*assi que*) era empregada em sentido modal, à semelhança de seu elemento de base e, na linguagem moderna, é usada como temporal.

Uma proposta similar já havia sido apresentada por Paul (1886), para quem as conjunções (“palavras de ligação”, em sua terminologia) nascem a partir da mudança de significado sofrida por palavras autônomas, principalmente advérbios e pronomes: *podemos em parte seguir historicamente o nascimento das conjunções, como seguimos o das proposições. As que servem para ligar orações desenvolvem-se em grande parte a partir dos advérbios conjuncionais ou de formas isoladas dos pronomes conjuncionais, que estão eventualmente ligadas a outras palavras. Estas palavras já serviam portanto para ligar orações antes de se terem tornado puras conjunções. Considerá-las ou não como tal depende muito do modo de sentir subjetivo* (p.389). O processo tem início, segundo Paul, quando uma partícula pertencente à oração principal se funde a outra partícula, pertencente à oração subordinada, e de alguma forma relacionada a ela. Mais tarde, se a palavra resultante passa a ser usada com certa regularidade, a “sensibilidade lingüística” a considera uma autêntica conjunção e, desta forma, a mudança é efetivada.

Desvendar particularidades desse processo de mudança já bastante antigo, que leva à produção de perífrases conjuncionais baseadas em *que*, é o objetivo mais ambicioso deste trabalho que, para tanto, tomará como material de análise o conector *só que*.

Depois do que foi dito nesta seção, podemos resumir dizendo que, no que toca ao sistema conjuncional do português, e em particular aos processos de subordinação, a história mostra a coexistência de duas tendências contrastantes: de um lado, uma redução do inventário de conectivos, pelo qual *que* assumiu quase todos os mecanismos de subordinação; e, de outro lado, uma ampliação desse inventário, provocada pelo aparecimento de uma quantidade de perífrases conjuncionais baseadas em *que*, além da adaptação de palavras de diferentes classes para o papel de conjunção.

Capítulo 04

As acepções de sentido da perífrase conjuncional só que

No presente capítulo, procuro desvendar, em dados do português falado e escrito, as condições semânticas e pragmáticas que regem os usos da perífrase conjuncional SÓ QUE. Esta é uma tarefa complexa quando se verifica que SÓ QUE, em seus vários contextos de uso, apresenta mais de uma acepção de sentido.

01. O material de pesquisa

Para a investigação, reuni uma quantidade de amostras de fala e de escrita. O material de fala, com 192 ocorrências de SÓ QUE, foi composto a partir da seleção de várias amostras, que representam diferentes registros. Do PEUL, tomei dois *corpora*: as entrevistas do “Projeto Censo da Variação Lingüística”, dados de fala semi-coloquial, coletados na cidade do Rio de Janeiro, no período de 1980 a 1982; e o “Banco de Dados Interacional”, uma amostragem bastante diversificada, que focaliza os usos da língua em situações de fala espontânea. Colhido no Rio de Janeiro, na década de noventa, esse material foi publicado sob a organização de Cláudia Roncarati. Do NURC, utilizei a amostra mínima, que inclui dados procedentes das cinco capitais - Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre -, e utilizei também regravações feitas em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Além do mais, pesquisei um conjunto de narrativas de experiência pessoal, que integra o acervo da UNESP-S.J. Rio Preto, e que foi constituído nos anos de 1991 a 1994.

O material de escrita, com um total de 190 ocorrências de SÓ QUE, foi composto pela seleção dos números semanais da revista *Veja*, referentes aos anos 32, 33, 34 e 35.

02. Análise de um correlato de SÓ QUE

Antes de iniciar o estudo de SÓ QUE, discuto algumas propostas teóricas que tentaram dar conta de explicitar as funções da conjunção MAS (e suas equivalentes em outras línguas), que tem comportamento muito similar a SÓ QUE, sendo comutável com este em quase todos os contextos.

2.1 Propostas para a análise de MAS

2.1.1 Robin Lakoff

Lakoff (1971) distingue para o “but”, do inglês, dois sentidos diferentes:

- (a) “but” de oposição semântica; e
- (b) “but” de quebra de expectativa.

Traduzido para o português, MAS de oposição semântica, conforme o exemplo (01), é aquele que une duas sentenças que, embora independentes, são semanticamente contrastivas. Nesse caso, defende a autora, a inversão da ordem das orações não muda a interpretação, ou seja, as sentenças são simétricas. Já MAS de quebra de expectativa, conforme o exemplo (02), equivale a casos em que não há um contraste direto entre as sentenças, este deriva da atitude do falante. Diferentemente da primeira acepção, aqui a simetria não é observada.

(01) *João é rico, mas Paulo é pobre*

(02) *João é um republicano, mas é honesto*

Para analisar os exemplos de MAS quebra de expectativa, a autora lança mão da noção de pressuposição. Assim, como regra geral, na interpretação de (02), é preciso recuperar a informação pressuposta, de que os “republicanos são desonestos” ou “para todo x , se x é republicano, x não é honesto”. Por essa regra, deduzimos que “se João é republicano, então ele não é honesto”. E é exatamente esta a expectativa que está subjacente e que é quebrada com o uso de MAS.

A explicação de Robin Lakoff dá margem a questionamentos uma vez que não esclarece, como seria desejável, todos os MAS que aparecem no português. Além

disso, há um inconveniente na definição de alguns dos conceitos empregados, entre eles, o de oposição semântica. Não fica claro se essa oposição resulta do desacordo, no nível proposicional, entre dois segmentos, ou se ela se refere a qualquer tipo de antonímia entre itens lexicais contidos nas sentenças, ou ainda se ela diz respeito à oposição no nível das pressuposições e implicações.

Em contrapartida, um dos pontos mais significativos do trabalho de Lakoff é seu reconhecimento do papel do contexto como um fator crucial na descrição de MAS. Para reiterar a importância do contexto, retomo da autora um exemplo que é ambíguo entre as leituras de oposição semântica e de quebra de expectativa.

(03) *John é rico, mas estúpido.*

A leitura de oposição semântica requer que se imagine um contexto em que alguém está avaliando John para algum propósito, por exemplo, para possível marido. Nesse caso, embora a riqueza e a estupidez de John não necessitem ter qualquer conexão, elas estão em conflito porque a riqueza sugere que John seria um bom partido e, em contraste, a estupidez de John sugere o inverso. Já a leitura de quebra de expectativa, requer um contexto diferente. Seria preciso admitir a crença de que as pessoas ricas são normalmente inteligentes, e que essa expectativa normal contrasta com o fato de que John, apesar de rico, é um estúpido. Em outros termos, John seria um contra-exemplo.

2.1.2 Oswald Ducrot

A proposta de Ducrot, que é um capítulo clássico da Teoria da Argumentação, constitui uma teoria semântica centrada em aspectos pragmáticos do sentido, que rejeita qualquer tentativa de análise em termos lógicos.

A tese de Ducrot (1977, 1981, 1983, 1987) é que usamos a linguagem para fins essencialmente argumentativos: a todo momento pretendemos atuar sobre nossos interlocutores, com o intuito de obter deles determinadas respostas lingüísticas ou não-lingüísticas. Argumentar é, para ele, utilizar um enunciado A com a finalidade de justificar um enunciado B, reconhecendo-se em A um argumento, e em B, uma conclusão. Ducrot explica que os argumentos têm uma orientação, ou seja, servem

para legitimar uma ou mais conclusões. E é justamente por meio da orientação argumentativa que o locutor fornece indicações de como deseja que seu enunciado seja interpretado.

A argumentatividade, diz Ducrot, está inscrita na própria gramática das línguas, que dispõem de marcas lingüísticas explícitas destinadas a indicar a orientação argumentativa dos enunciados. A essas marcas, em geral de natureza conjuncional ou adverbial, o autor reservou os termos conectores e operadores argumentativos²⁶. Trata-se de partículas que desempenham um papel crucial na construção dos sentidos, à medida em que sinalizam o argumento mais forte ou o argumento mais fraco, tendo em vista uma dada conclusão.

Um dos méritos da abordagem argumentativa foi o de explicitar que algumas conjunções não se restringem à função sintático-semântica de ligar sentenças, mas também desempenham a função argumentativa de indicar o peso que as sentenças têm, enquanto argumentos, para possíveis conclusões. Entre os resultados mais significativos alcançados no estudo das conjunções está a análise de MAS, considerado por Ducrot o operador argumentativo por excelência.

Ducrot distingue para MAS do francês (*mais*) duas acepções de sentido, que ele denomina MAS_{SN} e MAS_{PA}. MAS_{SN} possui, segundo ele, um valor pragmático de refutação e retificação. É típico de enunciações como “não-A MAS_{SN} B”, em que o primeiro segmento (A) deve ser negativo, e o segundo segmento (B), introduzido por MAS, deve substituir A. O enunciado em (04) é o equivalente em português do exemplo de MAS_{SN}:

(04) *João não é inteligente, mas esperto*

MAS_{PA}, por outro lado, é argumentativo em sentido estrito. Ducrot esclarece que o contraste que emerge da estrutura “A MAS_{PA} B” resulta do fato de se tomar A e B como argumentos a favor de conclusões opostas, respectivamente, *r* e *não-r*, e de se admitir B como argumento mais forte em favor de *não-r*, do que o é A em favor de *r*. Dessa forma, tomada em sua totalidade, a estrutura “A MAS_{PA} B” é, do ponto de

²⁶ A diferença entre conectores e operadores repousa basicamente no domínio de aplicação de cada um: os conectores são signos que servem para ligar dois ou mais enunciados, enquanto os operadores, por sua vez se aplicam a um enunciado único.

vista argumentativo, orientada em favor de *não-r*. Mais recentemente, com a reformulação da teoria, Ducrot deixa de lado a idéia de argumento mais forte e prefere falar que o locutor negligencia A para se apoiar em B. A força superior atribuída a B é, segundo ele, somente a justificação dessa decisão. O exemplo (05) é ilustrativo:

(05) *João é inteligente, mas estuda pouco*

Ainda sobre a análise de Ducrot, é interesse salientar que, para ele, tanto MAS_{SN} como MAS_{PA} se prestam a uma descrição polifônica. A noção de polifonia, nos termos de Ducrot, está vinculada à distinção conceitual entre locutor e enunciador. O locutor é normalmente entendido como o responsável pelo enunciado, enquanto o enunciador, por sua vez, é aquele que, embora não fale efetivamente, tem seu ponto de vista expresso na enunciação. Com base nessa distinção, Ducrot diz que a polifonia tem lugar quando o locutor “traz” para seu ato de enunciação um ou mais enunciadores, que podem ou não se identificar com ele. Em outros termos, um enunciado é polifônico quando a partir dele é possível reconhecer a presença de enunciadores (interlocutores, terceiros, opinião pública), que freqüentemente se manifestam de pontos de vista diferentes.

2.1.3 M. Dascal & T. Katriel

Dascal & Katriel (mimeo) analisam a conduta lingüística das partículas “aval” e “ela” (port. “mas”), do Hebreu, cujos exemplos prototípicos são (06) e (07)²⁷: (contexto: A e B discutem a situação econômica e concluem que devem ouvir a opinião de um especialista)

“aval” → estrutura sentencial “pAq” (=MAS_{PA}, de Ducrot)

(06) A: *John é um economista*

B: *Ele não é um economista, mas (“aval”) ele é um homem de negócios*

²⁷ Os exemplos mencionados nesta seção são adaptados do texto dos autores.

“ela” → estrutura sentencial “pEq” (=MAS_{SN}, de Ducrot)

(07) A: *John é um economista*

B: *Ele não é um economista mas (“ela”) um homem de negócios*

Dado o mesmo contexto, as respostas de B em (06) e (07) recebem interpretações completamente diferentes. Em (06), a resposta de B sugere que John deve ser procurado, embora a caracterização feita por A esteja errada. Contrariamente, em (07), a resposta de B sugere que não há razão para procurar John justamente porque a caracterização que A fez dele está errada.

Dascal & Katriel observam que ambos o “aval” e o “ela” realizam um trabalho de “cancelamento” e “correção”, que resulta em algum tipo de contraste. Para descrever as condições gerais que possibilitam esse trabalho, os autores se apoiam em uma definição mais ampla do significado da enunciação, que leva em conta não só aspectos semânticos, mas também pragmáticos. Eles postulam que o significado de qualquer enunciação deve ser entendido como constituído por uma série de camadas e subcamadas de significado, que podem ser ordenadas hierarquicamente, da mais central, próxima da experiência humana, até a mais periférica, relacionada ao desdobramento do ato de fala. O centro ou núcleo equivale ao conteúdo proposicional, enquanto a camada mais externa equivale à implicatura conversacional. Intermediárias a estas duas estão as seguintes camadas: pressuposição, modalidade, força ilocucionária, condições de felicidade, etc. Cada uma dessas camadas, como se verá, pode se dividir em subcamadas.

Para Dascal & Katriel, o contraste gerado pelas operações de cancelamento e correção promovidas por “aval” e “ela” é de uma natureza muito particular, pois envolve a estratificação do significado em várias camadas, que se estendem da mais para a menos explícita. Os autores explicam que, no momento da enunciação, todas essas camadas são simultaneamente transmitidas e que o uso de uma sentença com “aval” ou “ela” sinaliza que o falante se recusa a aceitar ao menos uma das camadas de significado, cancelando-a.

Examinemos cada caso separadamente:

(a) quando uma pressuposição semântica é cancelada:

- (08) A: *O Papa, que é o único líder do Cristianismo, é eleito pelos cardeais*
 B: *Isso é certo, mas (“aval”) o Cristianismo tem outros líderes*
 C: *Ele não é o único líder mas (“ela”) um dos mais importantes*

Neste exemplo, as sentenças pAq e pEq, realizadas respectivamente por B e C, são usadas para cancelar uma pressuposição da enunciação de A, a saber, que o Papa é o único líder do Cristianismo. A diferença entre elas é que B aceita uma parte do significado da enunciação de A, relativa à asserção de que o Papa é eleito pelos cardeais, ao passo que C, além de rejeitar a pressuposição contida em A, acrescenta uma correção.

(b) quando a força ilocucionária é cancelada

Na discussão da força ilocucionária, Dascal & Katriel evocam uma distinção estabelecida por Hare (1971) entre os componentes frástico, trópico e nêustico de uma enunciação. Segundo esse autor, o frástico se refere ao conteúdo proposicional da enunciação; o trópico se refere ao “modo” da enunciação, que pode ser imperativo, afirmativo, interrogativo, etc.; e, finalmente, o nêustico se refere ao comprometimento do falante com aquilo que é dito. Nesses termos, a força ilocucionária de uma enunciação é produto da combinação do trópico com o nêustico.

Face a essa segmentação (em frástico, trópico e nêustico) da camada força ilocucionária, Dascal & Katriel mostram que o “aval” e o “ela” operam em qualquer uma dessas subcamadas de significado. Vejamos dois exemplos:

- (09) A: *Feche a porta.*
 B: *Ok, mas (“aval”) não me dê ordens*
- (10) A: *Jogue fora todo esse material*
 B: *Ok, mas (“aval”) sei que amanhã você vai pedir por ele*
 C: *Você não quer dizer que eu devo jogar fora mas (“ela”) foi exatamente isso que você disse.*

Em (09), a enunciação de B aceita o conteúdo proposicional da enunciação A, o que é indicado pela expressão “Ok”, mas rejeita sua força ilocucionária, mais particularmente o trópico do componente ilocucionário que, nesse caso, é de ordem. Já em (10), ambas as respostas B e C revelam a disposição dos falantes em se sujeitarem à ordem emitida por A, ou seja, aceitam o trópico. No entanto, cancelam o nêustico, que diz respeito ao envolvimento de A com a ordem dada.

(c) quando a modalidade é cancelada

(11) A: *é possível adiar o exame para a próxima semana*

B: *mas (“aval”) três exames já foram acertados para a próxima semana*

C: *Não é possível mas (“ela”) obrigatório*

A modalidade é cancelada pela enunciação de B que dá a entender que “não é possível adiar o exame”. Na enunciação de C, que tem a presença do “ela”, a modalidade de A é rejeitada e substituída por outra diferente, isto é, “necessidade/obligatoriedade” toma o lugar de “possibilidade”.

(d) quando uma condição de felicidade é cancelada

A exemplo de Searle (1969), Dascal & Katriel identificam diferentes condições de felicidade: as condições preparatórias, as condições de sinceridade e as condições essenciais. As primeiras dizem respeito ao direito ou autoridade conferidos à pessoa que realiza o ato de fala. As condições de sinceridade se referem às crenças e sentimentos dessa pessoa, e as condições essenciais se referem ao grau de comprometimento do falante com a força ilocucionária de sua enunciação.

Esses tipos de condições de felicidade se apresentam, da perspectiva de Dascal & Katriel, como subcamadas de significado que podem ser canceladas pelas partículas “aval” e “ela”. O cancelamento de uma condição de felicidade invalida o ato de fala. Vejamos um exemplo:

- (12) A: *Dê-me este livro*
 B: *Mas (“aval”) você não precisa dele*

A enunciação de B cancela uma condição de felicidade do ato de fala de pedido: quando alguém pede alguma coisa certamente faz isso porque quer ou precisa dessa coisa.

(e) quando uma implicatura conversacional é cancelada

O termo “implicatura conversacional”, tal como empregado pelos autores, abarca uma variedade de significados contextualmente determinados que podem ser cancelados apenas por “aval”. Um exemplo é (13):

- (13) A: *O que você acha do nosso primeiro ministro?*
 B: *ele tem uma mulher inteligente, mas (“aval”) não posso afirmar nada de errado com ele*

No caso de (13), o “mas” cancela uma implicatura irônica que pode ser derivada a partir do segmento p da enunciação de B.

Dascal & Katriel sustentam um outro tipo de implicatura conversacional que se refere à “direção argumentativa” das enunciações, nos termos formulados por Ducrot. Para eles, em uma sentença pAq, do tipo exemplificado em (06) acima, o segmento p tem uma direção argumentativa oposta e superior àquela do segmento q.

A análise dos exemplos acima faz concluir que enquanto uma enunciação pAq funciona para separar diferentes camadas ou subcamadas de significado, com seu segmento p indicando aceitação de uma camada e seu segmento q indicando rejeição de outra, uma enunciação pEq, por outro lado, funciona para relacionar declarações que pertencem à mesma camada de significado: seu segmento p indica invariavelmente rejeição de um elemento, e seu segmento q indica sua substituição por outro, da mesma camada de significado. Acrescente-se a isso que em todos os exemplos com “ela” é necessário que os dois elementos - o cancelado e o seu substituto - sejam explicitamente mencionados.

Nesse sentido, as sentenças pEq são mais usadas para identificar um erro e corrigi-lo, de maneira direta. Já as sentenças pAq têm uma função corretiva menos direta: em lugar de substituir uma crença incorreta por uma correta, elas são freqüentemente usadas para identificar pontos de rejeição em alguma parte da declaração, e estes pontos podem ser encontrados em diferentes camadas do significado.

Sobre as sentenças pAq, Dascal & Katriel acrescentam ainda que há um princípio geral que rege a alternância da aceitação e rejeição de p e q em termos das camadas de significado as quais eles se referem. Tal princípio atua da seguinte maneira: quando uma sentença pAq é pronunciada em resposta a uma enunciação U, a camada de significado rejeitada pela sentença pAq é sempre mais “externa” do que a camada de significado aceita por ela. Este princípio explica, sem exceção, todas as ocorrências de “aval”.

03. Análise de SÓ QUE

3.1 Tipo de material sintático articulado por SÓ QUE

Meus dados revelam que SÓ QUE, à semelhança das conjunções de coordenação, pode articular (i) orações, como mostram os exemplos (14) e (15), e também (ii) oração + constituinte oracional, em que o último pode ser realizado por um adjetivo (16), por um particípio (17), ou por um sintagma preposicional (18). Além disso, SÓ QUE pode articular ainda (iii) seqüências discursivas, como exemplificam (19) e (20), nos quais esse conector marca o início de um desenvolvimento discursivo surpreendente.

- (14) *O fato de uma obra sobreviver não quer dizer que ela seja lida. Eu tentei ler ‘Ulisses’, não consegui e achei que era burro. SÓ QUE eu não sou burro. ‘Ulisses’ é que é inteligível. (Veja, ano 34, nº33, p.14)*
- (15) *D: Eh...bem... e outro tipo de transporte que estão tem... individual, que não é motocicleta, que estão tentando incentivar agora por não gastar gasolina?*
I: É a bicicleta.
D: É. Você pode pensar numa, assim, e tentar descrever uma bicicleta?

I: Bom, a bicicleta é muito semelhante à motocicleta, inclusive na maneira de andar, SÓ QUE o meio de... vamos dizer, a unidade motriz dela é o próprio passageiro. (SA-DID277)

- (16) *Deve ter algum problema na integração da varanda, com os apartamentos. Elas acabam funcionando como janelas, como simples janelas, SÓ QUE maiores, né. (NURC92)*
- (17) *Nada de paredes escuras ou compartimentos apertados, nos quais a marujada se acotovela como pode. Sua arquitetura interna lembra um navio de superfície, SÓ QUE encolhido. (Veja, ano 33, nº 34, p.116)*
- (18) *De corpinho novo, o deputado promete não abandonar os obesos. Quer criar, inclusive, uma frente parlamentar de defesa da categoria. “O gordo é o estuário da culpa do mundo”, dramatiza. Ele perdeu 64 quilos, mas que ninguém se engane. “Agora me sinto com mais energia, mais agressivo”, diz. É o Roberto Jefferson de sempre, SÓ QUE em versão light. (Veja, ano 33, nº 35, p. 81)*
- (19) *Quinze por cento. Sendo que pros pras pessoas que moram, de repente, esse imposto chega a vinte, sei lá. SÓ QUE tem o seguinte, você tem, você vê esse dinheiro do teu imposto sendo aplicado, é, em restauração de rua, você não tem as ruas esburacadas que tem no Rio, você tem, se você passa mal, você tem o serviço hospitalar. (NURC92)*
- (20) *A polícia prendeu o autor da barbárie, Eduardo Germano, que afirmou não se arrepender do crime. Levando-se em conta que só um monstro psicopata faria e diria coisa semelhante, Germano pode ser considerado como tal. SÓ QUE este monstro psicopata, antes de matar Geovani e Rachel, se encontrava enjaulado numa penitenciária. Ele não fugiu de lá. Foi colocado na rua graças a um indulto concedido pela Justiça. Ganhou liberdade por ser um doente de Aids em estado terminal. (Veja, ano 33, nº 27, p. 50)*

3.2 O sentido básico de SÓ QUE: a quebra de expectativa

Conforme o contexto de uso, SÓ QUE pode veicular diferentes acepções de sentido, que serão distinguidas e exemplificadas na seção 3.3. Apesar dessas variantes contextuais, creio que é possível recuperar para SÓ QUE um sentido básico e invariável, que é sempre preservado, a saber, aquele de contraste por quebra de expectativa.

A noção de quebra de expectativa, como desenvolvida por Heine *et al.* (1991), está relacionada às expectativas que os falantes têm a respeito do que acreditam ser apropriado ou “normal” no mundo. As expectativas “normais” nada mais são que os padrões característicos do mundo com o qual o falante tem familiaridade, ou que ele tem em mente, ou que ele pensa que o ouvinte pensa que ele tem em mente, em um contexto relevante. A quebra de expectativa, nesse sentido, equivale a toda a situação em que, de alguma forma, há divergência entre aquilo que se diz e aquilo que é considerado normal. O quadro se complica quando, na interação, os interlocutores têm expectativas diferentes a respeito de um certo assunto. Isso acontece com relativa frequência e se deve a fatores como idade, sexo, status social, bagagem cultural ou ideologia.

Segundo esses autores, todas as línguas possuem partículas capazes de assinalar essa divergência entre o que é afirmado e o que é avaliado como normal. São os chamados marcadores de quebra de expectativa, cujas principais características são: (i) implicam uma comparação entre o que é afirmado, por um lado, e o que é pressuposto, esperado ou assumido como norma, por outro; e (ii) relacionam elementos em conflito. No exemplo abaixo, oferecido por Heine, as palavras *too* e *only* são interpretadas como sinalizando que a declaração feita está, de certo modo, em discrepância com o que o falante considera apropriado, naquele contexto. Nesse caso, a discrepância se refere ao tamanho da casa e ao número de pessoas que vivem nela.

(21) *Your house is too small, even if you are only two.*

Além de *too* e *only*, os autores relacionam as seguintes palavras do inglês que, em alguns contextos, produzem a quebra de expectativa.

Marcador		Domínio típico
<i>too</i>	“excede o que é apropriado”	qualquer
<i>Nevertheless</i>	“adversativo para expectativa”	qualquer
<i>only</i>	“menos que o apropriado”	quantidade
<i>already</i>	“começa antes do esperado”	tempo

<i>not yet</i>	“começa depois do esperado”	tempo
<i>still</i>	“termina depois do esperado”	tempo
<i>no longer</i>	“termina antes do esperado”	tempo

Embora os marcadores de quebra de expectativa sejam normalmente partículas de natureza conjuncional, adverbial ou preposicional, eles também podem ser suprasegmentais, como no exemplo (22), em que o acento sobre o “não” sugere que a afirmação está em contraste com a expectativa de que o Dr. Carlos virá:

(22) *O Dr. Carlos NÃo virá*

Van Dijk (1977) discute o papel de certos conectivos do inglês (*but, though, yet, whereas, nevertheless*), que assinalam relações contrastivas entre enunciados, e procura especificar os diferentes “significados” de cada um. Segundo ele, esses conectivos apresentam as seguintes particularidades:

(i) podem sinalizar circunstâncias em que as propriedades e os cursos dos eventos contrastam com as expectativas ‘normais’, ou seja, com o que é considerado ‘normal’ nos mundos. No exemplo abaixo, extraído do texto do autor, a exceção ao curso normal dos eventos consiste no fato de que o enunciado antecedente expressa uma condição suficiente para a negação do conseqüente.

(23) *John is very handy, but he made a miserable job of painting his house.*

(ii) podem indicar estados ou eventos que são meramente inesperados ou indesejados, como no exemplo (24) abaixo, em que numa situação de pescaria pegar um peixe não é exatamente uma necessidade, apenas uma possibilidade. Portanto, não pegar um peixe está em contraste com a ação descrita. Já no exemplo (25), uma propriedade ‘positiva’ de uma pessoa é contrastada com uma propriedade ‘negativa’:

(24) *I went fishing, but I didn’t catch anything*

(25) *Although Peter is very clever, he is not very kind*

(iii) podem ser usados para expressar a não satisfação de condições possíveis, prováveis ou necessárias, tal como faz o *but* em:

(26) *Peter wants to buy a car, but he does not have any money*

Assim, o contraste por quebra de expectativa não decorre da incompatibilidade semântica entre orações, mas sobretudo de aspectos ligados ao contexto pragmático, que inclui as avaliações, as crenças e as pressuposições dos falantes. Dessa forma, a quebra de expectativa pode ser desencadeada, entre outros fatores, pela divergência entre aquilo que se diz e aquilo que é pressuposto ou tido como norma, no mundo dos interlocutores, como também pelo conflito entre o que se esperava e não aconteceu ou, na direção inversa, entre o que aconteceu e o que não se esperava.

Nesses termos, podemos dizer que a quebra de expectativa corresponde, antes de qualquer coisa, ao cancelamento de uma pressuposição, entendendo-se por pressuposição, em sentido pragmático, toda a informação que é tomada pelo falante como conhecimento comum entre os participantes na conversação. Ou, nas palavras de Stalnaker (1972), *pressupor uma proposição no sentido pragmático é aceitar como certa a sua verdade, e supor que os outros envolvidos no contexto façam o mesmo*.

3.3 As acepções de sentido de SÓ QUE

Identifiquei em meus dados, com algum grau de clareza, cinco acepções de sentidos de SÓ QUE. Não se trata de categorias discretas. Pelo contrário, o limite entre um e outro tipo é fluido e há casos que poderiam se enquadrar em mais de um tipo. Além disso, a classificação em cinco tipos ainda não permite dar conta de todos os empregos de SÓ QUE encontrados:

3.3.1 SÓ QUE marcador de diferença

3.3.2 SÓ QUE marcador de acontecimento inesperado/indesejado (surpresa)

3.3.3 SÓ QUE marcador de refutação

3.3.4 SÓ QUE marcador da não satisfação de condições

3.3.5 SÓ QUE marcador de contra-argumentação

A análise que apresento a seguir é inspirada em parte na noção de quebra de expectativa, discutida na seção anterior, e em parte nas idéias contidas nas três propostas teóricas (Lakoff, Ducrot, e Dascal & Katriel) que tentam explicar o comportamento de MAS, em diferentes línguas. Creio que nenhuma dessas propostas, tomada separadamente, dá conta de esclarecer todas as condições de uso de SÓ QUE. Contudo, reconheço que diferentes aspectos de SÓ QUE podem ser apreendidos mais coerentemente ora por uma, ora por outra.

3.3.1 SÓ QUE marcador de diferença.

O SÓ QUE marcador de Diferença é construído sobre uma comparação de igualdade entre dois elementos, representados aqui por X e por Y. De início, o locutor apresenta a noção comum, partilhada por X e Y e, a seguir, introduz, por meio do SÓ QUE, a diferença fundamental existente entre eles, diferença esta que constitui a informação (focal) mais saliente que se quer transmitir, o verdadeiro objetivo da comunicação.

Ao lançar mão da comparação²⁸, o locutor realiza uma sequência de manobras de caráter altamente pragmático, que consiste em: (a) buscar no mundo um conjunto de informações que sirva como uma espécie de “modelo” para aquilo que ele vai dizer, visando com isso facilitar o entendimento por parte do interlocutor. Esse conjunto de informações é comum aos participantes da interação ou, pelo menos, o locutor acredita que seja; (b) assinalar a diferença entre o que é afirmado e o “modelo” evocado, recorrendo a um enunciado introduzido por SÓ QUE, que traz a porção de informação que em geral é nova; e finalmente, (c) cancelar, por meio da manobra (b) anterior, parte das expectativas ou pressuposições do interlocutor. Essas manobras são evidentes nos exemplos (27) e (28):

- (27) *Ali, faz 'trekking' (nome radical da velha caminhada), 'rappel' (descida de paredes e cachoeiras com auxílio de cordas), 'rafting' (descida de corredeiras a bordo de um bote com meia dúzia de pessoas) e tirolesa, aquela técnica utilizada pelo Exército para*

²⁸ As expressões que mais comumente introduzem o primeiro segmento (X) são: *é como...*, *é como se...*, *tudo como...*, *é similar a...*, *continua (sendo, o mesmo)...*, *parece...*, *o mesmo acontece...*, *também é...*, *é tão... quanto...*, *é igual a...*, *ficar igual a...*, *tem os mesmos...*, *lembra um...*, *é o de sempre...*, *tem a mesma capacidade...*, *foram igualadas a...*, *são semelhantes...*, *é mais ou menos como...*

deslocamento entre dois pontos usando roldanas e cordas. “É animado como um parque de diversões. SÓ QUE numa versão mais ecológica”. (Veja, ano 32, nº 44, p.102)

- (28) *Como nos presídios, ali há grupos rivais com líderes. SÓ QUE o ímpeto era adolescente, sem organização. Alguns subiam nos muros e telhados como numa comemoração.* (Veja, ano 32, nº 44, p.131)

Em (27), para descrever as sensações dos praticantes de esportes radicais, o locutor evoca o modelo “parque de diversões” e o compara (*é animado como...*) às várias modalidades daquele tipo de esporte. Em ambas as circunstâncias as pessoas estão igualmente sujeitas a emoções muito fortes. A diferença que o locutor quer destacar é o fundamento ecológico dos esportes radicais. De forma similar, no exemplo (28), que diz respeito a uma rebelião na Febem, o locutor equipara a Febem aos presídios (*como nos presídios...*), para dizer que nesses dois lugares de reclusão há formação de grupos rivais. A diferença trazida por SÓ QUE é que na Febem esses grupos não são bem organizados, provavelmente em razão do espírito adolescente das pessoas envolvidas.

Exemplos de SÓ QUE marcador de diferença são bastante frequentes nos dados de fala e escrita. Para essa acepção de sentido, em que o locutor estabelece similaridades para depois quebrar as expectativas criadas por essas similaridades, operando um recorte na informação pragmática do interlocutor, sugiro a seguinte paráfrase:

SÓ QUE MARCADOR DE DIFERENÇA:

X é como Y em quase tudo, a diferença é que X (ou Y)....

É preciso atentar para o fato de que essa marcação de diferença entre dois elementos X e Y se faz por meio de operações do tipo: (i) acréscimo de informação para X ou Y, (ii) substituição de parte de informação de X ou de Y, ou ainda (iii) exclusão de parte de informação de X ou de Y. Dito melhor, por meio dos enunciados encabeçados por SÓ QUE marcador de diferença, o locutor promove uma quebra nas expectativas do interlocutor, realizando uma das três operações abaixo:

(i) ADICIONA novas informações. Nesse caso, o locutor avalia que o interlocutor possui uma informação incompleta, a qual precisa ser acrescentada uma nova porção de informação que julga relevante. É isso que acontece em (29)-(31). Em (29), os elementos envolvidos na comparação são os sintomas da gripe australiana e os sintomas de qualquer outra gripe. A porção de similaridade, que certamente é partilhada pelos interlocutores, corresponde à “febre alta, dores e mal estar geral” e a diferença trazida por SÓ QUE, que vai quebrar a expectativa criada por tal comparação, é que os sintomas da gripe australiana são “mais fortes”. Utilizando a paráfrase proposta acima, podemos dizer que: *a gripe australiana (X) é como qualquer gripe (Y) em quase tudo, a diferença é que a australiana é mais forte* (focaliza o elemento X). Já no exemplo (30), o locutor busca no mundo um modelo de beleza física ao qual quer se igualar (“ficar igual”), exceto na dimensão do peito: *meu ideal é ficar igual ao Paulo Zulu, com uma única diferença: quero mais peito*. Em (31), o locutor estabelece uma relação de similaridade entre os dois clubes, o América e a Associação Atlética, para argumentar que ambos são clubes sociais e esportivos. A diferença entre eles, cuja marcação vai cancelar parte das expectativas do interlocutor, é que o América, mas não a Associação Atlética, tem a parte de futebol profissional.

(29) Os sintomas da chamada gripe australiana são semelhantes aos de qualquer outra – febre alta, dores por todo o corpo e mal-estar geral. SÓ QUE mais fortes. (Veja, ano 33, nº 03, p.70)

(30) *Ele acha que está bem, mas o tal complexo de Adônis não o deixa em paz. Acredita que pode ficar melhor. Seu ideal? “Quería ficar igual ao Paulo Zulu, SÓ QUE com um pouco mais de peito”, divaga ele.* (Veja, ano 33, nº 36, p.92)

(31) D: *Muitos clubes?*
 I: *Tem o ABC, tem o América. O América, a sede é muito bonita.*
 D: *Eles são apenas esportivos, não? São clubes também sociais?*
 I: *Clubes sociais...*
 D: *Hã.*
 I: *... esportivos e sociais. É um co... mais ou menos como é a Associação Atlética, SÓ QUE tem a parte de futebol profissional, né, que a Associação Atlética, aqui, não tem.* (AS-DID100)

(ii) **SUBSTITUI** uma parte do modelo pronto por um pedaço não previsto no modelo original. Nesse caso, o locutor avalia que do modelo assimilado pelo interlocutor é preciso rejeitar uma parte e substituí-la por outra, o que vai gerar uma quebra de expectativas. (32)-(34) são bons exemplos dessa operação. Em (32), a receita do estrogonofe é usada como modelo para a realização de uma outra receita, cujos ingredientes para o preparo são os mesmos, com exceção do creme de leite, que é substituído pelo requeijão. Em (33), para descrever sua camisa nova, o locutor a compara com aquela que o alocutário está usando. Ambas são iguais, exceto na cor. *X é como Y em quase tudo, a diferença é que X é amarela*. Em (34), quando o locutor afirma que a dupla L. Huck e J.P. Diniz “vai pela mesma trilha” de B. Steinbruch, cria para o interlocutor a expectativa de que ela vai seguir o modelo deste último e lançar um projeto de pousada de luxo no Pantanal. Mas essa expectativa é quebrada quando o locutor ‘recorta’ e ‘substitui’ parte do modelo, especificamente a que diz respeito ao local: sai o Pantanal, entra a costa de Pernambuco.

(32) F: *[É do mesmo jeito] (hes) Não, com <re->-é com requeijão, é. É o estrogonofe – do mesmo jeito que faz o (est) estrogonofe. SÓ QUE em vez de você colocar o creme de leite, você coloca o requeijão.* (Censo-E29)

(33) Reg: *Sabe eu comprei uma camisa igual à essa. SÓ QUE é amarela.*
Jul: *cruz credo!* (BDI/p.102, 0231)

(34) *A possível explosão do turismo interno está excitando quem não é do ramo. O rei do aço Benjamin Steinbruch está às voltas com o projeto de uma pousada de luxo no Pantanal. E a dupla Luciano Huck e João Paulo Diniz vai pela mesma trilha. SÓ QUE na costa de Pernambuco.* (Veja, ano 34, nº44, p.31).

(iii) **EXCLUI** uma parte do modelo, sem pôr nada no lugar. Nessa operação, o locutor lança mão do modelo e, para evitar que o interlocutor desenvolva uma expectativa equivocada, exclui parte da informação pragmática. Em (35), mais um exemplo relativo à culinária, o processo de preparação do arroz é colocado em pauta para explicar uma outra receita. A diferença está na exclusão dos ingredientes alho e sal. Análise semelhante vale para (36), que pode ser parafraseada assim: *Fiquei como*

a *Olivia Palito* em quase tudo, a diferença é que eu não tinha cabelo. De forma similar, no exemplo (37), o interlocutor é levado a relacionar Panamá ao “modelo” Casablanca. A diferença essencial, que é marcada por SÓ QUE e que vai quebrar as expectativas, consiste em eliminar um detalhe: não tem heróis.

- (35) A: *Faz igual a um arroz comum. SÓ QUE sem alho e sem sal* (DBI/p.50)
- (36) *A psicóloga me explicou o que era leucemia. Lembro da minha mãe dizendo que não poderia ficar comigo porque tinha de cuidar dos meus irmãos. Ela foi embora no dia seguinte. Durante oito anos morei no hospital, minha mãe só veio me visitar uma vez. Fiquei parecendo a Olivia Palito. SÓ QUE careca.* (Veja, ano 34, nº 04, p. 95)
- (37) *Aliás, uma das qualidades de ‘O Alfaiate do Panamá’ é não acreditar que, nesse ramo de atividade, existam pessoas melhores ou piores. São todas ruins – apenas mais ou menos simpáticas. Como diz o alfaiate Harry ao espião Osnard, “bem vindo ao Panamá. Isto aqui é como ‘Casablanca’ – SÓ QUE sem heróis”.* (Veja, ano 34, nº 25, p. 125)

Antes de passar para o estudo das outras acepções, quero ressaltar que minha análise de SÓ QUE marcador de diferença em termos das operações de adição, substituição e exclusão é similar àquela que Dik (1989) propõe para explicar as razões pragmáticas que fundamentam a atribuição da função de foco²⁹ a uma parte da oração. Dik postula, como fundamento de sua Gramática Funcional, que a atribuição de foco a um constituinte é motivada ou pelo caráter “novo” do referente, ou pela necessidade de se estabelecer contraste com alguma outra entidade (i) presente ou (ii) pressuposta na situação de interlocução. No segundo caso, o foco é classificado pelo autor como paralelo ou como contrapressuposicional.

²⁹ Segundo a Gramática Funcional (DIK 1980, 1989), o Foco é entendido como uma *função pragmática* que pode ser indicada para diferentes constituintes da predicação. As funções pragmáticas, cabe esclarecer, são funções que dependem crucialmente de partes da informação pragmática do falante e do ouvinte. O constituinte que recebe a função de foco é visto como aquele que carrega a informação mais importante ou saliente, tendo em vista a informação pragmática dos participantes. Em geral, mas com exceções, o constituinte focal contém a informação não compartilhada.

O foco é paralelo se constitui um dos elementos que participa explicitamente da construção contrastiva como, por exemplo, em *John and Bill came to see me. JOHN was NICE, but BILL was rather BORing*, citado pelo autor. Já o foco contrapressuposicional, aquele que parece ter estreitas relações com SÓ QUE, ocorre quando o falante cancela uma pressuposição do ouvinte, ao efetuar mudanças na informação pragmática deste. Tais mudanças consistem em acréscimos, substituições ou eliminações de partes de informação.

Se SÓ QUE marcador de diferença apresenta a dupla propriedade de introduzir informação nova (no sentido de não ter sido considerada antes) e de, com essa informação nova, romper ao menos parcialmente com as pressuposições do interlocutor; e, além disso, se nos termos de Dik atribuímos a função de foco a um elemento ou porque ele é novo ou porque estabelece contraste do tipo paralelo ou contrapressuposicional, então podemos dizer que SÓ QUE marcador de diferença funciona como um verdadeiro operador de foco.

3.3.2 SÓ QUE marcador de acontecimento inesperado/indesejado.

Por acontecimento inesperado compreendo o curso excepcional dos eventos, em que o imprevisto, o inesperado, o indesejado ou o incompatível contrasta com aquilo que é considerado “normal” no mundo dos interlocutores. Trata-se, mais especificamente, de circunstâncias em que o que se esperava não aconteceu, ou que aconteceu justamente aquilo que não se esperava ou desejava. Veja, por exemplo, (38) e (39) abaixo, em que SÓ QUE estabelece contraste entre desenvolvimentos narrativos, à medida que introduz fatos inesperados e indesejados numa linha discursiva que tinha uma direção certa, previsível, baseada no conhecimento comum existente entre os participantes. Mais uma vez, a noção de cancelamento de uma pressuposição pragmática pode ser evocada para explicar esses casos.

- (38) *a gente tinha combinado de passar o carnaval na praia né...então ia eu...duas amigas minhas e o namorado de uma delas...ai a gente tinha combinado pra sai as oito...da noite né...SÓ QUI começou a maior chuva... ai meu pai começou a implicar... não vocês não vão agora não... é perigoso né. (narrat/94)*

- (39) *e saímos né...pra viajar assim com a maior chuva né, com aquela maior tempestade... aí quando a gente tinha andado assim umas quatro horas mais ou menos...a chuva já tinha parado...SÓ QUI tinha um galho... no meio da estrada...aí o cara que tava dirigindo não viu... mas legal do cara que tava indo sem ser convidado...viu... e puxou a direção... nisso nós fomos parar no acostamento. (narrat/94)*

Para essa acepção, em que SÓ QUE pode ser alternativamente denominado “marcador de surpresa”, vale a seguinte paráfrase:

SÓ QUE MARCADOR DE ACONTECIMENTO INESPERADO/
INDESEJADO
X. Para minha surpresa Y.

Considere mais dois exemplos. Em (40) abaixo, o fato de o colégio estar fechado, nesse contexto específico, promove a quebra de expectativa, visto que funciona como um elemento surpresa que vai contrariar as pressuposições do falante. Já o exemplo em (41) traz uma incompatibilidade como fonte da quebra de expectativa. Nesse caso, o desempenho do motorista é incompatível com o que se espera de um bom taxista, segundo o conhecimento geral dos interlocutores. Ou seja, faz parte do conhecimento comum, que taxistas normalmente não necessitam ser grandes comunicadores, nem ter profundos conhecimentos sobre economia ou política. Por outro lado, pressupõe-se que seu veículo esteja em boas condições de uso e que ele o conduza de forma segura. No exemplo em questão ocorre justamente o contrário.

- (40) *aí imediatamente eu peguei um rádio e fiquei ouvindo o pla/ aquele plantão, eh: tem aquele plantão de polícia que dá sempre no rádio, aí eu disse assim, menino eu só vou acreditar quando sair o nome dele no rádio, aí justamente saiu, aí imediatamente eu vim aqui no colégio, SÓ QUE tava fechado, procurei na casa das minhas amigas, aí elas disseram Edivane quem morreu mesmo foi o Cícero, aí pronto eu comecei a chorar. (Censo, 815)*
- (41) *Há alguns anos, peguei um táxi numa capital latino-americana. O motorista era articulado e começou a criticar o ministro da Fazenda do país. Chamou minha atenção pela inteligência, capacidade de comunicação e nível de informação. SÓ QUE o táxi estava*

malcuidado, amassado, sujo e ele dirigia mal. Na semana seguinte, estava em Zurique e perguntei a um motorista de táxi o que ele achava do ministro da Fazenda. Ele não sabia sequer o nome do sujeito. Mas seu carro estava arrumado, limpo, bem conservado. Dirigia muito bem e me levou sem sobressaltos ao destino. (Veja, ano 34, nº 9, p. 14)

3.3.3 SÓ QUE marcador de refutação.

É característico de contextos em que o locutor desmente, nega ou contesta uma informação explícita ou implicitamente veiculada antes, e fornece a seguir a informação que julga correta. Para essa acepção, predomina uma estrutura que associa uma refutação a uma retificação, necessitando apenas da presença de um conjunto opositivo que, para o exemplo abaixo, é o par *enfarte* vs. *veia entupida*.

- (42) *chegou lá um médico consultou... "oh:: o senhor tá com infarti... tem que ir prá Rio Preto... que aqui num tem aparelhagem que precisa... (...) ele me levou no hospital... na Santa Casa... aqui de Rio Preto... fiquei dez dia internado ... cinco dia no CTI... ligado nos aparelho... aí depois eu fui pro quarto... fiquei em observação...ai:: me liberaram... vortei... prá trabalhá fiquei um tempo que eles me deram... trabalhei mais... resto do mês... aí eu vortei... a senti mal de novo... SÓ QUI aí já num era infarti aí já era... é:: é:: ... uma veia entupida... (narrat/91)*

Creio que em virtude da negação, essa acepção de SÓ QUE comporta em sua estrutura uma polêmica imaginária, no sentido proposto por Vogt & Ducrot (1980). Para esses autores, qualquer enunciado negativo pressupõe uma asserção prévia e implícita, que é atribuída a um possível enunciador. Assim, quando o locutor enuncia não-X, necessariamente faz enunciar X, à qual ele vai se opor. Em outras palavras, o locutor traz para seu discurso uma enunciação virtual, pela qual não se responsabiliza, para então rejeitá-la. Sob essa análise, o significado dos enunciados com SÓ QUE marcador de Refutação é polifônico: há mais de uma voz presente na enunciação e a quebra de expectativa é gerada, em certo sentido, pelo conflito instalado entre essas vozes.

O caráter polifônico de SÓ QUE é bastante claro no exemplo (42) acima, em que ao enunciar “Só que aí já não era infarti”, o locutor refuta o enunciado positivo correspondente, “aí era infarti”, enunciado este que não é dito de forma explícita, mas

que é facilmente recuperado se admitirmos que ele é mobilizado por um outro enunciador, dentro daquele discurso. Podemos interpretar essa ocorrência da seguinte maneira: o locutor conta que teve um enfarte e que passou por um período de internação até se recuperar e voltar ao trabalho. A seguir, acrescenta que, depois de um tempo, voltou a se sentir mal novamente. Nesse contexto, é possível que um interlocutor virtual pressuponha pragmaticamente: “então você teve outro enfarte!”. O locutor, tendo avaliado essa possibilidade, adianta-se e recusa essa suposição, que sequer foi proferida. Não estando satisfeito, ele ainda justifica essa recusa, fornecendo a informação correta “aí já era uma veia entupida”.

O SÓ QUE de Refutação admite a seguinte paráfrase, na qual entende-se que X é o enunciado que, realizado ou não explicitamente, é sempre recusado, enquanto Y é apresentado como a justificação da recusa de X. Isso não implica que X e Y sejam logicamente incompatíveis. Tudo que uma enunciação desse tipo diz é que X é refutado por Y.

SÓ QUE MARCADOR DE REFUTAÇÃO:

X. Não conclua X, pois Y

O exemplo (43) abaixo é mais uma ocorrência de SÓ QUE de refutação. Neste caso, o alvo da refutação é a pressuposição semântica³⁰ – claramente contida no primeiro enunciado – de que a “Petrobrás foi privatizada”. Semelhante ao exemplo anterior, também transparece aqui a preocupação do locutor em ser maximamente informativo. Prova disso é que, para ele, não basta recusar uma porção de informação, mas é necessário justificar essa recusa, o que ele faz por meio da introdução de informação nova: “a única intenção do governo é transferir parte das ações para o público”.

³⁰ O conceito semântico de pressuposição diz que uma proposição P pressupõe uma proposição Q se e somente se Q é requerida tanto por P quanto por não-P. Ou seja, em todo modelo no qual P seja verdadeira ou falsa, Q é verdadeira. Para o exemplo em questão, dizemos que a proposição “a Petrobrás foi privatizada” é pressuposta porque ela se mantém, mesmo que neguemos a proposição que a veicula. Em outras palavras, se alguém disser que “A procuradoria abriu um inquérito para apurar o processo de privatização da Petrobrás”, concluiremos que a Petrobrás foi privatizada e, da mesma forma, se alguém disser que “a Procuradoria não abriu um inquérito para apurar o processo de privatização da Petrobrás”, também concluiremos que a Petrobrás foi privatizada.

- (43) *A Procuradoria da República no Amazonas abriu um Inquérito Civil Público para apurar o “processo de privatização da Petrobrás”. SÓ QUE o governo não vendeu nem pretende vender a estatal. Quer apenas transferir na bolsa uma parte de suas ações para o público. (Veja, ano 32, nº 44, p.32)*

O fato de haver, nesse caso, o cancelamento de uma pressuposição semântica não invalida minha afirmação prévia de que *SÓ QUE* promove o cancelamento de uma pressuposição pragmática, pois em (43), também há o cancelamento de uma pressuposição pragmática: o locutor supõe que seu interlocutor aceita como verdadeira a proposição “a Petrobrás foi privatizada” e então se encarrega de negá-la. A esse respeito, Stalnaker explica que *Qualquer pressuposição semântica de uma proposição expressa num dado contexto será uma pressuposição pragmática das pessoas neste contexto, mas o inverso claramente não é válido.*

Considere mais dois exemplos. O esquema refutação/retificação se repete em (44), mas nesse caso o locutor contesta uma informação que é explicitamente veiculada antes e cuja responsabilidade é atribuída a “outros” (o verbo “menciona-se”, que marca a indeterminação do sujeito, funciona como um índice de polifonia). O alvo da contestação não é, como se poderia esperar, *o que se diz* sobre o diretor, a saber, que ele gosta de ser seu próprio diretor de fotografia. Na realidade, o locutor questiona *o como se diz*. Ele não aceita que essa característica de Soderbergh, que ele julga central, seja referida sem grande destaque, como se fosse um dado periférico que merecesse apenas uma nota de rodapé.

- (44) *Quando se fala sobre o diretor americano Steven Soderbergh menciona-se, como uma nota de rodapé, que o autor de ‘Traffic’ e ‘Erin Brockovich’ gosta de ser seu próprio diretor de fotografia e dispensa os serviços de um cameraman. SÓ QUE esse está longe de ser um dado periférico. Ele é central para tudo o que há de bom – o que não é pouco – em ‘Onze homens e Um Segredo’, que estréia nesta sexta-feira no país. (Veja, ano 35, nº 7, p. 130)*

Em (45), o alvo da refutação é o conhecimento pragmaticamente pressuposto, contido no primeiro enunciado, de que a reforma agrária vai solucionar o problema do excesso de migração para as cidades. Segundo o locutor, que atribui esse discurso

aos “candidatos”, o problema não é a migração, mas sim, corrige ele, a falta de cidades.

- (45) *Os candidatos conseguem seduzir a classe média com o argumento preconceituoso de que a reforma agrária pode contribuir a fixar os brasileiros no campo, impedindo que as massas de miseráveis migrem para as cidades. SÓ QUE o problema do país não é o excesso de migrante, e sim a falta de cidades. (Veja, ano 35, nº 34, p. 111)*

3.3.4 SÓ QUE marcador da não satisfação de condições.

Nessa acepção de SÓ QUE, cuja paráfrase apresento logo a seguir, a noção de quebra de expectativa decorre do desacordo entre a vontade ou necessidade de ser ou de fazer algo e o não cumprimento, por alguma razão, de pelo menos uma das condições necessárias. Isso pode ser verificado no exemplo (46), em que o locutor revela que embora tenha vontade de ter filhos, não pode tê-los por causa do problema da mulher:

SÓ QUE MARCADOR DA NÃO SATISFAÇÃO DE CONDIÇÕES

X quer Y. Não conclua que é possível, pois Z

- (46) E: *Vem cá! (hes) Você tem vontade, assim de ter filhos algum dia?*
 F: *Tenho. Isso eu tenho vontade.*
 E: *Tem?*
 F: *SÓ QUE a mulher, aí não pode. Está meia braba. Ela tem problema, sabe? (Censo-E25)*

Em certo sentido, nesse exemplo, o locutor lança mão de dois argumentos que levam a conclusões contrárias: “ter vontade de ter filhos” orienta para a maior probabilidade de ter filhos, enquanto “a mulher tem problema” orienta, negativamente, para a impossibilidade de ter filhos. Servindo-se dessa estrutura com SÓ QUE, o falante indica que o segundo argumento tem uma força argumentativa maior. Vogt & Ducrot (1980) analisam um exemplo similar, só que envolvendo o “mas”: *tenho vontade de passear, mas tenho dor nos pés*. Nesse caso, explicam os

autores, o “mas” institui uma espécie de comparação no momento em que põe em balança dois argumentos que autorizam conclusões inversas.

Outros exemplos que se encaixam nessa acepção são (47) e (48) abaixo. Quanto à (47), poderíamos entender que, no conjunto das condições necessárias (nesse caso, “ter condição”, “ter vontade” e o “governo permitir”), todas são satisfeitas, exceto aquela singularizada por SÓ QUE. Ou seja, a decisão negativa por parte do governo se apresenta como uma condição necessária, que não é satisfeita e que, portanto, impede determinadas realizações. O primeiro enunciado leva a uma conclusão do tipo “daremos conta de fazer”, e o segundo enunciado, ao cancelar uma condição essencial, justifica o abandono desta conclusão em favor de uma conclusão contrária, do tipo “não faremos nada”.

Análise semelhante vale para (48). Se o locutor é motorista e deseja colocar o carro na pista é provável que consiga, exceto se alguma condição, independente de sua vontade, não for cumprida. O carro não obedecer ao controle do volante é suficiente para impedir o objetivo pretendido. Mais uma vez, do ponto de vista argumentativo, o locutor se aproxima de uma conclusão, fazendo com que o interlocutor crie expectativas, para depois, de maneira um tanto surpreendente, deixá-la em favor da conclusão contrária, configurando assim a quebra de expectativa.

(47) *“Sabemos que temos as condições e a vontade de fazer, SÓ QUE o governo não nos deixa fazer”, diz o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). (Veja, ano 34, nº 22, p.39)*

(48) *(...) talvez do carro derrapá...ou vir se chocá com o barranco... então... decidi... sem frear... procurá colocá o carro na pista... SÓ QUI o carro não obedecia ao controle do volante... (narrat/91)*

3.3.5 SÓ QUE marcador de contra-argumentação.

É muito similar ao MAS_{PA}, de Ducrot, e ao “aval”, de Dascal & Katriel. Porém, meus dados indicam que há pelo menos quatro situações em que SÓ QUE funciona como suporte para a contra-argumentação. Na primeira situação, exemplificada por (49) e (50), o locutor dá uma certa legitimidade a uma conclusão *r*, mas depois a descarta em favor de uma conclusão contrária a *r*:

- (49) *A gente começa a cantar escondido, aí como todo mundo começa a rir, aí ela percebe, sabe? É, deixa eu ver mais quem? Tem o Carlos de ciência- ciências. (aos) [ele] ele é legal, assim, sabe? SÓ QUE eu não vou com a cara muito com a cara dele não. (Censo-Adr63c)*

Em (49), o enunciado “Carlos é legal” argumenta em favor da conclusão “todos, inclusive o locutor, gostam do Carlos”. Mas não é essa a conclusão legitimada, pois esse argumento na verdade não é do locutor, mas provavelmente é atribuído a outro(s) enunciador(es). Trata-se, portanto, de mais um caso em que a “voz do outro” tem lugar nos enunciados com SÓ QUE: o locutor reconhece a validade do argumento “do outro”, incorpora esse argumento em seu discurso, mas de maneira alguma adere a ele. Sua conclusão definitiva pressupõe um argumento decisivo contrário àquele do enunciador.

Outro exemplo semelhante é (50),

- (50) *Você pede desculpas a seu marido, mas ele continua brigando. Você traz flores para sua esposa, SÓ QUE ela não o perdoa no ato. Infelizmente, ação e reação instantâneas só acontecem na física. (Veja, ano 34, nº 06, p.20)*

no qual o argumento “você traz flores para sua esposa” sugere a conclusão (*r*): “ela deve perdô-lo”, e o segmento introduzido por SÓ QUE representa uma conclusão contrária a *r*: “ela não o perdoa no ato”. Nessa acepção, ao contrário das demais, é preciso recuperar o argumento decisivo que, em alguns casos, vem explicitado depois. Para o exemplo em questão, o argumento mais forte aparece no final: “infelizmente, ação e reação instantâneas só acontecem na física”.

Em uma segunda situação, a contra-argumentação se dá quando o locutor argumenta contra uma conclusão virtual, atribuída a um possível enunciador, tal como sugere o exemplo (51):

- (51) *Antigamente, bastava vestir saia para eu chegar junto. Hoje em dia estou mais calmo, até porque tenho mais idade, o desejo não é tanto. SÓ QUE sempre tomei cuidado para não engravidar ninguém (Veja, ano 32, nº 41, p. 14)*

Esse exemplo foi extraído de uma entrevista, na qual o cantor entrevistado se dispôs a falar de suas aventuras amorosas. Poderíamos explicar essa ocorrência de SÓ QUE da seguinte maneira. O locutor diz que, no passado, era um homem que assediava todas as mulheres e que, no momento atual, estava bem mais controlado. Intuitivamente, podemos entender que um enunciador tivesse dito “olha, com tantas investidas, você deve ter muitos filhos espalhados pelo mundo”. A esse comentário, viria a réplica do locutor: “não, você está enganado, eu sempre tomei cuidado para não engravidar ninguém”. Assim, o locutor não argumenta contra o enunciado anterior, mas contra uma enunciação imaginária, do que resulta o caráter claramente polifônico do seu enunciado.

Numa terceira situação tem-se a contra-argumentação como resultado do conflito entre o julgamento do locutor e uma linha discursiva que remete ao que é considerado “normal” no mundo, ou seja, que remete a um *topos*³¹. Em (52), por exemplo, a argumentação é sustentada por um *topos*, segundo o qual o protótipo de sala apresenta as seguintes peças: sofá, abajur, televisão, mesa de centro, carrinho, etc. O locutor, ao descartar a mesa de centro e o carrinho, se distancia desse *topos*, ao menos parcialmente. Isso representa uma quebra nas expectativas dos possíveis interlocutores. Observe que em nenhum momento foi sugerido ao locutor a possibilidade de selecionar a mesinha e o carrinho. Porém, ele avaliou que seu interlocutor pudesse pensar nesses móveis, já que estes integram um *topos* e, por isso, adiantou-se ao argumentar contra a aceitação de tais peças.

(52) E- *Mas mais ou menos, como é que você vai querer que seja?*

³¹ Os *topoi*, conceito emprestado e adaptado de Aristóteles, são regras características do discurso, que apoiam a argumentação, mostrando os caminhos necessários para a interpretação do enunciado. Mais especificamente, os *topoi* são trajetórias interpretativas, quase nunca explicitadas, que ao evocarem princípios gerais admitidos por uma comunidade linguística, permitem legitimar a correspondência entre um argumento e uma conclusão. Ao lado da generalidade e do pertencimento ao senso comum, outra propriedade fundamental do *topos* é seu caráter gradual: *quanto mais/menos X é Y, mais/menos X' é Y'*. Como exemplo, considere o diálogo que segue:

A: você quer mais vinho?

B: não, obrigada, tenho que dirigir.

em que a relação de sentido entre A e B é garantida pela convocação de um *topos*, que pode ser: “quanto mais consumimos bebidas alcoólicas, menos devemos dirigir”, válido em uma multiplicidade de outras situações.

F- *Bom, eu <pre-> na parede maior, não é? Uma sofá, assim, tipo isso daqui assim: é fazer um quadrado. Botar uma poltrona lá, outra poltrona na outra e botar um abajur, qualquer coisa assim, sabe? (hes) Televisão. SÓ QUE eu não gosto nem de mesinha de centro e nem carrinho.* (Censo-Adr63c)

Por fim, a última situação em que SÓ QUE pode funcionar como suporte para a contra-argumentação é exemplificada em (53), em que “falta professor” e “as professoras não sabem entender a gente” são argumentos que contrastam com a conclusão, mencionada antes, de que o locutor não tem nada contra o colégio:

- (53) Doc: *O que você diz do colégio?*
 Inf: *Num tenho nada contra não, SÓ QUE falta professor né, e às vezes as professora num sabe entender a gente, porque no último ano nós tamos quase tudo reprovado na oitava série.* (Censo, 121)

Curiosamente, nesse caso, o locutor lança mão de um expediente muito comum no discurso preconceituoso, em que temos enunciados do tipo “não é que eu seja racista, mas...”. É uma estratégia em que o locutor apresenta primeiramente uma opinião de caráter atenuador (“não tenho nada contra não”), pela qual preserva sua própria face (Koch, 1997), para depois explicitar seu verdadeiro julgamento.

3.4 Sobre a conexão entre as cinco acepções de SÓ QUE

Considerando as cinco acepções de SÓ QUE, uma questão que surge é a de como caracterizar a relação existente entre esses vários sentidos. No campo da gramaticalização, inúmeros trabalhos (Heine *et al.* 1991; Heine 1992; Hopper & Traugott 1993; Sweetser 1991) têm evidenciado que a relação entre os vários sentidos de uma determinada forma em processo de gramaticalização é do tipo polissêmica, ou seja, os sentidos estão de alguma maneira relacionados. As linguistas Sweetser e Traugott, por exemplo, defendem inclusive que não há mudança de significado sem estágios intervenientes de polissemia.

A polissemia é uma noção chave para as teorias que tentam explicar as transformações semânticas. Tradicionalmente, a polissemia é definida como uma possível fonte de ambigüidade, que requer: (i) que haja dois ou mais sentidos distintos, mas de alguma maneira relacionados; (ii) que esses sentidos estejam

associados a uma única forma lingüística; e, (iii) que a forma lingüística pertença a uma mesma categoria sintática.

A polissemia confere às palavras uma flexibilidade necessária, já que estas são usadas em uma grande variedade de contextos, por diferentes falantes, que podem diferir quanto ao significado que desejam conduzir. Graças a essa flexibilidade, as palavras podem ganhar ou perder significados. Hermann Paul (1886) já dizia que as palavras têm um significado central e vários significados ocasionais e que a mudança semântica ocorre quando os falantes param de usar o significado central e reinterpretam um sentido marginal como sendo central.

Tanto quanto pude avaliar, SÓ QUE é uma forma polissêmica, visto que seus vários sentidos, apesar de distintos, estão relacionados à noção mais geral de quebra de expectativa, que expliquei essencialmente em termos de cancelamento de pressuposição pragmática. Ou seja, todas as ocorrências de SÓ QUE têm em comum o sentido pragmático de quebra de expectativa que, em cada caso, vai ser especificado conforme as diferentes condições contextuais. Além disso, a forma lingüística – SÓ QUE – é única para os diferentes sentidos, e pertence exclusivamente à categoria das locuções ou perífrases conjuncionais, o que reitera o caráter polissêmico de SÓ QUE.

04. Avaliação geral

A análise dos meus dados de SÓ QUE à luz da classificação de Lakoff, que separa os usos de MAS oposição semântica e de MAS quebra de expectativa, revela duas coisas. Em primeiro lugar, todos os exemplos de SÓ QUE podem ser explicados em termos da quebra de expectativa como cancelamento de pressuposição pragmática, tal como faz Lakoff para as ocorrências de MAS. Em segundo, considerando os mais de trezentos de cinquenta exemplos de SÓ QUE encontrados, não há ocorrências do que, em conformidade com Lakoff, poderíamos chamar de SÓ QUE de oposição semântica. Porém, creio que a possibilidade existe, pois no exemplo de Lakoff – *João é rico, mas Paulo é pobre* – MAS é intercambiável com SÓ QUE: *João é rico, só que Paulo é pobre*, ou simetricamente, *Paulo é pobre, só que João é rico*. De qualquer forma, esta não é uma construção realizada com frequência pelos falantes da língua portuguesa e isso se deve provavelmente à

ausência de pressuposições/expectativas, cujo cancelamento é o papel primordial de SÓ QUE.

Quanto à proposta de Ducrot, que distingue para MAS, do francês, um sentido de refutação (MAS_{SN}) e outro de argumentação (MAS_{PA}), sendo ambos de natureza polifônica, constatei que, embora haja grande similaridade entre os funcionamentos de SÓ QUE marcador de refutação e de MAS_{SN} , de Ducrot, a estrutura dos enunciados em que essas partículas se inserem são parcialmente diferentes. Compare:

MAS_{SN}	→	não-X, MAS Y
SÓ QUE de refutação	→	X, SÓ QUE não-X, Y

Os exemplos de MAS_{PA} são equivalentes aos exemplos de SÓ QUE marcador de contra-argumentação. Essas mesmas observações valem para as partículas “aval” e “ela”, do Hebreu, que Dascal & Katriel analisaram. Ou seja, o funcionamento de “ela”, que é o equivalente de MAS_{SN} , é parecido com o de SÓ QUE de refutação, da mesma forma que o funcionamento de “aval”, que é o equivalente de MAS_{PA} , é similar a SÓ QUE de contra-argumentação.

As semelhanças não se esgotam aí. Se levarmos em conta, junto com Dascal & Katriel, que o trabalho realizado pelos conectores de contraste consiste, em certo sentido, numa operação de cancelamento que pode atingir diferentes “camadas” ou “subcamadas” do significado, podemos traçar um paralelo entre minha classificação em cinco tipos de SÓ QUES e a teoria elaborada por Dascal & Katriel:

(i) SÓ QUE cancela uma pressuposição semântica:

- (47) *A Procuradoria da República no Amazonas abriu um Inquérito Civil Público para apurar o “processo de privatização da Petrobrás”. SÓ QUE o governo não vendeu nem pretende vender a estatal. Quer apenas transferir na bolsa uma parte de suas ações para o público. (Veja, ano 32, nº 44, p.32)*

Em (47), retomo um exemplo de SÓ QUE de refutação, já analisado antes, para o qual são relevantes as duas noções de pressuposição, a semântica e a pragmática. Interessa destacar que, nesse caso, SÓ QUE cancela a pressuposição semântica contida no enunciado anterior, a saber, que “A petrobrás foi privatizada”.

(ii) SÓ QUE cancela parte do conteúdo proposicional:

- (48) *Eles parecem ter acertado na criação de uma Aspirina com menos reações adversas – a PolyAspirin. O analgésico continua o mesmo. SÓ QUE os pesquisadores o combinaram quimicamente ao plástico do qual são feitas as drágeas dos medicamentos mais modernos. (Veja, ano 33, nº 35, p.81)*

Nas ocorrências de SÓ QUE marcador de diferença, de que (48) é um exemplo, a quebra de expectativa se relaciona também com a manipulação de partes do conteúdo proposicional. Na ocorrência em questão, é afirmado que o analgésico criado recentemente – a *polyAspirin* – é como a Aspirina, já tradicionalmente conhecida, em quase tudo. A única diferença entre eles, como assinalado por SÓ QUE, é que a *polyAspirin* foi combinada quimicamente ao plástico. Então, a quebra de expectativa é gerada pela marcação de uma diferença que diz respeito a um acréscimo de informação proposicional.

(iii) SÓ QUE cancela uma condição de felicidade:

- (49) *Os pais dão celular para controlar os filhos. SÓ QUE eles não atendem. (Veja, ano 33, nº 15, p.108)*

Nesta ocorrência, que se encaixa no que chamo de SÓ QUE marcador da não satisfação de condições, a quebra de expectativa pode ser vista como sendo gerada pela não observação de uma “condição de felicidade” (entendida num sentido muito mais amplo que aquele adotado por Dascal & Katriel), que é necessária para o atingimento do objetivo visado.

(iv) SÓ QUE cancela uma implicatura conversacional:

- (50) E: *Ah, foi! Que bacana, não é? E quantos álbuns você tem, assim, tem muitos?*
 F: *Tenho muitos! SÓ QUE estão tudo no porão!* (Censo:E59)

Em (50), que entendo como SÓ QUE de contra-argumentação, a quebra de expectativa é produto do rompimento do falante com uma implicatura presente no contexto. O exemplo pode ser interpretado assim: o enunciado interrogativo do entrevistador provavelmente quer dizer mais do que diz no nível proposicional, ou seja, ao perguntar se o falante tem muitos álbuns, o entrevistador pode não só querer saber sobre a quantidade de álbuns, mas pode desejar vê-los. O falante, ao perceber esse sentido implicado, quebra a expectativa do entrevistador quando argumenta contra essa implicatura inferida contextualmente, dizendo que todos os álbuns estão no porão e que, portanto, será impossível vê-los naquele momento.

Assim, o cancelamento de implicaturas conversacionais é entendido aqui, de um ponto de vista estrito, como o cancelamento de um argumento ou de uma conclusão, que só podem ser recuperados via inferenciação contextual.

05. As condições semântico-pragmáticas que regem SÓ QUE

A análise qualitativa dos dados mostrou que o sentido básico, compartilhado por todas as acepções de SÓ QUE, é fortemente pragmático, produto da quebra ou cancelamento de uma pressuposição comum aos participantes da interlocução. Sendo assim, se a informação trazida por SÓ QUE é suficiente para cancelar uma pressuposição pragmática, então, seguindo os preceitos de Dik (1989), essa informação é focal e SÓ QUE funciona como um legítimo operador de foco. Em outras palavras, as sentenças com SÓ QUE são construções de foco à medida em que SÓ QUE promove a introdução de informação (preferencialmente) nova no discurso e efetua mudanças na informação pragmática do ouvinte, por meio do cancelamento de pressuposições ou expectativas.

À luz dessas constatações e levando em conta toda a análise feita neste capítulo, proponho em (51) um esquema mais geral de funcionamento, que penso estar subjacente a todas as acepções de SÓ QUE:

- (51) *SÓ QUE funciona como um operador de foco, que acrescenta uma circunstância em geral nova, não considerada até o momento, e que apresenta esta circunstância como sendo a única que se justifica adicionar. Esse elemento novo contrasta com tudo mais no tipo de conclusão que autoriza e é suficiente para tornar inválida uma generalização previamente considerada.*

Esse esquema geral se combina com condições contextuais particulares – semânticas e pragmáticas – para a formação das várias acepções de SÓ QUE. No que segue, faço um resumo dessas condições:

- **Condições que regem o uso de SÓ QUE marcador de diferença:**
 - a) É construído sobre uma comparação de igualdade entre dois elementos, X e Y;
 - b) A princípio, é realçada a porção de similaridade entre X e Y e, a seguir, SÓ QUE introduz a diferença essencial entre eles que, para o interlocutor, freqüentemente constitui informação nova;
 - c) a marcação de diferença implica uma operação mecânica que consiste em: (i) adicionar informação para X ou para Y; (ii) substituir parte de informação de X ou de Y; ou ainda (iii) excluir parte de informação de X ou de Y.

- **Condições que regem o uso de SÓ QUE marcador de acontecimento inesperado/indesejado (marcador de surpresa):**
 - a) É construído sobre um evento - imprevisto, inesperado, indesejado ou incompatível - que causa surpresa por estar em conflito com as expectativas acerca do que é considerado o padrão característico do mundo, com o qual o falante tem familiaridade.

- **Condições que regem o uso de SÓ QUE marcador de Refutação:**
 - a) X e Y competem para ocupar a mesma função sentencial;
 - b) X é recusado, negado, e Y é a justificação da recusa de X;

- c) X, que não necessariamente está explicitado, é um conteúdo pelo qual o locutor não se responsabiliza, fato que confere ao enunciado um caráter altamente polifônico.

- **Condições que regem o uso de SÓ QUE marcador da não satisfação de condições:**

- a) Entre todas as condições necessárias para a ocorrência de um determinado evento, uma delas – que é singularizada por SÓ QUE – não é satisfeita.
- b) Há uma manobra argumentativa pela qual são colocados em pauta dois argumentos que autorizam conclusões inversas. O locutor adere ao argumento trazido por SÓ QUE, negligenciando o outro.

- **Condições que regem o uso de SÓ QUE marcador de contra-argumentação**

- (a) O locutor legitima uma conclusão e depois a descarta em favor da conclusão contrária;
- (b) A conclusão descartada, que pode ser real ou virtual, em geral é atribuída a um possível enunciador, o que torna o enunciado polifônico;
- (c) É possível ainda que a contra-argumentação seja resultado do conflito entre o julgamento do locutor e uma linha discursiva previsível, que remete a um *topos*.

Capítulo 05

A natureza coordenativa da perífrase conjuncional **SÓ QUE**

A coordenação e a subordinação são os principais recursos para a montagem de orações compostas³² ou períodos. A distinção entre eles há muito tempo ocupa gramáticos e lingüistas, mas nem sempre as discussões em torno do assunto alcançaram a clareza esperada. A solução tradicional, que está longe de dar conta de todos os fatos, consiste em distingui-los a partir do tipo de relação que se estabelece entre as orações: a coordenação envolve uma relação de independência sintática, em que as orações constituintes são de mesmo estatuto, portanto autônomas; enquanto a subordinação, pelo contrário, envolve uma relação de dependência, em que as orações são de estatuto diferente: uma delas se insere na outra e funciona como parte dela.

No presente capítulo, retomo essa discussão com o objetivo de explicar a natureza coordenativa ou subordinativa de **SÓ QUE**. Vimos antes que **SÓ QUE** pode articular segmentos oracionais e não oracionais, à semelhança das conjunções coordenativas. Agora é necessário fazer uma análise criteriosa da forma de conexão promovida por **SÓ QUE**, pois esta deverá fornecer pistas sobre a gramaticalização dessa perífrase. Para tanto, recorro a uma proposta teórica relativamente antiga, que tem entre outras vantagens a de lançar mão não só de critérios sintáticos, mas também semânticos. Trata-se do trabalho de Bally, intitulado *Trois formes caractéristiques d'énonciation: phrase coordonnée, phrase segmentée, phrase liée*, no qual identifiquei a possibilidade de atribuir à conexão de orações um caráter gradual, explicável pela concorrência de vários fatores.

³² Há gramáticos que estendem essas possibilidades. Um deles é Oiticica (1962), que reconhece outro modo de construção de períodos – a correlação –, que freqüentemente é confundida, nas gramáticas brasileiras e estrangeiras, com a subordinação. No vasto campo das orações correlatas (*não só... mas também, tal... tal, tanto... quanto, tanto mais... tanto menos*) Oiticica faz uma cuidadosa discriminação entre aquelas que denotam adição, identidade, intensidade, comparação, etc.

Trabalhar com esse texto de Bally, cuja importância já foi reconhecida por Ducrot (1977), Koch (1987), Carone (1988) e Guimarães (1987), é sempre um desafio, visto que, apesar de altamente estimulante, o texto é pouco objetivo e contém algumas passagens obscuras. Isso se explica, em grande parte, pela perspectiva científica da época na qual foi escrito, fortemente baseada na introspecção. A complicada tarefa a que me proponho é então, num certo sentido, a de tornar operacional um estudo que não foi feito com essa pretensão. Tal tarefa exigiu de minha parte um grande esforço de explicitação, que freqüentemente me obrigou a fazer conjecturas para preencher os vazios que ficam no texto original.

01. A proposta de Charles Bally: coordenação > segmentação > soldadura

Em um dos capítulos de seu *Linguistique Générale et Linguistique Française* (1965[1944]), Bally traz para o estudo das orações compostas uma contribuição extremamente original, que difere muito da classificação tradicional entre coordenadas e subordinadas. O caráter particular de sua abordagem já aparece na própria noção de oração, que é desvinculada da representação, a que estamos acostumados, que estabelece uma distinção sintática entre sujeito e predicado gramaticais. Para o autor, toda oração é um ato de enunciação completo, que se presta a uma caracterização tipicamente funcional, a saber, é suscetível de bipartição em dois segmentos de importância comunicativa diferente: o tema e o propósito. O tema (A) é definido como o ponto de partida ao qual é acrescentado o propósito (Z), que é o centro de interesse da comunicação. A sequência (tema)propósito corresponde ao padrão habitual, mas é possível prever enunciações formadas apenas pelo propósito.

Cunhadas por Bally, as noções de tema/propósito - que com o tempo receberam as designações alternativas de tema/rema, tópico/comentário, tópico/foco - são bastante exploradas na literatura lingüística por autores preocupados em focalizar a dimensão comunicativa da sentença. Os pioneiros foram os lingüistas da chamada “Escola Funcionalista de Praga” que, superando a tradição saussureana, passaram a considerar os fenômenos da fala como objetos legítimos de análise.

Entre as maiores contribuições dos praguenses está a decisão inovadora de analisar sentenças efetivamente realizadas como unidades comunicativas que se

prestam à divisão em duas porções funcionalmente diferentes, mas complementares, a saber, o tema, que destaca um assunto, e o rema, que predica sobre esse assunto, trazendo a informação mais relevante.

Segundo os lingüistas de Praga, a ordem do tema e do rema é regida por um princípio de distribuição de informação que estabelece que toda sentença deve apresentar elementos dados e novos, e que os primeiros tendem a preceder os segundos. Como, para esses autores, o rema é o lugar em que está a informação nova, a ordem preferencial é tema/rema. Eles também admitiam a inversão em rema/tema, que era explicada em termos de focalização. À semelhança destes autores, Bally também reconhece a possibilidade da estrutura propósito/tema.

Bally dá a entender que da dicotomia tema/propósito resultam duas estruturas: monorrema e dirrema. Entende-se por monorrema toda expressão constituída somente pelo propósito, ficando o tema subentendido. O monorrema pode comportar elementos do contexto situacional e, na maior parte dos casos, cabe à entoação determinar sua modalidade de asserção, pergunta, ordem, ou qualquer que seja. O dirrema, por sua vez, é a estrutura composta que apresenta explicitamente os dois membros, o tema e o propósito, quer na ordem AZ ou na ordem ZA. O autor sustenta uma relação genética entre essas duas estruturas oracionais, no sentido de que o dirrema seria uma forma condensada de dois monorremas, em uma única enunciação, como resultado de um processo de mudança motivado por pressões analógicas³³, as quais determinam que o modelo do monorrema seja aplicado a um conjunto mais complexo de elementos, levando-o a se “fechar”. Esse “fechamento” naturalmente apresenta graus diversos e, com base nessa gradualidade, Bally propõe três tipos de enunciação que têm a propriedade comum de ligar dois termos e a propriedade diferencial de dar a essa ligação uma rigidez crescente: coordenação, segmentação e soldadura.

³³ As pressões analógicas, que segundo Bally são as responsáveis pela transferência do modelo do monorrema para a estrutura mais complexa dirrema, constituem, para mim, um domínio ainda misterioso. Se o dirrema é entendido como *monorrema + monorrema* e se o modelo do monorrema é *(tema) propósito*, então temos: *(tema) propósito + (tema) propósito = dirrema*. A analogia, penso eu, atuaria de maneira a fazer entender a estrutura *propósito + propósito*, do dirrema, em termos de *tema + propósito*, que é a estrutura do monorrema. Ou seja, por ação da analogia, o primeiro propósito tende a ser reconhecido como o tema do segundo.

Para uma idéia inicial dessas três formas de enunciação, retomo um exemplo do autor. Ele utiliza os monorremas *coucou* e *frrt*, supostamente de uma linguagem infantil bastante rudimentar, para indicar respectivamente “um pássaro que faz *cuco*” e “o barulho das asas desse pássaro quando levanta vôo”. Ou seja, ele utiliza *coucou* e *frrt* como expressões de natureza sentencial que, no caso particular desse exemplo, se sustentam por uma relação icônica entre significante e significado. Numa primeira situação, imaginemos que, na língua falada, *coucou* equivale a “eu vejo um pássaro” e que *frrt* equivale a “eu ouço um barulho de asas”. Essas duas orações monorremáticas (*coucou* e *frrt*) podem ser pronunciadas separadamente, em circunstâncias diferentes. No entanto, se um certo indivíduo vê um pássaro e em seguida constata que esse pássaro levanta vôo, sua fala pode reproduzir essa sucessão por *coucou! frrt!*, em que os dois monorremas estão separados por uma pausa considerável, cada um com sua entoação própria. Essa estrutura, traduzida para nossa linguagem corrente como “eu vi um pássaro e ele voou”, é o que Bally chama de Coordenação.

Numa segunda situação, imaginemos que a citada sucessão de monorremas sofra um primeiro fechamento, no qual os dois elementos passem a ser entendidos como pertencendo à mesma enunciação, ainda que separados por uma pausa mediana, normalmente mais breve que a da primeira situação. Nesse caso, teríamos a estrutura composta *coucou, frrt!*, interpretada na linguagem corrente como “esse pássaro, ele voa”, na qual o primeiro membro é o tema e o segundo, o propósito. A essa estrutura Bally dá o nome de Segmentação. Por fim, numa terceira situação, imaginemos que, ainda pela analogia com o monorrema, os dois termos alcancem uma unificação completa: “esse pássaro voa”. Essa estrutura ainda mais entrelaçada, que corresponde ao sujeito e predicado gramaticais, recebe o nome de Soldadura.

Dessa maneira, conforme o grau de entrelaçamento entre os elementos combinados, temos ora a coordenação, ora a segmentação, ora a soldadura que, nos termos de Bally, correspondem, respectivamente, a unificação incipiente, a unificação relativa e a unificação completa. Contudo, é enganoso pensar, como adverte o autor, que há uma relação de derivação, no sentido de que a coordenação seria necessariamente a base para a segmentação que, por sua vez, seria a base para a

soldadura. Como, do ponto de vista de Bally, as três formas de junção são, até certo ponto, formações independentes, a derivação pode se dar no sentido inverso, ou seja, a soldadura pode tomar a forma de uma segmentada e esta a de duas orações coordenadas. A seguir, discuto cada uma dessas três formas de combinação.

1.1 Coordenação. A coordenação, nos moldes de Bally, deve satisfazer duas condições prévias: dados os segmentos C_1 e C_2 , eles serão coordenados se (i) C_1 constituir um ato de enunciação completo, capaz de funcionar de forma independente; e, (ii) C_2 constituir o propósito de C_1 . Por exemplo, em (01) temos dois atos de enunciação completos, em que o segundo (*nós não sairemos*) é apresentado como o propósito do primeiro (*faz frio*). A ordem inversa, como mostra (02), também obedece a mesma regra.

(01) *Faz frio. Nós não sairemos.*

Faz frio (e a propósito desse fato, eu acrescento:) *nós não sairemos.*

(02) *Nós não sairemos* (e a propósito desse fato, eu acrescento:) *faz frio.*

Bally ressalta que a mudança de ordem entre C_1 e C_2 em geral não interfere no significado, exceto se houver alguma prioridade lógica, temporal, causal, como é justamente o caso dos exemplos (01) e (02). Desse modo, as coordenadas de Bally se caracterizam por uma simetria relativa. São simétricas as orações coordenadas do tipo *João cria aves e Maria cuida do jardim // Maria cuida do jardim e João cria aves*. Outro aspecto ressaltado pelo autor é que os segmentos C_1 e C_2 são em princípio independentes e o C_1 é capaz de funcionar sozinho no caso da supressão de C_2 . Sendo assim, poderíamos atribuir à coordenação a possibilidade de uma degeneração estrutural: a segunda oração pode ser omitida sem comprometer a existência da primeira.

Segundo Bally, a simples justaposição de duas enunciações não é suficiente para torná-las coordenadas (**Paulo chegou! Passe-me o pão!*), é preciso que exista entre elas, ainda que implicitamente, uma relação lógica, entendida como uma relação de sentido que justifica a combinação das duas enunciações. Nos exemplos (01) e (02), casos legítimos de assimetria, mesmo na ausência de qualquer marca formal

explícita, podemos inferir, respectivamente, as relações de consequência e de causa: *faz frio* (e a consequência desse fato é que) *nós não sairemos*; ou, na ordem inversa, *nós não sairemos* (e a causa desse fato é que) *faz frio*.

Além da relação de sentido, Bally afirma que, na coordenação, a primeira oração é sempre retomada na segunda, normalmente por elipse³⁴. Há casos em que a retomada pode ser explícita, como em: *chove. Porque chove, nós não sairemos*, e outros em que ela pode ser representada por um expoente do tipo: *chove, por causa disso* (*isso* = fato de que chove), *nós não sairemos*. Em situações particulares, esse representante pode estar contido, por acúmulo³⁵, em uma conjunção coordenativa: *chove, assim nós não sairemos*, em que *assim* significa “por causa disso” (*isso* = o fato de que chove). Trata-se, portanto, de uma forma particular de referenciação anafórica: a retomada é sempre da totalidade da primeira oração, e não de apenas um de seus elementos. Em *Você redigiu mal seu trabalho; por causa disso, você deve refazê-lo*, a comparação entre as duas palavras grifadas torna evidente essa diferença: *disso* retoma toda a oração prévia (*você redigiu mal seu trabalho*), enquanto *lo* retoma apenas o sintagma (*seu trabalho*).

Apesar dessa referência anafórica, diz Bally, as orações coordenadas apresentam uma certa independência gramatical, a ponto de a primeira ser enunciada até mesmo antes que se pense na segunda. Esse fenômeno é bastante claro quando a coordenada é compartilhada pelos interlocutores: A: - *chove*. B: - *Então não sairemos*. É justamente esse caráter de relativa independência gramatical das orações que, segundo Bally, permite a coordenação de um número indeterminado de membros, como em: *construímos uma casa, casamos meses depois, tivemos um filho, fomos felizes*.

Contudo, para Bally, as marcas mais salientes que permitem reconhecer a coordenação são os contornos entoacionais autônomos de cada enunciação envolvida e a existência de uma pausa considerável separando-as. A pausa, diz ele, que na

³⁴ Bally chama de elipse a contraparte subentendida de um signo que figura num contexto precedente ou seguinte. Os exemplos oferecidos por ele são similares a: *A senhora X tem dois filhos, um de seis anos, outro de quatro* (isto é, *de quatro anos*) - *Onde você vai?* (vou) *para a faculdade*. (p.159)

³⁵ Bally diz que há acúmulo de significados quando um significante único e indivisível encerra vários valores, os quais as associações psicológicas permitem analisar claramente (p. 149).

escrita é representada por ponto, vírgula ou ponto e vírgula, pode ser prolongada à vontade, se for interesse do falante.

Bally argumenta que as formas sintáticas de natureza coordenativa são variadas e aparecem tanto no nível das enunciações simples como no nível das compostas. Enquadram-se na coordenação de Bally as estruturas que a tradição gramatical denomina coordenada assindética (sem marca explícita de conexão) e subordinada relativa explicativa.

Além dessas construções, a coordenação também se apresenta, segundo o autor, na forma da repetição, circunstância em que uma mesma idéia ou um mesmo sentimento é expresso por vezes seguidas, sob um paralelismo entoacional que se repete por toda a sentença. Neste caso, o elo de sentido que une os elementos na repetição é a noção comum que todos compartilham. Quanto à natureza, os elementos em repetição podem ser interjeições (*Você obedece, senão pá, pá, pá*), orações monorremáticas (*Saia! Saia!*) e até sentenças completas (*venha rápido, venha rápido!*). A enumeração aparece como mais uma forma de coordenação. Os elementos enumerados são agrupados em torno de uma categoria comum como, por exemplo, *os homens, as mulheres, as crianças, todos foram massacrados*. Por fim, Bally menciona ainda a oposição antitética, na qual, diferentemente dos casos anteriores, há coordenação de duas expressões que, embora designem idéias do mesmo gênero, se opõem por pertencerem a espécies extremas ou suficientemente distantes (*obedeça ou será punido*). Na oposição, a entoação é ascendente no primeiro termo e descendente no segundo.

A partir dos exemplos mencionados, na maior parte adaptados do texto de Bally, fica claro que o autor passa com grande facilidade de um nível de análise para outro. Por conta disso, a originalidade da proposta de Bally não está apenas no fato de ele estabelecer um mecanismo funcional para explicar a combinação de orações (ou melhor, “enunciações”, para ser mais fiel ao texto), mas também em sua tentativa de aplicar esse mecanismo em dois níveis, dentro do enunciado e entre enunciados. Isso lhe dá a vantagem de mostrar, de modo coerente, que a coordenação não é uma particularidade apenas de orações compostas e que o mecanismo do tema/propósito funciona em vários níveis, além da estrutura intra-sentencial.

1.2 Segmentação. A segmentação resulta da condensação parcial de duas enunciações coordenadas, em que, sendo imperfeita a soldadura, é possível distinguir as duas partes, com as respectivas funções de tema e de propósito. Distingue-se da coordenação, entre outros aspectos, por apresentar uma interdependência maior das enunciações, no sentido de que cada vez mais uma é necessária à compreensão da outra, e também por “deslocar” um elemento para fora da oração, sob a forma de vocativo, expressão adverbial deslocada e frase parentética ou intercalada. Isso equivale a dizer que há uma diferença fundamental no valor sintático do primeiro segmento: na coordenada, ele é autônomo, ao passo que na segmentada, ele é um elemento subordinado (*quando chove, permaneço em casa* ou *se desobedece, é punido*). Bally não aprofunda a questão da origem da segmentada, ele apenas sugere que ela emergiu a partir da retomada explícita da primeira oração coordenada: *Chove. Chove? Nós não sairemos*. De resto, toda sua explanação é baseada na comparação entre segmentação e soldadura, exemplificadas em suas formas mais simples por *essa carta, ela nunca chegou* (segmentação) e *essa carta nunca chegou* (soldadura).

A segmentação permite que os papéis de tema e de propósito sejam mapeados em quaisquer constituintes da oração, ou seja, por meio da segmentação a sentença pode apresentar diferentes elementos nas funções de tema e de propósito como, por exemplo: *Este problema, não consigo resolver, Resolver esse problema, eu não consigo, Quanto a mim, eu não consigo resolver esse problema*. O tema normalmente precede o propósito, mas a ordem pode ser invertida.

Além disso, na segmentação, as enunciações são separadas por uma pausa breve e as entoações dos elementos tema e propósito são distintas, normalmente a do propósito é mais forte, o que permite distinguir claramente as ordens AZ e ZA: a primeira tem entoação ascendente e a segunda, descendente. Nesse sentido, a segmentação constitui um procedimento altamente expressivo, em que um elemento é sempre colocado em relevo. As ordens AZ e ZA emergem de tendências opostas de expressividade: a expectativa e a surpresa. Em AZ, o tema gera um efeito de tensão que faz desejar o propósito. Em ZA, pelo contrário, o propósito explode como uma surpresa, enquanto o tema é apenas o eco (ou a resposta) desta explosão.

Em particular, a oração segmentada pode comportar formas complexas, em que A inclui mais de um segmento como, por exemplo, *eu, aceitar esse compromisso, nem pense!*, em que *eu* e *aceitar esse compromisso* constituem o tema. Além do mais, uma segmentada pode aparecer como inciso, no interior de uma proposição subordinada, como acontece em *vejamos se, com a força de nossa reivindicação, vencemos essa causa*. No caso das formas incisivas, há duas situações. Na primeira, o elemento tema, em uma segmentada AZ, pode figurar por retardamento, no interior de Z, é o que acontece com a expressão *de súbito* em: *uma granada, de súbito, estourou*. Mesmo colocado como inciso, a entoação característica deve revelar o verdadeiro caráter do elemento. Na outra situação, o tema, em uma segmentada ZA, pode figurar por antecipação, no interior de Z. O exemplo mais comum é o vocativo, que, destinado a atrair a atenção do interlocutor, funciona como um tema geral sobre o qual repousa o enunciado em sua totalidade: *Paulo, venha aqui*. Outro caso conhecido é o das orações parentéticas: *venha aqui, disse ele*.

Bally sugere ainda que a segmentação dá conta de explicar a origem e o desenvolvimento de certas conjunções de coordenação. Para ele, podemos mostrar, através de um estudo histórico, que o processo de condensação parcial de duas coordenadas tem por produto formas conjuncionais de coordenação. Considerando uma coordenada C1 C2, Bally explica que um termo de C2 está predestinado a se tornar uma conjunção coordenativa quando contém um elemento que representa todo o C1. Esse elemento deve aparecer inicialmente como uma forma de determinação adverbial que, nessa qualidade, não tem papel conectivo. Na sentença *faz frio, por causa disso nós não sairemos*, a expressão *por causa disso* é um determinativo explícito do verbo e contém C1 (*faz frio*) em sua totalidade. A estrutura da segmentação faz com que este determinativo ocupe a posição inicial na sentença: *por causa disso, nós não sairemos*. A ligação que permite um termo de C2 ser determinativo de C1 vai lentamente se tornando frouxa e a passagem à nova função é completada quando o elemento não pode mais funcionar como determinativo, pois perde seu valor adverbial e se cristaliza na conjunção coordenativa: *por causa disso > por isso > portanto*.

A história evolutiva da conjunção *porém*, tal como esboçada na “Gramática Histórica da Língua Portuguesa” (1964), de Said Ali, ilustra a hipótese de Bally, de que várias conjunções teriam surgido a partir da Segmentação. Nos termos de Bally, diríamos que *porém*, elemento de C2, contém em si a representação de C1, visto que expressa a causa/explicação de algo que ocorreu antes. Enquanto determinativo de C1, *porém* é advérbio (“por isso”). Mas, a partir do momento em que co-ocorre com a negação, ele denota oposição. Conseqüentemente, estreita-se a relação entre C1 e C2, e o primitivo advérbio começa a funcionar como conjunção adversativa.

Uma outra fonte para a constituição de conjunções coordenativas é, segundo Bally, um sistema composto por três coordenadas, cuja mediana gradativamente passa a ser entendida como um elo entre a primeira e a última. Para o autor, este é o caso do *bien plus* (“muito mais”), do francês, que em uma sentença como *Paul a perdu beaucoup d'argent; bien plus: il est ruiné*, já é quase um coordenador. A passagem à nova função, diz Bally, é consumada na conjunção adversativa *mas*, proveniente do advérbio latino *magis*, que normalmente era empregado para formar comparativos perifrásticos, substituindo os comparativos em *-ior*. Como Ernout & Meillet (1967:378-79) explicam, *magis* foi unido a *sed* com o sentido de “mas antes”, “mas de preferência”, para indicar uma ação que se efetua em preferência a outra, e também chegou a ser empregado sozinho, com valor adversativo. Nesse ponto, a questão que se coloca (e que Bally prefere não abordar) é a de saber se *mas* resulta de uma coordenação C1 C2 C3 ou de uma C1 C2, ou melhor, se o *magis* deve ser considerado parte de C2 ou entendido como um elemento autônomo.

1.3 Soldadura (frase ligada). A soldadura é caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de enunciação³⁶, equivalendo a uma única intenção, sem pausas ou entoações contrastantes. Pelo menos em sua forma mais

³⁶ Bally faz um rápido esboço genético, no qual sugere que a soldadura provém da condensação total de duas coordenadas. Os dados apresentados abaixo, colhidos do texto do autor, ilustram um caso de soldadura que envolve unidade complexa (01), e outro que envolve unidade simples (02):

(01) <i>Há um homem aqui, (ele) deseja falar com você</i>	(coordenação)
(01') <i>Há um homem aqui que deseja falar com você</i>	(soldadura)
(02) <i>lat. Caesar vivit! Romae!</i> (César vive! Em Roma)	(coordenação)
(02') <i>lat. Caesar vivit Romae!</i> (César vive em Roma)	(soldadura)

simples, como em *esse homem é inocente*, Bally diz que a soldadura não permite uma distinção absolutamente clara, por meio de signos lingüísticos, entre tema e propósito. Estes são deduzidos do contexto e isso se deve, em grande parte, ao fato de que, nesse tipo de enunciação, há uma entoação coerente que caracteriza a oração em sua totalidade. Para uma soldadura composta, do tipo *eu afirmo que esse homem é inocente*, o propósito também pode ser qualquer elemento, só depende do contexto. Outros casos analisados pelo autor, em que tema e propósito são deduzidos do contexto, são:

- (03) (fui passear) encontrei o João
- (04) Quantos filhos tem o João? Ele só tem uma filha
- (05) Os adultos podem falar o quanto querem (já as crianças, nós as fazemos calar)

Em (03), levando em conta o contexto entre parênteses, a oração inteira constitui o propósito, uma vez que o fato de encontrar o João é que constitui o objetivo visado pelo enunciado. No contexto de uma interrogativa parcial, como em (04), o elemento interrogado é sempre o propósito. Na situação contrastiva (adultos vs crianças), exemplificada em (05), o sujeito gramatical equivale ao propósito (portanto, ordem ZA).

Bally chama a atenção para o fato de que freqüentemente a ordem padrão (AZ) e o acento estão em conflito e, por isso, as línguas tendem a recorrer a outros procedimentos para assinalar o tema e o propósito da soldadura. Um deles é o uso da clivagem, que consiste em segmentar o material sintático das orações em duas porções: uma focal, que recebe relevo entoacional, e outra não-focal que, além de carregar uma pressuposição lógica, contém uma parte semelhante a uma oração relativa. Em português, esta segmentação é feita pelo acréscimo do verbo *ser* e/ou *que(m)* à oração, e resulta nas expressões: *é...que* e *é que...* (além de outras variantes possíveis). O emprego da expressão *é...que*, em conjunção com o acento entoacional, tem a propriedade de pôr em relevo o propósito. A depender da variante clivada usada, temos uma ordem característica: a ordem ZA é típica de orações do tipo *É o João que faz isso* e *João é que faz isso*, enquanto a ordem AZ, é típica de *Quem faz*

isso é o João. O segundo recurso capaz de destacar o propósito do tema é o uso da expressão *eis que...!*, que faz com que a oração inteira seja entendida como propósito: *eis que a chuva começa a cair!*. No entanto, sua variante descontínua *eis...que* distingue tema e propósito: *eis a chuva que começa a cair* (AZ).

Bally sustenta um parentesco tão estreito entre as três formas de enunciação que a permuta entre elas é sempre possível, desde de que a entoação e a pausa sejam modificadas:

- (06) *Tal pai, tal filho* (coordenada)
- (07) *Se o pai tem um tal caráter, o filho também o tem* (segmentada)
- (08) *O caráter do pai é também aquele do filho* (soldadura)

Se pronunciamos a estrutura *tal pai, tal filho*, sob um mesmo paralelismo entoacional, formamos uma oração coordenada. Se a essa coordenada reservamos uma entoação ascendente-descendente e uma pausa menor, obtemos uma oração segmentada, como em (07). Mas se suprimimos a pausa e unificamos a entoação, a oração se torna uma soldadura, como em (08).

Ducrot (1977) retoma a classificação de Bally acerca das formas de combinar enunciações e acrescenta uma distinção estrutural importante entre coordenação e soldadura. Para tanto, lança mão da noção de “predicado complexo” que, conforme suas próprias palavras, é aquele “constituído quer por um predicado elementar sobre o qual agiram diferentes operadores, quer pelo amálgama de predicados elementares, quer de predicados elementares e orações”. O predicado complexo é então atribuído à organização interna da frase ligada.

Para mostrar a diferença entre o predicado único e complexo das ligadas e os predicados independentes das coordenadas, o autor se serve de três artifícios. Primeiramente, ele submete a oração composta à interrogação e negação. Num segundo momento, experimenta modificar a conjunção por meio do “somente”. Por fim, experimenta aplicar a clivagem à oração encabeçada pela conjunção. Todas essas transformações, garante Ducrot, só se aplicam, ou se aplicam mais adequadamente, às

orações ligadas, em razão de seu tipo estrutural, formado por um predicado complexo³⁷.

02. Vantagens e implicações do modelo de Bally

A proposta de Bally é altamente inovadora para sua época porque foge das representações gramaticais então vigentes: privilegia um tratamento semântico-pragmático da combinação de orações e dedica atenção especial à linguagem falada (ele argumenta em termos de entoação, pausas), fato singular num momento em que a escrita é que constituía de fato o material trabalhado pelos historiadores da língua. Além disso, Bally é um dos poucos a trabalhar com categorias contínuas, visíveis na maneira gradual como procede com a relação tema/propósito, que está sempre presente, ora mais ora menos perceptível, e também na maneira como procede com os fatores entoação e pausa.

Por outro lado, a proposta é menos clara quando se trata de explicar desenvolvimentos diacrônicos. Todo o esboço genético que Bally faz ao longo do texto é, como ele próprio reconhece, rudimentar e incompleto. Apesar da pertinência de suas teses, elas são sempre formuladas sem muita transparência. Uma das discussões mais significativas levantadas pelo autor, no plano diacrônico, diz respeito ao processo de formação de conjunções coordenativas. Segundo ele, os coordenadores resultam de um processo histórico de mudança lingüística, pelo qual itens de natureza adverbial são pressionados a funcionar como conjunções. Com isso, Bally lança simultaneamente alguma luz sobre a concepção que ele tem de “gramaticalização” (ainda que não nestes termos) e sobre a origem das formas conjuncionais nas línguas.

A adoção do modelo de Bally implica rever, entre outras coisas, a classificação das conjunções consideradas coordenativas ou subordinativas. A

³⁷ **Coordenada:**

Pedro veio, de modo que Tiago partiu

- Negação e Interrogação

? Pedro veio, de modo que Tiago partiu?

? Pedro não veio de modo que Tiago partiu.

- Somente

? Pedro veio, somente de modo que Tiago partiu

- Clivagem

? É de modo que Tiago partiu que Pedro veio

Predicado complexo:

Pedro veio para que Tiago partisse

- Negação e Interrogação

Pedro veio para que Tiago partisse?

Pedro não veio para Tiago partisse?

- Somente

Pedro veio somente para que Tiago partisse

- Clivagem

É para que Tiago partisse que Pedro veio

conjunção *porque* é tradicionalmente subordinativa, mas no modelo de Bally ela pode figurar tanto numa coordenada como numa soldadura. É o que acontece nos exemplos abaixo, em que a mudança no padrão de entoação e a presença da vírgula são suficientes para alterar o tipo de combinação e gerar diferentes efeitos de sentido:

(09) *João virá para o casamento, porque prometeu*

(10) *João virá para o casamento porque prometeu*

No exemplo (09), temos um caso de coordenada, em que a oração composta reúne dois atos de enunciação independentes e sucessivos. De início, o falante afirma que João virá para o casamento e, a seguir, sendo admitido esse primeiro fato, um outro fato – *João prometeu* – é apresentado como explicação do anterior. Assim, há duas afirmações e a segunda é introduzida por meio de sua relação com a primeira ou, na terminologia de Bally, a segunda toma a primeira como tema. Uma boa paráfrase é: *eu afirmo/concluo que João virá para o casamento com base no fato de que ele prometeu*. Já no outro exemplo temos um caso de soldadura, em que a oração composta compreende um único ato de enunciação, que pode ser parafraseado por: *João vem para o casamento por causa da promessa feita antes*. Esses exemplos do português fortalecem a afirmação de Bally de que existe um parentesco muito estreito entre as três formas de combinação e que um tipo oracional pode ser facilmente convertido em outro.

Como visto antes, essa ambigüidade no emprego de conjunções, à qual Bally (talvez mesmo sem querer) trouxe algum esclarecimento, é objeto de análise de uma teoria mais recente, desenvolvida por Sweetser (1991). A autora se empenha em mostrar que alguns itens lingüísticos, em particular as conjunções, podem receber diferentes interpretações conforme seus diferentes usos. A ambigüidade, esclarece ela, não é inerente ao item em si, mas ao domínio ou contexto pragmático em que este item está inserido. Ela estabelece três domínios dentro dos quais uma palavra se desdobra em formas polissêmicas: os domínios do conteúdo (ou sócio-físico), epistêmico (ou do raciocínio lógico) e conversacional (ou dos atos de fala). Para o nexos de causa do inglês (*because*), Sweetser distingue o emprego em que a conjunção

assinala a causalidade de um evento no 'mundo real' (11); o emprego em que assinala a causa de uma crença ou conclusão (12); e o emprego em que indica a causa do ato de fala realizado (13):

- (11) *John came back because he loved her* (conteúdo)
 (12) *John loved her, because he came back* (epistêmico)
 (13) *What are you doing tonight, because there's a good movie on*
 (ato de fala)

O padrão de entoação e a pausa são, segundo a autora, índices importantes na identificação do domínio da conjunção. Ela argumenta que o padrão sem a vírgula, por permitir que a oração inicial seja tratada como informação compartilhada pelos interlocutores, é impossível para as conjunções no domínio epistêmico e conversacional, pois há complicações em tratar uma conclusão lógica ou um ato de fala como conhecimento partilhado.

Para Sweetser, a maior dificuldade reside na distinção entre as conjunções de conteúdo e epistêmica, uma vez que, no caso das conversacionais, a forma pode ajudar a desvendar a interpretação: se uma sentença é interrogativa ou imperativa na forma, ela só pode estar no nível conversacional. Por isso, Sweetser examina mais detalhadamente a oposição entre conjunção de conteúdo e epistêmica. Os exemplos (14) e (15) são similares aos da autora.

- (14) *Ana ama Vitor porque ele a faz lembrar de seu primeiro amor*
 (15) *Ana ama Vitor, porque ele a faz lembrar de seu primeiro amor*

Em (14), que tem uma leitura de conteúdo, duas orações estão reunidas causalmente sob o mesmo contorno entoacional. A oração inicial pode ser tratada como pressuposta, já a oração seguinte é uma afirmação da relação causal que existe entre as duas orações: *eu sei ou pressuponho que Ana ama Vitor e a causa desse amor, no mundo real, é que Vitor faz Ana lembrar de seu primeiro amor*. (15), por outro lado, tem uma leitura epistêmica. Há duas afirmações sucessivas e a primeira funciona como uma conclusão lógica obtida a partir de uma premissa: *eu afirmo/ concluo que*

Ana ama Vítor com base no fato/premissa de que Vítor faz Ana lembrar de seu primeiro amor.

Nesses termos, os diferentes domínios de interpretação propostos por Sweetser contribuem para a identificação do tipo de combinação de oração: as leituras epistêmica e ato de fala estariam relacionadas à coordenação de Bally, visto que nesses dois domínios as orações envolvidas têm entoações distintas; ao passo que a leitura de conteúdo estaria relacionada à soldadura. Assim, Sweetser consegue explicar, por meio da passagem entre os domínios de interpretação, a possível conversão, a que se refere Bally, de um tipo oracional a outro.

Resta verificar ainda que estruturas do português se enquadram nas três formas de combinação de orações de que fala Bally. A seguir, apresento exemplos do português, análogos aos de Bally, para poder utilizar minha intuição de falante nativa na análise da proposta do autor. Excetuando as orações simples, que estão fora do escopo deste trabalho, e tomando como ponto de referência a classificação tradicional, que separa de um lado as sentenças coordenadas e, de outro, as subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais, constato que:

(a) O modelo de Bally dá conta de explicar, de maneira mais satisfatória, a natureza das construções que as gramáticas chamam de subordinada adjetiva explicativa e restritiva, cujos exemplos são respectivamente:

(16) *O José Osmar, que é um excelente marceneiro, está sem serviço*

(17) *O rádio que você comprou não funciona*

Para Bally, em (16) temos um tipo de coordenação em que C_2 (*que é um excelente marceneiro*) se apresenta como inciso em C_1 (*O José Osmar está sem serviço*). O caráter coordenativo dessa construção é marcado pela retomada de C_1 em C_2 , que é feita pelo pronome relativo anafórico *que* (=José Osmar); pelas pausas (vírgulas) obrigatórias que marcam as fronteiras da sentença explicativa, e pelos contornos entoacionais distintos. Acrescente-se ainda que C_2 pode ser suprimida sem comprometer a semântica de C_1 . Já em (17) temos um exemplo de soldadura, em que duas orações (*você comprou o rádio e o rádio não funciona*) estão reunidas sob o mesmo contorno entoacional, sem qualquer pausa.

(b) As gramáticas chamam de coordenadas as orações independentes, que têm sentido completo por si mesmas e que podem se apresentar sob duas formas: (i) assindéticas (ou justapostas), quando colocadas lado a lado, sem qualquer conectivo, separadas apenas por uma pausa (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos³⁸); ou, (ii) sindéticas, quando combinadas com auxílio de conjunção coordenativa. Ambas as estruturas coincidem com as coordenadas de Bally.

(18) *Comprei uma loja, e ganhei muito dinheiro* (sindética)

(19) *Comprei uma loja, meu marido comprou um açougue*

(assindética)

A sentença composta em (18) compreende a combinação, por meio da conjunção aditiva *e*, de duas orações independentes. Embora compartilhem o mesmo sujeito (*eu*), essas orações podem ser tomadas separadamente que continuam a ter sentido completo. Como no modelo de Bally, as orações componentes têm contornos entoacionais distintos e são separadas por uma pausa. A referenciação pode ser explicada assim: *comprei uma loja* (e em função/consequência dessa compra) *ganhei muito dinheiro*. Trata-se, no entanto, de uma sentença assimétrica, pois a inversão da ordem das orações gera um sentido totalmente diferente, em que o ganho de dinheiro, em lugar de consequência, passa a ser causa: *ganhei muito dinheiro, e* (por causa disso) *comprei uma loja*. No exemplo (19), por outro lado, as coordenadas não apresentam conjunção e são simétricas. A primeira oração constituinte é retomada na segunda por elipse, com a finalidade de estabelecer contraste: *comprei uma loja* (e considerando este fato eu acrescento um outro fato que contrasta com o primeiro:) *meu marido comprou um açougue*.

(c) As orações subordinadas substantivas, segundo a gramática, exercem as funções sintáticas próprias de um substantivo, a saber, de sujeito, objeto, predicativo, aposto, complemento nominal, agente da passiva. Quando desenvolvidas, são introduzidas pelas conjunções integrantes *que* ou *se*, conectivos puros, desprovidos de função sintática. Esse tipo de oração subordinada forma com a oração matriz uma

³⁸ Diferentemente da tradição gramatical, que fala em termos de vírgula, ponto e vírgula e dois pontos, Bally inclui também, para a representação da pausa entre enunciações, o ponto final.

única unidade entoacional. Trata-se, portanto, de um caso claro de soldadura, como no exemplo (20),

(20) *Informaram no jornal que a plataforma afundou*

em que, dependendo do contexto, qualquer elemento pode assumir a função de propósito. No entanto, se essa construção subordinada for deslocada à esquerda, o padrão de entoação muda, assim como também muda o nível de conexão das orações, e passamos a ter o que Bally chama de segmentação como, por exemplo, em (21):

(21) *que a plataforma afundou, informaram no jornal*

No conjunto das subordinadas substantivas apresentadas pela gramática, creio que a única exceção fica por conta das orações apositivas, em particular aquelas introduzidas por dois pontos como, por exemplo: *ele me disse apenas isto: deixe-me em paz*, que de forma alguma se analisam como soldaduras, uma vez que as orações constituintes têm contornos entoacionais distintos e são nitidamente separadas por uma pausa. Trata-se, mais provavelmente, de um caso de segmentação.

(d) As orações subordinadas adverbiais, segundo a gramática, funcionam como um complemento adverbial (de causa, comparação, concessão, condição, conformidade, finalidade, tempo, etc.) da oração principal de que dependem. Assim como as substantivas, formam com a matriz uma única unidade entoacional, constituindo mais um caso de soldadura, como exemplifica (22). Novamente, se a subordinada é deslocada à esquerda, a oração composta se transforma em uma segmentada, como em (23).

(22) *As famílias perderam a esperança quando a plataforma afundou*

(23) *Quando a plataforma afundou, as famílias perderam a esperança*

03. Os critérios

Os quadros abaixo reúnem os critérios que pude extrair da exposição de Bally e os relacionam às três possibilidades de combinação: coordenação, segmentação e soldadura. A exposição em dois níveis se deve ao fato de que reconheci dois conjuntos diferentes de critérios, a saber, o primeiro quadro traz os critérios que

constituem condição suficiente para enquadrar uma oração composta em uma das categorias de Bally, enquanto o segundo traz os critérios que embora favoreçam um ou outro enquadramento, não são suficientes para determiná-lo.

- Qdr.01: Critérios suficientes -

Critérios		Coordenação	Segmentação	Soldadura
1. dependência semântica	fraca	X		
	relativa		X	
	completa			X
2. distinção tema/ propósito	estrutural	X	X	
	contextual			X
3. divisão em segmentos entoacionais	só um segmento			X
	vários segmentos	X	X	
4. pausa	breve		X	
	considerável	X		
	ausente			X
5. referência anafórica		X		
6. degeneração estrutural		X		
7. oração como termo de outra				X
8. repetição, oposição, enumeração		X		
9. clivagem				X

- Qdr.02: Critérios favoráveis -

Critérios		Coordenação	Segmentação	Soldadura
10. simetria relativa		X		
11. deslocamento à esquerda			X	
12. número indeterminado de membros		X		

O quadro que emerge da exposição de Bally é, a meu ver, mais interessante que aquele que emerge das abordagens tradicionais, que se limitam a associar as orações à coordenação ou subordinação, procedimento que leva a agrupar, sob o mesmo rótulo, uma quantidade de construções profundamente diferentes. Em primeiro lugar, a de Bally é mais interessante porque o número de critérios é muito

maior, como também é maior a riqueza de detalhes com que são tratados; em segundo, porque Bally não trabalha apenas com critérios de ordem sintática; em terceiro, porque Bally dá abertura para acomodar coisas diferentes dos constituintes tradicionais, ou seja, ele consegue juntar orações simples e orações compostas, aplicando a ambas a idéia de que a construção se faz por meio de um tema e de um propósito; e, finalmente, em quarto, porque parte dos critérios de Bally são categorias contínuas, que sugerem diferenças de grau na força com que duas orações se combinam. No que segue, discuto separadamente cada um dos critérios que compõem os quadros da página anterior.

Dependência semântica.

A dependência semântica entre orações é parâmetro fundamental, pois sem ela não há oração composta. Ou seja, a colocação de duas orações lado a lado, mesmo sem o conectivo explícito, é justificada, antes de mais nada, pelo elo de sentido que pode ser inferido a partir dessa colocação. Segundo Bally, a dependência é frouxa, na coordenação, em que as orações por si só têm sentido completo, conseguem transmitir uma mensagem; relativa, na segmentação, em que há uma interdependência maior entre as orações; e, completa, na soldadura, em que existe uma correlação tão íntima, que uma oração passa a ser indispensável à significação da outra.

Distinção tema/propósito.

Em lugar de analisar orações em termos de sujeito e predicado gramaticais, vimos que Bally prefere falar em termos funcionais de tema e propósito, entendidos respectivamente como o ponto de partida e o objetivo da comunicação. O autor argumenta que a oposição tema/propósito se realiza de forma particular para cada tipo de oração composta. Nos casos de coordenação e de segmentação predomina o padrão habitual, em que o primeiro segmento é o tema e o segundo, o propósito. Já na soldadura, por outro lado, a distribuição do tema e do propósito é obtida por meio de procedimentos de fala. Qualquer constituinte da soldadura pode ser o propósito, tudo vai depender das associações contextuais. Em outras palavras, na coordenação e na segmentação, a distinção tema/propósito é, na maioria das vezes, estrutural, ao passo que na soldadura ela é predominantemente contextual. A exceção fica por conta das

formas de clivagem, que embora constituam um tipo de soldadura, têm a identificação do tema e do propósito proveniente da estrutura.

Divisão em segmentos entoacionais.

A entoação é, segundo Bally, um dos fatores de discriminação mais importantes. Para o tratamento da entoação, retomo o trabalho de Cagliari (1980), que faz uma adaptação, para o português, dos estudos de Halliday sobre o sistema entoacional do inglês.

Segundo Cagliari, a estrutura fonológica do português é constituída por uma série de unidades rítmicas, denominadas pés. Cada pé contém pelo menos uma sílaba tônica e um número relativo de sílabas átonas. A sílaba que marca o início do pé vem sempre depois de uma pausa e recebe o nome de sílaba silenciosa, sendo representada pela notação $\wedge$. Em português, há mais de uma maneira de segmentar os enunciados em pés, conforme (24) e (25), nos quais as barras inclinadas delimitam os pés, e o sublinhado indica a tônica:

(24) $\wedge$ um / carro / novo nem sempre / é o me / lhor /

(25) $\wedge$ um / carro novo / nem sempre / é o me / lhor /

O conjunto de um ou mais pés dá origem ao grupo tonal, que é a unidade de entoação do português. Pé e grupo tonal não diferem só em termos de complexidade, pois há entre eles uma diferença maior, que é semântica: o pé, diferentemente do grupo tonal, não é uma unidade de significado, ainda que em certas circunstâncias a variação no ritmo possa veicular contraste de significados.

Todo grupo tonal representa uma unidade de informação que o locutor quer transmitir. Embora na opção não-marcada a unidade de informação seja coextensiva com a oração, é possível ter uma oração mapeada em duas ou mais unidades informativas, da mesma forma que podemos ter uma unidade informativa mapeada em duas ou mais orações. É o que mostram os exemplos de (26) a (29), em que cada grupo tonal é demarcado por barras inclinadas duplas.

(26) // $\wedge$ João viu o jogo ontem //

(27) // $\wedge$ João // $\wedge$ viu o jogo ontem //

(28) // $\wedge$ João viu o jogo ontem // $\wedge$ e depois brigou com a mulher //

(29) // ^João viu o jogo ontem porque não tinha nada para fazer//

A maneira como um enunciado é dividido em grupos tonais ou unidades informativas é freqüentemente referida por tonalidade. A tonalidade tem um papel muito importante na estruturação do discurso, uma vez que diferenças na segmentação em unidades informativas podem levar a diferenças na interpretação. Ou seja, quando mudamos a entoação de um enunciado, mudamos também seu significado. É o caso de (30) abaixo, em que podemos lançar mão das estruturas informativas para definir o escopo do adjunto adnominal “americanos”:

(30) // ^negros e homossexuais americanos//
 // ^negros // ^ e homossexuais americanos//

Também é o caso dos exemplos (31) e (32), formados respectivamente por uma e por duas unidades informativas:

(31) // ^ Eu não / vim a / qui por / que ele me cha / mou //
 (32) // ^ Eu não / vim a / qui // ^ por / que ele me cha / mou //

O recurso que utilizo para tornar clara a diferença semântica entre (31) e (32) é o apelo à pergunta: (31) seria uma resposta adequada à pergunta “você veio aqui porque ele o chamou?”, e (32) seria uma resposta à pergunta “você não veio aqui por quê?”.

Além disso, o grupo tonal tem pelo menos uma sílaba que é destacada com uma marca especial de entoação ou tonicidade. A escolha da tônica está estreitamente relacionada à distribuição, em um enunciado, dos elementos “dados” e “novos”³⁹. Em português, conforme a posição da proeminência entoacional, podemos obter diferentes sentidos para uma mesma sentença:

³⁹ Para Halliday (1985), a unidade informativa ideal é uma estrutura feita de duas funções, o dado e o novo, definidas por ele em termos da recuperabilidade do ouvinte. O dado é recuperável pelo ouvinte porque é algo que já foi mencionado antes ou porque está presente na situação de comunicação, ao passo que o novo é não-recuperável pelo ouvinte porque não foi mencionado antes ou é algo inesperado, mencionado ou não, ou ainda porque estabelece contraste. O significado do novo é “atente para isto, isto é novo”. Halliday salienta que os elementos interpretados só com relação a uma referência prévia como, por exemplo, dêiticos e anafóricos, são inerentemente dados e, por isso, podem ser elididos. Como resultado, temos a possibilidade de encontrar unidades informativas formadas apenas pelo elemento novo.

- (33) // *^João acreditou que a proposta de emprego fosse séria* // (não a proposta de namoro, de casamento, etc.)
- (34) // *^João acreditou que a proposta de emprego fosse séria* // (não duvidou ou desconfiou)
- (35) // *^João acreditou que a proposta de emprego fosse séria* // (não falsa ou de brincadeira)

Na distinção entre os tipos de orações compostas, a divisão em segmentos entoacionais é imprescindível: na perspectiva de Bally, coordenação e segmentação apresentam no mínimo dois segmentos entoacionais, ao passo que a soldadura se faz sob um único segmento.

Pausa⁴⁰

O critério “pausa” foi abordado indiretamente quando falei de entoação. A noção de pausa é inseparável daquela de grupo tonal, visto que todo grupo tonal ou unidade informativa é necessariamente precedido por uma pausa, representada eventualmente por vírgula, ponto e vírgula, dois pontos ou ponto final. Segundo Bally, a presença da pausa sinaliza que se trata de coordenação ou de segmentação.

Referenciação anafórica

Como produto da relação tema/propósito, Bally sugere que na coordenação C1 C2 existe uma relação anafórica, pela qual C1 (tema) é retomado em C2 (propósito). Como dito antes, trata-se de um tipo específico de referência: C2 passa a conter um representante da totalidade de C1, e não de apenas um de seus termos. Esse representante pode ser o próprio conectivo coordenativo (*mas, pois, portanto, porque,*

⁴⁰ Do ponto de vista da análise da conversação (Marcuschi, 1991), as pausas estão entre os mais importantes recursos supra-segmentais que, juntamente com recursos verbais e não-verbais (ou paralingüísticos) constituem o vasto conjunto dos marcadores conversacionais. Retomando Rath (1979), Marcuschi subdivide as pausas sintáticas em: (i) *de ligação*: vindo por vezes no lugar de um conector qualquer, como “e”, “então”, “mas”, funcionam para construção interna da unidade sem iniciar propriamente uma nova; e, (ii) *de separação*: servindo para delimitar ou separar unidades comunicativas, vêm logo após um sinal de fechamento de unidade ou baixamento de tom de voz.

por causa) que, dada sua natureza, é capaz de representar C1 como um todo⁴¹. Essa relação, segundo Bally, constitui um traço unicamente das coordenadas.

É lamentável que Bally não explore em mais detalhes a relação entre coordenação e anáfora, pois nem sempre fica claro, para os exemplos que ele menciona, como C2 retoma todo o C1. Além disso, é no mínimo curioso atribuir essa retomada ao próprio conectivo.

Concordo com Bally no que diz respeito à necessidade de o enunciado C2 apresentar uma informação relativa a C1, caso contrário não teria razão a coordenação dos enunciados. Tome, como exemplo, o caso de *O garoto fugiu da escola. Devemos apenas a última parcela do DVD*, em que o segundo enunciado é totalmente estranho ao primeiro. Na verdade, nos enunciados coordenados, ao pronunciar C1, o locutor faz o ouvinte considerar um conjunto de informações, que servirá de suporte para a introdução de uma nova porção de informação trazida por C2. Dessa forma, creio que o conteúdo de C2 pode tanto retomar a totalidade de C1, como também retomar apenas um de seus constituintes, ou ainda retomar um objeto de discurso implícito, que só pode ser inferido a partir do contexto precedente. Assim, na coordenação sempre ocorrerá uma retomada, de base anafórica, de modo que é possível afirmar, em conformidade com Bally, que a coordenação se realiza por meio de uma relação anafórica de tipo particular. Volto a esse assunto mais diante, na análise de SÓ QUE.

Degeneração estrutural

A degeneração estrutural, entendida aqui como a possibilidade de supressão de uma das orações envolvidas na combinação, é parâmetro característico exclusivamente da coordenação. A tese levantada por Bally é a de que as coordenadas são até certo ponto independentes, uma vez que mesmo separadas, continuam a ser semanticamente bem formadas. Considere, por exemplo, a coordenada: *não estou em condições de dar essa informação, porque eu não frequento*. Se a segunda sentença

⁴¹ Bally diz que *Ce qui caractérise la conjonction coordinative c'est le fait que son représentant représente la totalité de la première coordonnée, et non un de ses termes seulement (v. plus haut: à cause de cela)*. Ce critère est souvent doublé du fait que la forme de la conjonction lui interdit tout rapprochement avec le verbe de C₂ (p. ex. *c'est pourquoi, aussi nous ne sortirons pas*). En effet, toute conjonction de cette nature (*donc, pourtant, mais, etc.*) représente C₁ dans sa totalité.

for suprimida, vamos perder a relação de causa que emerge da combinação, mas nada impedirá que a primeira oração funcione sozinha.

Oração como termo de outra

No texto de Bally aparece desenvolvida, talvez pela primeira vez nos estudos da linguagem, a idéia de que uma oração subordinada (que, segundo ele, é passível de ocorrer na segmentação e na soldadura) funciona como um termo (sujeito, complemento verbal, circunstancial) da oração principal. Ele comenta que: *on sait que les propositions “subordonnées” introduites par “que” équivalent à des sujets ou des compléments d’objet, que celles qui commencent par une conjonction de sens spatial, temporel ou logique sont réductibles à des compléments circonstanciels.*

A gramática tradicional elegeu essa idéia como o critério por excelência para a distinção entre coordenadas e subordinadas. Contrariamente, dada a perspectiva teórica na qual o presente trabalho se insere, considero o critério “oração como termo de outra” como apenas mais um, entre os demais.

Repetição, enumeração, oposição, e Clivagem

Repetição, enumeração, oposição, por um lado, e clivagem, por outro, não são parâmetros propriamente ditos, mas estruturas prototípicas, respectivamente, da coordenação e da soldadura.

Feita a discussão dos “critérios suficientes”, sugiro que eliminemos os critérios redundantes. “Dependência semântica”, “degeneração estrutural” e “oração como termo de outra” dizem praticamente a mesma coisa, a saber, ora as orações combinadas são atos de enunciação completos e independentes, ora uma oração funciona como parte de outra oração. Fiquemos, então, com apenas um deles. Outros dois critérios, “divisão em segmentos entoacionais” e “pausa”, também podem ser fundidos, visto que a pausa é um dos aspectos tratados como entoação. Como resultado dessas fusões, o número de critérios suficientes cai para quatro: dependência semântica; distinção tema/propósito; divisão em segmentos entoacionais; e, referenciação anafórica.

Passo agora ao exame dos critérios favoráveis.

Simetria relativa.

A simetria de orações se refere à possibilidade de alterar a ordem das orações sem que o sentido seja afetado. Formalmente, dadas as orações compostas A e B e o conectivo *, há simetria quando $A * B \rightarrow B * A$ e vice-versa. São simétricas as orações abaixo, em que apesar da inversão da ordem, a interpretação permanece a mesma.

(36) *Lúcia estuda na universidade e Marcos trabalha na prefeitura*

(37) *Marcos trabalha na prefeitura e Lúcia estuda na universidade*

Em geral, a simetria de orações está relacionada à coordenação. Mas, como Halliday (1985) salienta, mesmo no caso da coordenação, a simetria não é perfeita. Há inúmeros casos em que as orações coordenadas são assimétricas, em razão de alguma prioridade, seja ela lógica, temporal, causal, etc. É o caso da oração assimétrica em (38), em que a relação causa/efeito e/ou a temporalidade, implícitas na combinação das orações, faz com que a reversão da ordem produza uma significação, (39), no mínimo estranha:

(38) *Milton Verdi morreu e foi enterrado no cemitério da Ercília*

(39) ** Milton Verdi foi enterrado no cemitério da Ercília e morreu*

Deslocamento à esquerda.

Os deslocamentos à esquerda se enquadram na segmentação de Bally, mas a ausência de deslocamentos não diz nada acerca da forma de combinação. Além do mais, as segmentadas apresentam-se também sob outras formas.

Número indeterminado de membros

Dada a independência relativa das orações, a coordenação é a única que admite mais de dois membros. No entanto, as coordenadas, assim como as segmentadas e soldaduras, normalmente apresentam apenas dois membros.

04. Representação esquemática de Bally

Depois de tudo o que foi dito, penso que o esquema abaixo sintetiza a classificação de orações que tentei fazer sobressair do texto de Bally:

	Coordenação	Segmentação	Soldadura
Critérios suficientes	dependência semântica fraca	dependência semântica relativa	dependência semântica completa
	tema/propósito estrutural	tema/propósito estrutural	tema/propósito contextual
	2 ou + segmentos entoacionais	2 segmentos entoacionais	1 segmento entoacional
	referenciação		
	repetição oposição enumeração		
Critérios Favoráveis			clivagem
	simetria relativa		
		Deslocamento à esquerda	
	nº indefinido de membros		

05. A natureza coordenativa de SÓ QUE

Os dados mostram que SÓ QUE liga unidades até certo ponto independentes, estabelecendo entre elas o sentido pragmático de quebra de expectativa. A primeira dessas unidades pode funcionar sozinha, mesmo se a segunda for suprimida, o que configura a “degeneração estrutural”, que é característica exclusiva da coordenação. Nesse sentido, sugiro que pelo menos a primeira unidade articulada por SÓ QUE é um ato de enunciação completo e independente. Considere, a título de exemplo, a ocorrência em (40):

- (40) *O Aeroporto do Galeão é hoje um elefante branco. Tem capacidade ociosa fantástica: pode receber 1,5 milhões de passageiros por ano, mas só um terço disso desembarca em suas pistas recém-ampliadas. Enquanto isso, o Aeroporto de Cumbica, o mais movimentado do país, está no sufoco. Tem a mesma capacidade do aeroporto carioca, SÓ QUE sem espaço para nenhum passageiro a mais. (Veja, ano 33, nº 34, p.31)*

em que a união entre *tem a mesma capacidade do aeroporto carioca* e *sem espaço para nenhum passageiro a mais* é legitimada pela relação de quebra de expectativa. Trata-se, porém, de uma relação frouxa, no sentido de que pelo menos a primeira

sentença, se tomada fora dessa união, tem existência. Ou seja, a eliminação da sentença introduzida por SÓ QUE desfaz uma relação particular de sentido, mas não compromete o emprego da sentença anterior, que continua sendo gramaticalmente bem formada.

Nas enunciações com SÓ QUE, a distinção tema/propósito é provavelmente estrutural. Visto que SÓ QUE sempre introduz o propósito, ou seja, a informação em geral nova que o locutor julga ser mais relevante para a comunicação, prevalece o padrão habitual em que o tema é seguido pelo propósito.

Dada a relação tema/propósito, discuti a existência na coordenação de um tipo específico de relação anafórica. Para as ocorrências de SÓ QUE, uma possibilidade é sugerir que SÓ QUE, à semelhança dos conectivos coordenativos franceses (*donc, pourtant, mais*), citados por Bally, teria a propriedade de retomar, por elipse, todo o conteúdo imediatamente anterior que, na realidade, constitui o tema ao qual SÓ QUE vai acrescentar a informação comunicativamente mais importante. Considere o exemplo (41):

- (41) *A número 1 !!! A música é a mesma, o mesmo o ritmo febril das imagens que se sucedem, o mesmo o gesto de fazer o número 1 erguendo o dedo indicador. Tudo como no anúncio da cerveja. SÓ QUE, em vez da cerveja, o que se tenta vender é a candidata. Sai a Brahma, entra Roseana Sarney. (Veja, ano 35, nº 05, p.114)*

Ao empregar SÓ QUE, o segundo enunciado rompe com a expectativa criada pelo primeiro. Para tanto, poderíamos dizer que o próprio SÓ QUE, significando uma espécie de “apesar disso”, acumula em si o primeiro enunciado. Mas essa explicação teria alguma evidência apenas para a aceção de SÓ QUE marcador de diferença:

Tudo como no anúncio da cerveja. SÓ QUE

(apesar disso// isso = fato de que é tudo como no anúncio da cerveja)

em vez da cerveja, o que se tenta vender é a candidata.

Veja outro exemplo:

- (42) *ué... mas então não é o problema de não existir dinheiro... o dinheiro existe... SÓ QUE é mal canalizado. (RJ-D2-INQ355)*

O dinheiro existe. SÓ QUE

(apesar disso// isso = o fato de o dinheiro existir)

(ele) é mal distribuído

Por outro lado, acredito que chegaremos a uma explicação mais plausível se admitirmos que o enunciado trazido por SÓ QUE toma o enunciado precedente como tema, retomando explicitamente um de seus constituintes ou retomando, por meio de associações que envolvem cálculo de sentido, uma informação implícita, reconstruída via inferenciação. Nesse caso, em que a retomada é condicionada pragmaticamente, temos um tipo de relação que se assemelha aos casos de anáfora associativa ou anáfora semântica (KOCH, 2002)⁴². Considere os exemplos (43) e (44):

- (43) Doc: *Como é que é? Cê sabe como é?*
 L1: *é o pato é assim... ele vem o pato cozido feito uma espécie de canja... SÓ QUE o caldo é justamente é uma água misturada com uma farinha.* (DID-RJ)
- (44) *Essas crianças estão aprendendo a conseguir o que querem na marra, como se não existisse lei. Desse ponto de vista, elas foram igualadas pelo MST aos trombadinhas que amedrontam os cidadãos dos grandes centros urbanos. SÓ QUE em geral os trombadinhas não têm família, ao contrário dos pequenos sem-terra.* (Veja, ano 33, nº 27, p. 50)

Em (43), a locutora diz que preparação do pato cozido é muito similar a uma canja. A previsibilidade é quebrada quando ela menciona que existe uma diferença quanto aos ingredientes do caldo: *é tudo como uma canja, mas o caldo é diferente*. Aqui, *o caldo*, que constitui a informação focalizada por SÓ QUE, não foi mencionado antes, mas é inferível a partir do conhecimento comum que os interlocutores têm de *canja*. Diferentemente, em (44), o enunciado iniciado por SÓ

⁴² Segundo Koch, a anáfora associativa *consiste numa configuração discursiva em que se tem um anafórico sem antecedente literal explícito, cuja ocorrência pressupõe um denotatum implícito, que pode ser reconstruído, por inferência, a partir do contexto precedente*. A autora identifica duas concepções principais. A primeira, cujo principal representante é Kleiber (1994), sustenta uma relação léxico-estereotípica, limitando a anáfora associativa a exemplos do tipo: “Chegamos a uma cidadezinha. A igreja ficava no alto de um monte” e “A polícia encontrou o carro roubado. Os pneus estavam furados”. A outra concepção, mais ampla, é defendida entre outros por Berrendonner e Reichier-Béguelin, que consideram exemplos do tipo: “João foi assassinado no parque. A faca foi encontrada nas proximidades” e “Ojamaí estava caído aos pés da cama, o cinzeiro estava cheio até a borda”.

QUE efetua a retomada explícita de um constituinte do enunciado anterior para, partir dele, acrescentar informação.

Quanto aos critérios entoação e pausa, segundo Bally, a coordenação e a segmentação são caracterizadas pela presença de contornos entoacionais distintos, ao passo que a soldadura é caracterizada por um único contorno entoacional. Além disso, para ele, a existência de pausa entre as orações constituintes sinaliza que estamos no domínio da coordenação ou da subordinação. As ocorrências do *corpus* atestam que os enunciados com SÓ QUE apresentam invariavelmente dois contornos entoacionais, separados por uma pausa, que é representada por ponto final ou vírgula.

Por fim, o último critério a ser levado em conta é a simetria relativa, que se refere, como dito antes, à possibilidade de alterar a ordem das orações sem que o sentido seja afetado. Em geral, a simetria está relacionada à coordenação, mas é perfeitamente possível encontrar coordenadas assimétricas. O critério simetria parece não se aplicar às ocorrências de SÓ QUE, o que não causa problemas para a análise, visto que a simetria não é critério suficiente.

Em resumo, se nas enunciações com SÓ QUE, o primeiro segmento é um enunciado completo e independente; se SÓ QUE veicula sempre o propósito; se a partir da união dos enunciados emerge o sentido pragmático de quebra de expectativa; se o enunciado introduzido por SÓ QUE é construído sobre um tipo de relação anafórica, na qual o enunciado anterior é tomado por tema; se os contornos entoacionais dos enunciados são autônomos e se, como regra geral, SÓ QUE vem necessariamente depois de pausa, então, creio ter evidências suficientes para afirmar a natureza coordenativa de SÓ QUE.

Capítulo 06

A gramaticalização da perífrase conjuncional **SÓ QUE**

A perífrase **SÓ QUE** é uma criação da própria língua portuguesa, fruto de uma tendência lingüística, identificada há bastante tempo, pela qual se formam palavras novas a partir da reorganização de material já disponível na língua. Como mostrei em “A história das conjunções”, para compensar a grande perda de conjunções latinas, as línguas românicas recorreram a duas estratégias: (i) habilitaram palavras de natureza diversa ao papel de conjunção, como aconteceu, por exemplo, com as conjunções *embora*, *quando*, *como* e *logo*, que na origem são advérbios; e, (ii) generalizaram um processo, iniciado no latim vulgar, que consiste em combinar a partícula *que* com palavras de diferentes categorias, para a formação de perífrases conjuncionais. Desta última estratégia resultaram, em português, as perífrases *ainda que*, *logo que*, *sempre que*, *antes que*, *depois que*, *assim que*, *mesmo que*, *tanto que*, *até que*, *visto que*, *desde que*, *para que*, *a fim de que*, etc. Os gramáticos sempre tiveram dificuldades em aceitar como conjunções novas partículas criadas ou não pelo acréscimo de *que* e, por muito tempo, pouco ou nada disseram a esse respeito. Foi preciso que a Linguística Textual (por exemplo, Koch, 1987) reconhecesse nessas palavras/perífrases um papel próprio na construção dos sentidos, para que elas comesçassem então a ser estudadas, eventualmente como conjunções em vias de gramaticalização.

Neste capítulo, procuro dar evidências de que a perífrase **SÓ QUE** é produto de um processo de gramaticalização, no qual se combinaram dois elementos do repertório da língua - o operador de foco **SÓ** e a antiga partícula multifuncional **QUE** – para a formação de uma unidade gramatical nova, que passou a integrar a classe das perífrases ou locuções conjuncionais e que, por veicular o sentido básico de quebra de expectativa, é muito similar à conjunção **MAS**.

As evidências desse provável processo de gramaticalização serão buscadas sincronicamente, sobretudo através (i) dos critérios postulados pelos teóricos da gramaticalização; (ii) da análise dos vários usos do operador SÓ; (iii) da consideração das polissemias de SÓ QUE, verificadas em dados do português falado e escrito; e, (iv) do confronto de SÓ QUE com a conjunção adversativa prototípica.

01. Primeiras investigações

Nesta seção, retomo separadamente os critérios que Lehmann, Hopper e Heine & Reh propõem para aferir a gramaticalidade de um item, e os analiso à luz das ocorrências de SÓ QUE, com o intuito de avaliar até que ponto as propostas teóricas desses autores ajudam a explicar a suposta gramaticalização de SÓ QUE.

1.1 Os parâmetros de Lehmann

Segundo Lehmann, o sintoma mais claro de que um item está gramaticalizado é seu grau de autonomia: quanto menos autônomo, mais gramaticalizado. Então, da perspectiva desse autor, só poderemos sustentar que SÓ QUE é um item gramaticalizado, se conseguirmos determinar seu grau de autonomia. Como vimos antes, para “medir” a autonomia de um signo, Lehmann estabelece seis parâmetros, que resumo assim: (i) integridade: a perda de integridade fonológica e semântica está correlacionada ao grau mais avançado de gramaticalização; (ii) escopo: quanto mais condensado é o escopo, maior o grau de gramaticalização; (iii) paradigmaticidade: quanto maior o grau de integração do item no paradigma, mais avançado é o grau de gramaticalização; (iv) conexidade: quanto maior o grau de fusão sintagmática entre os itens, maior o grau de gramaticalização; (v) variabilidade paradigmática: quanto maior a obrigatoriedade do item dentro de seu paradigma, maior o grau de gramaticalização; e, (vi) variabilidade sintagmática: quanto menor a variabilidade do item dentro do contexto sintagmático, maior o grau de gramaticalização.

Aplicados esses seis parâmetros às ocorrências de SÓ QUE, o resultado que emerge é o seguinte. Quanto ao parâmetro integridade, parece pertinente falar em perda de integridade semântica, pois na constituição de SÓ QUE é provável que tenha havido o espriamento, ou até mesmo a perda, de traços de significado dos itens

fonte. Mas, por outro lado, houve ganho de novos traços por parte da construção já cristalizada.

Outros parâmetros que parecem ter relevância na explicação da gramaticalização de SÓ QUE são a paradigmaticidade e a conexidade. Quanto ao primeiro, posso dizer que SÓ QUE apresenta alto grau de gramaticalidade, já que integra o paradigma das perífrases conjuncionais baseadas no QUE. O segundo parâmetro reitera a gramaticalidade de SÓ QUE, visto que a perífrase coordena orações.

A variabilidade paradigmática também fornece resultados significativos para o fenômeno em questão. Embora SÓ QUE, em grande parte das ocorrências, seja intercambiável com MAS, outro conector de seu paradigma adversativo, vou mostrar nas próximas seções que SÓ QUE e MAS não são usados exatamente com as mesmas intenções, o que sugere uma certa rigidez paradigmática. O último parâmetro, a variabilidade sintagmática, contribui para a afirmação de que SÓ QUE está se gramaticalizando, visto que este conector tem posição fixa no início da sentença, diferentemente do item fonte SÓ, que tem grande mobilidade. Além disso, existe uma ligação muito estreita entre SÓ e QUE, tanto que se a ordem desses dois elementos for invertida, ou se entre eles for introduzido algum tipo de material, SÓ QUE deixa de funcionar como conjunção. Em outras palavras, SÓ QUE é uma expressão indivisível, de caráter formulaico.

1.2 Os princípios de Hopper

Todos os cinco princípios propostos por Hopper, a saber, estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização, parecem trazer alguma contribuição para o esclarecimento da gramaticalização de SÓ QUE. Pelo princípio da estratificação, Hopper sugere que a gramaticalização propicia variação linguística, em que formas sutilmente diferenciadas convivem no mesmo espaço. Este é o caso de SÓ QUE, que não é o único recurso de que a língua portuguesa dispõe para a marcação de quebra de expectativa. Na verdade, SÓ QUE coexiste (e, em muitos casos, compete) com um conjunto de conectores que têm função similar, mas não idêntica, pois em geral divergem quanto à orientação argumentativa.

O princípio da divergência dita que no processo de gramaticalização a forma fonte original pode permanecer como item autônomo e até se sujeitar a novos processos de mudança. Nesse sentido, a divergência justifica o fato de que, apesar de constituir a perífrase SÓ QUE, a forma original SÓ permanece como elemento autônomo. Já o princípio da especialização diz respeito à possibilidade de haver no processo de gramaticalização um estreitamento na variedade de nuances semânticas. No caso de SÓ QUE, como defenderei mais adiante, acontece uma forma de especialização quando a perífrase é empregada em lugar MAS, nos contextos em que, além da quebra de pressuposição, há focalização de informação.

O princípio da persistência, por sua vez, sustenta que há uma porção de significado que é compartilhada pelas formas fonte e alvo. Com respeito a SÓ QUE, como se verá, vou sugerir que pelo menos um dos traços compartilhados é o esquema de quebra de expectativa e focalização, que provavelmente é transferido de SÓ para SÓ QUE. Por fim, a descategorização é o princípio que se refere à perda de categorialidade do item. Para SÓ QUE, a descategorização é clara, por exemplo, quando SÓ perde uma de suas propriedades sintáticas mais salientes, a saber, a mobilidade posicional.

1.3 Os princípios de Heine & Reh

Os princípios postulados por Heine & Reh, como já discutido em detalhes no primeiro capítulo, visam a avaliar se um item está mais ou menos gramaticalizado. Os dois primeiros princípios estabelecem que quanto mais avançado for o estágio de gramaticalização, mais o item perde em complexidade semântico-pragmática e ganha em valor sintático. Tais princípios são parcialmente válidos para o processo de emergência de SÓ QUE que, tanto quanto pude avaliar até agora, envolve perda e ganho de significados semânticos e pragmáticos, bem como ganho de um novo estatuto sintático (advérbio > conjunção). Por outro lado, há um princípio que parece não se aplicar à gramaticalização de SÓ QUE. Trata-se, segundo Heine & Reh, do estreitamento do paradigma ao qual pertence o item, quando este atinge os estágios mais avançados de gramaticalização.

Outros princípios ajudam a explicar a gramaticalização de SÓ QUE. Um deles é o que diz respeito à perda de substância fonética: o segundo elemento da perífrase SÓ QUE vem sendo pronunciado de forma cada vez mais reduzida. Além disso, Heine & Reh sugerem que quanto mais gramaticalizado estiver o item, menor sua variabilidade posicional. Isso também é verdadeiro para SÓ QUE, que ocupa sempre a primeira posição na sentença. Por fim, os autores sugerem que a unidade gramaticalizada é um todo indivisível fonética, morfossintática e semanticamente, o que é pertinente para SÓ QUE, em que somente justapostos os elementos SÓ e QUE têm valor de conector de quebra de expectativa.

Apesar das divergências teóricas que existem entre esses três autores citados, a aplicação dos critérios foi bastante positiva, pelo fato de que vários parâmetros se mostraram significativos na explicitação de SÓ QUE, funcionando como evidências de que é realmente possível que se trate de um caso legítimo de gramaticalização, o que vai ao encontro de minhas intuições e me estimula a prosseguir a investigação.

02. Os elementos constitutivos de SÓ QUE

2.1 Notas sobre a partícula SÓ

Para sustentar uma relação genética entre a perífrase conjuncional SÓ QUE, por um lado, e SÓ mais a partícula QUE, por outro, será preciso explicitar, antes de mais nada, as afinidades existentes entre essas três partículas. Tais afinidades, sejam elas de natureza semântica ou de natureza cognitivo-pragmática, são, a meu ver, cruciais para desvendar a origem do processo histórico de mudança. Por isso, começo tecendo algumas considerações sobre SÓ e, a seguir, sobre a partícula QUE.

As gramáticas tradicionais tiveram o mérito de reconhecer que a partícula SÓ não se enquadra plenamente em nenhuma das classes de palavras disponíveis, mas cometeram o equívoco de reservar ao SÓ um lugar entre as chamadas palavras denotativas, conjunto bastante heterogêneo, criado para acomodar todas as palavras que não se encaixam nas dez conhecidas classes. Entre os vários tipos de palavras denotativas, SÓ figura em dois: (i) como palavra de exclusão, restrição ou de limitação, cujo sentido é aquele de EXCETO (*SÓ o André não voltou*) ou de

APENAS (*SÓ Deus é perfeito*); e, (ii) como simples palavra de realce (*veja SÓ! olhe SÓ! ou Imagine SÓ!*).

Nos estudos lingüísticos, *SÓ* é freqüentemente referido como um operador de foco, de natureza adverbial, que funciona no sentido de excluir toda a informação que não é selecionada por ele (Possenti, 1996:307). Daqui em diante, vou me referir a *SÓ* alternativamente como advérbio focalizador, advérbio restritivo ou operador de foco.

2.1.1 Etimologia

Existia no latim a forma adjetiva *SOLUS*, que era empregada no sentido de *só*, *único*, como em Cic. “*Soli ex omnibus*” (port. “os únicos entre todos”), ou no sentido de *desacompanhado*, como em Tac. “*Sola soli*” (port. “a ‘sos’”). Além dessas, a forma *SOLUM*, empregada como advérbio (*somente, unicamente*), era bastante comum em correlações do tipo *NON SOLUM... SED ETIAM* (*não só...mas também*). Com o tempo, *SOLUM* deve ter sofrido uma série de alterações morfológicas, que resultaram nas formas variantes *SOLO*, *SOL*, *SOO* e, finalmente, *SÓ*. Acrescido à palavra *MENTE*, *SÓ* passou a constituir em português o advérbio *SOMENTE* (*unicamente, apenas*).

Os dados diacrônicos de Barreto (1999) mostram que o advérbio *SOMENTE* foi utilizado, em textos do século XVI, como conjunção adversativa, nos contextos em que o autor faz uma retificação. (01) e (02) são exemplos citados pela autora:

- (01) *E se ouverẽ de mudar meus ossos nõ ho ffaça cõ chamamẽto de gente nõ gasto, **SOMENTE** cõ atee mea dozia de crérigos ou Religiosos.*
- (02) *Não trataremos de suas pártes e dô que significam: **SOMENTE** dos sinos que nos chamam a orár a Deus.*

Embora Barreto não tenha ressaltado, dentro de cada um desses exemplos existe uma flutuação categorial de *SOMENTE*, que pode ser interpretado ora como conjunção, ora como advérbio focalizador. No caso em que *SOMENTE* funciona como conjunção, os exemplos veiculam uma idéia de contraste, que provém dos atos

de recusa e retificação realizados pelos enunciados ligados por SOMENTE⁴³. Já como focalizador, SOMENTE tem o valor de restrição e os exemplos podem ser parafraseados por “apenas”: “se forem mudar meus ossos não o façam na presença de muita gente, apenas com até meia dúzia de religiosos” e “não trataremos de suas partes e do que significam, apenas (trataremos) dos sinos..”. Essa dupla interpretação é de grande importância, uma vez que é justamente nos contextos de ambigüidade que a recategorização sintática e a mudança semântica são mais propícias.

2.1.2 Considerações gerais

01. Quanto à colocação, SÓ pode ser encontrado em várias posições na sentença, fato que se correlaciona com diferenças de interpretação. Normalmente, SÓ aparece anteposto à expressão que denota o indivíduo, circunstância ou evento que é objeto de restrição, isto é, anteposto à única expressão que garante a verdade da sentença como um todo, e cuja substituição redundaria numa sentença falsa. Dada a liberdade posicional, essa expressão pode ser realizada sintaticamente por palavras de diferentes classes, por sintagmas de diferentes funções sintáticas e até mesmo por orações. Veja os exemplos:

- | | | |
|------|--|---------|
| (03) | <i>Encontraram <u>SÓ a canoa dele</u></i> | (Censo) |
| (04) | <i><u>SÓ Deus mesmo</u> que pode dar uma luz</i> | (Censo) |
| (05) | <i>Ela quer <u>SÓ que eu passe de ano</u></i> | (Censo) |
| (06) | <i>então <u>um minutinho</u> <u>SÓ</u></i> | (Nurc) |

02. Quando o foco de SÓ se estende por vários constituintes imediatos, como em (07) abaixo, esse foco pode ser limitado pelo contexto. Ou seja, o falante pode, por meio da entoação, colocar um dos constituintes focais em primeiro plano, reservando aos demais um papel secundário. Em geral, quando isso acontece, há uma diferença no estatuto informacional (informação dada vs informação nova) desses constituintes: o constituinte mais realçado é provavelmente informação nova, não mencionada ou não compartilhada pelos participantes da conversação.

⁴³ Nos contextos de (01) e (02), SOMENTE pode ser parafraseado por MAS_{SN}, de Ducrot, mas não por SÓ QUE marcador de refutação. Aqui SOMENTE introduz a retificação, enquanto que a referida aceção de SÓ QUE introduz a refutação.

(07) *João SÓ conversou com Maria naquela ocasião*

Assim, a sentença em (07), cujo foco marcado por SÓ é *conversou com Maria naquela ocasião*, está aberta a mais de uma interpretação ou, nas palavras de Taglicht (1984), é uma sentença indeterminada pragmaticamente, que pode ter diferentes focos contextuais (que estão sublinhados nos exemplos):

- (08) *João SÓ conversou com Maria naquela ocasião*
(não dançou, não brigou, não gritou, não almoçou, etc.)
- (09) *João SÓ conversou com Maria naquela ocasião*
(não conversou com mais ninguém)
- (10) *João SÓ conversou com Maria naquela ocasião*
(não em outro momento)

03. SÓ aparece com frequência em construções sintáticas paralelas, que põem em contraste dois elementos sentenciais, conforme os exemplos de (11) a (13), análogos aos de Barreto. Nessa circunstância, como será detalhado mais adiante, SÓ é ambíguo: mantém a função de operador de foco que efetua uma restrição, mas simultaneamente se comporta como um conector, em nível textual: (i) ocupa posição inicial; e, (ii) conecta sentenças, estabelecendo entre elas uma relação de contraste.

- (11) *a gente não joga não, SÓ a turma do ginásio de tardinha joga*
- (12) *Pode beber, pode tudo. SÓ não pode exceder*
- (13) E: *Então, o cachorro comeu a paca?*
F: *comeu não, SÓ matou.*

04. Segundo uma análise semântica que remonta à “teoria dos exponíveis” (cf. *Summulae Logicae*, de Pedro de Espanha, séc. XIII), vertente teórica antiga que buscava explicitar a razão pela qual alguns enunciados gramaticalmente simples continham dois ou mais julgamentos implícitos, SÓ é visto como uma partícula introdutora de pressuposição. É isso que mostram os exemplos abaixo, em que (14a) e (14b) verbalizam separadamente duas informações que aparecem juntas em (14).

- (14) *SÓ o João foi reprovado*

(14a) *o João foi reprovado*

(14b) *ninguém mais, além do João, foi reprovado*

05. Do ponto de vista argumentativo, no sentido de Ducrot, SÓ é considerado um operador argumentativo que, aplicado a um enunciado, é capaz de modificar-lhe o potencial argumentativo. Analisando o exemplo (14a) sob essa perspectiva, diríamos que ele é um enunciado neutro, uma vez que, dentro de uma porção discursiva maior, pode servir de argumento a diferentes conclusões. A inserção de SÓ nesse enunciado acarreta uma restrição no conjunto de conclusões possíveis, à medida em que promove (i) a seleção de um candidato, que completará uma certa função na sentença; e, (ii) a eliminação automática de todos os demais candidatos possíveis.

Embora SÓ restrinja o potencial argumentativo do enunciado ao qual se aplica, ele não realiza qualquer modificação referencial ou informativa. O enunciado *Só o João foi reprovado* é sempre, do ponto de vista informativo, *O João foi reprovado*. Porém, do ponto de vista argumentativo, *Só o João foi reprovado* significa não só *O João foi reprovado*, mas também *Nenhuma pessoa, além do João, foi reprovada*. Segundo Ducrot, uma possível explicação para o fato de que os enunciados com SÓ dizem mais que o significado informativo está em considerar toda interpretação restritiva como produto de uma das várias leis de discurso, a saber, a lei de exaustividade. Essa lei exige que o locutor faça uso do enunciado que forneça a maior quantidade de informação que possa interessar ao interlocutor. Para o exemplo em questão, não bastava ao locutor dizer que o João reprovou, mas era preciso acentuar que a única pessoa reprovada era o João.

2.1.3 Os usos de SÓ

SÓ₁: focalizador restritivo. Certamente o mais lembrado, esse uso de SÓ estabelece uma relação de oposição entre um elemento que é selecionado pelo falante, e todos os demais elementos que poderiam ser selecionados, mas que são descartados como, por exemplo (15), em que SÓ aceita ser parafraseado por “exclusivamente” ou “apenas”:

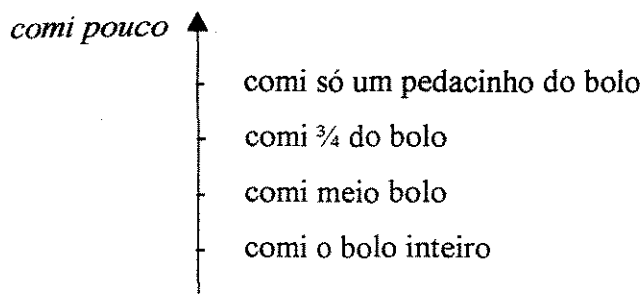
(15) *SÓ o Carlinhos foi selecionado para o estágio*

Esse emprego de SÓ pode ser explicado mais adequadamente se apelarmos à noção de função proposicional (ou sentencial), de que lançaram mão os lógicos. Cabe esclarecer que, para esses estudiosos, uma função proposicional equivale a uma estrutura que comporta lacunas, que devem ser preenchidas para se obter uma sentença que pode ser reconhecida como verdadeira ou como falsa, a depender da inspeção dos fatos. Aplicada esta noção ao exemplo (15) acima, podemos dizer que SÓ limita ou restringe a um único indivíduo a lista dos possíveis candidatos que tornam verdadeira a função proposicional “[alguém] foi selecionado para o estágio”, e exclui qualquer outro candidato que possivelmente possa torná-la verdadeira. Nesses termos, SÓ desempenha um papel semelhante ao dos quantificadores lógicos, ou seja, diz alguma coisa sobre um conjunto de preenchimentos que tornam verdadeira uma função proposicional.

SÓ₂: operador argumentativo. Para entender esse uso de SÓ é necessário ter em mente a noção de escala argumentativa - tal como elaborada por Ducrot - que consiste na organização, em uma escala graduada, dos vários argumentos que apontam com menor ou com maior força para uma mesma conclusão. Nos dados investigados, há evidências de que em certos casos SÓ, além de funcionar como operador de foco restritivo (SÓ₁), direciona o enunciado para uma escala de inferioridade, conotando “isso é pouco”, ou seja, referindo a uma quantidade pouco satisfatória para um determinado fim. Nessa circunstância, SÓ pode ser parafraseado por “não mais do que” ou “não além de”. O exemplo (16) é ilustrativo:

(16) *Comi SÓ um pedacinho do bolo*

A quantidade de bolo a ser comida poderia ser organizada numa escala argumentativa do tipo apresentado abaixo, cuja orientação vai no sentido da conclusão “comi pouco”, que tem como argumento decisivo o enunciado “comi só um pedacinho do bolo”.



Ao lado da leitura argumentativa, o exemplo (16) também permite a leitura de advérbio de restrição. Nesse sentido, “comi só um pedacinho do bolo” significa “a única coisa que comi foi exclusivamente um pedacinho do bolo” ou “comi um pedacinho do bolo, e nada mais”. (17) é mais um caso em que esses dois usos aparecem acumulados:

- (17) *Para o enterro do sindicalista SÓ veio o prefeito da cidade em que nasceu*

em que é possível estar falando de duas coisas diferentes: (i) que o enterro foi acompanhado exatamente por uma pessoa, a saber, o prefeito da cidade em que nasceu o sindicalista; ou, (ii) que a morte do sindicalista não teve a repercussão esperada, visto que outras autoridades como o governador, senadores, etc., não vieram. A primeira leitura pode ser explicada em termos de função proposicional e a segunda, em termos de escala argumentativa.

Contudo, há outros exemplos em que SÓ operador argumentativo tem efeito contrário, ou seja, direciona o enunciado para uma escala de superioridade, conotando “e isso é muito”, tal como exemplifica (18):

- (18) *Evitar um estilo de vida pernicioso é a melhor arma contra o mais comum e letal câncer feminino. SÓ em 2002, 36 100 brasileiras serão vítimas da doença (Veja)*

SÓ₃: conjunção. SÓ pode funcionar também como articulador de sentenças, que promove uma mudança na orientação do discurso. Nesse caso, sua posição é fixa, sempre no início da sentença.

Há pelo menos duas situações em que SÓ assume o papel de conectivo. Na primeira, conforme os exemplos (19) e (20), prevalece o esquema em que uma refutação é seguida por uma retificação. Ainda vale explorar para esses exemplos a noção de função proposicional, mas com uma diferença: aqui, diferentemente do exemplo (15), o falante estabelece uma comparação entre dois elementos que poderiam preencher a lacuna, a saber, aquele que é endossado e um outro que, apesar de ser uma das alternativas excluídas, merece realce porque se trata de uma alternativa esperada, mencionada, ou plausível (lembre-se de que, em (15), são postos em oposição o elemento selecionado e todos os demais descartados). Assim, em (19), há uma função proposicional, a saber, “[alguém] joga”, e são contrastados dois possíveis preenchedores: (i) “a gente”, que vai resultar em uma sentença falsa; e, (ii) “a turma do colégio”, que vai resultar em uma sentença verdadeira. “A gente” é refutado e substituído por “a turma do colégio”. Uma explicação similar dá conta de (20).

(19) *A gente não joga não, SÓ a turma do colégio de tardinha joga.*

(20) E: *Então, o cachorro comeu a paca?*

F: *comeu não, SÓ matou.*

Esses exemplos, a meu ver, são perfeitamente parafraseáveis por MAS, mas não por SÓ QUE. A parafrase com MAS, conforme (19’)-(20’), é adequada, pois é típico deste conector estabelecer oposição semântica entre dois elementos (*a gente* vs *a turma do colégio*; *comeu* vs *matou*), como Robin Lakoff mostrou para o “but” do inglês. Por outro lado, a parafrase com SÓ QUE, conforme (19’’)-(20’’), resulta numa construção que, como dito antes, não é freqüente na língua portuguesa. Como SÓ QUE cria contraste por quebra de expectativa e não por oposição, faltam em (19’’) e (20’’) as expectativas a serem canceladas por SÓ QUE.

(19’) *A gente não joga não, MAS a turma do colégio de tardinha joga.*

(20’) *comeu não, MAS matou*

(19’’) *A gente não joga não, SÓ QUE a turma do colégio de tardinha joga.*

(20’’) *comeu não, SÓ QUE matou*

Na segunda situação em que SÓ funciona como conectivo, conforme (21), já não vale mais o esquema refutação-retificação. Nesse caso, ainda que preserve a noção de restrição, SÓ rompe com a expectativa criada pelo enunciado precedente, ou seja, ele traz uma circunstância que é suficiente para questionar a veracidade do enunciado anterior. Este SÓ é parafraseável por MAS e por SÓ QUE, conforme respectivamente (21') e (21'').

(21) *Pode beber, pode tudo. SÓ não pode exceder.*

(21') *Pode beber, pode tudo. MAS não pode exceder*

(21'') *Pode beber, pode tudo. SÓ QUE não pode exceder*

À primeira vista não faz diferença dizer (21) ou (21''), mas suspeito que nessas circunstâncias em que a presença de QUE parece facultativa a orientação argumentativa do enunciado pode mudar. Tanto (21) como (21'') dizem que embora se possa fazer tudo, há um detalhe: o excesso não é permitido. Porém, é improvável que essas sentenças sejam usadas com as mesmas intenções, isto é, com a mesma orientação argumentativa: (21) é tipicamente o discurso de alguém que quer persuadir o interlocutor de que realmente pode fazer tudo. O “detalhe”, nesse caso, não invalida (não contradiz) o que foi dito antes, portanto a conclusão é a de que “pode-se fazer tudo o que for imaginável”. Já (21''), pelo contrário, é tipicamente o discurso de alguém que quer explicar que não se pode fazer tudo, por isso usa o enunciado iniciado por SÓ QUE, que contradiz o anterior.

SÓ₄: parte de construção de realce. SÓ integra locuções do tipo “olha só”, “veja só”, “imagine só”, que funcionam como uma estratégia de realce ou focalização, chamando a atenção do interlocutor para o conteúdo que vem depois, que pode ser uma simples explicação ou esclarecimento, um comentário avaliativo do falante, ou ainda uma informação essencial para a continuidade do discurso.

(22) *Aí depois eu estava conversando com um cara, aí o cara estava falando que um colega dele, OLHA SÓ, eu não tinha nem perguntado.*
(Censo)

SÓ₅: adjetivo. Denota indivíduo sozinho, solitário, desacompanhado, único:

- (23) *o senhor falou que o presidente pode estabelecer regras, normas em torno do sindicato que ele preside, essas normas ele decidiria SÓ? sozinho ele decidiria eu quero que seja feito isso isso e isso? (NURC)*

SÓ: parte da correlação não só...mas também e suas variantes (não somente...mas também, não só...mas, não só... como também).

- (24) *É necessário que o Estado se industrialize NÃO SÓ para dar oportunidade aos que desejam trabalhar, MAS TAMBÉM para elevar as condições de vida da população.*

2.2 Notas sobre a partícula QUE

Outro mistério a ser desvendado acerca do processo de gramaticalização de SÓ QUE é a função desempenhada pelo elemento QUE, recrutado para a formação dessa perífrase. Em seu “Dicionário de Filologia e Gramática da Língua Portuguesa”, Câmara Júnior afirma que a partícula QUE (que pode ser, conforme o contexto, integrante, temporal, final, causal, consecutiva, concessiva, comparativa, e base de conjunções compostas) *provém do pronome interrogativo latino, no acusativo neutro, QUID, mas houve convergência em referência à comparativa (lat. QUAM) e à causal (lat. QUOD)* (p. 120). Dada a multifuncionalidade da partícula QUE, qual de suas funções teria sido combinada com SÓ? Em busca de uma possível solução, examino algumas possibilidades.

01. QUE não é o único conectivo capaz de se combinar com SÓ. Paralelamente, encontramos também SÓ SE, SÓ QUANDO, SÓ PORQUE e, creio eu, praticamente toda a lista de conjunções que introduzem orações subordinadas circunstanciais. Vejamos dois exemplos extraídos da amostra Censo.

- (25) *minha tia mandava ela lavar louça SÓ QUANDO tinha gente em casa.*
 (26) E: *Aqui, agora tem três cachorros?*
 I: *Não, SÓ SE for contar com meu irmão. Tem dois, tem dois: um dobermam, um pastor, tem o gato e tinha um peixe.*

Conforme os exemplos indicam, sempre que combinado a uma oração subordinada circunstancial, SÓ parece manter seu valor de advérbio restritivo. Em (25), entendemos que o único momento em que “minha tia mandava ela lavar louça” é quando tinha gente em casa. Da mesma forma, em (26), fica claro que nenhuma

outra condição é suficiente para existência de três cachorros, a não ser que se leve em conta o irmão da informante (aqui os falantes exploram o duplo sentido da palavra “cachorro”). Sendo assim, quando SÓ é aplicado a um conectivo que exprime circunstância, ele funciona da mesma forma que o faria no interior de uma sentença simples, confirmando a tese de que as subordinadas circunstanciais não passam de adjuntos da oração principal. Não faria qualquer sentido tratar só + se, só + quando, só + porque, etc. como novas conjunções gramaticalizadas, pois cada uma das palavras que aí intervém mantém seu sentido original, devendo, portanto, ser analisadas como construções composicionais.

02. Em SÓ QUE, uma das funções de QUE é assinalar que o que segue é um conteúdo proposicional, ou seja, uma construção semântica que tem todas as suas posições argumentais devidamente instanciadas e que, portanto, exprime um conteúdo que pode ser verdadeiro ou falso. Em outras palavras, afirmar que SÓ QUE introduz conteúdos proposicionais é o mesmo que afirmar que a sentença que vem depois de SÓ QUE se entende sozinha, uma vez que exprime um pensamento completo. Contudo, isso não é válido para os casos em que SÓ QUE articula termos.

03. Além de marcar aquilo que segue como uma sentença completa, SÓ QUE também parece indicar que tal sentença poderia ser analisada, em certo sentido, como “integrante”. Mas integrante de quê? Talvez de um verbo mantido implícito, que só poderia ser recuperado a partir de elementos do contexto. Para muitos exemplos do *corpus*, particularmente para aqueles que se enquadram na acepção de marcador de diferença, é possível imaginar um verbo, que chamo de “preenchedor”, articulando a expectativa criada anteriormente com a informação nova que a invalida. Em alguns casos, esse verbo pode ser “mudar”:

- (27) *Tudo como no anúncio da cerveja. SÓ (muda) QUE, em vez de cerveja, o que se tenta vender é a candidata.*
- (28) *O pão molhado no leite, o bacalhau desfiadinho, tudo o mesmo processo, SÓ (muda) QUE não põe o açúcar e fica muito bom.*
- (29) *Parecia o barulho de um trovão. SÓ (muda) QUE, em vez de diminuir, ele aumentava.*

ou ainda uma correlação do tipo “SÓ (não... por) QUE”:

- (30) *Tudo como no anúncio da cerveja. SÓ (não é igual por) QUE, em vez de cerveja, o que se tenta vender é a candidata.*
- (31) *O pão molhado no leite, o bacalhau desfiadinho, tudo o mesmo processo, SÓ (não é o mesmo processo por) QUE não põe o açúcar e fica muito bom.*
- (32) *Parecia o barulho de um trovão. SÓ (não é igual por) QUE, em vez de diminuir, ele aumentava.*

Em outros casos, vale uma expressão do tipo “SÓ (faltou considerar o fato de) QUE”, como em (33) e em (34):

- (33) *A Procuradoria da República no Amazonas abriu um inquérito civil público para apurar o “processo de privatização da Petrobrás”. SÓ (faltou considerar o fato de) QUE o governo não vendeu nem pretende vender a estatal. (Veja, ano 32, nº 44, p. 32)*
- (34) *Desta vez, o escritor inovou. Escreveu só o primeiro capítulo do romance e o deixou na internet com um pedido de um dólar por cópia. SÓ (faltou considerar o fato de) QUE ninguém é obrigado a pagar. (Veja, ano 33, nº 31, p.106)*

De todo modo, a relevância de procurar por essas expressões e verbos preenchedores, que foram introduzidos aqui por meio de paráfrases, certamente se refere ao fato de que eles podem ajudar na compreensão do esquema de quebra de expectativa associado a SÓ QUE. Mas, para considerá-los a justificativa histórica da presença do *que* integrante, seria preciso dispor de evidências documentais, que ainda não sei se existem.

04. Mais uma possibilidade a ser levantada diz respeito a exemplos do tipo (35), que se prestam a pelo menos duas interpretações, em que ora o QUE é entendido como parte da perífrase SÓ QUE, ora é entendido como conjunção integrante.

- (35) *Ele não disse tudo que sabia, só que levou o dinheiro*

Na primeira interpretação, conforme (36), SÓ e QUE não formam uma conjunção, e devem ser analisados composicionalmente:

- (36) *Ele não disse tudo que sabia, só (disse) que levou o dinheiro*

Nesse caso, a sentença pode estar dizendo que: (i) de tudo que ele sabia, a única coisa que ele disse foi que levou o dinheiro; ou, (ii) ele não disse tudo que sabia, “mas” disse que levou o dinheiro. Em outras palavras, em (i), prevalece o sentido de restrição de SÓ, que incide sobre o verbo “disse”, ao passo que em (ii) SÓ se comporta como uma conjunção de contraste, similar ao “mas”. Em ambos os casos, o QUE é conjunção integrante.

Na segunda interpretação, conforme (37), SÓ e QUE formam a conjunção SÓ QUE. Para essa leitura, é preciso imaginar um contexto que pode ser o seguinte: “há um programa de recompensas em dinheiro para quem fornecer à polícia informações significativas para a solução de seqüestros”.

(37) *Ele não disse tudo que sabia, só que levou o dinheiro*

Nesse contexto, a perífrase SÓ QUE assinala uma incompatibilidade entre dois fatos: não dizer tudo e levar o dinheiro. A primeira sentença sugere que ele não poderia levar o dinheiro da recompensa em razão de ter omitido informação, mas a sentença iniciada por SÓ QUE rompe com essa expectativa, funcionando como um “apesar disso”: ele não disse tudo que sabia, apesar disso levou o dinheiro da recompensa.

Em meus dados de língua escrita, há um exemplo que, da mesma forma que (35), comporta esse tipo de ambigüidade. Trata-se da ocorrência em (38):

(38) *Tudo o que eu queria era segurar a mão de alguém. Era uma sensação de que aquilo me transmitiria vida. Então, chegou a ambulância, o sujeito me examinou e disse que a minha lesão era T2T4 (segunda e quarta vértebras torácicas). Não sabia o que era, claro, só que era grave para caramba. (Veja, ano 34, n.º 02, p.14)*

A última sentença, a saber, “não sabia o que era, claro, só que era grave para caramba” pode ser interpretada alternativamente como: (i) não sabia o que era, claro, só sabia que era grave para caramba; ou, (ii) não sabia o que era, claro, mas era grave para caramba. No primeiro caso, SÓ é palavra de restrição e QUE é conjunção integrante, ao passo que no segundo caso, SÓ e QUE formam a conjunção SÓ QUE.

2.3 A relação entre SÓ QUE e seus constitutivos SÓ e QUE

Vimos que o emprego de SÓ como advérbio focalizador restritivo implica a consideração de uma função sentencial que deve ser preenchida por um determinando elemento, para se obter uma sentença verdadeira. Para esse preenchimento, há sempre um número de alternativas possíveis, que se encontram em constante competição. Ao selecionar um elemento para ocupar essa função e ao descartar conseqüentemente todos os demais competidores, não há dúvida de que SÓ cria uma contraposição. Em certo sentido, também é uma contraposição aquilo que encontramos nas seqüências com SÓ QUE, de modo que poderíamos pensar que foi a contraposição expressa por SÓ que se transferiu tal e qual para SÓ QUE. Acontece que isso não funciona, porque SÓ, aplicado a um constituinte da sentença, indica o único elemento que a torna verdadeira, enquanto SÓ QUE, aplicado a uma afirmação precedente, indica uma circunstância que basta para torná-la falsa. A título de exemplo, compare as sentenças abaixo, em que (45) tem paralelo com (44), mas não com (43).

(43) *Só Pedro veio*

(44) *Todos vieram, exceto Pedro*

(45) *Sabe eu comprei uma camisa igual a essa. Só que é amarela.*

Creio que também não é possível estabelecer um elo entre SÓ operador argumentativo e a perífrase SÓ QUE, que tem entre outras a função de suporte para a argumentação. Embora aqui a noção de argumentação seja relevante para SÓ e para SÓ QUE, recorremos a diferentes estratégias para explicá-los: no caso de SÓ, é necessário apelar à noção de escala argumentativa, para mostrar que esse item direciona o enunciado no sentido de uma escala de inferioridade (“e isso é pouco”) ou de superioridade (“e isso é muito”), enquanto no caso de SÓ QUE, é necessário avaliar as expectativas dos falantes, que direcionam os enunciados para determinadas conclusões e os desviam de outras.

Quanto às situações em que SÓ é usado como conjunção adversativa, ou seja, quando se envolve num esquema de refutação-retificação e quando quebra a expectativa criada pelo enunciado anterior, sugiro que a segunda é que tem mais afinidades com a função da perífrase SÓ QUE.

Como SÓ é fundamentalmente um operador de foco, que permite a inferência de contraste por quebra de expectativa, e como a perífrase conjuncional SÓ QUE, apesar das diferentes acepções de sentido - marcador de refutação, marcador de diferença, marcador de acontecimento inesperado/ indesejado, marcador da não satisfação de condições necessárias e marcador de contra-argumentação - preserva sempre seu sentido pragmático de quebra de expectativa, além de veicular preferencialmente informação nova, sendo, por isso, uma partícula tipicamente focalizadora, fica clara a relação existente entre o conector SÓ QUE e o operador SÓ: o uso de SÓ como focalizador e marcador de quebra de expectativa é preservado e transferido para SÓ QUE, que termina por estendê-lo em inúmeras variantes contextuais.

Já no que diz respeito ao QUE, provavelmente não passa de uma conjunção integrante que, com a cristalização gradual da perífrase, perde a transparência e passa a funcionar simplesmente como segundo membro da construção gramaticalizada.

03. Sobre a multifuncionalidade de SÓ QUE

Segundo Ilari (1996), algumas conjunções exibem um tipo de sincretismo bastante sutil que resulta do fato de poderem estabelecer simultaneamente uma relação objetiva entre fatos do mundo real (nível do *dictum*) e uma relação entre momentos de uma argumentação (nível do *modus*). Um bom exemplo desse duplo sentido é, segundo o autor, a conjunção *porque* que, em acréscimo ao sentido denotativo, reconhecido pela relação causal em que um fato resulta de outro, desenvolve um sentido argumentativo, pelo qual o locutor deriva uma conclusão a partir de uma premissa. O entendimento de como funcionam as conjunções em diferentes domínios teve um avanço surpreendente com os trabalhos de Sweetser e de Traugott, dos quais retomo algumas questões.

Sweetser, como visto antes, postula a existência de três domínios conceituais - conteúdo, epistêmico e conversacional -, e sugere que há uma inter-relação entre eles, no sentido de que o vocabulário característico do domínio epistêmico tende a derivar do vocabulário do domínio do conteúdo, da mesma forma que o vocabulário do domínio conversacional tende a derivar do vocabulário do domínio epistêmico. Essa

derivação é explicada por meio de “projeções” entre domínios. Essas projeções são de natureza metafórica e, por isso, têm uma unidirecionalidade característica: partem sempre do nível da experiência física em direção aos estados psicológicos. No que diz respeito especificamente a conjunções, a autora argumenta que elas são ambíguas em razão de seus usos nos três domínios:

CONTEÚDO (sócio-físico)	EPISTÊMICO (raciocínio lógico)	CONVERSACIONAL (ato de fala)
↓	↓	↓
A conjunção estabelece algum tipo de relação entre eventos ou estados do mundo real, concreto.	A conjunção estabelece uma relação lógica entre premissas e conclusões. Refere-se ao mundo mental (crença, expectativa) do falante.	A conjunção estabelece algum tipo de relação (também mental) entre atos de fala.

Sweetser aplica essa teoria à análise da conjunção adversativa *but*, do inglês. Ela explica que o *but* conecta duas orações que, em algum sentido, “contrastam” ou “colidem”. Essa colisão pode se dar, segundo ela, somente nos domínios epistêmico e conversacional. São exemplos da autora:

- (46) *John keeps six boxes of pancake mix on hand, but he never eats pancakes.*
- (47) *King Tsin has great mu shu pork, but China First has excellent dim sum.*

No exemplo (46), o fato de que John estoca panquecas leva à conclusão de que ele gosta de comer panquecas com frequência. No entanto, essa conclusão não está de acordo com a conclusão, trazida pelo *but*, de que John nunca come panquecas. Nesse caso, uma premissa disponível colidiu com uma conclusão aparentemente necessária, configurando assim uma interpretação típica do domínio epistêmico. Já o exemplo (47), por outro lado, é característico do domínio conversacional. Neste, a colisão se dá entre as intenções dos atos de fala: a sugestão inicial e indireta de ir comer no King Tsin contrasta com a sugestão final e também indireta de ir comer no China First.

Como Sweetser não encontrou nenhum exemplo indubitável de *but* de conteúdo, ela questiona a possibilidade de o contraste, oposição ou discordância se

darem fora do domínio mental do falante. Contudo, ela é bastante cautelosa e prefere não afirmar categoricamente a inexistência, para o inglês, de conjunção adversativa no domínio do conteúdo. A análise de Sweetser para o *but* pode ser resumida da seguinte maneira:

CONTEÚDO
(sócio-físico)



-

EPISTÊMICO
(raciocínio lógico)



Premissas contrastam com uma conclusão aparentemente necessária ou com outras premissas

CONVERSACIONAL
(ato de fala)



As forças (ilocucionárias) dos atos de fala, carregadas de sugestão, é que contrastam uma com a outra

A proposta de Traugott, já discutida em detalhes, também evidencia o mesmo tipo de desenvolvimento unidirecional entre domínios. Segundo a autora, um item pode funcionar nos domínios proposicional, textual e expressivo, e, se a mudança ocorre, ela vai do proposicional para o expressivo, não vice-versa. O domínio proposicional de Traugott corresponde ao domínio do conteúdo, de Sweetser. Já o domínio textual corresponde em parte ao epistêmico, e em parte ao conversacional. De qualquer forma, as duas propostas compartilham a crença de que há uma tendência geral em adotar conceitos e vocabulário do mundo sócio-físico, mais acessível, para referir aos mundos da razão, emoção e estrutura conversacional, em geral menos acessíveis. Ou, em outras palavras, há uma suposta unidirecionalidade, no sentido de que significados pragmáticos são gramaticalizados mais tarde do que os não pragmáticos. Recordemos o modelo de Traugott:

PROPOSICIONAL



Envolve os recursos que tornam possível falar de alguma coisa do mundo. Trata-se de todos os significados identificáveis nas situações extralingüísticas.

(TEXTUAL)



Envolve os recursos para a criação de um discurso coesivo. Trata-se dos significados fundados na marcação textual (conectivos, anafóricos, catafóricos, topicalizadores).

EXPRESSIVO



Envolve os recursos para a expressão das atitudes pessoais sobre o que é dito. Trata-se dos significados fundados na atitude, crença ou avaliação do falante (operadores argumentativos, marcadores de tomada de turno)

Quanto a SÓ QUE, creio que ele atua no domínio interpessoal: os significados são entendidos à luz das atitudes, crenças, avaliações e pressuposições dos participantes, a respeito do que é dito. Trata-se, portanto, da atuação em um domínio mais subjetivo, em que SÓ QUE cancela (parte de) uma pressuposição, uma expectativa ou um julgamento do interlocutor.

Considere (48), uma ocorrência de SÓ QUE marcador de diferença:

- (48) A: *A senhora faz como se fosse é a torta de bacalhau fazendo- assim (hes) usando o mesmo processo do pudim de pão.*

B: *É?*

A: *O pão molhado no leite, o bacalhau desfiadinho, tudo o mesmo processo, SÓ QUE não põe o açúcar, e fica muito bom (PEUL-E35)*

O contexto em que esse tipo de SÓ QUE aparece é sempre o mesmo: para explicar A, o locutor lança mão de um modelo B, ao qual A é comparável em tudo. Depois de considerar o modelo B em sua totalidade, o locutor descarta parte do conteúdo de B, tornando clara a diferença entre A e B. No exemplo em questão, para explicar o preparo da torta de bacalhau, o locutor toma como modelo o processo de preparação do pudim de pão, e modifica parte desse modelo ao excluir um dos ingredientes: o açúcar. Poderíamos dizer, nesse caso, que por meio de SÓ QUE o locutor cancela parte do conteúdo proposicional, marcando assim a diferença, no mundo real, entre as receitas da torta de bacalhau e do pudim de pão, o que faz pensar que SÓ QUE poderia ter um viés proposicional. Mas, na realidade, SÓ QUE está cancelando uma expectativa que o falante cria para o ouvinte, a saber, que os processos são iguais: *o pão molhado no leite, o bacalhau desfiadinho, tudo o mesmo processo*.

Por outro lado, em outras acepções de SÓ QUE, como é o caso de SÓ QUE marcador de refutação e de SÓ QUE marcador de contra-argumentação, conforme respectivamente os exemplos (49) e (50), não existe a possibilidade de inferir qualquer leitura proposicional:

- (49) *A campeã da inutilidade é a lipoaspiração. Na maioria dos casos, ela pode ser substituída pela combinação de dieta e exercícios físicos. Mas quem resiste à promessa de um corpinho enxuto sem maiores sacrifícios? Pois é, SÓ QUE lipoaspiração não é saída para emagrecer. Serve apenas para retirar gordura localizada. (Veja, ano 35, nº 09, p. 87)*

- (50) *Na semana passada, depois de sair da cadeia no Rio, ele seguiu para Laranjal, em Minas, onde nasceu e possui uma casa. Chegando lá, enclausurou-se e soltou uma série de pistas dando conta de que continuava por lá. SÓ QUE, desde o meio-dia de quinta-feira, Naya já estava de volta ao apartamento em que mora, em Brasília. (Veja, ano 33, nº 03, p.33)*

Nos dois exemplos acima, também é no domínio interpessoal que o funcionamento de SÓ QUE é apreendido mais adequadamente. Em (49), o enunciado iniciado por SÓ QUE cancela a pressuposição pragmática (inferível a partir do enunciado precedente) de que a lipoaspiração é a solução mais fácil para emagrecer. Na sequência, o locutor justifica esse cancelamento acrescentando que a lipoaspiração serve apenas para retirar gordura localizada. Já em (50), o locutor dá legitimidade a uma conclusão (“Naya está em Laranjal”), para a seguir rejeitá-la em favor da conclusão contrária (“Naya não está em Laranjal, mas em Brasília”).

Em suma, no caso de SÓ QUE, também é possível falar em termos de funcionamento dentro de domínios, tal como postulado por Traugott e por Sweetser. Além disso, os vários sentidos liberados por SÓ QUE sugerem que a gramaticalização desse item está em movimento. No entanto, não disponho de nenhuma evidência de que haja uma unidirecionalidade, no sentido de que certas acepções de SÓ QUE seriam anteriores, e funcionariam como fonte para outras acepções. Na verdade, há um esquema de quebra de expectativa que se transfere para diferentes contextos, sem uma direção definida, produzindo as diferentes acepções de SÓ QUE, que devem ser entendidas como novos significados gramaticalizados.

04. SÓ QUE é uma conjunção legítima?

As conjunções, como ressalta Ilari (1996), constituem uma classe de palavras heterogênea e difícil de reduzir a uma definição unitária. Ciente dessas dificuldades, nesta seção, procuro aliar dois objetivos. Em primeiro lugar, levanto um número de critérios que ajudam a definir itens conjuncionais para então, a partir desses critérios, reunir indicações para uma caracterização conjuncional de SÓ QUE. Num segundo momento, confronto SÓ QUE com MAS, a conjunção adversativa por excelência da

língua portuguesa. Para esse confronto, investigo os parâmetros que distinguem essa conjunção prototípica e, a seguir, analiso SÓ QUE à luz desses parâmetros.

Começo por elencar alguns critérios relevantes para definir conjunções.

(a) As conjunções têm função conectiva. É característica típica das conjunções ligar orações, sejam elas de mesmo estatuto ou de estatuto diferente. Além disso, algumas conjunções podem ligar termos de uma mesma oração. SÓ QUE tem claramente uma função conectiva. Como visto antes, essa perífrase pode conectar orações, termos e até mesmo porções discursivas mais extensas.

(b) As conjunções são externas às orações que conectam. Isso equivale a dizer que a conjunção não desempenha qualquer função na estrutura gramatical da oração. Esse critério é suficiente para distinguir as conjunções do pronome relativo *que*. SÓ QUE, à semelhança das conjunções típicas, não desempenha papel nenhum nas orações.

(c) As conjunções subordinam ou coordenam. Com base no tipo de relação que se estabelece entre as orações conectadas é possível derivar a principal classificação das conjunções: se as orações são de níveis diferentes e uma delas se insere na outra, funcionando como um termo dela, tem-se a relação de subordinação. Por outro lado, se as orações são de mesmo nível, tem-se a relação de coordenação. O quinto capítulo foi inteiramente dedicado a mostrar, a partir de um conjunto de critérios extraídos do trabalho de Bally, que SÓ QUE é uma perífrase conjuncional de natureza coordenativa.

(d) As conjunções estabelecem entre as orações conectadas uma relação de sentido, que pode ser de causa, tempo, condição, conclusão, finalidade, comparação, etc. Nem sempre é fácil classificar, de maneira unívoca, a relação de sentido veiculada pelas conjunções, pois pode haver mais de um sentido imbricado, como é o caso, por exemplo, do conceito de causa, que envolve anterioridade no tempo e condição. SÓ QUE estabelece entre os segmentos que articula uma relação de sentido, que é fortemente pragmática, a saber, a relação de contraste por quebra de expectativa.

(e) Algumas conjunções podem relacionar conteúdos (nível do *dictum*) e inferências (nível do *modus*). Como discutido na seção anterior, SÓ QUE atua claramente no domínio das inferências.

Os critérios arrolados acima, que ajudam a caracterizar as conjunções, foram expostos aqui de uma maneira um tanto simplificada, sem a qualificação da qual deveriam ser acompanhados. De todo modo, serviram para evidenciar que SÓ QUE se comporta como uma conjunção típica, ficando justificada, dessa forma, sua caracterização conjuncional.

No que segue, analiso comparativamente os comportamentos lingüísticos de MAS e de SÓ QUE frente aos critérios que exponho no quadro abaixo. Trata-se de critérios tanto de ordem sintática, quanto de ordem semântico-pragmática, que foram elaborados na forma de perguntas, cujas repostas, S(im) ou N(ão), indicam a validade para o item em questão. Entre as razões que motivaram esse procedimento de análise estão (i) a necessidade de avaliar se MAS funciona como um modelo que é seguido pela gramaticalização de SÓ QUE, ou seja, se no processo de constituição de SÓ QUE, seriam consolidados um a um os referidos parâmetros de MAS; e, (ii) por outro lado, a necessidade de tornar clara a diferença sutil que provalvemente existe entre eles, uma vez que MAS pode substituir SÓ QUE em praticamente todos os contextos, mas a recíproca não é válida.

Crítérios	MAS	SÓ QUE
1. pode coordenar termos e orações?	S	S
2. tem posição fixa na sentença?	S	S
3. pode ser antecedido por outra conjunção?	N	S
4. exprime argumentatividade?	S	S
5. exprime apenas contraste por quebra de expectativa?	N	S
6. veicula necessariamente informação nova?	N	S
7. as sentenças necessariamente compartilham tópico?	N	S

O quadro mostra que há mais diferenças entre MAS e SÓ QUE do que realmente era esperado. Os sombreamentos ressaltam os critérios que divergem para um e outro conector. No restante da seção, discuto a aplicação dos critérios.

1. pode coordenar termos e orações?

Segundo Neves (2000), os segmentos coordenados por MAS podem ser:

- sintagmas:

(51) *Angela riu, fraca MAS ostensivamente.*

- orações:

(52) *O garçom tem cara de mentecapto, MAS isto não me afeta grande coisa.*

- enunciados:

(53) *Se se come bem aqui não sei. MAS, que se bebe bem, bebe-se!*

SÓ QUE, como discutido e exemplificado na seção 3.2 do quarto capítulo, pode coordenar orações, termos e seqüências discursivas maiores.

2. tem posição fixa na sentença?

Há restrições quanto à mobilidade desses itens dentro da oração. Em geral, eles ocupam posição inicial na sentença, sempre depois de uma pausa. A exceção fica por conta de alguns casos de coordenação de termos e também de casos de co-ocorrência com outra conjunção (ver parâmetro 3).

3. pode ser antecedido por outra conjunção?

Neves não registra nenhum caso em que MAS é antecedido por outra conjunção. Já para SÓ QUE a situação é diferente. Tenho vários exemplos, todos do português falado, em que a perífrase é antecidida por MAS, conforme (54) e (55):

(54) *Não precisava pegar nada, nada meu, sabe? Uma boa. Uma boa. Também já fiz gincana, MAS SÓ QUE não teve instrumentos para <tro-> tocar para gente – não teve disco, não teve nada. (PEUL-E40)*

- (55) L1- *é... pelo modo de vida que você tem aqui... eu tive problemas no interior... devido a esse... sistema de vida... de cidade grande e o pessoal da cidade pequena... quando chega um cara da... do Rio... era essa a fama... o cara é carioca é é... sem-vergonha por excelência... então era um tal trancar garota em casa e levava surra do pai só por ter falado com o cara...*
 L2 – [
Interessante... é...
 L2 – *eu tenho experiência ao contrário disso... também no interior... MAS SÓ QUE no Espírito Santo... eu de vez em quando... vou para casa de uns colegas meus... (RJ-D2-INQ158)*

A co-ocorrência de MAS e SÓ QUE, como nos exemplos (54) e (55), pode indicar duas coisas: (i) que SÓ QUE ainda não está totalmente gramaticalizado, uma vez que a presença de uma conjunção adversativa torna desnecessária a presença de outra de mesmo valor, ou (ii) que as conjunções MAS e SÓ QUE estão desempenhando funções diferentes.

04. exprime argumentatividade?

O conceito de argumentatividade, que tem origem nos escritos de Oswald Ducrot, diz respeito à possibilidade que têm alguns itens de servirem como avaliadores de argumentos em vista de possíveis conclusões. Algumas conjunções, entre elas MAS e SÓ QUE, são empregadas com o objetivo de orientar o interlocutor para certos tipos de conclusão, com eliminação de outros. As orientações argumentativas de MAS e de SÓ QUE podem ser conferidas no quarto capítulo.

05. exprime apenas contraste por quebra de expectativa?

Postulei esse parâmetro com o intuito de verificar as possíveis diferenças de sentido veiculadas por MAS e por SÓ QUE. A pesquisa mostrou que SÓ QUE estabelece entre os segmentos que articula um sentido de contraste por quebra de expectativa, essencialmente pragmático, que foi explicado basicamente em termos de pressuposição pragmática. Já MAS, além de veicular o sentido de quebra de expectativa, também veicula um sentido de oposição semântica como, por exemplo, em (56), em que são colocados em contraste dois sujeitos (*Lúcia* vs. *Cristina*) e duas expressões de significação oposta (*bonita* vs. *feia*).

(56) *Lúcia é bonita, MAS Cristina é feia*

MAS pode funcionar ainda como um marcador conversacional, conforme o exemplo (57), retirado do trabalho de Castilho (1997b). Segundo o autor, nessa circunstância, MAS *verbaliza por parte do interlocutor sua percepção do completamento da atividade verbal, e a decorrente necessidade de gerar novas atividades* (p.113). Esse uso de MAS já foi analisado antes por Dias de Moraes (1987).

(57) L2- *não... Recife é a maior cidade do mundo... porque é aqui que o Capibaribe se encontra com o Beberibe para formar o Oceano Atlântico.*

L1 – *eu concordo com Você*

L2 – *((riu))*

L1 - *MAS ENTÃO há esse problema... então a coisa se agrava*

Além disso, Castilho reconhece casos em que MAS não faz qualquer tipo de contrajunção, mas, ao invés disso, soma sintagmas ou sentenças, com valor semântico de inclusão:

(58) *a gente vive de motorista o dia inteiro, MAS o dia inteiro...*

Em resumo, o sentido estabelecido por SÓ QUE, nas várias acepções contextuais, é essencialmente pragmático, ao passo que o sentido estabelecido por MAS, a depender das acepções, pode ser pragmático, semântico ou discursivo-interacional.

06. veicula necessariamente informação nova?

Uma das características mais salientes de SÓ QUE, verificada em todas as ocorrências, é que ele traz sempre informação nova para o discurso, entendendo-se por informação nova aquela não considerada antes pelo interlocutor. Em outras palavras, para promover a quebra de expectativa, o locutor parte do conhecimento comum e então, por meio de um enunciado introduzido por SÓ QUE, acrescenta a informação que julga ser nova. Sendo assim, a distribuição de informação nos

anunciados relacionados por SÓ QUE é bem definida e segue o padrão usual: a informação dada ou compartilhada sempre antecede a informação nova.

Em contrapartida, nos enunciados com MAS a distribuição de informação está correlacionada às acepções de sentido de MAS. Nas ocorrências de MAS de oposição, como no exemplo (56), a informação do enunciado encabeçado por MAS não necessita ser nova. Da mesma forma, no sentido de articulador discursivo-interacional, em que MAS pode simplesmente retomar um tópico conversacional, e no sentido de inclusão, em que MAS em geral introduz repetição, também não há introdução de material lingüístico novo.

07. as sentenças necessariamente compartilham tópico?

Na explicitação do caráter coordenativo de SÓ QUE, feita no quinto capítulo, argumentei que o enunciado introduzido pela perífrase tem a propriedade de retomar explícita ou implicitamente um dos constituintes do enunciado anterior. Casos em que a retomada é condicionada pragmaticamente foram explicados em termos de anáfora associativa. Esta relação coesiva, que pode ser referida, sob uma terminologia alternativa, como uma retomada de tópico ou de subtópico, é fundamental para a efetivação da quebra de expectativa, pois esta se faz necessariamente a partir do conhecimento comum, compartilhado. Ou seja, para haver quebra de expectativa é necessário que haja entre as orações unidas por SÓ QUE um tópico compartilhado a partir do qual será acrescentada a informação nova, contrastiva e focal. Nesse sentido, o primeiro enunciado é considerado o tema e o segundo, o comentário (ou foco), respectivamente, as porções que criam e que cancelam expectativas. Portanto, na relação com SÓ QUE, a ausência de um tema compartilhado representa a falta de expectativas a serem canceladas.

Há exemplos com MAS, particularmente aqueles de oposição semântica como em (56), em que não há retomada de tópico, e nem precisa haver, pois o contraste é gerado a partir de uma oposição binária. Já para os casos de MAS articulador de quebra de expectativa, a presença de tópico comum é indispensável.

Esse fenômeno justifica, a meu ver, a não ocorrência, em dados do português, de SÓ QUE promovendo uma oposição semântica. Ou seja, não são comuns em

português enunciados do tipo *Lúcia é bonita, SÓ QUE Cristina é feia* porque: (i) SÓ QUE é operador de quebra de expectativa; (ii) as expectativas são criadas com base no conhecimento compartilhado (tópicos e subtópicos compartilhados); e, (iii) nesse enunciado, falta o conhecimento compartilhado, pois as sentenças têm tópicos diferentes (Lúcia e Cristina).

Para encerrar a seção, é preciso destacar que o confronto entre MAS e SÓ QUE revelou que essas conjunções não são tão similares quanto se supunha a princípio. SÓ QUE faz um recorte diferente e este recorte significa assumir um sentido que é apenas um dos tantos sentidos de MAS, a saber, o sentido de quebra de expectativa. No entanto, a esse sentido que é comum a MAS, SÓ QUE acrescenta mais um detalhe, que é herança de sua forma fonte SÓ: a focalização. Disso resulta que, muitas vezes, a opção por um desses dois operadores de quebra de expectativa pode ser determinada por uma lei de discurso, já referida antes, a qual Ducrot cunhou o nome de lei de exaustividade (“faça uso do enunciado mais informativo”). Assim, se essa explicação é válida, para quebrar a expectativa o falante pode usar MAS ou SÓ QUE; mas para simultaneamente quebrar a expectativa e focalizar, ele deve preferir SÓ QUE.

Conclusões

Entre os aspectos positivos obtidos nessa pesquisa destaco:

01. Foi válida a tentativa de equacionar as diferentes concepções para o fenômeno ao qual Meillet cunhou o termo “gramaticalização”. Se esta tentativa não serviu para eliminar todas as confusões teóricas e terminológicas, pelo menos ajudou a delinear a posição de cada autor, permitindo visualizar com mais clareza o tratamento que recentemente é dado a esse fenômeno de criação linguística. Além disso, esse procedimento resgatou trabalhos muitas vezes esquecidos, como é o caso do trabalho de Paul, que apesar de antigo e de apresentar uma nomenclatura diferente, traduz muitas das preocupações atuais sobre gramaticalização.

02. O exame das demais questões teóricas permitiu fazer generalizações como, por exemplo, a de que a gramaticalização envolve um conjunto de alterações que pode afetar os três componentes linguísticos: a fonologia, a morfossintaxe e a semântica. Porém, as indicações mais salientes da gramaticalização, a meu ver, dizem respeito mais propriamente à mudança de categoria e à alteração no sentido, que em geral são tratadas como tendo uma direção definida.

03. O estudo histórico das conjunções foi importante para mostrar, entre outras coisas, que a perda de conjunções latinas levou o português a buscar outros meios para suprir essa categoria desfalcada e, entre esses meios, está a generalização do mecanismo de produção de conjunções, que consiste em combinar a partícula multifuncional *que* com palavras de diferentes categorias, para a formação de perífrases conjuncionais. Tal mecanismo, como visto antes, teve início no latim vulgar e surpreendentemente continua ainda muito produtivo nos dias de hoje.

04. O presente trabalho trouxe a primeira descrição detalhada da perífrase conjuncional SÓ QUE. Sugeri que todas as ocorrências de SÓ QUE compartilham o sentido pragmático de quebra de expectativa, e que esse sentido é particularizado por condições contextuais, dando origem às cinco acepções de SÓ QUE, que denominei:

SÓ QUE marcador de diferença, SÓ QUE marcador de refutação, SÓ QUE marcador de acontecimento inesperado (surpresa), SÓ QUE marcador da não satisfação de condições e SÓ QUE marcador de contra-argumentação.

05. Descrevi e exemplifiquei as acepções de SÓ QUE, indicando as condições contextuais – semânticas e pragmáticas – que regem cada uma delas. Para tanto, lancei mão especialmente das noções de orientação argumentativa e de distribuição de informação.

06. Defendi a existência de um esquema mais geral de funcionamento, que estaria subjacente a todas as acepções, a saber: *SÓ QUE é um operador de foco, que acrescenta uma circunstância em geral nova, não considerada até o momento e que apresenta como sendo a única que se justifica adicionar. Esse elemento contrasta com tudo mais no tipo de conclusão que autoriza e é suficiente para tornar inválida uma generalização previamente considerada.*

07. O esquema de interpretação proposto por Traugott (1982, 1989) e por Traugott & König (1991), em termos da mudança entre os domínios proposicional > textual > expressivo, e aquele proposto por Sweetser (1988, 1991), em termos dos domínios conteúdo > epistêmico > conversacional, tanto quanto pude avaliar, parecem muito válidos para o tratamento da gramaticalização de conjunções, e foram particularmente úteis para corroborar a tese de que as várias acepções de SÓ QUE são novos sentidos gramaticalizados.

08. Vários fatores, cuja seleção foi inspirada em Ilari (1996), reforçaram a intuição de que SÓ QUE é uma conjunção típica: (i) SÓ QUE tem função conectiva; (ii) é externo aos segmentos que conecta; (iii) pode coordenar termos ou orações; (iv) estabelece entre os segmentos que articula uma relação de sentido de quebra de expectativa; e, (v) relaciona inferências. A natureza coordenativa de SÓ QUE foi comprovada com base num conjunto de critérios, extraídos do trabalho de Bally.

09. A sutil diferença entre MAS e SÓ QUE foi explicitada: SÓ QUE assume um dos tantos sentidos de MAS, a saber, aquele de quebra de expectativa. Acrescente-se a isso que SÓ QUE é um focalizador, propriedade provavelmente herdada do operador SÓ, que ajudou a formar a perífrase.

Bibliografia

- ANSCOMBRE, J., DUCROT, O. (1976) L'Argumentation dans la langue. *Langages* 42, Didier-Larousse, Paris, 5-27.
- _____ (1977) Deux *magis* en français? *Lingua* 43:23-40.
- BALLY, C. (1952) *Le langage et la vie*. Genève Librairie Droz, Lille Libraire Giard. Société de publications romanes et françaises.
- _____ (1965[1944]) *Linguistique générale et linguistique historique*. 4. ed. Éditions Francke, Berne.
- BARRETO, T. (1999) *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Tese de Doutorado.
- BYBEE, J., PERKINS, R., PAGLIUCA, W. (1994) *The evolution of grammar*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- CAGLIARI, L. (1980) Entoação do português brasileiro. *Estudos Lingüísticos* III, 308-327.
- CÂMARA JR, J. (1976) *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro.
- _____ (s.d) *Dicionário de Filologia e Gramática referente à Língua Portuguesa*. 4.ed. São Paulo.
- CAMPBELL, L., JANDA, R. (2001) Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences* 23:93-112.
- CARONE, F. (1988) *Subordinação e Coordenação: Confrontos e Contrastes*. São Paulo: Ática.
- CART, *et al.* (1986) *Gramática Latina*. São Paulo: T. A. Queiroz: USP.
- CASTILHO, A. (1997a) A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19:25-64.
- _____ (1997b) Língua falada e gramaticalização. *Filologia e lingüística portuguesa*, 01:107-120.

- ____ (2002) *Unidirectionality or multidirectionality? some issues on grammaticalization* (mimeo) Trabalho apresentado no XII Seminário de Sintaxe Funcional.
- COSERIU, E. (1979). *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Rio de Janeiro: Presença, São Paulo: USP.
- COUTINHO, I. (1941) *Pontos de gramática histórica*. 2.ed. Cia Editora Nacional.
- DASCAL, M., KATRIEL, T. *Between semantics and pragmatics: the two types of "but" – hebrew "aval" e "ela"*. (mimeo)
- DIAS, A. *Syntaxe histórica portuguesa*. 4.ed. Lisboa: Clássica Editora.
- DIAS DE MORAES, L. (1987) *Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado.
- DIK, S. (1980) *Studies in functional grammar*. New York: Academic Press.
- ____ (1989) *The theory of functional grammar*. Parte I. Dordrecht: Foris.
- DUCROT, O. (1977) *Princípios de semântica lingüística* [Dizer e Não Dizer]. São Paulo: Cultrix.
- ____ (1981) *Provar e dizer* [La preuve et le dit]. São Paulo: Global Editora.
- ____ (1983) Opérateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de linguistique française*, 05:79-108.
- ____ (1987) *Texto e argumentação*. Campinas, Pontes.
- ERNOUT A., MEILLET A. (1967) *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. 4.ed. Paris: Librairie C. Klincksieck.
- ERNOUT, A., THOMAS, F. (1972[1951]) *Syntaxe latine*. 5.ed. Paris: Klincksieck.
- FINTEL, K. (1995) A formal semantics of grammaticalization. *North Eastern Linguistic Society* 25 (parte 02): 175-190.
- FRANCHI, C. (1976) *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. Campinas: Unicamp (Tese de Doutorado, 2 vols.)
- GIVÓN, T (1979) *On understanding grammar*. London: Academic Press.
- GRICE, H. (1975) Logic and conversation. In: Cole & Morgan (eds.) *Syntax and Semantics*, vol. 3. Academic Press.
- GUIMARÃES, E. (1987) *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes.

- HALLIDAY, M. (1973) The functional basis of language. In: Dascal (org.) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. São Paulo: Global, Vol. I.
- ____ (1977) *Learning how to mean: explorations in the development of language*. Elsevier.
- ____ (1985) *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold.
- HARE, R. (1971) Meaning and Speech Acts. In *Practical Inferences*. London: M. Press.
- HARRIS, A., CAMPBELL, L. (1995) *Historical Syntax in Cross-Linguistic Perspective*. Cambridge Studies in Linguistics 74. Cambridge: Cambridge University Press.
- HEINE, B., CLAUDI, U., HÜNNEMEYER, B. (1991) *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HEINE, B., REH, M. (1984) *Grammaticalization and reanalysis in African Languages*. Hamburg: Helmut Buske.
- HEINE, B. (1992) Grammaticalization chains. *Studies in Language*, 16-2:335-368.
- HOPPER, P. (1987) Emergent grammar. *Berkeley Linguistic Society*, 13:139-57.
- ____ (1996) Some recent trends in grammaticalization. *Annual Reviews Anthropological*, 25: 217-36.
- HOPPER, P., TRAUGOTT, E. (1993) *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUBER, J. (s.d.) *Gramática do português antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ILARI, R. (1996) Sobre os advérbios focalizadores. *Gramática do português falado*. Vol. II: Níveis de análise lingüística. 3.ed. Campinas: UNICAMP, p. 195-212.
- ____ (1996) *Um roteiro "funcional" para o estudo das conjunções* (mimeo)
- ____ (1999) *Lingüística românica*. 3.ed. São Paulo: Ática.
- KEWITZ, V. (2002a) *Gramaticalização de ser e estar no período medieval e no século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado.
- ____ (2002b) Alguns aspectos da gramaticalização dos verbos *ser* e *estar* no português arcaico. In: G. Massini-Cagliari (org. 2002:139-147).
- KOCH, I. (1987) *Argumentação e linguagem*. 2.ed. São Paulo: Cortez.

- ____ (1997a) *A inter-ação pela linguagem*. 3.ed. São Paulo: Contexto.
- ____ (1997b) *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- ____ (2002) *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- LAKOFF, R. (1971) "If's And's and But's about conjunction". Fillmore, C., Langendoen, D. (eds) *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 114-149.
- LEHMANN, C. (1982) *Thoughts on grammaticalization: A programmatic Sketch*. Vol.1 Köln: Universität zu Köln. Institut für Sprachwissenschaft.
- LONGHIN, S. (1999) As construções clivadas: origem e propriedades. Dissertação de Mestrado. Campinas/UNICAMP.
- MAINGUENEAU, D. (1997) *Novas tendências em análise do discurso*. 3.ed. Campinas, SP: Pontes: UNICAMP.
- MARCUSCHI, L. (1991) *Análise da conversação*. 2.ed. São Paulo: Ática.
- MARTELOTTA et al. (1996) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ.
- MATTOS e SILVA, R. (1994) *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- MAURER JÚNIOR, T. (1959) *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- ____ (1962). *O problema do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- MEILLET, A. (1965) *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Honoré Champion.
- MELO, G. (1967) *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. Rio de Janeiro: Livro Técnico S.A.
- MENDES, R. (1999) *A gramaticalização de estar + gerúndio no português falado*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP.
- MITHUN, M. (1988) The grammaticization of coordination. Haiman, J., Thompson, S. (orgs) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- MOESCHLER, J. (1985) *Argumentation et conversation: éléments pour une analyse pragmatique du discours*. Paris: Hatier-Credif.

- MOESCHLER, J., REBOUL, A. (1994) *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*. Éditions du Seuil.
- NASCIMENTO, M. (1993) Gramática do português falado: articulação teórica. Unpublished text offered to the University of Lisbon Center of Linguistics Studies.
- NEWMAYER, F. (1998) *Language form and language function*. Massachusetts: The MIT Press Cambridge.
- NEVES, M. (1984) O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes. *Alfa*, 28:21-42.
- ____ (2000) *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp.
- NUNES, J. (s.d) *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 8.ed. Lisboa: Clássica Editora.
- OMENA, N., BRAGA, M. (1996) ‘A gente’ está se gramaticalizando? *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PAUL, H. (1886) *Prinzipien der sprachgeschichte*. Tradução portuguesa de Maria Luiza Schemann: *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- POSSENTI, S. (1996) Ordem e interpretação de alguns advérbios do português. ILARI (org) *Gramática do português falado*. Vol. II: Níveis de análise lingüística. 3.ed. Campinas: UNICAMP, 307-313.
- RAMAT, A., HOPPER, P. (1988) *The limits of grammaticalization*. Philadelphia: John Benjamins (Typological studies in language, v. 37)
- ROBERTS, I. (1993) A formal account of grammaticalization in the history of Romane futures. *Folia Linguistica Historica* 13:219-258.
- SAID ALI, M. (1964) *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos.
- SARAIVA, F. (s.d) *Novíssimo Dicionário Latino-Portuguez*. 3.ed. Rio de Janeiro: H. Garnier.
- SEARLE, J. (1969) *Speech acts*. Cambridge University Press.
- ____ (1995) *Expressão e Significado*. São Paulo: Martins Fontes.
- SILVEIRA, A. (1980) *A história do verbo “ser”: do Latim ao Português*. Natal.

- STALNAKER, R. (1972) "Pragmatics". DAVIDSON, HARMAN (eds.) *Semantics of natural languages*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company.
- SWEETSER, E. (1988) "Grammaticalization and semantic bleaching". *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, eds. Axmaker, S., Jaisser, A., Singmaster, H.
- _____ (1991) *From Etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TAGLICHT, J. (1984) *Message and emphasis: on focus and scope in English*. London: Longman.
- TARALLO, F. (1994) *Tempos Lingüísticos*. 2.ed. São Paulo: Ática.
- TRAUGOTT, E. (1982) "From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization". *Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science*. Lehmann, C., Malkiel (orgs), 24:245-271.
- _____ (1989) On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language*, 65:01.
- TRAUGOTT, E., KÖNIG, (1991) "The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited". TRAUGOTT, E., HEINE, B. (orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company.
- ULLMANN, S. (1964) *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- WARTBURG, W. (1946) *Évolution et structure de la langue française*. 4.ed. Berne: Éditions A. Francke.
- VAN DIJK (1977) *Text and context*. London and New York: Longman.
- VOGT, C., DUCROT, O. (1980) *De magis a mas: uma hipótese semântica. Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec.